LATIN AMERICAN CLIMATE LAWYERS INITIATIVE FOR MOBILIZING ACTION

Relatório sobre submissões apresentadas pelas Partes à UNFCCC

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi desenvolvido e é destinado à identificação do posicionamento das Partes e dos grupos de negociação em alguns dos principais temas negociados nas conferências do regime da UNFCCC[1].

Foram considerados no presente relatório os principais chamados de submissões abertos antes da COP 29 para os seguintes temas de negociação: transição justa, adaptação, mitigação, financiamento e artigo 6. Além disso, foram relatadas as resoluções da 13ª e da 14ª Reuniões do Órgão Supervisor do Mecanismo do Artigo 6.4.

Este relatório considerou documentos disponibilizados no site da UNFCCC até o dia 27 de outubro de 2024.

Os seguintes chamados de submissão foram considerados:

1) Adaptação

   As Partes e os *stakeholders* não-Partes, incluindo órgãos constituídos relevantes, organizações das Nações Unidas e agências especializadas, bem como outras organizações relevantes de todas as regiões geográficas, devem submeter informações sobre indicadores existentes para medir o progresso em direção aos alvos mencionados nos parágrafos 9–10 da decisão 2/CMA.5, em uso nos níveis local, nacional, regional e global, incluindo, se disponíveis, informações sobre as metodologias associadas e a prontidão dos dados para tais indicadores, bem como as lacunas identificadas e as áreas nas quais pode ser necessário o desenvolvimento de novos indicadores.

   As Partes são convidadas a submeter opiniões sobre assuntos relacionados ao parágrafo 38 da decisão 2/CMA.5 por meio do portal de submissão, com antecedência de pelo menos seis semanas da SB 61.

[1] Este documento foi elaborado por André Castro Santos, Caroline Medeiros Rocha, Eneas Xavier de Oliveira Junior, Gaia Hasse, Giovana Costa Serra, Juliana Coelho Marcussi e Maria Gabriella Souza.

2) Artigo 6

13ª Reunião do Órgão Supervisor (SBM) do Mecanismo do Artigo 6.4 (A6.4-SBM013);

14ª Reunião do SBM do Mecanismo do Artigo 6.4 (A6.4-SBM014); e

As Partes e os observadores devem apresentar os seus pontos de vista e informações sobre os progressos e os resultados da primeira fase de execução das atividades do programa de trabalho referidas no ponto 8 do anexo à Decisão 4/CMA.3, bem como seus pontos de vista sobre a melhoria e a recomendação do calendário de execução das atividades do programa de trabalho para a segunda fase.

3) Financiamento

As Partes, os órgãos constituídos no âmbito da Convenção e do Acordo de Paris, as entidades operacionais do mecanismo financeiro, as instituições de financiamento climático, os observadores e outros interessados, incluindo do setor privado, devem apresentar suas opiniões antes de cada diálogo e reunião técnica de peritos no âmbito do programa de trabalho *ad hoc*.

4) Mitigação

As Partes, os observadores e outros *stakeholders* não-Partes devem submeter suas opiniões sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes aos tópicos dos diálogos mencionados no parágrafo 13 da Decisão 4/CMA.4 (4 semanas antes de cada diálogo).

5) Transição Justa

As Partes, os observadores e outros *stakeholders* não-Partes devem submeter suas opiniões sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes para os tópicos dos diálogos.

A primeira seção do documento é um sumário executivo, no qual estão resumidos os principais pontos em discussão em cada um dos chamados considerados no relatório.

Na sequência, há uma seção para cada tema e os respectivos documentos considerados – submissões apresentadas pelas Partes e resoluções do SBM, no caso da seção sobre artigo 6. Cada uma dessas seções é composta pela seguinte estrutura:

- Preâmbulo constando o texto do chamado para apresentação de submissões e a menção ao respectivo mandato e prazo.
- Dados quantitativos sobre o número de submissões apresentadas.
- Lista das submissões consideradas no relatório com a respectiva data de apresentação.
- Quadros-resumo, nos quais está organizado sucintamente o conteúdo das submissões, destacando o posicionamento das Partes ou grupo de Partes e a formação de *clusters* de alinhamento, quando possível. Os quadros apresentam informações sobre a manifestação de uma Parte ou grupo sobre determinado assunto. Quando não há menção a uma Parte ou grupo em determinado quadro, significa que esta Parte ou grupo não se manifestou sobre o assunto nele abordado.
- Relato detalhado da submissão de cada Parte ou grupo de Partes organizado em itens que consideram os subtemas abordados na submissão. Cada item da seção de relato detalhado apresenta informações sobre a manifestação de uma Parte ou grupo sobre determinado assunto. Quando não há menção a uma Parte ou grupo em determinado item, significa que esta Parte ou grupo não se manifestou sobre o assunto nele abordado.

LACLIMA
LATIN AMERICAN CLIMATE LAWYERS INITIATIVE FOR MOBILIZING ACTION

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1
SUMÁRIO EXECUTIVO 7
ADAPTAÇÃO 22
Questões relativas aos indicadores do GGA 22
QUADROS-RESUMO 26
RELATO DETALHADO 43
Indicadores Existentes para a Mensuração de Progresso das Metas 43
Metodologias Associadas e Prontidão de Dados 55
Lacunas e Necessidades 61
Áreas para o Desenvolvimento de Novos Indicadores 67
Destaques 76
Questões relativas ao parágrafo 38 da Decisão 2/CMA.5 (GGA) 84
QUADROS-RESUMO 86
RELATO DETALHADO 93
Troca de conhecimentos e esforços pela implementação das metas 93
Sinergias entre o processo do GGA e os futuros GSTs 95
Riscos e Impactos em diferentes cenários de aumento de temperatura 96
Mobilização do conhecimento científico para implementação do GGA 99
Termos de Referência para Revisão do Quadro UAE para Resiliência Climática 101
ARTIGO 6 105
Reuniões do Órgão Supervisor do Mecanismo (SBM) do Artigo 6.4 105
13ª Reunião do SBM do Artigo 6.4 105
QUADROS-RESUMO 107
RELATO DETALHADO 111
Questões de Membresia 111
Planejamento Estratégico e Direcionamento 111
Gestão de Desempenho 111
Questões Relacionadas ao SBM e sua Estrutura de Apoio 112
Autoridades Nacionais Designadas 112
Governança 113
Acreditação 114
Ciclo de Atividade 114
Metodologias 123
Registro 124
Questões de Política 126

Relação com Partes Interessadas 126
Outros Assuntos 127
14ª Reunião do SBM do Artigo 6.4 129
RELATO DETALHADO 134
Questões de Membresia 134
Planejamento Estratégico e Direcionamento 134
Gestão de Desempenho 134
Questões Relacionadas ao SBM e sua Estrutura de Apoio 135
Autoridades Nacionais Designadas 136
Acreditação 137
Ciclo de Atividade 138
Metodologias 139
Registro 143
Questões de Política 143
Relação com Partes Interessadas 143
Outros Assuntos 144
Submissões sobre o Artigo 6.8 146
QUADROS-RESUMO 149
RELATO DETALHADO 156
Progresso e Resultados da Primeira Fase de Implementação das Atividades do Programa de Trabalho 156
Sugestões de Melhoria e Recomendação de Cronograma para a Implementação das Atividades na Segunda Fase do Programa de Trabalho 161
FINANCIAMENTO 169
QUADROS-RESUMO 172
RELATO DETALHADO 196
Abordagens e Sugestões ao TED 11 196
Sugestões de Estrutura Geral (Títulos/Capítulos) ao Texto do Projeto da NCQG 196
Integração da NCQG à UNFCCC e ao Acordo de Paris 209
Integração entre o IPCC/Melhor Ciência Disponível e a NCQG ... 213
GST como Fundamento da NCQG 216
Escopo Restrito ou Ampliado da NCQG 218
Menção Expressa de Valores a Serem Considerados na NCQG .223
Abordagem sobre Investimentos em Combustíveis Fósseis 225
Ampliação da Base de Países Contribuintes 227
Força Vinculante da NCQG 230
Múltiplas Camadas 231
Integração com o Setor Privado 232
Reforma da Arquitetura Financeira Global 235

Definição do Conceito de Financiamento Climático *240*
MITIGAÇÃO 245
QUADROS-RESUMO 248
RELATO DETALHADO 256
Objetivos do MWP *256*
Tópicos que Devem Ser Considerados nos Diálogos *265*
Oportunidades, Boas Práticas, Soluções Aplicáveis, Desafios e Barreiras *277*
Questões Operacionais do MWP e seus Diálogos *306*
TRANSIÇÃO JUSTA 313
QUADROS-RESUMO 315
RELATO DETALHADO 330
Oportunidades para o JTWP *330*
Melhores Práticas *336*
Soluções Acionáveis *341*
Desafios para o JTWP *348*
Barreiras para o JTWP *353*
Objetivo e Escopo Indicados pelas Partes para o JTWP *360*

SUMÁRIO EXECUTIVO

Adaptação

O chamado de submissões sobre os indicadores para adaptação analisado neste documento visa integrar visões, experiências, metodologias e práticas atuais relacionadas a um tema central para o alcançar as metas de adaptação: os indicadores para mensuração do progresso na implementação do Quadro UAE para a Resiliência Climática Global ("Quadro UAE" ou "Estrutura").

Ao examinar as dinâmicas das negociações na UNFCCC e no Acordo de Paris, bem como as relações entre o Norte e o Sul Global, surgem expectativas quanto às discussões deste item da agenda, com base nas posições dos países. É importante notar que as negociações sobre adaptação tendem a reforçar a divisão tradicional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

De maneira geral, países desenvolvidos, como Estados Unidos, União Europeia, Japão e Canadá, possuem recursos financeiros, infraestrutura e capacidades técnicas avançadas para implementar indicadores robustos, liderando debates sobre padronização metodológica e sistemas de monitoramento estabelecidos. Em contraste, países em desenvolvimento, especialmente os mais vulneráveis, enfrentam desafios significativos, como capacidade técnica limitada e falta de dados. Suas submissões frequentemente ressaltam a necessidade de apoio financeiro e capacitação, refletindo uma dependência estrutural de suporte internacional.

Enquanto os países desenvolvidos demonstram maior prontidão para reporte e monitoramento, com metodologias bem desenvolvidas e dados consistentes, os países em desenvolvimento, especialmente grupos vulneráveis como os LDCs e o AGN, relatam dificuldades em alinhar metodologias e coletar dados robustos. Isso pode gerar um potencial conflito quanto ao nível de exigência dos padrões, uma vez que os países em desenvolvimento são pressionados a cumprir requisitos que não refletem suas realidades e capacidades.

Observa-se, por parte de países desenvolvidos como Estados Unidos e Reino Unido, uma tendência em minimizar essas lacunas, destacando a robustez de seus sistemas, o que pode indicar uma tentativa de limitar o escopo dos compromissos de financiamento e apoio técnico a outros países. Por outro

lado, as submissões dos países em desenvolvimento enfatizam as lacunas de capacidade técnica e financeira, frequentemente mencionando a necessidade de recursos e fortalecimento de capacidades, refletindo a demanda por justiça climática e apoio para enfrentar os impactos desproporcionais das mudanças climáticas.

Além disso, há uma tendência entre os países desenvolvidos em focar a discussão no desenvolvimento de novos indicadores voltados ao refinamento de metodologias e à integração de dados com sistemas existentes, evitando a criação de novos compromissos de reporte que possam sobrecarregar seus sistemas. Em contrapartida, diversos países em desenvolvimento clamam por indicadores que abordem meios de implementação, como financiamento, capacitação e transferência de tecnologia, buscando garantir que o apoio, um ponto crítico das negociações, seja efetivamente monitorado e entregue.

A ênfase em indicadores desagregados e meios de implementação demonstra o esforço dos países em desenvolvimento em buscar o reconhecimento de suas vulnerabilidades e um sistema de monitoramento que reflita as disparidades de capacidade e responsabilidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A divergência de capacidade técnica e financeira expõe o desequilíbrio nas negociações, nas quais países em desenvolvimento exigem apoio para atender a requisitos que os países desenvolvidos já conseguem cumprir. Paradoxalmente, enquanto os países desenvolvidos reafirmam seu compromisso com a transparência e conformidade com o Acordo de Paris, esses compromissos não são acompanhados por compromissos financeiros claros - padrão que parece repetir-se neste item de agenda.

Em resumo, a análise evidencia uma tensão entre a capacidade de reporte e implementação dos países desenvolvidos e as demandas dos países em desenvolvimento por apoio e reconhecimento de suas vulnerabilidades. Por um lado, há resistência dos países desenvolvidos, como demonstra a submissão dos Estados Unidos, em adotar indicadores que abordem a mobilização de meios de implementação. Por outro, países em desenvolvimento persistem na demanda de inclusão de métricas que assegurem a mensuração efetiva do apoio financeiro, técnico e tecnológico necessário para promover a adaptação de todos.

Já o chamado de submissões sobre as questões mais operacionais relativas ao processo de implementação do Quadro UAE, prescritas no parágrafo 38

da decisão 2/CMA.5, contou com um número reduzido de submissões, o que prejudica a compreensão aprofundada sobre potenciais tensões negociais.

Os pontos principais de discussão desse grupo reduzido de documentos giram em torno de algumas áreas-chave, que incluem o uso de estruturas existentes *versus* a criação de novos mecanismos, a definição das fontes de informações e o papel do Objetivo Global de Adaptação (GGA) em futuros processos de Balanço Global.

As Partes que apresentaram submissões manifestam relativa convergência em relação à necessidade de adotar processos eficientes e evitar a duplicação de esforços. As submissões também revelam que as Partes que as apresentaram tendem a concordar que ainda não é o momento para o desenvolvimento dos Termos de Referência para a revisão da Estrutura do GGA, embora possa haver tensões sobre qual seria o cronograma e plano de trabalho adequado para essa avaliação futura.

Artigo 6

Este relatório aborda os recentes eventos relacionados ao processo de operacionalização do Artigo 6 do Acordo de Paris, especificamente as resoluções das 13ª e 14ª Reuniões do Órgão Supervisor do Mecanismo do Artigo 6.4 e as submissões apresentadas em face de chamado referente ao Artigo 6.8.

A 13ª Reunião do Órgão Supervisor do Mecanismo (SBM) do Artigo 6.4 foi realizada em Bonn, Alemanha, de 15 a 18 de julho de 2024, com foco em questões como governança, regulamentação, procedimentos e interação com as Partes interessadas. O SBM abordou temas como o planejamento estratégico, gestão de desempenho, metodologias, ciclo de atividade do mecanismo e relação com partes interessadas. Na ocasião, o SBM solicitou ao Secretariado a finalização de seu relatório anual à CMA, incluindo os resultados da reunião e o trabalho a ser realizado até a 14ª Reunião.

Em relação ao ciclo de atividades do Artigo 6.4, o SBM adotou procedimentos e padrões relevantes, incluindo o “Procedimento do ciclo de atividade do Artigo 6.4 para Programas de Atividades (PoAs)”, que detalha o desenvolvimento do ciclo de atividades e os requisitos para a implementação dos PoAs, e o “Padrão de validação e verificação do Artigo 6.4 para PoAs”, que estabelece requisitos para a validação e verificação dos PoAs e Projetos Componentes (CPs). Adicionalmente, o SBM considerou e

forneceu orientações sobre a "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4", direcionando o Secretariado para aprimorar o documento com vistas à sua adoção na 14ª Reunião.

No que diz respeito às metodologias, o SBM considerou notas informativas sobre os requisitos para metodologias e atividades envolvendo remoções, levando em conta contribuições das partes interessadas, e orientou o Secretariado a preparar rascunhos de recomendações para consideração e adoção pela CMA. A reunião também abordou o registro do mecanismo, com o SBM revisando e fornecendo orientações sobre o procedimento para o "Registro do mecanismo do Artigo 6.4" e instruindo o Secretariado a desenvolver um sistema de registro flexível para incorporar futuras orientações da CMA.

Por fim, o SBM adotou a versão revisada do "Procedimento para a transição das atividades do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para o mecanismo do Artigo 6.4" e aprovou a agenda provisória para a 14ª Reunião. A reunião destacou a importância do engajamento contínuo com Partes interessadas e observadores, incluindo a preparação de um guia de participação no Artigo 6.4 e procedimentos para aprimorar a comunicação direta com as Partes interessadas.

Na 14ª Reunião do SBM, realizada em Baku, Azerbaijão, de 5 a 9 de outubro de 2024, foram abordados pontos cruciais de governança e regulamentação. O SBM aprovou o adendo ao relatório anual a ser apresentado à CMA 6 e o plano preliminar de trabalho para 2025, destacando atividades como a revisão de padrões de mercado e certificação. Procedimentos importantes, como a "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4", o procedimento de "Monitoramento de desempenho das Entidades Operacionais Designadas (DOEs)" e o procedimento "Comunicação direta com as Partes interessadas" foram adotados.

Mas a decisão de destaque foi a adoção dos "Requisitos para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4" e os "Requisitos para atividades que envolvem remoções sob o mecanismo do Artigo 6.4". O SBM decidiu adotar uma conduta diferente da usual e concordou em recomendar à CMA que endosse as normas adotadas, ao invés de aprová-las, incluindo a necessidade de orientações adicionais, se houver.

Já quanto às submissões analisadas, essas referem-se à implementação do Artigo 6.8, que trata das abordagens não-mercadológicas (NMAs) no contexto do Acordo de Paris, e incluem contribuições dos Estados Unidos, AILAC (Peru), LMDC (Arábia Saudita), CGIAR, CLARA e União Europeia, destacando as impressões e sugestões de cada um sobre a implementação da primeira fase do Programa de Trabalho do Artigo 6.8 e recomendações para a realização da segunda fase.

Os Estados Unidos enfatizam a identificação e estruturação de atividades do Programa de Trabalho e a operacionalização da Plataforma NMA, sugerindo melhorias na eficiência das sessões e a inclusão de representantes indígenas nas discussões. O AILAC reconhece o progresso na identificação de NMAs, mas destaca a baixa participação de Partes interessadas e a necessidade de compartilhamento de melhores práticas para fortalecer as abordagens não-mercadológicas. O LMDC ressalta a importância de se avaliar o apoio financeiro, tecnológico e de capacitação para as NMAs nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e sugere maior cooperação internacional.

O CGIAR identifica a necessidade de capacitação para os pontos focais nacionais e maior clareza nas orientações para a implementação eficaz das NMAs, com destaque para a importância do fortalecimento de capacidades e expertise. A CLARA aponta a urgência de envolver comunidades indígenas e atores não-Partes na implementação das atividades, sugerindo a conexão das NMAs com meios de implementação e financiamento não baseado no mercado, além de recomendar maior inclusão das NMAs nas agendas climáticas futuras das COPs. Por fim, a União Europeia dá ênfase ao lançamento da Plataforma NMA, aos *workshops* realizados e chamadas para submissões com forte engajamento de diversas Partes. Para a segunda fase, sugere maior integração com outros programas da UNFCCC, além do uso completo da Plataforma NMA e organização direcionada de grupos derivados.

Este conjunto de submissões destaca a diversidade de perspectivas e a necessidade de aprimorar a operacionalização das NMAs para a segunda fase do Programa de Trabalho, reforçando a importância do envolvimento inclusivo e do fortalecimento de estruturas que apoiem a implementação das abordagens não-mercadológicas sob o Artigo 6.8 do Acordo de Paris.

Financiamento

Foram submetidas 18 contribuições escritas por países e grupos de países em resposta ao chamado de opiniões sobre a 11ª sessão do diálogo técnico de especialistas (TED) e o 3º encontro do AHWP, ambos realizados no âmbito do Programa de Trabalho *Ad Hoc* da NCQG (AHWP). O presente relatório selecionou 09 dessas contribuições para análise detalhada, com fundamento na relevância e participação ativa da Parte e grupos nos trabalhos deste item de agenda. Os encontros do AHWP são caracterizados por discussões acaloradas entre os participantes sobre os elementos a compor a NCQG, cuja extensão e profundidade das propostas habitualmente refletem o posicionamento de cada Parte no contexto de obrigações de financiamento climático (de prover ou receber recursos financeiros) previstas no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris. As submissões analisadas seguem de forma clara e inequívoca esta dinâmica.

Poucos países submeteram sugestões para o formato de realização da 11ª sessão do TED, que ocorreu simultaneamente ao 3º encontro do AHWP. Ainda, as poucas submissões que contemplaram sugestões de formato e abordagem para os trabalhos do TED foram sucintas e breves nas contribuições. O fato talvez demonstre falta de interesse das Partes na realização do TED, saturação do seu formato ou priorização dos encontros do AHWP nesta nova fase de redação do projeto de texto.

As propostas de estrutura para a NCQG seguem um padrão de similaridade, contemplando: contexto e preâmbulo; escopo e abrangência focal do financiamento; elementos qualitativos e quantitativos; acesso ao financiamento climático; cronograma e enquadramento temporal; arranjos de transparência e prestação de contas; e mecanismos de revisão e atualização.

Muitas submissões são sucintas nas menções diretas e referências às disposições da UNFCCC, dando preferência àquelas do Acordo de Paris. A UNFCCC possui redação restrita e impositiva sobre as obrigações de financiamento climáticos, incidentes sobre países mencionados no Anexo I (habitualmente denominados países desenvolvidos). Já a redação empregada no Acordo de Paris apresenta linguagem mais flexível e abrangente de participação global nos esforços de mobilização do financiamento climático, em consonância com o artigo 9.3.

A vinculação dos termos e compromissos da NCQG aos relatórios do IPCC é um ponto controverso. Os trabalhos empreendidos pelo IPCC adotam

metodologia científica e objetiva de levantamento amplo e geral das mudanças climáticas em múltiplas perspectivas. Os processos de negociação conduzidos no âmbito das Conferências das Partes e as decisões adotadas apresentam caráter político, cujos termos não correspondem, necessariamente, àqueles expressos como imprescindíveis pela ciência.

O balanço global (GST) é sugerido como instrumento de definição dos elementos quantitativos e de revisão/atualização da NCQG. O GST representa meio de avaliação da implementação do Acordo de Paris para determinar o progresso coletivo na consecução do propósito do próprio tratado e seus objetivos. O primeiro GST foi adotado na Conferência Climática de Dubai (decisão 1/CMA.5) e trouxe importantes considerações sobre financiamento climático. Sua adoção enquanto fundamento da NCQG pode direcionar os compromissos assumidos e revisados de financiamento climático.

A amplitude do escopo da NCQG representa ponto de grande controvérsia entre as Partes. Contribuições submetidas por países desenvolvidos limitam o escopo da NCQG para financiamento de ação climática de mitigação e adaptação, contemplando ainda outros compromissos de capacitação e transferência de tecnologia. Países em desenvolvimento defendem a inclusão de perdas e danos no escopo da NCQG.

Um dos elementos mais controversos e que habitualmente incita profundas cisões de posicionamento entre as Partes refere-se aos valores que devem compor a NCQG – elemento quantitativo. Muitos países (em sua maioria, desenvolvidos) submeteram contribuições sem menção expressa de valores a serem destinados para financiamento climático - ainda que tenham proposto redação a ser adotada, o espaço encontra-se em branco, a ser preenchido. Outros países (habitualmente, em desenvolvimento), no entanto, oferecem valores concretos de financiamento climático a serem contemplados na NCQG, seja em termos globais ou a serem considerados individualmente em cada área focal (mitigação, adaptação, perdas e danos). Os valores, quando sugeridos, fundamentam-se em diferentes instrumentos, como decisões prévias adotadas pela Conferência das Partes, o GST, ou mesmo relatórios do Comitê Permanente de Financiamento (SCF).

O processo da NCQG recebeu contribuições versando sobre combustíveis fósseis. Há um foco na necessidade de ação acelerada nesta década crítica, com o compromisso de todos em acelerar a ação climática, conforme o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR-RC). A transição dos combustíveis fósseis deve ser justa, sem favorecer sua

continuidade. Enfatiza-se a eliminação progressiva dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, exceto em casos de escassez energética ou quando relacionados a uma transição justa.

As contribuições também tratam sobre propostas de ampliação da base de países contribuintes responsáveis pela mobilização de recursos financeiros no âmbito da NCQG ou sua restrição aos países desenvolvidos. As principais diretrizes restringem a obrigação de fornecer e mobilizar recursos financeiros aos países desenvolvidos, cuja responsabilidade está vinculada às suas emissões históricas e capacidades econômicas, conforme estipulado pelo artigo 4 da Convenção e pelos artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris. No entanto, há abertura de espaço para contribuições voluntárias de outros países. Ainda, há reivindicação de que outros países assumam responsabilidades diante da capacidade evolutiva de suas economias, da justiça climática e da responsabilidade comum, porém diferenciada, entre os países.

Há grande controvérsia sobre a natureza juridicamente vinculante das obrigações previstas no âmbito da NCQG. Há países que se manifestam favoráveis à utilização de linguagem e adoção de disposições claras que asseverem a obrigatoriedade da mobilização de financiamento climático. No entanto, há países que, embora reconheçam a obrigação coletiva de fornecer financiamento climático (conforme o Artigo 9.1), alegam que essa obrigação não é quantificada, o que implica na ausência de uma imposição legal quanto ao montante específico de financiamento climático.

Há propostas que tratam a NCQG como estrutura ou meta inserida em múltiplas camadas de estruturas globais de compromissos de financiamento da ação climática. Uma das propostas assevera a NCQG como elemento de camada interna de financiamento concreto e quantificado. A NCQG, neste contexto, insere-se em um compromisso global de financiamento, que abrangeria todos os instrumentos, canais e atores de financiamento climático, contabilizando recursos domésticos e internacionais.

A integração do setor privado no processo da NCQG é controversa. Há propostas que afirmam expressamente o reconhecimento da importância do financiamento climático oriundo do setor privado para a ação climática dos países em desenvolvimento. No entanto, há ressalvas para que esses recursos sejam considerados de forma complementar ou mesmo que sejam excluídos da contabilidade de financiamento climático.

Todas as contribuições consideradas contemplam propostas de reforma da arquitetura financeira internacional. A diferença essencial reside na amplitude e profundidade das propostas. As contribuições consideram a remoção de barreiras sistêmicas que dificultam o fluxo de financiamento - como altos custos de capital, taxas de juros elevadas e impedimentos de capacidade; a harmonização e simplificação dos processos de acesso ao financiamento, especialmente no contexto das mudanças climáticas; a reorganização dos processos orçamentários nos países desenvolvidos; e o realinhamento das prioridades dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e das Instituições Financeiras Internacionais com os objetivos do regime climático internacional.

Por fim, a imprescindibilidade de se adotar um conceito claro e comum de financiamento climático é apontada na maioria das contribuições. As razões residem na busca de afastar investimentos e recursos que não atendam às necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento – por implicarem em maior endividamento, em razão do alto custo de capital ou elevadas taxas de juros, ou por serem oriundos de outras áreas (ODA, por exemplo). A adoção de um conceito único auxiliaria a metodologia e contabilidade do financiamento climático entregue e mobilizado. As propostas asseveram que o conceito deve contemplar recursos novos e adicionais, concedidos por meio de doações ou em caráter altamente concessionais, voltados para o financiamento de ações de mitigação, adaptação, perdas e danos, transferência de tecnologia, capacitação e outras áreas inerentes às mudanças climáticas.

Conforme previamente determinado na decisão 8/CMA.5, os co-facilitadores do programa de trabalho *ad hoc* publicaram recentemente o quadro substantivo para um projeto de negociação para consideração pela Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes no Acordo de Paris, na sua sexta sessão. Esse documento servirá de base para as discussões a serem conduzidas pelos países-Partes na CMA e consiste, essencialmente, em um texto-base com possíveis disposições e pacotes de opções sobre os termos e elementos que compõem a NCQG. Como texto que busca compilar todo o progresso realizado nos trabalhos que compuseram o programa de trabalho ao longo destes três anos, seu conteúdo é mais amplo do que o das submissões tratadas detalhadamente no presente documento. Todavia, seu conteúdo não reflete necessariamente todas as opiniões e posicionamentos dos países. Nesse passo, tem-se que as negociações não se encontram limitadas ao texto, de

modo que os países dispõem de liberdade para arguir elementos e abordagens diferentes daquelas contidas no documento.

A proposta da NCQG submetida ao apreço da CMA encontra-se organizada em seis diferentes capítulos: preâmbulo, contextualização, formulação de meta - incluindo elementos quantitativos e qualitativos -, arranjos de transparência, revisão e anexos. O terceiro capítulo - formulação de meta, incluindo elementos quantitativos e qualitativos -, por sua vez, apresenta oito subtítulos: formulações estruturais da meta; partilha de encargos e doadores; contexto de entrega da meta; foco temático; fontes, canais e instrumentos; destinatários; acesso; e redução de barreiras, em abordagem aos obstáculos e aumento das oportunidades para permitir financiamento climático e melhora da qualidade.

O texto de negociação considera parte expressiva das contribuições submetidas para o terceiro e último encontro do programa de trabalho *ad hoc* no âmbito da NCQG. Há integração entre a NCQG e outros instrumentos do regime climático (Planos Nacionais de Adaptação, também conhecidos como NAPs, e NDCs), assim como expressão clara de consideração das conclusões dos relatórios do IPCC, em consonância com a meta de manutenção do aumento da temperatura média global e a urgência de aumento dos fluxos financeiros para atender às necessidades e prioridades evolutivas dos países em desenvolvimento. O texto ainda busca enfrentar obstáculos de acesso ao financiamento e também estabelecer parâmetros mais claros de transparência, com intuito de não repetir os mesmos empecilhos verificados no âmbito da meta de mobilização de U$ 100 bilhões.

No entanto, há pontos polêmicos sugeridos no texto de negociação e disposições mantidas entre colchetes (*brackets*) que anunciam controvérsias e ausência de consenso a serem enfrentadas pelos negociadores. No que se refere ao *quantum* a ser mobilizado no âmbito da NCQG, há diferentes pacotes de opções que contemplam inserções expressas de valores (de acordo com estimativas prévias de custeio de NDCs, por exemplo) entre colchetes ou então em branco (ou seja, ainda a serem definidas). No que se refere à responsabilidade de mobilização, o texto considera de forma clara a possibilidade de aumento da base de contribuintes além dos países desenvolvidos. Ainda, a maior parte das menções a perdas e danos encontram-se entre colchetes, o que abre espaço para dúvidas sobre a capacidade da NCQG de abordar esta temática em seu escopo.

Mitigação

As discussões sobre o MWP estão entre as que suscitam mais discordância atualmente entre as Partes do Acordo de Paris.

Nas submissões consideradas neste relatório, há um importante debate em torno da consideração dos resultados GST no MWP de 2024. Nesse sentido, observa-se diferentes posições entre os países sobre a melhor abordagem para aumentar a ambição climática global.

O Grupo Árabe defende que o MWP respeite a natureza voluntária das NDCs, sem impor novas metas ou compromissos obrigatórios. O grupo argumenta que o MWP deve servir como um mecanismo facilitador para a troca de melhores práticas, a capacitação e o desbloqueio de financiamento, especialmente para os países em desenvolvimento. Em relação ao GST, o Grupo Árabe se opõe a transformar o MWP em um instrumento para implementar diretamente os resultados do GST, preferindo um enfoque que promova a ambição voluntária dos países por meio de eventos focados em investimentos e parcerias. Segundo o grupo, considerar os resultados do GST nos trabalhos do MWP representaria uma alteração do mandato do Programa de Trabalho, o que consideram inadmissível.

O grupo LMDC, representado pela Bolívia, alinha-se à posição do Grupo Árabe e defende que o MWP não deve ser um mecanismo prescritivo. Ele enfatiza que o aumento da ambição de mitigação deve respeitar as circunstâncias nacionais, com foco na necessidade de mais financiamento, tecnologia e capacitação para apoiar os países em desenvolvimento na implementação de suas NDCs.

Por outro lado, países como o Japão, a União Europeia e o Reino Unido têm uma abordagem mais alinhada à integração dos resultados do GST no MWP. Eles veem o MWP como uma plataforma para aumentar a ambição de mitigação e implementar os resultados do GST, que fornecem uma avaliação abrangente das ações climáticas globais e identificam lacunas que precisam ser abordadas para alcançar a meta de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. Esses países defendem que o MWP desempenhe um papel ativo na catalisação de ações concretas e na aceleração da transição para tecnologias limpas e sistemas de energia descarbonizados, especialmente em áreas urbanas e no setor de edificações.

A Austrália, em consonância com essas visões, apoia a inclusão dos resultados do GST no MWP, destacando a importância de uma abordagem

focada na descarbonização de sistemas urbanos e na transição energética. A Austrália identifica três estratégias principais para mitigar as emissões urbanas: redução do uso de energia e materiais; eletrificação e adoção de energias renováveis; e aumento do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul.

Em termos de convergência, há um consenso geral sobre a necessidade de o MWP facilitar a implementação das NDCs e promover a troca de melhores práticas, com foco no desenvolvimento sustentável, eficiência energética e transição para energias renováveis. Entretanto, o Grupo Árabe e o LMDC reforçam a natureza nacionalmente determinada dos compromissos, buscando evitar que os resultados do MWP guiem os esforços das Partes de maneira vinculante.

Essa discussão reflete as diferentes prioridades e capacidades dos países no que diz respeito à mitigação climática, evidenciando a tensão entre a necessidade de acelerar a ação climática global e o respeito à soberania e às circunstâncias nacionais.

Embora as submissões mais recentes, apresentadas após a SB 60, tenham sido mais propositivas, atendendo ao mandato de compartilhar visões sobre oportunidade e barreiras para a mitigação nos setores de sistemas urbanos e edifícios, há ainda uma relevante discussão sobre o mandato do MWP e sua relação com o GST. Em Bonn, essa dissonância levou à aplicação da Regra 16, ou seja, não houve qualquer avanço formal nas negociações, as quais terão início na COP 29 no mesmo ponto em que encerradas na COP 28.

Em 29 de outubro de 2024, o Secretariado publicou seu relatório síntese anual sobre o MWP. O documento traz uma compilação dos dois diálogos globais e dos eventos focados em investimento realizados no âmbito do programa.

Transição Justa

O relatório sobre o *Just Transition Work Programme* (JTWP) revela diferenças significativas nas abordagens dos países desenvolvidos - como Canadá, Estados Unidos e Austrália - em comparação com aquelas dos países em desenvolvimento - como Bolívia (LMDC), Samoa (AOSIS), Malawi (LDCs), Chile, Uganda (G77+China) e o Grupo Árabe. Países desenvolvidos, como o Canadá, colocam um grande foco na transição da força de trabalho

para uma economia de emissões líquidas zero. O Canadá destaca a criação de empregos decentes e de qualidade, a promoção dos direitos humanos, trabalhistas e dos povos indígenas como parte fundamental de sua estratégia de transição justa. Além disso, o papel dos minerais críticos é central para o Canadá, sendo esses recursos essenciais para o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia verde.

Nos Estados Unidos, a transição justa é vista como uma oportunidade para integrar direitos trabalhistas e proteção social no planejamento climático. O envolvimento de partes interessadas, especialmente organizações de trabalhadores, é considerado crucial para abordar os riscos e maximizar os benefícios da transição para uma economia de energia limpa. A criação de um ambiente doméstico propício e politicamente comprometido é considerada essencial pelos Estados Unidos para garantir que o setor privado e o público em geral apoiem essa transição.

Na Austrália, o foco principal está na requalificação dos trabalhadores de setores de alta emissão, como carvão e gás, e na promoção de um diálogo social inclusivo. A Austrália se preocupa em assegurar que a transição para uma economia de energia limpa seja justa e equitativa, com ênfase no envolvimento de comunidades locais e povos indígenas.

Em contraste, países em desenvolvimento como Bolívia, Samoa, Chile, o G77+China e o Grupo Árabe colocam um foco maior em questões de financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e desenvolvimento sustentável. Esses países reconhecem que a transição da força de trabalho é importante, mas enfatizam que a transição justa deve ir além disso, abordando questões estruturais como o acesso ao financiamento climático e a erradicação da pobreza. A Bolívia, representando os países em desenvolvimento de pensamento similar, defende que a justiça climática e a proteção da Mãe Terra sejam elementos centrais de qualquer transição justa, além de destacar a necessidade de assistência financeira e tecnológica dos países desenvolvidos para apoiar as transições dos países em desenvolvimento.

Samoa, representando os pequenos estados insulares, enfatiza a necessidade de criação de uma arquitetura financeira internacional que facilite o acesso a recursos para implementar suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) e planos de adaptação, com o objetivo de mitigar os riscos de endividamento e promover parcerias público-privadas. O Chile destaca a necessidade de melhorar as capacidades de adaptação nos setores econômicos e laborais, além de promover a criação

de empregos de qualidade e a reconversão produtiva. Já o Grupo Árabe, liderado pela Arábia Saudita, enfatiza a importância de uma diversificação econômica robusta e de um apoio financeiro e tecnológico significativo para garantir uma transição justa, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além das divergências sobre como implementar a transição justa, o escopo do trabalho do JTWP permanece como o ponto mais contencioso entre os países. As nações desenvolvidas, como Canadá, Estados Unidos e Austrália, defendem que a transição justa é um processo que deve beneficiar todas as comunidades dentro de seus próprios países, com um enfoque em fortalecer suas economias domésticas e aumentar a resiliência de suas populações. Por outro lado, os países em desenvolvimento adotam uma perspectiva mais voltada para a cooperação internacional, buscando maior apoio financeiro e tecnológico para sustentar suas transições e garantir que essas não comprometam seu desenvolvimento.

Com a aproximação da COP 30, a expectativa é de que os países busquem fortalecer suas posições, com o G77 desempenhando um papel central em contrapor as demandas e interesses dos países desenvolvidos. A atuação desse grupo será fundamental para equilibrar as negociações e garantir que as transições justas incluam as necessidades das nações mais vulneráveis, assegurando que a equidade e o financiamento adequado sejam temas centrais no debate global sobre clima e desenvolvimento sustentável.

ADAPTAÇÃO

Questões relativas aos indicadores do GGA

Tema	Objetivo Global de Adaptação Programa de Trabalho UAE-Belém sobre Indicadores Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global
Título	As Partes e os stakeholders não-Partes, incluindo órgãos constituídos relevantes, organizações das Nações Unidas e agências especializadas, bem como outras organizações relevantes de todas as regiões geográficas, devem submeter informações sobre indicadores existentes para medir o progresso em direção aos alvos mencionados nos parágrafos 9–10 da decisão 2/CMA.5, em uso nos níveis local, nacional, regional e global, incluindo, se disponíveis, informações sobre metodologias associadas e a prontidão dos dados para tais indicadores, bem como lacunas identificadas e áreas nas quais pode ser necessário o desenvolvimento de novos indicadores.
Mandato	FCCC/SBSTA/2024/7, para. 38 e FCCC/SBI/2024/13, para. 76, conforme decisão 2/CMA.5, para. 9-10.
Prazo	30/07/2024
Nome da sessão	SB61

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de Partes: 17
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 15
- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais: 5
- Submissões apresentadas por organizações observadoras: 16
- Submissões apresentadas por organizações não admitidas: 4

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

- Hungria (União Europeia);
- Ilhas Maurício;
- Japão;
- República Dominicana;
- Rússia;
- Filipinas;
- Butão;

- Estados Unidos;
- Reino Unido;
- Paquistão;
- Canadá;
- Malawi (LDC);
- Arábia Saudita (Grupo Árabe);
- Peru (AILAC);
- Panamá;
- Quênia (AGN); e
- Samoa (AOSIS).

Sobre o mandato do GGA

Decisão 2/CMA.5, parágrafos 9-10:
"9. Insta as Partes e convida os stakeholders não-Partes a perseguirem os objetivos delineados no parágrafo 8 acima e a aumentar a ambição e intensificar as ações e o suporte de adaptação, com o objetivo de acelerar uma ação rápida em escala e em todos os níveis, do local ao global, em alinhamento com outros marcos globais, visando a concretização, entre outros, dos seguintes alvos até 2030 e progressivamente além:

(a) Reduzir significativamente a escassez de água induzida pelo clima e aumentar a resiliência climática contra riscos relacionados à água, para garantir um abastecimento de água resiliente ao clima, saneamento resiliente ao clima e acesso à água potável segura e acessível para todos;

(b) Alcançar uma produção e abastecimento alimentar resilientes ao clima, além de distribuição de alimentos, aumentando a produção sustentável e regenerativa e o acesso equitativo a alimentos adequados e nutrição para todos;

(c) Alcançar resiliência contra impactos de mudanças climáticas na saúde, promovendo serviços de saúde resilientes ao clima e reduzindo significativamente a morbidade e mortalidade relacionadas ao clima, especialmente nas comunidades mais vulneráveis;

(d) Reduzir os impactos climáticos sobre os ecossistemas e a biodiversidade, e acelerar o uso de adaptação baseada em ecossistemas e soluções baseadas na natureza, incluindo sua gestão, aprimoramento, restauração e conservação, e a proteção de ecossistemas terrestres, de águas interiores, montanhas, marinhos e costeiros;

(e) Aumentar a resiliência da infraestrutura e dos assentamentos humanos aos impactos das mudanças climáticas para garantir serviços essenciais básicos e contínuos para todos, minimizando os impactos climáticos sobre a infraestrutura e os assentamentos humanos;

(f) Reduzir substancialmente os efeitos adversos das mudanças climáticas na erradicação da pobreza e nos meios de subsistência, em particular promovendo o uso de medidas de proteção social adaptativa para todos;

(g) Proteger o patrimônio cultural dos impactos dos riscos relacionados ao clima, desenvolvendo estratégias adaptativas para preservar práticas culturais e locais de patrimônio, além de projetar infraestruturas resilientes ao clima, orientadas pelo conhecimento tradicional, conhecimento dos povos indígenas e sistemas de conhecimento local.

10. Decide que o Quadro dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global inclui os seguintes alvos em relação às dimensões do ciclo iterativo de adaptação, reconhecendo a necessidade de intensificar a ação e o suporte à adaptação:

(a) Avaliação de impacto, vulnerabilidade e risco: até 2030, todas as Partes terão realizado avaliações atualizadas dos perigos climáticos, impactos das mudanças climáticas, exposição a riscos e vulnerabilidades, e terão utilizado os resultados dessas avaliações para informar a formulação de seus planos nacionais de adaptação, instrumentos de política e processos e/ou estratégias de planejamento. Até 2027, todas as Partes terão estabelecido sistemas de alerta precoce para múltiplos perigos, serviços de informações climáticas para a redução de riscos e observação sistemática para apoiar a melhoria de dados, informações e serviços relacionados ao clima;

(b) Planejamento: até 2030, todas as Partes terão implementado planos nacionais de adaptação, instrumentos de política e processos e/ou estratégias de planejamento que sejam orientados pelo país, sensíveis ao gênero, participativos e totalmente transparentes, abrangendo, conforme apropriado, ecossistemas, setores, pessoas e comunidades vulneráveis, e terão integrado a adaptação em todas as estratégias e planos relevantes;

(c) Implementação: até 2030, todas as Partes terão avançado na implementação de seus planos, políticas e estratégias nacionais de adaptação e, como resultado, terão reduzido os impactos sociais e econômicos dos principais perigos climáticos identificados nas avaliações mencionadas no parágrafo 10(a) acima;

(d) Monitoramento, avaliação e aprendizagem: até 2030, todas as Partes terão projetado, estabelecido e operacionalizado um sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem para seus esforços nacionais de adaptação e terão construído a capacidade institucional necessária para implementar completamente o sistema."

Monitoramento de cumprimento do prazo indicado pelo Secretariado (30/07/2024)

País/Grupo	Data de apresentação	Cumprimento do prazo
Hungria (União Europeia)	29/07/2024	Sim

Ilhas Maurício	30/07/2024	Sim
Japão	30/07/2024	Sim
República Dominicana	30/07/2024	Sim
Rússia	31/07/2024	Não
Butão	31/07/2024	Não
Filipinas	31/07/2024	Não
Estados Unidos	02/08/2024	Não
Reino Unido	06/08/2024	Não
Paquistão	12/08/2024	Não
Canadá	13/08/2024	Não
Malawi (LDC)	15/08/2024	Não
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	18/08/2024	Não
Peru (AILAC)	27/08/2024	Não
Panamá	28/08/2024	Não
Quênia (AGN)	01/09/2024	Não
Samoa (AOSIS)	03/09/2024	Não

QUADROS-RESUMO

Indicadores Existentes para a Mensuração de Progresso das Metas

País/Grupo	Resumo
Hungria (União Europeia)	A União Europeia apresenta um anexo junto com sua submissão, compilando uma lista inicial de indicadores para medir o progresso em diversas áreas, como segurança hídrica, agricultura, saúde, biodiversidade e infraestruturas vulneráveis, com detalhes sobre agências responsáveis e indicação de frequência de atualização das informações.
Ilhas Maurício	As Ilhas Maurício utilizam uma lista abrangente de indicadores para monitorar o progresso nas metas de adaptação em diversos setores, alinhados com as metas temáticas da Estrutura do Objetivo Global de Adaptação. Esses indicadores são baseados em metodologias dos ODS, do Marco de Sendai e da UNDRR. Ressaltam que o Plano Nacional de Adaptação (NAP) do país ainda está em desenvolvimento.
Japão	O Japão utiliza indicadores específicos para medir o progresso em adaptação climática em diversos setores, como agricultura, recursos hídricos e infraestrutura. Alinha-se a iniciativas globais, como os relatórios do Comitê de Adaptação e Marco de Sendai, para monitorar e reportar seu progresso. A plataforma AP-PLAT apoia a tomada de decisões climáticas na região da Ásia-Pacífico.
República Dominicana	A República Dominicana apresenta mais de 170 indicadores em desenvolvimento ou extraídos de instrumentos nacionais, focando na gestão de recursos hídricos, agricultura, turismo e infraestrutura costeira. Há uma ênfase na adaptação climática no setor agrícola e na restauração de ecossistemas, com indicadores voltados para reabilitação de sistemas de água, produção sustentável e monitoramento de ecossistemas vulneráveis. Também há indicadores relacionados à infraestrutura, resiliência climática, educação e sensibilização, embora não haja uma classificação temática clara para esses indicadores.

Rússia	A Rússia está desenvolvendo indicadores nacionais para avaliar o progresso nas metas de adaptação climática, incluindo impacto, vulnerabilidade e riscos. Os indicadores abordam potencial de danos, planejamento e implementação de medidas de adaptação, como planos aprovados e ações em andamento. A Rússia também destaca a importância de usar indicadores globais reconhecidos, como os ODS e o Marco de Sendai, para reduzir a carga de relatórios, especialmente para países em desenvolvimento, e sugere que a adaptação desses indicadores para o contexto climático seja esclarecida.
Butão	O documento do Butão foca na adaptação climática em ecossistemas de montanha, com indicadores específicos para segurança hídrica, agricultura, saúde, biodiversidade e infraestrutura. O país propõe indicadores para medir a adaptação nessas áreas, considerando as vulnerabilidades específicas das regiões de montanha.
Filipinas	As Filipinas destacam a importância de utilizar indicadores globais alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para medir o progresso nas metas de resiliência climática. Sugerem explorar painéis de indicadores climáticos do FMI e plataformas regionais como Climate-ADAPT para apoiar a formulação de indicadores globais.
Estados Unidos	Os Estados Unidos propõem uma abordagem baseada em indicadores nacionais e subnacionais para medir o progresso em adaptação climática, integrando indicadores locais, regionais e nacionais nos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). Sugerem que a avaliação de progresso deve alinhar-se aos relatórios nacionais e processos do Acordo de Paris, como o Balanço Global e os Relatórios Bianuais de Transparência. Destacam a importância de usar as análises do Comitê de Adaptação para desenvolver e refinar o mapeamento dos indicadores.
Reino Unido	O Reino Unido informa que utiliza uma estrutura de monitoramento desenvolvida pelo Climate Change Committee (CCC), que abrange 13 áreas temáticas para avaliar o progresso da adaptação climática, que combina indicadores quantitativos e qualitativos para medir a implementação de ações e políticas de

	adaptação. Quando não há indicadores específicos disponíveis, são usados indicadores proxy. Afirma que os indicadores utilizados são relevantes para o contexto nacional e alinhados com as metas do Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global.
Paquistão	O documento do Paquistão apresenta uma abordagem estruturada para medir o progresso das metas de adaptação por meio de indicadores em diferentes níveis: local, nacional, regional e global. Junto à submissão, o país apresenta um anexo de mais de 30 páginas exemplificando indicadores em múltiplas áreas, suas respectivas fontes, o escopo (local, nacional, regional, global), bem como lacunas identificadas para os referidos indicadores.
Canadá	O Canadá utiliza indicadores já existentes para medir o progresso nas metas de adaptação conforme sua Estratégia Nacional de Adaptação, que permite atualizações quando identificada necessidade. O sistema de monitoramento combina dados quantitativos e qualitativos, priorizando decisões informadas, equidade e inclusão, e eficiência de recursos.
Malawii (LDC)	A submissão dos LDCs apresenta 944 indicadores, extraídos principalmente das NDCs e NAPs de 16 países africanos. Aponta que áreas como saúde e água são sub-representadas, indicando a necessidade de uma avaliação mais ampla e qualitativa. A análise destaca que indicadores existentes, inclusive aqueles dos ODS e UNDRR, não cobrem adequadamente sistemas de alerta precoce e serviços de informação climática, recomendando o desenvolvimento de novos indicadores para capturar a dinâmica das mudanças climáticas e apoiar a formulação de políticas eficazes.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	O Grupo Árabe apresenta indicadores para medir o progresso em adaptação climática em diversos níveis. A nível regional, são mencionados indicadores meteorológicos como médias de temperatura, umidade, precipitação anual e número de tempestades de areia. Também dão destaque para utilização de indicadores de resiliência de meios de subsistência e cobertura de proteção social adaptativa para medir a resiliência das comunidades vulneráveis.

Peru (AILAC)	A AILAC desenvolveu uma matriz inicial com cinco indicadores prioritários para cada meta de adaptação, indicados para cada um dos países do grupo, aplicáveis em níveis nacional, local, regional e global. Destaca-se a necessidade de incluir áreas como assentamentos humanos, saúde, soluções baseadas na natureza, patrimônio cultural, erradicação da pobreza e proteção social adaptativa, que não estão plenamente abordadas nos planos nacionais de adaptação de todos os países membros. Alguns países (Chile, Panamá, Costa Rica e Honduras) estão em diferentes estágios de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação.
Panamá	O Panamá criou dois sistemas de Monitoramento e Avaliação para medir o progresso em adaptação climática e perdas e danos, com 37 indicadores ao todo. As informações estão disponíveis na Plataforma Nacional de Transparência Climática.
Quênia (AGN)	O AGN compilou mais de 1400 indicadores, principalmente de NAPs e NDCs africanas, além de estruturas multilaterais. Destaca a necessidade de desenvolver novos indicadores para cobrir lacunas nas estruturas atuais e abordar os três pilares do GGA: resiliência, capacidade adaptativa e vulnerabilidade, com aplicabilidade em diferentes níveis e desagregação por características demográficas e socioeconômicas.
Samoa(AOSIS)	A AOSIS propõe a adoção de indicadores do Global Set of Climate Change Indicators and Statistics (2022) alinhados às metas do GGA, destacando aqueles relevantes para medir a vulnerabilidade, resiliência e capacidade adaptativa. Excluíram indicadores que refletem impactos climáticos que não podem ser alterados por adaptação, priorizando aqueles que monitoram como as mudanças climáticas afetam pessoas e a gestão de ecossistemas e recursos.

Metodologias Associadas e Prontidão de Dados

País/Grupo	Resumo
Hungria (União Europeia)	A União Europeia utiliza metodologias detalhadas para muitos indicadores, com foco em dados de fontes nacionais e de agências meteorológicas e de saúde pública, que monitoram eventos climáticos extremos. A coleta de dados é regular e apoiada por institutos meteorológicos e de recursos naturais, evidenciando uma boa prontidão de dados para muitos dos indicadores.
Ilhas Maurício	As Ilhas Maurício utilizam metodologias baseadas em padrões internacionais para gerar indicadores anuais, divulgados em publicações oficiais e na plataforma do Monitor do Marco Sendai. O censo demográfico, realizado a cada dez anos, complementa esses dados. Apesar da estrutura estabelecida, o país enfrenta desafios na consistência das metodologias de coleta, o que impacta a comparabilidade e a confiabilidade dos indicadores.
Japão	O Japão destaca o uso de metodologias científicas para avaliação do progresso na adaptação climática, com monitoramento regular de indicadores como áreas protegidas contra enchentes e mapas de risco de desastres. Utiliza sistemas como o PDCA (Plan-Do-Check-Action) para garantir a coleta contínua de dados e a eficácia das medidas de adaptação.
República Dominicana	O documento indica que muitos dos indicadores ainda estão em implementação ou planejamento, baseando-se em dados coletados de instrumentos nacionais. No entanto, não há detalhes específicos sobre a prontidão dos dados ou as metodologias utilizadas.
Rússia	A submissão enfatiza a importância de harmonizar as diferentes metodologias utilizadas para avaliar riscos e danos, mas não fornece informações detalhadas sobre a prontidão dos dados disponíveis para essa harmonização.

Butão	O Butão utiliza o índice de Felicidade Nacional Bruta (GNH) como ferramenta central para medir indicadores relacionados ao acesso à água e participação agrícola, com uma metodologia já estabelecida para coleta e análise desses dados. Contudo, para indicadores como vigilância climática e resiliência a desastres, faltam detalhes sobre a prontidão de dados, sugerindo a necessidade de desenvolvimento adicional.
Filipinas	A submissão não fornece informações detalhadas sobre as metodologias associadas aos indicadores nem sobre a prontidão dos dados.
Estados Unidos	A submissão não entra em detalhes sobre a metodologia para coleta e tratamento de dados, mas os Estados Unidos consideram que já há prontidão de dados adequada para os indicadores existentes, cobrindo todos os objetivos do GGA. Na visão dos Estados Unidos, a estrutura existente é adequada para monitorar o progresso da adaptação, sem lacunas significativas nos indicadores atuais.
Reino Unido	A estrutura do CCC usa indicadores quantitativos e qualitativos de várias fontes para avaliar o progresso na adaptação no Reino Unido, com flexibilidade para mudanças no contexto das políticas. Apesar de indicar uma boa prontidão de dados, o documento apenas menciona um relatório ao Parlamento, sem fornecer detalhes específicos sobre a prontidão de dados.
Paquistão	A submissão não traz informações específicas sobre a capacidade nacional em termos de prontidão de dados, mas o país destaca a necessidade de fortalecer a prontidão de dados para melhorar a eficácia dos indicadores de adaptação, recomendando a criação de sistemas abrangentes de coleta, gestão e disseminação de dados e a manutenção de dados de referência para medir o progresso de forma precisa. Defende que a abordagem deve seguir as metodologias do IPCC e as diretrizes da UNFCCC para assegurar consistência, comparabilidade e transparência dos dados reportados.

Canadá	Os indicadores iniciais já estão disponíveis e em uso, indicando prontidão de dados adequada para monitorar as metas da Estratégia Nacional de Adaptação. A estrutura de monitoramento e avaliação (M&E) é flexível e será atualizada conforme novos dados surgirem, combinando indicadores quantitativos e qualitativos para uma avaliação mais abrangente dos impactos e das ações de adaptação.
Malawi (LDC)	Os LDCs enfrentam dificuldades metodológicas e limitações técnicas para implementar sistemas de monitoramento eficazes. A prontidão de dados varia amplamente, com muitos indicadores apresentando limitações devido à falta de métodos padronizados e recursos para coleta.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	As metodologias seguem padrões internacionais, como sensores remotos, mas faltam detalhes sobre prontidão dos dados. A coleta é anual para muitos indicadores, mas as informações sobre periodicidade e confiabilidade são limitadas.
Peru (AILAC)	A submissão aponta a diversidade de metodologias entre os países da AILAC, com exemplos como o sistema SIIVRA da Colômbia, que calcula o delta de risco climático com base em variações de perigo e vulnerabilidade. No entanto, destaca-se a falta de metodologias comuns e critérios específicos para monitorar e avaliar a eficácia das medidas de adaptação.
Panamá	As metodologias, baseadas na CEPAL, garantem prontidão de dados por meio de colaboração entre atores e adaptação contínua dos sistemas. A coleta de dados sobre perdas e danos ajuda a avaliar impactos climáticos e desenvolver políticas. Foram analisados eventos históricos, metodologias e dados sobre perdas e setores afetados.
Quênia (AGN)	A submissão ressalta que muitos indicadores existentes apresentam falta de clareza metodológica e necessitam de suporte de diferentes tipos de dados, como sensoriamento remoto, GIS, pesquisas domiciliares e dados computacionais, incluindo IA e dados móveis. A prontidão de dados é variável, com

	alguns indicadores quantitativos e agregáveis, enquanto outros enfrentam escassez de dados adequados, especialmente em países com recursos limitados.
Samoa (AOSIS)	Segundo a submissão, o Global Set de indicadores, modelo recomendado pelo grupo, inclui três níveis, com Tier 1 sendo o mais robusto e com ampla disponibilidade de dados, Tier 2 com dados disponíveis para menos países, e Tier 3 com menor solidez metodológica e possível falta de dados. O programa UAE-Belém deve decidir entre exigir metodologias comparáveis ou adotar uma abordagem pragmática para que os países reportem os dados que tiverem. A AOSIS destaca a importância de metodologias que integrem sensoriamento remoto e validação em campo, enfrentando desafios de prontidão de dados, especialmente em SIDS, devido a limitações técnicas e de recursos.

Lacunas e Necessidades

País/Grupo	Resumo
Hungria (União Europeia)	A submissão relata a necessidade de mais dados e financiamento em áreas específicas dentro do contexto europeu, como adaptação e vulnerabilidade, apontando a falta de pessoal em algumas de suas agências e de informações climáticas adequadas como obstáculos para o trabalho de adaptação em certos setores.
Ilhas Maurício	A submissão destaca várias lacunas que dificultam o monitoramento da adaptação climática nas Ilhas Maurício, como a ausência de um Plano Nacional de Adaptação formalmente adotado e a falta de um banco de dados nacional para centralizar informações. A inexistência de avaliações de vulnerabilidade em todos os setores e a carência de dados científicos sobre previsões climáticas afetam a capacidade de planejamento e implementação de medidas de adaptação. Além disso, aponta a falta de um quadro institucional e capacidade limitada para produzir estudos orientados para a realidade e valores locais.

Japão	O país defende que os indicadores devem ser flexíveis e adaptados às realidades regionais, evitando uma abordagem universal, considerando a limitação de certos indicadores a servirem para a realidade global.
República Dominicana	A submissão não menciona explicitamente lacunas ou necessidades relacionadas aos indicadores.
Rússia	A submissão recomenda esclarecer a relação entre os indicadores globais e a adaptação climática, aprimorando-os para essa finalidade. Propõe priorizar indicadores desagregáveis que possam ser aplicados a metas temáticas e ao ciclo de adaptação, além de sugerir a harmonização das metodologias de avaliação de riscos e danos entre indicadores globais e nacionais.
Butão	O documento destaca lacunas na vigilância de doenças sensíveis ao clima em áreas montanhosas e na cobertura de seguro agrícola para populações vulneráveis em regiões de alto risco climático. O Butão enfatiza a necessidade de estratégias de adaptação baseadas na natureza e de ampliar o uso de tecnologias sustentáveis para gestão de recursos hídricos e agrícolas nas montanhas.
Filipinas	O documento não menciona lacunas específicas de indicadores, mas destaca a importância dos meios de implementação para viabilizar a Estrutura UAE, conforme reconhecido na SB60.
Estados Unidos	Os Estados Unidos identificaram lacunas relacionadas a barreiras metodológicas na atribuição precisa do impacto das intervenções de adaptação. O documento destaca a importância de enfrentar esses desafios metodológicos e estatísticos para garantir a eficácia dos dados em diferentes escalas. Além disso, os Estados Unidos sugerem que as partes envolvidas colaborem com o Comitê de Adaptação para aprimorar o desenvolvimento e a aplicação de indicadores.
Reino Unido	O Reino Unido afirma que pode identificar áreas para novos indicadores à medida que o monitoramento das metas globais de adaptação se clarifica, embora não mencione lacunas específicas.

Paquistão	O Paquistão aponta como principais lacunas a inconsistência dos dados e a falta de indicadores desagregados por gênero e vulnerabilidade, o que dificulta a captura das experiências de comunidades vulneráveis, como mulheres e povos indígenas. Além disso, destaca a insuficiência de indicadores para riscos emergentes, como migração induzida pelo clima, impactos na saúde mental e resiliência urbana. O país utiliza a identificação dessas lacunas para sugerir potenciais caminhos de solução.
Canadá	Embora utilize amplamente indicadores, o Canadá reconhece que a identificação de indicadores específicos para todas as metas da NAS ainda está em andamento. Afirma que lacunas serão mais bem compreendidas após o mapeamento completo dos indicadores e metas globais.
Malawi (LDC)	A submissão aponta lacunas significativas, como a falta de indicadores em saúde e água, e a necessidade de fortalecer o monitoramento e avaliação (MEL). Destaca-se a escassez de dados sobre vulnerabilidade, além de desafios enfrentados pelos LDCs, que têm dificuldade em acessar financiamento — apenas 2% do financiamento global de adaptação chegou a eles em 2021/2022. Destaca o desafio na capacitação para coleta de dados e implementação de sistemas robustos.
Arábia Saudita, (Grupo Árabe)	O Grupo não menciona lacunas ou necessidades específicas, mas expressa expectativas para o processo, recomendando a inclusão de indicadores que abordem os meios de implementação.
Peru (AILAC)	A submissão aponta lacunas como a falta de dados quantitativos sobre o impacto das mudanças climáticas em setores, dificuldades na integração de análises de risco e vulnerabilidade, e desafios na criação de mecanismos de monitoramento. Também menciona a ausência de dados sobre custos de adaptação e a necessidade de desenvolver capacidades.
Panamá	Os desafios apontados pelo país incluem a necessidade de colaboração entre instituições para transferência de dados, orçamento apropriado para todas as fases do sistema, incertezas sobre os impactos

	das mudanças climáticas, reestruturação das metodologias de coleta de dados, envolvimento de partes interessadas, articulação com outras plataformas de informação e pessoal técnico permanente.
Quênia (AGN)	O documento aponta várias lacunas nos indicadores do GGA, incluindo a falta de evidências de cobertura de todos os pilares e a ausência de metodologias claras e dados consistentes, especialmente para capacidade adaptativa, resiliência e vulnerabilidade. A maioria dos indicadores não é desagregada por características demográficas e socioeconômicas, e há uma carência de indicadores que monitorem adequadamente os meios de implementação para todas as metas.
Samoa (AOSIS)	A submissão aponta o desafio de medir certos indicadores na ausência de dados disponíveis para todas as variáveis, sugerindo uma abordagem mais pragmática que considere a inclusão de dados parciais fornecidos por países ou regiões.

Áreas para o desenvolvimento de novos indicadores

País/Grupo	Resumo
Hungria (União Europeia)	O documento afirma que as visões sobre lacunas e áreas para novos indicadores não devem influenciar a compilação inicial, mas sim contribuir para discussões posteriores entre especialistas.
Ilhas Maurício	A submissão prioriza o desenvolvimento de metodologias padronizadas e diretrizes para coleta e análise de dados, além de fortalecer a infraestrutura de dados e promover a desagregação por características demográficas. Propõe novos indicadores, incluindo investimentos em infraestrutura hídrica, acesso à água, adoção de práticas resilientes e conscientização da comunidade sobre riscos climáticos.

Japão	O Japão recomenda que os indicadores sejam desenvolvidos com foco na especificidade de cada país, evitando a criação de indicadores genéricos sem metodologias claras.
República Dominicana	O documento da República Dominicana não apresenta informações específicas ou propostas sobre o desenvolvimento de novos indicadores, concentrando-se principalmente nos indicadores atualmente em desenvolvimento ou uso.
Rússia	A submissão propõe o desenvolvimento de indicadores para regiões de permafrost, como a proporção do território em risco de derretimento e o número de assentamentos com sistemas de monitoramento. Além disso, sugere indicadores específicos para a probabilidade de incêndios florestais, especialmente relevante para a Rússia, onde quase 50% do território é coberto por florestas.
Butão	O Butão propõe indicadores para infraestrutura resiliente a riscos criosféricos, como derretimento de geleiras, e para medir a eficácia de soluções de adaptação, como tecnologias de gestão inteligente da água. As áreas sugeridas para novos indicadores incluem a preservação de patrimônios culturais e naturais nas regiões montanhosas, com ênfase em gestão baseada em conhecimento tradicional e científico.
Filipinas	As Filipinas destacam a importância de utilizar indicadores com dados disponíveis e de fácil interpretação. O documento recomenda que os indicadores sejam agregáveis em diferentes níveis e desagregáveis por características demográficas e socioeconômicas, conforme as circunstâncias nacionais.
Estados Unidos	Os Estados Unidos concentram-se na melhoria dos sistemas de monitoramento existentes, sem indicar áreas prioritárias para novos indicadores. A ênfase está em refinar metodologias e melhorar a coleta e análise de dados, integrando indicadores quantitativos e qualitativos. A submissão sugere perguntas a serem consideradas para definir os indicadores, abordando limitações de mandato (frisando que o mandato não permite discussões sobre MoI), coleta e disponibilidade de dados, arranjos institucionais e aplicabilidade para políticas públicas.

Reino Unido	O Reino Unido propõe que o desenvolvimento de novos indicadores seja avaliado com base nas lacunas identificadas nos existentes. O documento menciona que os mapas de monitoramento no país têm flexibilidade para incluir novas políticas e ações de adaptação. Além disso, sugere que estruturas internacionais e indicadores já adotados sejam considerados na compilação dos novos indicadores.
Paquistão	O Paquistão recomenda a criação de uma Estrutura de Gestão Baseada em Resultados para Adaptação (RBM) para melhorar a medição das metas de adaptação. Sugere um banco de dados global de indicadores, a seleção de 20 a 30 indicadores-chave por setor, a elaboração de fichas técnicas detalhadas para cada indicador e a integração em plataformas globais como a RISQ. Essa abordagem visa padronizar o monitoramento das ações de adaptação e oferecer suporte aos stakeholders para seu uso eficaz.
Canadá	A submissão ressalta que a adaptação deve ser nacionalmente determinada, dificultando a definição de indicadores globais relevantes sem duplicar dados existentes, e que depende de trabalho contínuo para identificação de novos indicadores.
Malawi (LDC)	O grupo propõe indicadores pelos LDCs para fortalecer a capacidade adaptativa e resiliência, organizados em quatro dimensões: construção de capacidades, implementação de projetos, monitoramento e inclusão de grupos vulneráveis. Destaca a necessidade de novos indicadores para avaliar o impacto das adaptações, promover equidade e monitorar meios de implementação (MoI), além de reforçar a gestão de dados para uma avaliação mais precisa dos esforços de adaptação.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	O Grupo Árabe destaca a necessidade de refinar e desenvolver novos indicadores para monitorar os três pilares do Global Goal on Adaptation (GGA): capacidade adaptativa, resiliência e redução da vulnerabilidade. Eles pedem que o Grupo de Especialistas seja receptivo às orientações das Partes e mantenha um equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sugerem que o relatório de síntese compile todos os indicadores submetidos de forma abrangente e transparente, apresentando-os

	em um formato visual claro. Além disso, defendem que os indicadores globais sejam relevantes e adaptáveis às necessidades específicas de cada país ou região.
Peru (AILAC)	A AILAC enfatiza a necessidade de um conjunto mínimo de indicadores para cada meta da decisão 2/CMA.5, garantindo a avaliação coletiva do progresso em relação ao Global Goal on Adaptation (GGA). Propõe que após o programa de trabalho de dois anos, será necessário um período de teste para avaliar a eficácia dos indicadores, definindo na CMA 7 como será o acompanhamento e quem será responsável por essa tarefa.
Panamá	Os indicadores devem ser globalmente aplicáveis e adaptáveis, focando em problemas não resolvidos, como a qualidade e frequência do abastecimento de água. É crucial investir na capacitação de equipes para coletar dados que incluam variáveis de mudança climática e apoiar pesquisas para reduzir lacunas de conhecimento, especialmente em países com menor capacidade de coleta. A submissão também destaca a necessidade de desenvolver critérios específicos para medir a efetividade e sustentabilidade de soluções baseadas na natureza (NBS).
Quênia (AGN)	O AGN propõe o desenvolvimento de novos indicadores para meios de implementação que rastreiem melhor o suporte financeiro, capacitação e transferência de tecnologia. A submissão também recomenda aprofundar indicadores para monitorar a resiliência climática em relação a perigos hídricos, saneamento resiliente e escassez de água. Além disso, sugere a criação de indicadores focados na proteção de bens não econômicos, como práticas culturais e patrimônios históricos.
Samoa (AOSIS)	A submissão destaca a necessidade de distinguir entre adaptação e perdas e danos, além de desenvolver indicadores específicos para o contexto dos SIDS. Enfatiza a definição de indicadores para avaliar o progresso em relação aos meios de implementação, especialmente em financiamento, e propõe alguns na tabela ao final da submissão.

Destaques

País/Grupo	Resumo
Hungria (União Europeia)	A União Europeia enfatiza o uso de indicadores existentes para garantir simplicidade e aplicabilidade no programa UAE-Belém, destacando a necessidade de integrar esses indicadores com relatórios de outros processos da ONU, como os ODS e o Acordo de Kunming-Montreal, em um trabalho contínuo.
Ilhas Maurício	A complexidade das mudanças climáticas dificulta a previsão de seus impactos e a compreensão de riscos de longo prazo, como a elevação do nível do mar. Essa situação limita a criação de indicadores setoriais e o acesso a financiamentos climáticos. A falta de indicadores que reflitam as interconexões entre setores dificulta uma abordagem holística na formulação de políticas, impedindo uma visão integrada das interdependências climáticas.
Japão	O Japão destaca a plataforma AP-PLAT, que apoia a coleta de dados e a projeção de riscos climáticos, especialmente para países em desenvolvimento. Enfatiza a importância de medidas baseadas em evidências científicas e a flexibilidade dos indicadores para se adequar às realidades regionais, promovendo a adaptação liderada pelos países.
República Dominicana	A submissão enfatiza indicadores para gestão de recursos hídricos, segurança hídrica, saneamento e reabilitação de infraestrutura, focando na adaptação climática e desenvolvimento sustentável. Destaca parcerias público-privadas no setor hídrico e programas para fortalecer capacidades locais por meio de treinamentos e sensibilização.
Rússia	A Rússia encoraja o uso de indicadores existentes para reduzir a carga de relatórios, especialmente para países em desenvolvimento, e destaca a importância de indicadores de educação sobre mudanças climáticas.

Butão	O documento do Butão foca na vulnerabilidade dos ecossistemas montanhosos às mudanças climáticas, propondo indicadores contextualizados para monitorar a resiliência. Utiliza o índice de Felicidade Nacional Bruta (GNH) de modo inovador para avaliar o impacto no bem-estar das populações montanhosas e enfatiza soluções baseadas na natureza, como a restauração de ecossistemas frágeis e a gestão de conflitos entre humanos e vida selvagem.
Filipinas	As Filipinas destacam a importância dos meios de implementação para as metas do GGA. Apoiam abordagens baseadas em países, sensíveis ao gênero e transparentes, e concordam com indicadores que melhorem a capacidade adaptativa e reduzam a vulnerabilidade, sustentados por dados científicos e conhecimento tradicional. Também sugerem usar plataformas regionais de adaptação para informar indicadores globais e representar prioridades regionais nas metas globais de adaptação.
Estados Unidos	Destaca a limitação do mandato da SB60, que exclui a discussão sobre Meios de Implementação, e usa uma tabela com critérios relacionados à decisão sobre propostas de indicadores. A Parte também solicita uma reunião virtual de especialistas antes da SB61 para auxiliar na definição dos indicadores.
Reino Unido	O documento do Reino Unido destaca sua experiência em monitoramento da adaptação, que inclui relatórios regulares e o uso de indicadores proxy quando os diretos não estão disponíveis.
Paquistão	O Paquistão destaca a importância dos meios de implementação para a adaptação eficaz. Enfatiza a necessidade de integrar conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades locais, e defende uma abordagem participativa na aplicação dos indicadores. O país também ressalta a importância de fortalecer a coleta de dados e garantir a relevância dos indicadores, além de promover equidade de gênero e diversidade na seleção de especialistas. Sugere ainda que o papel do Comitê de Adaptação na definição de indicadores seja reconsiderado para permitir maior engajamento com stakeholders locais.

Canadá	O Canadá destaca a importância de indicadores que integrem a diversidade de dados, especialmente o conhecimento indígena na adaptação. Defende que o monitoramento deve seguir princípios de decisões informadas, equidade e uso eficiente de recursos. A submissão sugere resistência à adoção de indicadores globalmente aplicáveis se isso aumentar o ônus para a geração de dados.
Malawi (LDC)	Os LDCs criticam a resistência em incluir os MoI nos indicadores do GGA, o que limita sua capacidade de defender recursos em negociações. Eles apontam que menos de 20 dos 247 indicadores dos ODS são relevantes para rastrear MoI, evidenciando uma falha na integração do clima. A falta de indicadores adequados para meios de implementação também afeta a efetividade dos mecanismos e compromissos com a transparência.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	O Grupo Árabe destaca a importância de indicadores globais consistentes, mas flexíveis para contextos específicos. Enfatiza a transparência e colaboração na coleta de dados e a inclusão de indicadores de meios de implementação para monitorar compromissos financeiros dos países desenvolvidos. Propõe atualizações frequentes sobre o progresso do Grupo de Especialistas e sugere abrir uma nova janela para submissão de indicadores, além de uma reunião para esclarecer critérios antes dos workshops futuros.
Peru (AILAC)	Os países da AILAC destacam a importância de fortalecer capacidades para desenvolver indicadores e estabelecer linhas de base para o Objetivo Global de Adaptação. Enfatizam a necessidade de metodologias robustas para avaliações comparáveis e propõem um período de testes após o programa de trabalho de dois anos. Sugerem que, na CMA 7, se decida sobre o acompanhamento e os responsáveis para garantir a eficácia dos indicadores.
Panamá	O Panamá reafirma seu compromisso com o Sistema de Monitoramento e Avaliação, alinhado ao art. 7 do Acordo de Paris, destacando sua importância para avaliar o progresso e garantir a eficácia das estratégias de adaptação.

Quênia (AGN)	O AGN enfatiza a necessidade de indicadores específicos para cada elemento das metas do GGA, assegurando um monitoramento eficaz dos três pilares. Embora existam indicadores em estruturas multilaterais, muitos precisam ser adaptados para a adaptação climática. O documento destaca o potencial da rastreabilidade dos meios de implementação no progresso em direção às metas do GGA.
Samoa (AOSIS)	A submissão enfatiza que o programa de trabalho deve basear-se em princípios que considerem o contexto específico dos SIDS, adaptando indicadores globais a essa realidade. Os indicadores devem ser revisáveis, seguindo a lógica do ciclo iterativo da adaptação, e incluir tanto dados qualitativos quanto quantitativos, incorporando conhecimentos tradicionais e promovendo a desagregação por gênero, idade e deficiências. Além disso, destaca a importância de evitar ônus adicionais e aproveitar processos globais e da ONU.

RELATO DETALHADO

Indicadores Existentes para a Mensuração de Progresso das Metas

Hungria (União Europeia)

O anexo apresentado junto à submissão da União Europeia traz uma compilação inicial de indicadores para medir o progresso em áreas como segurança hídrica, agricultura, saúde, biodiversidade e infraestruturas vulneráveis. Entre os exemplos listados, estão o número de agências setoriais com análise atualizada de vulnerabilidade climática, indicadores de mortalidade relacionada ao calor e doenças transmitidas por vetores, a proporção de populações cobertas por sistemas de alerta precoce e áreas agrícolas afetadas por escassez de água, além da periodicidade de revisão desses dados pelas agências competentes. Para detalhes adicionais sobre os diversos indicadores e agências mencionados, recomenda-se a consulta direta ao anexo, pois os exemplos aqui apresentados são meramente ilustrativos e não exaustivos.

Ilhas Maurício

As Ilhas Maurício apresentam uma lista abrangente de indicadores existentes que são utilizados para monitorar o progresso nas metas de adaptação em vários setores. No setor de água (Target 9a), estão incluídos indicadores como a eficiência do uso da água (Indicador 6.4.1 dos ODS), a capacidade bruta de armazenamento de reservatórios e a qualidade da água doce em parâmetros selecionados de fontes subterrâneas e de rios. No setor de produção alimentar e agrícola (Target 9b), utilizam-se indicadores como a produção anual total de cultivos alimentares por unidade de área, número de cabeças de gado por fazenda e a proporção de áreas de cultivo sob práticas agrícolas sustentáveis. Para o setor de saúde (Target 9c), utilizam-se indicadores de impactos na saúde relacionados ao clima, como doenças respiratórias registradas em hospitais públicos, casos de asma e doenças transmitidas por água e alimentos. No que diz respeito a ecossistemas e biodiversidade (Target 9d), são utilizados indicadores como a área florestal em proporção à área total de terra, a proporção de áreas protegidas e a população de fauna nativa. No setor de resiliência de infraestrutura (Target 9e), utilizam-se indicadores do Marco de Sendai, como

a descrição das estratégias locais de Redução de Riscos de Desastres (DRR), capacidade de abrigos de emergência e perdas econômicas diretas atribuídas a desastres. Para o setor de erradicação da pobreza (Target 9f), os indicadores são baseados na metodologia dos ODS e incluem a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza e a proporção da população com acesso a serviços básicos. Em relação às metas dimensionais (parágrafo 10), destacam que a NAP ainda está em desenvolvimento. A submissão também reflete a relação dos indicadores com outras métricas internacionais, e que muitos dos indicadores referentes à agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável são avaliadas de forma recorrente, refletindo a correlação do desenvolvimento com a agenda de adaptação.

Japão

O Japão utiliza uma série de indicadores existentes para mensurar setorialmente o progresso nas metas de adaptação às mudanças climáticas, conforme detalhado no seu Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas. Os setores contidos nos indicadores utilizados pelo Japão incluem agricultura (mensurado pela área plantada com cultivares de arroz resistentes a altas temperaturas e infraestrutura protegida contra enchentes), florestas (mensurado pela taxa de dano por doenças em florestas de pinheiro preservadas), pesca (mensurado pela conservação de ecossistemas de ervas marinhas e número de espécies avaliadas com base no rendimento máximo sustentável), recursos hídricos (mensurado pela publicação de cronogramas de resposta à seca), ecossistemas naturais (mensurado pela conservação de recifes de corais e monitoramento de zonas alpinas/subalpinas), desastres naturais e áreas costeiras (mensurado pela existência de planos de infraestrutura contra enchentes e mapas de risco para deslizamentos), saúde humana (mensurado pelo número de mortes relacionadas ao calor e campanhas de conscientização sobre insolação), e infraestrutura urbana e linhas vitais (mensurado pela infraestrutura de água e navegação preparada para desastres e projetos de infraestrutura verde nas cidades). No documento, o Japão menciona sua participação e alinhamento com outras iniciativas globais existentes de indicadores, reconhecendo o acúmulo de esforços dentro de contextos internacionais para mensuração do progresso em adaptação climática. O Japão destaca o uso de relatórios do Comitê de Adaptação, especialmente o relatório técnico de 2021 intitulado "Approaches to reviewing the overall progress made in achieving the global goal on adaptation" e o relatório de

2022 "Compilation and synthesis of indicators, approaches, targets and metrics for reviewing overall progress made in achieving the global goal on adaptation". Esses relatórios fornecem uma base de indicadores já desenvolvidos globalmente e utilizados como ponto de partida para o desenvolvimento de novos indicadores no âmbito do Programa de Trabalho UAE-Belém. Iniciativa Asia-Pacific Platform for Climate Change Adaptation (AP-PLAT): O Japão usa esta plataforma para promover a tomada de decisões baseadas em risco climático na região da Ásia-Pacífico, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e implementação de planos de adaptação, inclusive com o uso de ferramentas e dados disponíveis em plataformas internacionais. Integração com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Embora não mencione diretamente os ODS no texto, o Japão considera o alinhamento com iniciativas como o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres e outras plataformas globais que fornecem indicadores sobre resiliência e adaptação climática. Essas menções refletem o compromisso do Japão em utilizar indicadores já estabelecidos em plataformas globais para monitorar e reportar seu progresso, além de contribuir para o desenvolvimento contínuo desses indicadores em discussões internacionais. Para mais informações e exemplos sobre os múltiplos exemplos de indicadores e agências apontados pela Parte, recomenda-se consulta direta ao anexo apresentado, visto que o que está indicado aqui é meramente exemplificativo, e não exaustivo.

República Dominicana

A República Dominicana apresenta mais de 170 indicadores, muitos dos quais estão em desenvolvimento, enquanto outros foram extraídos de diferentes instrumentos nacionais. Esses indicadores abrangem áreas como gestão de recursos hídricos, agricultura, turismo e infraestrutura costeira, além de ações relacionadas à mitigação e adaptação climática, como o monitoramento da criação e implementação de projetos voltados para essas áreas. Não há uma classificação temática dos indicadores apresentados, que são apenas listados na submissão da Parte.

Vários indicadores estão relacionados ao fornecimento, produção, distribuição e qualidade da água. Isso inclui a reabilitação de sistemas de produção e distribuição, controle da qualidade da água, construção de áreas úmidas artificiais e restauração de ecossistemas aquáticos. Exemplos incluem o número de sistemas de água reabilitados, o volume de água

tratada e os programas de gestão hídrica por meio de parcerias público-privadas.

No setor agrícola, há um foco significativo na adaptação climática, com indicadores que medem áreas cultivadas com sistemas de irrigação, hectares sob produção sustentável e programas destinados a adaptar produtores e pecuaristas às mudanças climáticas, como o programa MEGALECHE e iniciativas de produção de arroz. Os indicadores relacionados à restauração de ecossistemas terrestres e costeiros aparecem com alta frequência, abordando a reabilitação de áreas degradadas, a restauração de margens de rios e áreas costeiras, além do monitoramento de ecossistemas vulneráveis. Exemplos incluem o número de hectares restaurados e a proporção de áreas protegidas e restauradas. Também são mencionados indicadores voltados para a infraestrutura, resiliência climática, educação e sensibilização.

Rússia

A Rússia está atualmente desenvolvendo indicadores a nível nacional para mensurar o progresso em relação às metas de adaptação climática. Esses indicadores incluem categorias voltadas para a avaliação de impacto, vulnerabilidade e riscos climáticos, como o número total dos riscos climáticos específicos no território, a área sob risco e o número de pessoas vulneráveis às mudanças climáticas. Também são considerados indicadores que medem o potencial de danos, como o número de pessoas vulneráveis ou o potencial de danos desagregados no território.

Além disso, há indicadores voltados para o planejamento, como o número de planos de adaptação aprovados e a quantidade de territórios com planos de resposta emergencial atualizados. Para a implementação, a Federação propõe indicadores que avaliam o número de ações de adaptação realizadas ou em andamento, além dos custos dessas ações, com possibilidade de desagregação por territórios e atividades econômicas. No que diz respeito ao monitoramento e avaliação, são destacados indicadores como danos reais causados por riscos climáticos, número de pessoas afetadas e a eficiência econômica das medidas de adaptação, medida pela relação entre despesas com adaptação e a redução estimada de danos.

A Federação Russa incentiva o uso de indicadores globais existentes para reduzir a carga de relatórios, especialmente para países em

desenvolvimento. Eles destacam a importância de adotar indicadores de estruturas globais reconhecidas, como:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres (SFDRR);
- Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (KMBF);
- Marco Estratégico da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

Essas estruturas e marcos são considerados referências centrais para medir o progresso em direção às metas de adaptação climática. O documento também menciona que os indicadores fornecidos por organizações internacionais responsáveis por dados devem ser levados em consideração. Além disso, a Rússia sugere que, ao utilizar indicadores globais, seria benéfico esclarecer como esses indicadores se relacionam com a adaptação às mudanças climáticas ou como poderiam ser melhorados para servir diretamente a esse propósito.

Butão

A submissão apresentada pelo Butão é claramente orientada para a adaptação climática em ecossistemas de montanha, apresentando indicadores específicos para medir o progresso em temas como segurança hídrica, agricultura, saúde, biodiversidade e infraestrutura. Por exemplo, na segurança hídrica, os indicadores incluem o monitoramento da eficiência do uso da água e a proporção de lares em áreas montanhosas com acesso à água potável encanada. No setor agrícola, o foco está na resiliência das terras agrícolas de montanha, com indicadores como a proporção de terras sob irrigação e o cultivo de variedades resistentes à seca.

Para a saúde, os indicadores avaliam o acesso a serviços de saúde em regiões montanhosas e o estabelecimento de sistemas de vigilância para doenças sensíveis ao clima. Em termos de biodiversidade e ecossistemas, são medidos a área de terras protegidas em regiões montanhosas, o uso de soluções baseadas na natureza e a restauração de ecossistemas frágeis, como áreas de pastagens de alta altitude. No que diz respeito à infraestrutura, o Butão propõe indicadores relacionados à resiliência de assentamentos em montanhas, como a redução de assentamentos em

zonas de alto risco e a implementação de sistemas de alerta precoce para desastres. Para mais informações sobre os exemplos de mensuração sugeridos pela Parte, recomenda-se a consulta direta ao documento apresentado, visto que o que está indicado aqui é meramente exemplificativo e não exaustivo.

Filipinas

As Filipinas destacam a importância de utilizar indicadores globais já existentes, especialmente aqueles alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para medir o progresso em direção às metas da Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global. Entre os indicadores recomendados estão a proporção da população com acesso a serviços de água potável segura, serviços de saneamento gerenciados de forma segura e a gestão participativa de recursos hídricos. No contexto da resiliência alimentar, são mencionados indicadores como a prevalência de subnutrição e a proporção da área agrícola sob práticas produtivas e sustentáveis.

Em termos de saúde, as Filipinas sugerem o uso de indicadores como a cobertura de serviços essenciais de saúde e a taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar e à água não segura. Para a biodiversidade e ecossistemas, os indicadores recomendados incluem a área florestal como proporção da área total de terras e a cobertura de áreas protegidas em relação às áreas marinhas e terrestres. Esses indicadores já estão em uso e têm metodologias estabelecidas, facilitando sua integração ao monitoramento das metas de adaptação climática.

Além disso, as Filipinas sugerem a exploração de painéis de indicadores climáticos, como os mantidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que fornecem dados sobre resiliência financeira e institucional para enfrentar desastres e eventos climáticos extremos. O documento também menciona plataformas regionais de adaptação e resiliência, como o Portal de Riscos e Resiliência da Ásia-Pacífico e a Plataforma de Adaptação Climática Europeia (Climate-ADAPT), que podem fornecer informações sobre prioridades de adaptação, custos e resultados para informar a formulação de indicadores globais. A submissão é finalizada com uma tabela explicitando os indicadores atualmente adotados pela Parte e sua

relação com a mensuração do progresso nas metas temáticas e dimensionais do GGA.

Estados Unidos

Os Estados Unidos sugerem uma abordagem baseada em indicadores nacionais e subnacionais para medir o progresso em direção ao Objetivo Global de Adaptação (GGA), com foco na integração de indicadores locais, regionais e nacionais no planejamento de adaptação. Um ponto central na submissão é a visão de que o progresso em adaptação deve estar vinculado ao processo dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), que identificam as prioridades de adaptação de cada país e fornecem a base para o monitoramento, avaliação e aprendizado.

Os indicadores devem fortalecer esses sistemas dos NAPs, ajudando os países a monitorar e medir seu progresso em relação ao GGA, especialmente em níveis nacional e subnacional. É enfatizado que a revisão do progresso na adaptação deve ser feita em consonância com os relatórios nacionais e com processos existentes dentro do regime do Acordo de Paris, como o Balanço Global e os Relatórios Bianuais de Transparência. Embora os relatórios devam ser comunicados de forma transparente, os Estados Unidos destacam que os dados não devem ser utilizados ou processados por outras agências da ONU e que os resultados do processo de avaliação devem ser apenas uma das formas de identificar possíveis indicadores.

Além disso, os Estados Unidos frisam que o secretariado, os especialistas e as Partes devem utilizar as análises realizadas pelo Comitê de Adaptação no desenvolvimento e refinamento do mapeamento, bem como nos resultados do trabalho. A submissão inclui uma tabela com exemplos concretos de indicadores utilizados em diversas áreas, como infraestrutura, saúde pública, gestão de recursos naturais e planejamento urbano. Esses indicadores abrangem tanto métricas quantitativas (como taxas de doenças ou número de infraestruturas resilientes) quanto avaliações qualitativas (como o nível de colaboração entre entidades governamentais).

Reino Unido

O Reino Unido informa em sua submissão que utiliza uma estrutura de monitoramento desenvolvida pelo Climate Change Committee (CCC), que abrange treze áreas temáticas para avaliar o progresso da adaptação

climática. Atualizada em 2023, essa estrutura utiliza tanto indicadores quantitativos quanto qualitativos para medir a implementação de ações de adaptação e o progresso nas políticas e planos. Quando não há indicadores disponíveis, o CCC recorre a indicadores proxy. Conforme informado pela Parte, muitos dos indicadores em uso são aplicáveis ao contexto nacional e relevantes para as metas do Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global.

Paquistão

O documento do Paquistão apresenta uma abordagem estruturada para medir o progresso das metas de adaptação por meio de indicadores em diferentes níveis: local, nacional, regional e global. Para o nível local, o país propõe um índice composto derivado de pesquisas domiciliares, avaliações de infraestrutura e dados climáticos locais para capturar os impactos e a eficácia da adaptação de maneira localizada. No nível nacional, recomenda indicadores alinhados com as metas do Plano Nacional de Adaptação (NAP), abrangendo a adoção de políticas, implementação de projetos e esforços de capacitação. No nível regional, sugere combinar dados socioeconômicos, modelos climáticos e indicadores ambientais para avaliar as estratégias de adaptação e seus resultados. Globalmente, propõe um índice composto baseado em relatórios nacionais, avaliações internacionais e dados de risco climático para medir o progresso e alinhar-se com as estruturas de adaptação internacional.

O documento inclui exemplos de indicadores, como o nível de estresse hídrico, mortalidade atribuída à água e saneamento inseguros, e a proporção de corpos d'água com boa qualidade, todos fundamentados nos ODS e em outros indicadores globais. Junto à submissão, o país apresenta um anexo de mais de 30 páginas exemplificando indicadores em múltiplas áreas, suas respectivas fontes, o escopo (local, nacional, regional, global), e as lacunas identificadas para os referidos indicadores.

Canadá

O Canadá utiliza uma série de indicadores já existentes para medir o progresso nas metas de adaptação em nível nacional, conforme descrito em sua Estratégia Nacional de Adaptação (NAS). Esses indicadores têm diversos propósitos e estão disponíveis para mensurar as metas do Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global. Exemplos incluem o percentual de

domicílios com sistemas de resfriamento, relacionado à saúde e bem-estar (meta 9c); o percentual de domicílios com acesso a áreas verdes próximas, ligado à saúde, bem-estar e biodiversidade (metas 9c e 9d); a proporção de áreas terrestres e marinhas conservadas, vinculada à natureza e biodiversidade (meta 9d); dados sobre colheitas e estoques pesqueiros, relacionados à economia e aos trabalhadores (meta 9f); e o número de avisos de água potável a longo prazo em reservas indígenas, que se relaciona com as metas de água e infraestrutura (metas 9a e 9f).

Esses indicadores oferecem uma visão abrangente dos progressos em adaptação em várias áreas temáticas. Todos os indicadores mencionados já estão disponíveis ou em uso para outros fins, indicando uma boa prontidão de dados para monitorar as metas da Estratégia Nacional de Adaptação. A estrutura de monitoramento e avaliação (M&E) é flexível e será atualizada conforme novos dados se tornem disponíveis.

A abordagem canadense combina indicadores quantitativos e qualitativos para uma visão mais completa dos impactos das mudanças climáticas e das ações de adaptação. A metodologia de M&E é orientada por princípios fundamentais, como a tomada de decisões informadas, que garantem que a estrutura monitore a implementação da estratégia e apoie objetivos de aprendizado mais amplos, proporcionando uma base sólida para decisões baseadas em evidências.

A diversidade de dados é assegurada pelo uso de indicadores de processos e resultados, complementados por métricas qualitativas, como estudos de caso, para oferecer uma visão holística dos impactos climáticos e das respostas de adaptação. Outros princípios são a equidade e a inclusão, reconhecendo que as mudanças climáticas não afetam todos de maneira igual. A desagregação dos indicadores por fatores de equidade destaca lacunas e apoia decisões informadas que beneficiem toda a população canadense. Além disso, a estrutura oferece oportunidades para destacar o papel de liderança dos Povos Indígenas em questões climáticas e respeitar a soberania de dados indígenas.

O princípio da eficiência de recursos promove o uso de dados relevantes já existentes, permitindo a rápida implementação dos indicadores e evitando esforços duplicados. Os indicadores potenciais são avaliados quanto à sua relevância, acessibilidade, facilidade de interpretação e precisão dos dados,

garantindo que apenas informações significativas sejam incluídas. Por fim, a abordagem iterativa assegura que o monitoramento e a avaliação da adaptação em nível nacional permaneçam flexíveis e em constante aprimoramento, com indicadores sendo atualizados conforme novos dados se tornem disponíveis. Os resultados serão publicados como parte do processo de relatórios da estratégia, informando o desenvolvimento de futuras estratégias e objetivos.

Malawi (LDCs)

O Grupo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) apresenta uma vasta gama de indicadores existentes, principalmente provenientes das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) de países africanos. Ao todo, são apresentados 944 indicadores em um anexo em paralelo à submissão, utilizados por 16 países LDCs, cobrindo uma ampla gama de atividades de adaptação. A maioria desses indicadores está voltada para a etapa de implementação do ciclo de adaptação, com ênfase na agricultura, setor predominante devido à sua importância para as economias e subsistência desses países. Outros setores, como saúde e água, estão sub-representados, indicando a necessidade de uma avaliação mais abrangente das ações de adaptação em diferentes setores.

A análise dos indicadores demonstra uma ênfase na mensuração da capacidade adaptativa, com 89,3% dos indicadores focados neste aspecto, enquanto apenas 20% são qualitativos. Isso reflete a capacidade dos LDCs de quantificar esforços de adaptação, mas também a necessidade de indicadores que capturem aspectos mais complexos e qualitativos da adaptação. Os LDCs observam que muitos indicadores existentes, incluindo aqueles dos ODS e do UNDRR, não cobrem adequadamente elementos como sistemas de alerta precoce multirriscos, serviços de informação climática para redução de riscos e observação sistemática para apoiar a melhoria dos dados climáticos. Portanto, recomendam o desenvolvimento de novos indicadores que possam captar a natureza dinâmica das mudanças climáticas e fornecer dados detalhados e granulares para avaliações mais precisas e baseadas em evidências, auxiliando na formulação de planos nacionais de adaptação e políticas eficazes.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

O Grupo Árabe destacou uma série de indicadores existentes para medir o progresso em direção às metas de adaptação, abrangendo diferentes níveis. A nível regional, são mencionados indicadores meteorológicos, como médias de temperatura, umidade, precipitação anual e o número de tempestades de areia. Indicadores específicos para a gestão de recursos hídricos incluem a quantidade total de demanda de água, o estresse hídrico e o índice de saúde dos ecossistemas de água doce. No setor agrícola, são utilizados indicadores como o número total de palmeiras, áreas cultivadas e índice de segurança alimentar. Indicadores relacionados à saúde incluem a incidência de problemas respiratórios e o treinamento de profissionais de saúde para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Para ecossistemas e biodiversidade, os indicadores incluem a área de terras florestadas, áreas expostas à desertificação e campanhas de reflorestamento. No setor de infraestrutura, há indicadores sobre resiliência a inundações, número de árvores plantadas e sistemas de alerta precoce. Além disso, são utilizados indicadores de resiliência de meios de subsistência e cobertura de proteção social adaptativa para medir a resiliência das comunidades vulneráveis.

Peru (AILAC)

O documento descreve que os países membros da AILAC desenvolveram uma matriz inicial com cinco indicadores prioritários para cada meta temática e dimensional do ciclo de adaptação. Esses indicadores podem ser aplicados em níveis nacional, local, regional e global. Exemplos específicos de indicadores desenvolvidos incluem aqueles relacionados à mudança de risco climático, sensibilidade e capacidade adaptativa, como parte do Sistema Integrado de Informação sobre Vulnerabilidade, Risco e Adaptação às Mudanças Climáticas (SIIVRA) na Colômbia. Na submissão, destaca-se que alguns países do grupo (Chile, Panamá, Costa Rica e Honduras) estão em fases diferentes de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação. O grupo também observa que certas áreas cobertas pelo GGA, como assentamentos humanos, saúde humana, soluções baseadas na natureza (NBS), patrimônio cultural, erradicação da pobreza e proteção social adaptativa, não estão atualmente sendo abordadas pelos planos nacionais de adaptação de todos os países do grupo.

Panamá

O Panamá informa, em sua submissão, que desenvolveu dois sistemas de Monitoramento e Avaliação (M&E) para mensurar o progresso nas metas de adaptação às mudanças climáticas. O Sistema de Monitoramento e Avaliação da Adaptação às Mudanças Climáticas (M&E - Adaptação) monitora medidas de adaptação e acompanha programas, projetos, políticas e planos de adaptação em nível nacional. O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Perdas e Danos (M&E-P&D) sistematiza dados e estima perdas econômicas e não econômicas causadas por eventos climáticos extremos e de início lento. Os sistemas utilizam 37 indicadores ao todo, sendo 21 para adaptação e 16 para perdas e danos. Essas informações estão disponíveis publicamente na Plataforma Nacional de Transparência Climática (PNTC).

Quênia (AGN)

O documento menciona que foram compilados mais de 1.400 indicadores relevantes, dos quais 1.300 são provenientes de Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) africanas. Outros 54 indicadores são de estruturas multilaterais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres, o Fundo Verde para o Clima e o Fundo de Adaptação. Adicionalmente, 46 indicadores foram extraídos dessas estruturas para metas dimensionais. Esses indicadores são utilizados para medir o progresso em vários níveis: local, nacional, regional e global. O AGN destaca a necessidade de desenvolver novos indicadores para preencher lacunas existentes nas atuais estruturas multilaterais, especialmente para abordar cada um dos três pilares do GGA: fortalecer a resiliência, aumentar a capacidade adaptativa e reduzir a vulnerabilidade. O documento identifica a necessidade de indicadores que possam ser aplicáveis a diferentes níveis e desagregados por características demográficas e socioeconômicas.

Samoa (AOSIS)

A Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) propõe a adoção de indicadores baseados no Global Set of Climate Change Indicators and Statistics (2022) e apresenta uma correlação dos indicadores existentes no Global Set com as metas temáticas do GGA. O grupo também aponta as

relações entre esses indicadores e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como com o Marco de Sendai. Há uma forte justificativa para alinhar o Global Set com as metas do GGA.

Destaca-se que indicadores diretamente vinculados aos impactos climáticos, mas que não podem ser alterados por respostas de adaptação, foram excluídos da análise. Em contrapartida, foram priorizados os indicadores que abordam como as mudanças climáticas afetam as pessoas, expondo vulnerabilidades, e como a sociedade gerencia ecossistemas e recursos naturais, especialmente quando os impactos são interligados. Esses indicadores, denominados "relevantes para adaptação", permitem medir os impactos adversos das mudanças climáticas e avaliar como intervenções de adaptação e resiliência podem alterar os resultados.

Indicadores que monitoram variáveis influenciadas por diversos fatores devem ser medidos e reportados regularmente para identificar mudanças ao longo do tempo e priorizar áreas de foco para medidas de adaptação. O Programa de Trabalho UAE-Belém deve considerar esses indicadores do Global Set pela sua relevância na mensuração da vulnerabilidade climática, resiliência e capacidade adaptativa.

Metodologias Associadas e Prontidão de Dados

União Europeia

As metodologias associadas a muitos dos indicadores são descritas com ênfase nas fontes nacionais, bem como nas agências meteorológicas e de saúde pública que monitoram, por exemplo, o impacto de eventos climáticos extremos. A coleta de dados é realizada de forma regular e apoiada por agências nacionais, como os Institutos Meteorológicos e de Recursos Naturais, evidenciando a prontidão dos dados para muitos dos indicadores apresentados.

Ilhas Maurício

As metodologias utilizadas para gerar os indicadores nas Ilhas Maurício seguem padrões e diretrizes internacionais, como o Framework for Development of Environment Statistics (FDES 2013), a Technical Guidance for Monitoring and Reporting on Progress in Achieving the Global Targets of

the Sendai Framework, e o Global Indicator Framework for the Sustainable Development Goals. Os indicadores são gerados anualmente e disseminados por meio de publicações oficiais, como o "Digest of Environment Statistics" e a plataforma online do Monitor da Marco de Sendai. O documento também menciona que o perfil demográfico e socioeconômico do país é avaliado através do censo de habitação e população, realizado a cada dez anos, sendo o mais recente em 2022. Esse censo fornece dados importantes que complementam os indicadores ambientais e climáticos, contribuindo para a avaliação da agenda de adaptação. No entanto, o documento ressalta que, apesar dessa estrutura, existem desafios na consistência das metodologias de coleta de dados, o que pode impactar a comparabilidade e a confiabilidade dos indicadores.

Japão

O Japão enfatiza a importância de metodologias científicas para avaliar o progresso. Indicadores, como a área protegida contra danos por enchentes e o número de mapas de risco de desastres naturais, são monitorados regularmente. Existem indicadores específicos que acompanham o progresso através de sistemas como o PDCA (Plan-Do-Check-Action), garantindo a continuidade na coleta de dados e no monitoramento das medidas de adaptação.

República Dominicana

A submissão sugere que muitos dos indicadores estão em processo de implementação, enquanto outros parecem estar em estágio de planejamento, indicando que os dados foram coletados por meio de consulta a instrumentos nacionais. No entanto, não são apresentadas informações específicas sobre a prontidão dos dados ou sobre as metodologias associadas.

Rússia

O documento menciona a importância de considerar as diferenças nas metodologias, como na avaliação de riscos ou danos, e explorar oportunidades para harmonizar as metodologias nacionais. Contudo, não há informações detalhadas sobre a prontidão dos dados.

Butão

O Butão utiliza o índice de Felicidade Nacional Bruta (GNH) como uma ferramenta central para medir diversos indicadores, como acesso à água potável e participação em cadeias de valor agrícola. Esse índice já faz parte do sistema de monitoramento do país, indicando a existência de uma metodologia estabelecida para coletar e analisar dados nessas áreas. Entretanto, para outros indicadores, como vigilância climática e resiliência a desastres, não há detalhes sobre a prontidão dos dados, o que sugere a necessidade de desenvolvimento adicional.

Filipinas

A submissão não fornece informações detalhadas sobre as metodologias associadas aos indicadores nem sobre a prontidão dos dados. Menciona que os indicadores devem ser baseados em ciência disponível e conhecimento tradicional, mas não especifica a adequação ou a disponibilidade atual de dados para os indicadores recomendados.

Estados Unidos

Embora a submissão não entre em detalhes sobre como os dados são coletados e tratados metodologicamente em cada caso, fica implícito que os Estados Unidos consideram que há um alto nível de prontidão de dados para muitos dos indicadores já implementados. Os Estados Unidos afirmam que existem indicadores identificados ou utilizados por entidades nacionais e subnacionais para todos os objetivos relacionados ao Global Goal on Adaptation (GGA). Eles enfatizam que não há lacunas significativas nos indicadores existentes, sugerindo que, em sua visão, já existe uma estrutura considerável de prontidão de dados para monitorar o progresso da adaptação. Os Estados Unidos indicam que esses indicadores estão sendo utilizados ativamente e que o foco deve agora estar no refinamento metodológico e na aplicação mais ampla.

Reino Unido

A estrutura do Climate Change Committee (CCC) combina dados quantitativos e qualitativos de várias fontes e avalia o progresso ao longo do tempo. Os indicadores são utilizados de forma flexível para acomodar mudanças no contexto das políticas e ações de adaptação, o que sugere um bom nível de prontidão de dados para os indicadores utilizados no

monitoramento de adaptação no Reino Unido. No entanto, a submissão não fornece informações detalhadas sobre isso, limitando-se a referir-se a um relatório desenvolvido pelo CCC ao Parlamento Inglês.

Paquistão

Embora a submissão não apresente informações específicas sobre a capacidade nacional em termos de prontidão de dados, o Paquistão reconhece a importância de fortalecer essa prontidão para melhorar a eficácia dos indicadores de adaptação. O documento destaca a necessidade de estabelecer sistemas abrangentes de coleta, gestão e disseminação de dados para garantir a precisão e a pontualidade das submissões ao Secretariado da UNFCCC. Além disso, recomenda a manutenção de dados de referência (baseline data) para definir pontos de partida e medir o progresso de forma mais precisa. Essa abordagem deve seguir as metodologias endossadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e alinhar-se às diretrizes de relatórios da UNFCCC, assegurando uma medição precisa dos ganhos incrementais em resiliência e capacidade de adaptação. O documento enfatiza ainda que a prontidão de dados é essencial para melhorar a consistência, a comparabilidade e a transparência dos dados reportados, especialmente nos níveis local, nacional e regional.

Canadá

Todos os indicadores mencionados no documento estão disponíveis e/ou em uso para outros fins, sugerindo uma prontidão de dados adequada para monitorar as metas da Estratégia Nacional de Adaptação. A estrutura de monitoramento e avaliação (M&E) é flexível e será atualizada conforme novos dados se tornem disponíveis. A abordagem canadense combina indicadores quantitativos e qualitativos para oferecer uma visão mais completa dos impactos das mudanças climáticas e das ações de adaptação.

Malawi (LDCs)

Os LDCs enfrentam desafios metodológicos e de capacidade técnica para implementar sistemas de monitoramento robustos. A prontidão dos dados varia significativamente entre os países e setores, com muitos indicadores limitados em alcance e aplicabilidade devido à falta de métodos padronizados e recursos adequados para coleta de dados. O documento

destaca que, apesar do grande número de indicadores quantitativos disponíveis, há uma necessidade crítica de métodos mais avançados e ferramentas que permitam a coleta de dados mais precisa e frequente, especialmente em áreas que envolvem risco climático, vulnerabilidade e avaliação de impactos. Os LDCs também mencionam a necessidade de integrar sistemas de observação climática e serviços de informação para apoiar a coleta de dados e a aplicação dos indicadores de forma mais eficaz.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

O documento menciona que as metodologias associadas aos indicadores seguem padrões internacionais, como o uso de sensores remotos para monitoramento de umidade do solo, qualidade da água e saúde dos ecossistemas. No entanto, não são fornecidos detalhes específicos sobre a prontidão dos dados, incluindo a periodicidade de coleta ou a confiabilidade das informações. Vários indicadores são monitorados anualmente, mas as informações apresentadas a respeito são limitadas.

Peru (AILAC)

O documento destaca que há uma diversidade de metodologias utilizadas pelos países membros da AILAC e que cada país incluiu informações metodológicas breves na matriz de indicadores. Por exemplo, a Colômbia utiliza o sistema SIIVRA, que calcula o delta de risco climático com base em uma fórmula que envolve variação de perigo e vulnerabilidade. Contudo, existem desafios relacionados à falta de metodologias comuns e critérios específicos para monitorar e avaliar a eficácia das medidas de adaptação.

Panamá

As metodologias utilizadas para a construção dos indicadores baseiam-se na metodologia desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A construção dos indicadores envolve uma série de passos metodológicos, listados na submissão. A prontidão dos dados, conforme informado no documento, é garantida pela participação de diferentes atores na coleta de dados e na validação das informações, assim como pela adaptação contínua dos sistemas de monitoramento. A coleta de dados sobre perdas e danos permite uma avaliação oportuna e comparável do impacto de eventos climáticos em recursos e meios de subsistência, auxiliando no desenvolvimento de políticas públicas, planos de prevenção

de riscos climáticos e aumento da capacidade adaptativa. Para desenvolver os indicadores, foi realizado um levantamento histórico dos eventos climáticos que afetaram significativamente o país, baseado em bancos de dados existentes, revisando metodologias relacionadas a perdas e danos e sistematizando informações estatísticas sobre o valor das perdas e setores afetados.

Quênia (AGN)

A submissão destaca que muitos indicadores existentes carecem de clareza nas metodologias associadas. Também há uma necessidade de múltiplos tipos de dados para apoiar indicadores, como dados de sensoriamento remoto em larga escala, dados de sistemas de informações geográficas (GIS), pesquisas domiciliares e dados baseados em computador, incluindo inteligência artificial e dados móveis. A prontidão dos dados varia significativamente. Embora alguns indicadores sejam quantitativos e permitam agregação, outros carecem de dados suficientes para serem usados de forma eficaz, especialmente em países com recursos limitados.

Samoa (AOSIS)

A submissão informa que o Global Set envolve esforços de capacitação por parte de organismos das Nações Unidas para a adoção pelos Escritórios Nacionais de Estatística e instituições regionais, mas ainda não há garantia de metodologias robustas e disponibilidade de dados para todos os indicadores. O Global Set de indicadores é dividido em três níveis: o Tier 1 inclui indicadores relevantes e metodologicamente sólidos, com dados disponíveis para mais de 50% dos países que responderam à Consulta Global; o Tier 2 abrange indicadores relevantes e metodologicamente sólidos, mas com dados disponíveis para menos de 50% dos países; já o Tier 3 contém indicadores relevantes, mas sem uma base metodológica sólida e com possível indisponibilidade de dados em nível nacional.

Alguns indicadores no Global Set utilizam múltiplas estatísticas de entrada para derivar um único indicador, sugerindo diferentes indicadores que podem ser utilizados ou são "indicadores compostos". No desenvolvimento do Programa de Trabalho UAE-Belém, as Partes precisarão decidir se exigirão uma metodologia totalmente comparável para cada indicador ou se adotarão uma abordagem mais pragmática, incentivando os países a reportar as estatísticas que possuírem. A AOSIS enfatiza a necessidade de

metodologias que combinem sensoriamento remoto com validação em campo, especialmente para indicadores baseados em dados de observação terrestre e marinha. A prontidão de dados é considerada um desafio, especialmente para SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento), devido a limitações de capacidade técnica e recursos.

Lacunas e Necessidades

União Europeia

O documento menciona a necessidade de mais dados e financiamento em áreas específicas, como adaptação e vulnerabilidade. A falta de pessoal qualificado e informações climáticas adequadas, no contexto europeu, é identificada como um obstáculo para as iniciativas de adaptação em determinadas regiões.

Ilhas Maurício

A submissão destaca várias lacunas significativas que comprometem o monitoramento eficaz da adaptação às mudanças climáticas nas Ilhas Maurício. Primeiramente, o Plano Nacional de Adaptação (NAP) ainda está na fase de proposta para o Fundo Verde para o Clima (GCF), o que significa que o país não possui um plano formalmente adotado para guiar suas ações de adaptação. Além disso, estudos de avaliação de vulnerabilidade ainda não foram realizados para todos os setores, deixando uma lacuna importante na identificação das áreas mais afetadas e prioritárias para intervenções.

Outra lacuna crítica é a ausência de um banco de dados nacional de adaptação. A falta de um sistema centralizado dificulta a coleta, o armazenamento e a análise de dados relacionados à adaptação climática. A interligação entre setores, como água e agricultura, é difícil de mensurar devido à falta de dados integrados e metodologias consistentes. A inexistência de dados científicos sobre previsões climáticas atuais e futuras limita a capacidade de prever e projetar impactos e riscos climáticos em diferentes setores, tornando o planejamento e a implementação de medidas de adaptação menos eficazes.

Além disso, há uma escassez de estudos científicos para avaliar os impactos das mudanças climáticas na biodiversidade, no patrimônio cultural e em edifícios considerados patrimônio nacional, o que impede o desenvolvimento de indicadores necessários para monitorar esses aspectos. A capacidade limitada para avaliar impactos diretos e indiretos, reversíveis e irreversíveis das mudanças climáticas, os impactos cumulativos do desenvolvimento e a capacidade de carga dos locais são lacunas significativas.

O país também carece de um quadro institucional estabelecido para facilitar a rede entre as partes interessadas no processo de coleta de dados relacionados à adaptação. A falta de uma estrutura coordenada dificulta a colaboração e o compartilhamento de informações cruciais para o monitoramento e a avaliação.

Japão

O Japão enfatiza a necessidade de que os indicadores sejam flexíveis e adaptados às circunstâncias regionais de cada nação, evitando tentativas de universalização que possam comprometer a eficácia das medições. Um exemplo disso é o percentual de área plantada com cultivares de arroz resistentes a altas temperaturas, que é específico do contexto japonês e pode não ser aplicável a outras regiões. O país sinaliza a necessidade de personalização dos indicadores, revelando que entende uma lacuna na abordagem global pretendida, que não consideraria as particularidades locais, limitando a relevância e a aplicabilidade das métricas de adaptação em diferentes contextos.

República Dominicana

A submissão não menciona explicitamente lacunas ou necessidades relacionadas aos indicadores.

Rússia

A submissão sugere que seria benéfico esclarecer como os indicadores globais existentes se relacionam com a adaptação às mudanças climáticas ou como poderiam ser aprimorados para atender melhor a essa finalidade. Aponta a necessidade de priorizar indicadores que permitam desagregação

e que possam ser utilizados tanto para metas temáticas quanto para o ciclo de adaptação. Além disso, sugere a harmonização das metodologias de avaliação de riscos e danos entre os indicadores globais e nacionais.

Butão

O documento identifica várias lacunas, especialmente na necessidade de melhorar a vigilância de doenças sensíveis ao clima em áreas montanhosas. Há uma necessidade crítica de cobertura de seguro agrícola para populações vulneráveis em regiões de alto risco climático. O Butão destaca a importância de desenvolver mais estratégias de adaptação baseadas na natureza e expandir a implementação de soluções tecnológicas voltadas para a gestão sustentável de recursos hídricos e agrícolas nas montanhas.

Filipinas

A submissão não menciona explicitamente lacunas ou necessidades relacionadas a indicadores específicos, mas enfatiza o reconhecimento, na SB60, da relevância dos meios de implementação como fundamentais para a operacionalização da Estrutura UAE .

Estados Unidos

Uma das lacunas identificadas pelos Estados Unidos refere-se às barreiras metodológicas, especialmente na atribuição precisa do impacto das intervenções de adaptação. O documento destaca a importância de enfrentar esses desafios metodológicos e estatísticos, assegurando que os dados possam ser aplicados de maneira eficaz em diferentes escalas. Os Estados Unidos também sugerem que as partes envolvidas trabalhem com o Comitê de Adaptação (AC) para aprimorar o desenvolvimento e a aplicação de indicadores.

Reino Unido

Embora a submissão apresentada não mencione lacunas específicas, o Reino Unido afirma que pode identificar áreas onde novos indicadores são necessários à medida que o cenário de monitoramento se torne mais claro em relação às metas globais de adaptação.

Paquistão

O Paquistão identifica como principais lacunas a inconsistência dos dados e a falta de indicadores desagregados por gênero e vulnerabilidade. A ausência de dados desagregados limita a capacidade de capturar as experiências de comunidades vulneráveis, incluindo mulheres e povos indígenas. O documento também destaca a insuficiência de indicadores para riscos emergentes, como migração induzida pelo clima, impactos na saúde mental e resiliência urbana às mudanças climáticas. O país utiliza a identificação das lacunas e necessidades para indicar potenciais caminhos de solução.

Canadá

Apesar do uso extensivo de indicadores, o Canadá reconhece que o processo de identificação de indicadores específicos para todas as metas da NAS ainda está em andamento. As lacunas serão melhor compreendidas após o mapeamento completo dos indicadores atuais e das metas globais. O desenvolvimento de novos métodos de coleta de dados é necessário para preencher lacunas de conhecimento e adaptar os indicadores existentes ao contexto da adaptação climática.

Malawi (LDCs)

A submissão destaca várias lacunas, principalmente a falta de indicadores em setores cruciais, como saúde e água, e a necessidade de fortalecer as fases de monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) para garantir uma estratégia de adaptação mais abrangente. Existe uma escassez de indicadores que capturem adequadamente a vulnerabilidade e a resiliência a longo prazo, com a maioria deles focados apenas na capacidade adaptativa. Outro ponto crítico é a carência de dados atualizados para avaliações de risco climático e o desenvolvimento insuficiente de sistemas de alerta precoce multirriscos. Além disso, há uma necessidade expressa de indicadores que abordem a inclusão de gênero e a equidade, além de medidas para rastrear de forma eficiente o acesso a financiamento, o desenvolvimento de capacidades e a transferência de tecnologias.

O documento destaca que os países LDCs enfrentam desafios significativos relacionados à disponibilidade e adequação dos meios de implementação (MoI). Esses desafios incluem dificuldades no acesso ao financiamento, na

construção de capacidades e na transferência de tecnologias, essenciais para a implementação efetiva dos planos de adaptação. A carência de recursos financeiros é um dos maiores obstáculos, com muitos países LDCs relatando dificuldades em acessar fundos de mecanismos internacionais, como o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCF), devido à complexidade dos processos de acreditação e aprovação de projetos. Apenas 2% do financiamento global de adaptação chegou aos LDCs em 2021/2022 e cerca de 45% desses recursos foram concedidos na forma de empréstimos, aumentando a carga da dívida de países já altamente endividados.

Além do financiamento, há uma necessidade premente de fortalecer a capacidade técnica e institucional dos países para coletar e gerenciar dados, realizar avaliações de risco e implementar sistemas de monitoramento e avaliação robustos. A falta de tecnologias adaptativas também é um desafio crítico, já que muitos LDCs enfrentam barreiras financeiras e técnicas para adquirir e utilizar tecnologias avançadas necessárias para a adaptação climática. Esses desafios afetam diretamente a capacidade dos países de desenvolver e implementar planos de adaptação eficazes e sustentáveis.

O documento enfatiza a necessidade de desenvolver indicadores específicos que possam monitorar o fluxo de financiamento, o desenvolvimento de capacidades e a transferência de tecnologias para os LDCs, garantindo assim a transparência e a eficácia na alocação e utilização dos recursos. A inclusão de indicadores de MoI é essencial para assegurar que os países possam avaliar e promover os recursos necessários para aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

Embora a submissão não mencione lacunas específicas, o Grupo aponta itens que desejam ver abordados, indicando suas expectativas sobre o processo. Há uma forte recomendação para incluir indicadores que abordem os meios de implementação, visto que essa inclusão é vista como essencial para garantir que os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos em termos de apoio financeiro, transferência de tecnologia e capacitação sejam efetivamente monitorados e avaliados.

Peru (AILAC)

A submissão identifica várias lacunas, como a ausência de dados quantitativos abrangentes sobre os impactos das mudanças climáticas em diferentes setores, dificuldades na integração de análises de risco e vulnerabilidade setorial em escalas territoriais e desafios no estabelecimento de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação. Há também uma falta de dados sobre os custos das medidas de adaptação, capacidade técnica limitada e necessidade de desenvolvimento de capacidades para estabelecer linhas de base e desenvolver indicadores. O caso de Honduras é destacado, que ainda está desenvolvendo seu Sistema Nacional de Monitoramento das Mudanças Climáticas.

Panamá

A submissão afirma que um sistema robusto de monitoramento e avaliação requer planejamento estratégico, infraestrutura tecnológica, recursos humanos capacitados, financiamento adequado e uma cultura de transparência e melhoria contínua. Os desafios e necessidades a serem abordados incluem a necessidade de quadros sólidos de colaboração entre instituições para a transferência de dados; a alocação de orçamento adequada para todas as fases do sistema, desde a coleta de dados até a análise e comunicação dos resultados; a incerteza quanto aos impactos reais das mudanças climáticas em sistemas naturais e humanos; a reestruturação das metodologias de coleta de dados conforme as necessidades dos indicadores; o envolvimento de partes interessadas para garantir o fornecimento correto e periódico de dados; a articulação dos sistemas de monitoramento e avaliação (M&A) com outras plataformas de informação existentes; e a presença de pessoal técnico permanente para assegurar a continuidade do sistema. Além disso, afirma-se como crucial o desenvolvimento de mecanismos de feedback eficazes para garantir a coleta e o uso de dados de forma precisa e oportuna.

Quênia (AGN)

A submissão menciona lacunas relevantes para o Global Goal on Adaptation (GGA), destacando a falta de evidências de que os indicadores existentes cubram todos os pilares do GGA. Há uma carência de metodologias claras e dados consistentes para muitos indicadores, especialmente aqueles relacionados à capacidade adaptativa, resiliência e vulnerabilidade. A

maioria dos indicadores não pode ser desagregada por características demográficas e socioeconômicas, dificultando a compreensão das desigualdades nas respostas às mudanças climáticas. Além disso, há uma ausência de indicadores que rastreiem adequadamente os meios de implementação para todas as metas temáticas e dimensionais. Lacunas específicas também foram identificadas em setores críticos, como água, agricultura, saúde, ecossistemas, infraestrutura e assentamentos humanos, onde os indicadores atuais falham em monitorar todos os elementos essenciais.

Samoa (AOSIS)

O documento menciona o desafio de medir alguns indicadores quando não há dados disponíveis para todas as variáveis, sugerindo uma abordagem mais pragmática que considere a inclusão de dados parciais fornecidos por países ou regiões. Essa flexibilidade pode ajudar a preencher lacunas significativas nas informações necessárias para uma avaliação mais abrangente das condições climáticas e sociais.

Áreas para o Desenvolvimento de Novos Indicadores

União Europeia

A submissão do grupo menciona que as visões sobre "lacunas e áreas para o desenvolvimento de novos indicadores" não devem informar a compilação inicial de indicadores, mas sim contribuir para discussões subsequentes entre especialistas.

Ilhas Maurício

O documento identifica como áreas prioritárias o desenvolvimento de metodologias padronizadas e diretrizes para coleta, análise e relato de dados, visando melhorar a consistência e comparabilidade das informações sobre adaptação. Além disso, destaca a necessidade de fortalecer a infraestrutura de dados, incluindo tecnologia, recursos humanos e capacidade institucional, para aprimorar a coleta, gestão e disseminação de dados. A importância da desagregação de dados por características demográficas, como gênero, idade, renda e localização, também é enfatizada para identificar disparidades e direcionar intervenções de forma

mais eficaz. Entre os indicadores propostos estão: investimentos para melhorar a capacidade de captação de água; número de lares com acesso estável à água; adoção de práticas resilientes por lares e agricultores; e número de beneficiários treinados em práticas agrícolas inteligentes. Outros indicadores incluem a prontidão dos agricultores para adotar práticas inteligentes, redução da vulnerabilidade, e a economia no consumo de água. Também se destacam a perda de terras devido à erosão, impactos do aumento da temperatura na agricultura e iniciativas para melhorar a resiliência de edificações.

Japão

O Japão sugere que os indicadores sejam desenvolvidos levando em consideração a especificidade de cada país, evitando a criação de indicadores genéricos sem metodologias claras para medir o progresso. O país defende que novos indicadores devem ser operacionais e suportar os esforços de adaptação conduzidos por cada nação.

República Dominicana

O documento apresentado pela República Dominicana não fornece informações específicas ou propostas diretas sobre áreas para o desenvolvimento de novos indicadores, focando principalmente nos indicadores atualmente em uso.

Rússia

O documento sugere o desenvolvimento de indicadores específicos para regiões de permafrost, como a proporção do território sob risco de derretimento e o número de assentamentos com sistemas de monitoramento. Além disso, propõe indicadores para medir a probabilidade de incêndios florestais, que são particularmente relevantes, dado que quase 50% do território russo é coberto por florestas.

Butão

O Butão sugere o desenvolvimento de novos indicadores voltados para a preservação de patrimônios culturais e naturais nas regiões montanhosas, enfatizando estratégias de gestão que integrem conhecimento tradicional e científico. Também há uma necessidade clara de criar indicadores para infraestrutura resiliente a riscos criosféricos, como o derretimento de

geleiras e enchentes de lagos glaciais. Além disso, o país propõe desenvolver indicadores que meçam a eficácia de soluções de adaptação nas montanhas, incluindo o uso de tecnologias de gestão inteligente da água.

Filipinas

As Filipinas enfatizam a importância de utilizar indicadores que já possuam dados disponíveis e sejam fáceis de interpretar. O documento recomenda que os indicadores possam ser agregados em diferentes níveis e desagregados por características demográficas e socioeconômicas, conforme as circunstâncias nacionais.

Estados Unidos

Embora o foco principal seja a melhoria dos sistemas de monitoramento já existentes, os Estados Unidos não apontam explicitamente áreas prioritárias para o desenvolvimento de novos indicadores. A ênfase recai sobre o refinamento das metodologias e a criação de mecanismos aprimorados para coleta e análise de dados, integrando tanto indicadores quantitativos quanto qualitativos. A submissão sugere uma série de perguntas a serem consideradas para a definição dos indicadores, que estão relacionadas à limitação do mandato, incluindo a vinculação às áreas temáticas dos parágrafos 9 e 10, além de questões sobre coleta, disponibilidade e barreiras de acesso a dados, arranjos institucionais e a aplicabilidade dos indicadores na formulação de políticas públicas.

Reino Unido

O desenvolvimento de novos indicadores será avaliado com base na compreensão futura das lacunas nos indicadores existentes. O Reino Unido sugere que os mapas de monitoramento implementados em seu território já possuem a flexibilidade necessária para incluir novas políticas e ações de adaptação conforme necessário. O documento também menciona que as estruturas internacionais anteriormente citadas ao longo do programa de trabalho devem ser consideradas na compilação dos indicadores, juntamente com os indicadores adotados pela Parte.

Paquistão

O documento do Paquistão propõe várias recomendações específicas para o desenvolvimento de uma Estrutura de Gestão Baseada em Resultados

para Adaptação (RBM), com o objetivo de aprimorar a medição e o monitoramento das metas de adaptação. A primeira recomendação é a criação de um banco de dados global abrangente de indicadores de adaptação aplicáveis a diferentes setores, integrando fontes nacionais e internacionais. Isso implica coletar e consolidar indicadores existentes de diversas fontes para formar um banco de dados robusto, que possa servir de referência para os países e facilitar a comparação e o alinhamento de esforços. Além disso, recomenda-se a realização de um exercício global de priorização para selecionar entre 20 a 30 indicadores-chave por setor. Esse processo deve ser conduzido por meio de consultas com Partes interessadas, incluindo pesquisas online, workshops e discussões com uma ampla gama de stakeholders. A avaliação dos indicadores deve levar em conta sua relevância global, a viabilidade dos dados e a aplicabilidade em diferentes contextos, assegurando que os indicadores selecionados possam ser utilizados universalmente. Outra recomendação é a criação de fichas técnicas detalhadas para cada indicador priorizado, que devem incluir metodologias de cálculo, fontes de dados e valores de linha de base/objetivo, além de serem desenvolvidas em colaboração com provedores de dados globais e stakeholders, buscando um feedback iterativo para refinar as definições e aplicações dos indicadores. Por fim, o documento sugere a integração desses indicadores em plataformas globais, como a plataforma RISQ, para garantir que estejam acessíveis e utilizáveis por todos os envolvidos no monitoramento, relato e avaliação da adaptação. Isso inclui implementar os indicadores na plataforma global, facilitar o acesso de stakeholders e fornecer treinamento e suporte para o uso eficaz dos indicadores. Essa abordagem visa criar um sistema robusto e padronizado para monitorar a eficácia das ações de adaptação e garantir que as partes interessadas tenham os recursos e conhecimentos necessários para utilizar essas ferramentas de maneira eficiente.

Canadá

O Canadá informa que está em processo de desenvolvimento contínuo da estrutura de monitoramento e avaliação (M&E) para identificar e desenvolver novos indicadores, especialmente aqueles que atendam às lacunas identificadas no processo de implementação da Estratégia Nacional de Adaptação. A ênfase está em incorporar perspectivas de diversas partes interessadas, incluindo governos locais e Povos Indígenas, para garantir uma cobertura abrangente e equitativa. A submissão canadense foca na

realidade nacional, destacando que a adaptação é nacionalmente determinada e que as ações devem vir do nível nacional, informadas por ações locais, o que torna difícil definir indicadores globais relevantes sem duplicar dados existentes ou introduzir novos requisitos de reporte.

Malawi (LDCs)

O Anexo 1 do documento apresenta um conjunto abrangente de indicadores propostos pelo Grupo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) para aumentar a capacidade adaptativa e fortalecer a resiliência nos países do grupo. Esses indicadores são organizados em quatro dimensões principais: construção de capacidades; implementação de projetos; sistemas de monitoramento e avaliação; e considerações de juventude, gênero e equidade. Na dimensão de construção de capacidades, os indicadores incluem o número de programas de treinamento e workshops realizados para coleta de dados e análise de risco, o percentual de pessoal local treinado em métodos avançados de coleta de dados e o número de ferramentas de coleta de dados implementadas. Esses indicadores visam fortalecer a capacidade técnica e operacional em áreas essenciais para a adaptação climática. Além disso, a frequência de atualizações de dados e a realização de avaliações de risco medem a continuidade e a eficiência dos esforços de coleta e análise de informações.

Na dimensão de implementação de projetos, os indicadores propostos avaliam a eficácia das medidas de adaptação, como o número de projetos de adaptação iniciados e concluídos com sucesso e o percentual de projetos que atingem seus objetivos e prazos. O envolvimento e a colaboração da comunidade local também são monitorados através de indicadores, como o número de parcerias locais formadas e o nível de participação da comunidade no planejamento e execução dos projetos. Em relação aos sistemas de monitoramento e avaliação, o anexo inclui indicadores como o número de sistemas de monitoramento e avaliação estabelecidos e operacionais; a frequência e qualidade dos relatórios de monitoramento; e o percentual de projetos que passam por avaliações regulares e ajustes com base nos resultados obtidos. Também há indicadores que medem a capacidade institucional, como o número de avaliações independentes realizadas em projetos de adaptação, com o objetivo de garantir a eficácia e transparência dos processos de adaptação. As considerações de juventude, gênero e equidade são abordadas por meio de indicadores que medem a

inclusão de grupos marginalizados e vulneráveis. Entre esses, destacam-se o percentual de jovens envolvidos nos processos de planejamento e implementação de adaptação, a disponibilidade de programas de capacitação voltados para jovens e a proporção de mulheres participando dos processos de tomada de decisão relacionados à adaptação. O anexo também contempla indicadores para avaliar o impacto das adaptações em grupos vulneráveis, como o número de projetos de adaptação com componentes específicos de gênero ou benefícios para esses grupos, além da disponibilidade de dados desagregados por gênero nos relatórios de adaptação.

Além dessas dimensões, o anexo aborda indicadores relacionados aos meios de implementação (Means of Implementation - MoI), que são essenciais para avaliar o acesso a recursos financeiros e a capacidade dos países de mobilizar e aplicar esses recursos de forma eficaz em projetos de adaptação. Exemplos incluem o volume total de financiamento de adaptação recebido anualmente pelos LDCs, o número de propostas de financiamento submetidas a mecanismos internacionais e o percentual de propostas aprovadas. Esses indicadores são fundamentais para garantir a transparência, a responsabilidade e a distribuição equitativa dos recursos financeiros necessários para alcançar as metas de adaptação.

O Anexo 1 da submissão fornece um conjunto detalhado e estruturado de indicadores que visam medir o progresso da adaptação climática nos países LDCs, abordando diferentes dimensões críticas para enfrentar os desafios climáticos nesses contextos, incluindo o fortalecimento de capacidades, a implementação eficaz de projetos, o monitoramento rigoroso e a inclusão de grupos vulneráveis. O documento destaca várias áreas onde o desenvolvimento de novos indicadores é essencial para cobrir lacunas existentes e melhorar a eficácia do monitoramento das ações de adaptação.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

O Grupo Árabe destaca a importância do trabalho do Grupo de Especialistas no refinamento de indicadores existentes e no desenvolvimento de novos indicadores que sejam relevantes para monitorar o progresso em direção aos três pilares do Global Goal on Adaptation (GGA): aumentar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade. Eles enfatizam que esses pilares são cruciais para enfrentar os desafios impostos pelos

Objetivos de Temperatura estabelecidos no Acordo de Paris. O Grupo Árabe espera que o Grupo de Especialistas permaneça adaptável e receptivo às orientações das Partes, ajustando e refinando indicadores conforme necessário, sem sobrecarregar os países em desenvolvimento.

Além disso, o Grupo Árabe sublinha a necessidade de garantir um equilíbrio geográfico e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento dentro do Grupo de Especialistas, assegurando que todos os desafios de adaptação relevantes a diferentes regiões sejam abordados de maneira adequada.

Em relação ao conteúdo do relatório de síntese, o Grupo Árabe sugere que ele deve compilar todos os indicadores submetidos pelas Partes, organizações relevantes e pelo Secretariado, sem qualquer refinamento prévio. O Grupo ressalta a importância de que todas as contribuições dos países, conforme estipulado no parágrafo 9 das conclusões da SB60, sejam incorporadas na compilação e mapeamento dos indicadores. Eles esperam que todas as informações fornecidas, bem como aquelas pertinentes aos parágrafos 9, 10 e 13 das conclusões da SB60, sejam incluídas de forma abrangente e transparente. O grupo também sugere que a estrutura dos indicadores seja apresentada de maneira clara, utilizando um formato visual simplificado, como um gráfico, que facilite a compreensão e a comparação entre os indicadores.

Quanto à natureza dos resultados do Programa de Trabalho UAE-Belém, o Grupo Árabe acredita que deve haver dois resultados distintos: primeiramente, os indicadores globais devem ser projetados para monitorar o progresso em direção ao GGA, garantindo consistência para todas as Partes. Esses indicadores, sejam existentes ou novos, devem ser relevantes para a adaptação climática, ter impacto significativo nos resultados, ser amplamente aplicáveis em diferentes contextos e permitir agregação. Tal movimento é um reconhecimento da necessidade de focar não apenas nas métricas comumente relatadas que avaliam os insumos dos esforços de adaptação, mas também nos resultados reais. O Grupo Árabe destaca a importância de um menu diversificado de opções de indicadores que seja cuidadosamente adaptado para atender a diferentes contextos nacionais e regionais. Esse conjunto variado de indicadores é crucial para monitorar de forma precisa o progresso em direção ao Global Goal on Adaptation (GGA). O processo de seleção deve priorizar indicadores que tenham relevância direta para os desafios específicos de adaptação enfrentados por cada país

ou região, garantindo que sejam flexíveis o suficiente para medir as vulnerabilidades únicas e os sucessos das iniciativas nacionais de aumento da capacidade adaptativa.

Peru (AILAC)

A AILAC destaca a importância de desenvolver um conjunto mínimo de indicadores para cada meta estabelecida na decisão 2/CMA.5, a fim de garantir que as informações possam ser agregadas e avaliadas coletivamente em relação ao progresso feito para alcançar o Global Goal on Adaptation (GGA). Os indicadores escolhidos devem ser relevantes e significativos em relação ao cumprimento da meta a que se referem, abrangendo todos os aspectos necessários para medir o progresso de maneira integral e eficaz. A AILAC também sugere que, após o término do programa de trabalho de dois anos para estabelecer os indicadores, será necessário um período de teste para avaliar o comportamento desses indicadores e sua eficácia no monitoramento das metas. Assim, é essencial definir, ao final do programa, na CMA.7, como será realizado o acompanhamento desses indicadores e quais serão os responsáveis por essa tarefa.

Panamá

A submissão apresentada pelo Panamá aponta que os indicadores devem ser aplicáveis globalmente e implementáveis pelos países conforme apropriado. É necessário desenvolver um conjunto de indicadores que identifique problemas ainda não resolvidos. Por exemplo, medir apenas o acesso à água não é suficiente se a qualidade e a frequência do abastecimento não forem conhecidas. Os indicadores devem ser abrangentes e cobrir todos os aspectos relevantes para fornecer um panorama completo da situação. Muitas instituições carecem de pessoal capacitado para coletar dados que contribuam para as metas e muitas entidades não consideram variáveis de mudança climática na coleta de dados. É essencial investir e apoiar a capacitação contínua das equipes para incluir variáveis climáticas relevantes em suas análises. Promover e apoiar a pesquisa para reduzir lacunas de conhecimento em países com menor capacidade de coleta de dados é crucial. Isso envolve implementar programas de pesquisa direcionados para entender os impactos e vulnerabilidades climáticas; fornecer treinamento e recursos para

pesquisadores locais; facilitar parcerias com especialistas internacionais para compartilhar conhecimento e melhores práticas; e garantir financiamento adequado para atividades de pesquisa. A submissão enfatiza a necessidade de desenvolver critérios específicos para medir a efetividade e a sustentabilidade de soluções baseadas na natureza (Nature-based solutions - NBS), além de reduzir as lacunas de conhecimento, com incentivo à pesquisa, especialmente em países com menor capacidade de dados.

Quênia (AGN)

O AGN sugere o desenvolvimento de novos indicadores para meios de implementação, que permitam rastrear o suporte financeiro, a capacitação e a transferência de tecnologia de forma mais adequada. A submissão também recomenda o aprofundamento em indicadores para monitorar a resiliência climática em relação a perigos relacionados à água, saneamento resiliente ao clima e escassez de água. Além disso, deve ser promovida a criação de indicadores voltados à proteção de bens não econômicos, como práticas culturais e patrimônios históricos.

Samoa (AOSIS)

O documento menciona a necessidade de explorar as diferenças entre adaptação e perdas e danos, bem como o desenvolvimento de indicadores para o contexto específico dos SIDS. Afirma a necessidade de que sejam definidos indicadores específicos para avaliação do progresso em relação aos meios de implementação, especialmente no tema de financiamento, e propõe alguns desses potenciais indicadores em uma tabela incluída ao final da submissão. Além disso, manifesta o interesse dos SIDS em explorar indicadores para temas específicos, como polinização natural, aquacultura, seguros e a correlação entre regimes de chuvas e doenças vinculadas a vetores.

Destaques

União Europeia

A União Europeia enfatiza a utilização de indicadores já existentes para preservar a simplicidade e a aplicabilidade global no programa de trabalho

UAE-Belém. Destaca a importância de integrar o processo de adaptação com os indicadores e relatórios de outros processos da ONU, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Kunming-Montreal, sublinhando a necessidade de que este seja um esforço contínuo.

Ilhas Maurício

A submissão frisa que a incerteza e a complexidade das mudanças climáticas dificultam a previsão e a projeção de seus impactos e riscos futuros. Os principais desafios e necessidades identificados são a capacidade de compreender os impactos de longo prazo das mudanças climáticas e os riscos associados, incluindo a elevação do nível do mar, para desenvolver indicadores específicos para cada setor em nível nacional. A dificuldade em demonstrar a complexidade científica dos impactos climáticos e suas interconexões com os setores socioeconômicos limita as oportunidades de acesso a financiamentos climáticos. A ausência de indicadores que revelem as interconexões entre questões transversais, como turismo e gestão de zonas costeiras, intrusão salina e seus impactos na agricultura e biodiversidade, dificulta uma abordagem holística na formulação de políticas. Essa falta de indicadores impede uma visão integrada que considere as interdependências entre diferentes setores e as mudanças climáticas.

Japão

Um dos principais destaques da visão japonesa é o uso da plataforma AP-PLAT (Asia-Pacific Platform for Climate Change Adaptation), que auxilia na coleta de dados e na projeção de riscos climáticos. Essa plataforma oferece ferramentas e dados para apoiar a adaptação às mudanças climáticas, especialmente em países em desenvolvimento. O Japão enfatiza a necessidade de medidas baseadas em evidências científicas e flexibilidade dos indicadores para se adequarem às realidades regionais, promovendo esforços de adaptação liderados pelos próprios países.

República Dominicana

A submissão da República Dominicana enfatiza a importância de indicadores voltados para a gestão de recursos hídricos, segurança hídrica, saneamento e reabilitação de infraestrutura, com um foco claro na adaptação climática e no desenvolvimento sustentável. Outro destaque é a

ênfase em parcerias público-privadas, especialmente no setor de recursos hídricos, com a criação de programas específicos para fortalecer essas parcerias e aprimorar a governança dos recursos naturais. Além disso, o documento apresenta indicadores voltados para o fortalecimento das capacidades locais por meio de treinamentos e programas de sensibilização.

Rússia

A Rússia encoraja o uso de indicadores existentes para reduzir a carga de relatórios, especialmente para países em desenvolvimento. Destaca a relevância de indicadores de educação e conscientização pública sobre as mudanças climáticas, além da necessidade de desenvolver indicadores específicos para a zona de permafrost e áreas florestais, considerando suas características climáticas particulares.

Butão

O principal destaque da submissão é o seu foco nos ecossistemas montanhosos e nas soluções adaptativas para essas regiões. O Butão reconhece que as áreas montanhosas são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas e, portanto, propõe indicadores altamente contextualizados para monitorar a resiliência nessas áreas. O uso do Índice de Felicidade Nacional Bruta (GNH) para medir o impacto das mudanças climáticas no bem-estar das populações montanhosas é uma abordagem inovadora. Além disso, o foco em soluções baseadas na natureza, como a restauração de ecossistemas frágeis e a gestão de conflitos entre humanos e vida selvagem, é um elemento central da proposta do país.

Filipinas

As Filipinas sublinham a importância dos meios de implementação, incluindo financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, como fundamentais para viabilizar a Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global. Apoiam as recomendações do SBSTA e do SBI, que enfatizam a necessidade de abordagens baseadas em países, sensíveis ao gênero, participativas e totalmente transparentes. As Filipinas também concordam com a inclusão de indicadores relacionados à melhoria da capacidade adaptativa, ao fortalecimento da resiliência e à redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas, ressaltando que esses indicadores devem ser sustentados pelos melhores dados científicos disponíveis, além do

conhecimento tradicional, indígena e local. Além disso, o documento sugere a exploração do uso de plataformas regionais de adaptação e resiliência para informar melhor a formulação de indicadores globais e garantir que as prioridades regionais sejam adequadamente representadas nas metas globais de adaptação.

Estados Unidos

Destaca-se que a submissão apresentada pelos Estados Unidos não segue a ordem contida na descrição da chamada de submissões, nem responde diretamente às questões propostas, mas apresenta fortes posicionamentos sobre como os trabalhos devem ser abordados. Nesse sentido, frisa-se o apontamento sobre a limitação do mandato definido na SB60, que deixa claro que a Parte não tem interesse em discutir Meios de Implementação, por exemplo. Também se destaca o uso da tabela com critérios que indicam os parágrafos e alíneas orientadoras da decisão que define o mandato para a submissão de propostas de indicadores. Além disso, a Parte utiliza o espaço da submissão para solicitar a consideração da realização de uma reunião virtual de especialistas antes da SB61, com o intuito de auxiliar nos trabalhos voltados para a definição dos indicadores entre as sessões.

Reino Unido

A submissão apresentada destaca a experiência do Reino Unido no monitoramento da adaptação, que envolve relatórios regulares e o uso de indicadores proxy quando indicadores diretos não estão disponíveis. A recente atualização da estrutura de monitoramento do CCC reflete a intenção de melhorar a avaliação da adaptação e alinhar-se com padrões globais; no entanto, a submissão, por conter majoritariamente referências a documentos externos, acaba sendo pouco específica, contribuindo de maneira limitada para a chamada.

Paquistão

O Paquistão destaca a importância de meios de implementação, como financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, para a implementação eficaz das medidas de adaptação. É enfatizada a necessidade de um envolvimento ético e equitativo com povos indígenas e comunidades locais, integrando seus conhecimentos tradicionais nas estratégias de adaptação. O país também defende uma abordagem

participativa e transparente na aplicação dos indicadores, assegurando que estes reflitam as necessidades e vulnerabilidades específicas de cada contexto local. Além disso, o documento enfatiza a necessidade de fortalecer a coleta de dados e a construção de capacidades para garantir que os indicadores sejam relevantes, aplicáveis e eficazes no monitoramento do progresso da adaptação. Enfatiza também a importância da equidade de gênero e da diversidade regional na seleção dos especialistas técnicos. Destaca-se a sugestão da Parte de que o Comitê de Adaptação reconsidere seu papel de liderança no processo de definição dos indicadores, oferecendo maior oportunidade para o engajamento direto com stakeholders nacionais e locais.

Canadá

O Canadá ressalta a importância de indicadores que reflitam a diversidade de dados e perspectivas, incluindo a integração do conhecimento indígena no processo de adaptação. O país entende que a abordagem de monitoramento deve ser baseada em princípios como a tomada de decisões informadas, diversidade de dados, equidade e inclusão, uso eficiente de recursos e melhoria contínua. A utilização de dados existentes facilita a rápida implementação de indicadores e evita esforços duplicados. O teor da submissão sugere que pode haver resistência à adoção de parâmetros ou indicadores globalmente aplicáveis, especialmente se esse processo resultar em um maior ônus para a geração de dados ou relatórios.

Malawi (LDCs)

Um dos principais destaques do documento é a ênfase na importância crítica dos meios de implementação (MoI), incluindo financiamento, capacitação e transferência de tecnologia, para os países menos desenvolvidos (LDCs) no contexto do Global Goal on Adaptation (GGA). Os LDCs expressam insatisfação com a resistência de algumas partes em incluir os MoI como parte integrante dos indicadores do GGA, argumentando que, sem a capacidade de medir a extensão do financiamento, da capacitação e da tecnologia recebidos para os esforços de adaptação, os países não podem efetivamente defender esses recursos em outros contextos de negociação. Eles ressaltam que, apesar de a adaptação ser um pilar central para esses países, os atuais indicadores globais e nacionais são inadequados para

avaliar o progresso no rastreamento do fluxo de financiamento de adaptação, desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologias.

A insatisfação dos LDCs também se reflete na observação de que, dos 247 indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), menos de 20 são relevantes para rastrear financiamento, capacitação e transferência de tecnologia. A maioria dos indicadores dos ODS concentra-se no desenvolvimento incremental de capacidades adaptativas, em vez de reduzir a vulnerabilidade ou aumentar a resiliência às mudanças climáticas. Isso evidencia, na visão dos LDCs, uma falha significativa na integração do clima como um tema transversal aos demais ODS. Essa lacuna nos meios de implementação limita a capacidade dos LDCs de realizar avaliações completas e efetivas de sua resiliência climática e de defender seus interesses e necessidades de apoio em negociações internacionais.

Os LDCs também apontam que a falta de indicadores adequados para monitorar os meios de implementação afeta diretamente a transparência, a responsabilidade e a alocação equitativa dos recursos necessários para alcançar as metas de adaptação. A inclusão de indicadores robustos de MoI é, portanto, essencial para assegurar que as lacunas de financiamento e capacidade sejam identificadas e abordadas de maneira eficiente, garantindo que os recursos cheguem às populações mais vulneráveis e contribuam para aumentar a capacidade de adaptação e resiliência desses países.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

O Grupo Árabe enfatiza a importância de indicadores globais que sejam consistentes e aplicáveis a todos os países e que, ao mesmo tempo, permitam flexibilidade para atender às necessidades específicas de cada contexto nacional e regional. Destacam a necessidade de transparência e colaboração entre os países para aprimorar a coleta e o compartilhamento de dados. Os países do grupo ressaltam também que a inclusão de indicadores de meios de implementação é essencial para garantir que os compromissos dos países desenvolvidos em termos de apoio financeiro, transferência de tecnologia e capacitação sejam efetivamente monitorados. Propõem atualizações frequentes (a cada 4-6 semanas) sobre o progresso do Grupo de Especialistas, incluindo informações sobre o trabalho realizado, desafios enfrentados e quaisquer outros assuntos que requeiram orientação

ou atenção das Partes, seja por meio de relatórios escritos ou reuniões online. Por fim, o Grupo Árabe sugere a abertura de uma nova janela de submissão de indicadores, considerando a limitação de tempo para compilar todos os dados relevantes nesta fase inicial, e propõe que os presidentes dos Órgãos Subsidiários (SB) organizem uma reunião para esclarecer as modalidades e critérios sobre tópicos como a seleção de especialistas e os próximos passos, a fim de proporcionar clareza antes dos workshops e sessões futuras.

Peru (AILAC)

Os países membros da AILAC destacam a importância do fortalecimento de capacidades para o desenvolvimento de indicadores e a identificação/estabelecimento de linhas de base para futuros relatórios sobre o progresso rumo ao alcance do Objetivo Global de Adaptação. Reconhecem que, para mensurar adequadamente o progresso, é fundamental estabelecer metodologias robustas e padronizadas que permitam uma avaliação clara e comparável entre diferentes contextos nacionais e regionais. Outro destaque importante é a proposta de um período de testes após o término do programa de trabalho de dois anos para estabelecer os indicadores. A AILAC sugere que, ao final do programa, durante a CMA.7, seja decidido como esse acompanhamento será realizado e por quem, a fim de garantir a eficácia e a pertinência dos indicadores no monitoramento das metas acordadas.

Panamá

O Panamá ressalta seu compromisso com a promoção do Sistema de Monitoramento e Avaliação, alinhando-se ao artigo 7 do Acordo de Paris e às Metas Globais de Adaptação. O país afirma que os sistemas de monitoramento e avaliação são ferramentas legalmente estabelecidas, fundamentais para avaliar o progresso e garantir que as estratégias de adaptação sejam eficazes e baseadas em informações sólidas.

Quênia (AGN)

O AGN enfatiza a importância de desenvolver indicadores específicos para cada elemento das metas do GGA, garantindo que cada um dos três pilares seja monitorado de forma eficaz. Apontam que, embora existam indicadores nas estruturas multilaterais, muitos necessitam de modificações para se

tornarem relevantes para a adaptação climática. O documento sugere que o progresso em direção às metas do GGA deve incluir a rastreabilidade dos meios de implementação, não se limitando apenas à ação de adaptação.

Samoa (AOSIS)

A submissão ressalta os princípios que deveriam fundamentar o programa de trabalho, destacando o contexto específico dos SIDS e a necessidade de adaptar indicadores globais a essas realidades. Enfatiza a importância de que os indicadores sejam estruturados de modo a permitir revisões conforme a lógica do ciclo iterativo da adaptação. Além disso, sugere que os indicadores sejam tanto qualitativos quanto quantitativos e que incluam conhecimentos tradicionais, promovendo a desagregação de dados de acordo com a diversidade de gênero, idades e deficiências. Por fim, aponta a necessidade de evitar a criação de ônus adicional e defende que aproveitar outros processos globais e das Nações Unidas pode ser uma estratégia eficaz e necessária.

Questões relativas ao parágrafo 38 da Decisão 2/CMA.5 (GGA)

Tema	Objetivo Global de Adaptação Programa de Trabalho UAE-Belém sobre Indicadores Estrutura UAE para a Resiliência Climática Global
Título	As Partes são convidadas a submeter opiniões sobre assuntos relacionados ao parágrafo 38 da decisão 2/CMA.5 por meio do portal de submissão, com antecedência de pelo menos seis semanas antes da SB 61.
Mandato	Objetivo Global de Adaptação - Parágrafo 38 da Decisão 2/CMA.5.
Prazo	29/09/2024
Nome da sessão	SB61

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de Partes: 6
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 0
- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais: 0
- Submissões apresentadas por organizações observadoras: 0
- Submissões apresentadas por organizações não admitidas: 0

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

- Japão;
- Hungria (União Europeia);
- Rússia;
- Canadá;
- Austrália; e
- Estados Unidos.

Sobre o mandato do GGA

Decisão 2/CMA.5, parágrafo 38:
"38. Solicita que o Órgão Subsidiário de Implementação e o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico iniciem a consideração de assuntos relacionados à meta global de adaptação em suas sexagésimas sessões (junho de 2024), levando em conta os processos em andamento sob itens de agenda e

linhas de trabalho relevantes e, a seu critério, utilizando insumos das Partes, observadores, do secretariado e dos órgãos constituídos relevantes, com o objetivo de fornecer recomendações para consideração e adoção pela Conferência das Partes atuando como reunião das Partes do Acordo de Paris, no mais tardar em sua sétima sessão (novembro de 2025), com foco, entre outros, em:

(a) A troca de conhecimentos, experiências e informações relacionadas à implementação do *Quadro para Resiliência Climática Global* dos Emirados Árabes Unidos, incluindo em relação aos esforços para alcançar as metas mencionadas nos parágrafos 9–10 acima, com o objetivo de promover a implementação;

(b) A identificação de potenciais insumos para futuros balanços globais relacionados ao cumprimento da meta global de adaptação, incluindo a consideração de como o *Quadro para Resiliência Climática Global* dos Emirados Árabes Unidos pode facilitar a análise das informações necessárias para avaliar o progresso em direção à meta;

(c) O aprimoramento da compreensão, entre outros aspectos, dos riscos e impactos associados a diferentes aumentos de temperatura em diversas regiões;

(d) As oportunidades de aproveitamento da melhor ciência disponível, incluindo a colaboração com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e outras organizações, para fornecer informações relevantes que facilitem a implementação do *Quadro para Resiliência Climática Global* dos Emirados Árabes Unidos, inclusive em relação às metas mencionadas nos parágrafos 9–10 acima; ao desenvolvimento de indicadores, métricas e metodologias; e à identificação de lacunas de capacidade de adaptação, desafios e necessidades dos países em desenvolvimento;

(e) A elaboração de termos de referência para a revisão do *Quadro para Resiliência Climática Global* dos Emirados Árabes Unidos, incluindo o cronograma para a revisão."

Monitoramento de cumprimento do prazo indicado pelo Secretariado (29/09/2024)

País/Grupo	Data de apresentação	Cumprimento do prazo
Japão	27/09/2024	Sim
Hungria (União Europeia)	29/09/2024	Sim

Rússia	30/09/2024	Não
Canadá	02/10/2024	Não
Austrália	08/10/2024	Não
Estados Unidos	18/10/2024	Não

QUADROS-RESUMO

Troca de conhecimentos e esforços pela implementação das metas

País/Grupo	Posição
Japão	Recomenda utilizar os recursos existentes para evitar duplicação e sugere fortalecer o intercâmbio de conhecimento conectando o quadro ao Programa de Trabalho de Nairobi (NWP), Comitê de Adaptação e Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG), visando consolidar dados e promover maior participação de atores, incluindo o setor privado.
Hungria (União Europeia)	Propõe priorizar o trabalho sobre indicadores no programa UAE-Belém e recomenda um mapeamento inicial das atividades dos órgãos e agendas relacionadas à adaptação, como o NWP, AC, LEG e Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), para fortalecer sinergias e evitar sobreposições.
Rússia	Sugere a centralização do intercâmbio de conhecimento sobre o quadro através de uma página dedicada aos "Objetivos Globais de Adaptação" no site da UNFCCC, visando a coleta e troca de informações relevantes, evitando a duplicação de esforços e otimizando os recursos disponíveis.
Canadá	Destaca que canais existentes, como os relatórios nacionais das Partes, podem fornecer dados sobre a implementação do quadro. Sugere o uso do futuro portal do Comitê de Adaptação para acessar essas

	informações e recomenda evitar novos mandatos que dupliquem esforços.
Austrália	Enfatiza a importância da troca de conhecimento no contexto do quadro, recomendando que os esforços sejam conduzidos pelos órgãos constitutivos existentes, como NWP, LEG e Comitê de Adaptação, para evitar duplicação e otimizar recursos.
Estados Unidos	Apoiam o uso do NWP como plataforma central para o intercâmbio de conhecimento e informações sobre o *Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos*, afirmando que o NWP já cobre todas as áreas das metas do GGA.

Sinergias entre o processo do GGA e os futuros GSTs

País/Grupo	Posição
Japão	Defende o uso do NWP e outros órgãos existentes para consolidar dados e experiências, evitando duplicação de esforços e apoiando os GSTs com informações mais integradas.
Hungria (União Europeia)	Vê o parágrafo 38 como uma chance de alinhar e otimizar o trabalho de adaptação entre os SBs, COP e CMA, evitando duplicidade. Recomenda que a revisão do quadro ocorra após o segundo GST (2026-2028), permitindo uma avaliação completa do progresso na adaptação..
Rússia	Acredita que o quadro deve contribuir para os GSTs, propondo que os indicadores de progresso do GGA sejam integrados nos relatórios nacionais existentes, como as Comunicações Nacionais de Adaptação e os Relatórios Bienais de Transparência, para minimizar a carga de relatórios.
Canadá	Considera o quadro e o programa UAE-Belém como ferramentas-chave para monitorar o progresso em adaptação nos

	GSTs. Sugere que os relatórios das Partes sobre metas de adaptação, conforme o parágrafo 16 de 2/CMA.5, enriqueceriam a análise nos ciclos de GST.
Austrália	Acredita que a função principal do quadro é informar os GSTs sobre o progresso da adaptação. Defende que a identificação de insumos específicos para o GST2 (segundo Global Stocktake) ocorra após a finalização dos indicadores na COP30, permitindo que as Partes abordem a análise com mais preparação.
Estados Unidos	Veem o quadro como essencial para os ciclos de GST e sugerem que o Comitê de Adaptação, em parceria com o LEG e o Grupo Consultivo de Especialistas (CGE), desenvolva orientações para consolidar informações de adaptação nos relatórios de síntese do secretariado, com uma possível adoção dessas diretrizes na CMA 8.

Riscos e Impactos em diferentes cenários de aquecimento global

País/Grupo	**Posição**
Japão	Destaca a importância de colaboração com outras plataformas e stakeholders, dando destaque para atores privados e fóruns regionais. Apoia a inclusão de diversas fontes científicas e a cooperação entre a comunidade científica e profissionais para fortalecer medidas de adaptação.
Hungria (União Europeia)	Enfatiza que a avaliação de riscos deve ir além dos cenários de temperatura, incluindo fatores não climáticos. A UE alerta que limitar-se apenas aos aumentos de temperatura pode resultar em políticas de adaptação insuficientes.
Rússia	Reconhece a importância de entender os impactos dos aumentos de temperatura e está desenvolvendo um sistema de monitoramento nacional para melhorar a precisão dos dados e apoiar a tomada de

	decisões. Sugere priorizar essa área no NWP, conforme a disponibilidade de recursos.
Canadá	Propõe que a análise de riscos e impactos seja um tema para pesquisadores externos à UNFCCC, com possibilidade do Comitê de Adaptação compilar um relatório sobre a pesquisa existente. Sugere que eventos regionais, como *Climate Weeks* e encontros de Grupos e Comunidades Tradicionais e Indígenas, poderiam abordar esses tópicos.
Austrália	Considera essencial o entendimento detalhado dos riscos climáticos para uma adaptação eficaz e sugere avaliações de risco locais, coordenadas com pesquisas globais, como as do IPCC. O Comitê de Adaptação é identificado como ideal para realizar trabalhos complementares.
Estados Unidos	Sugerem que o NWP colabore com o AC para organizar apresentações de organizações globais e regionais, como o IPCC e Organização Mundial de Meteorologia (WMO), para compartilhar informações atualizadas sobre riscos e vulnerabilidades climáticas.

Mobilização do conhecimento científico para implementação do GGA

País/Grupo	Posição
Japão	Expressa preocupação com a duplicação de esforços e recomenda que o desenvolvimento de indicadores permaneça restrito ao âmbito do programa de trabalho UAE-Belém. Ressalta que a identificação de lacunas para países em desenvolvimento já está no mandato do AC e do LEG, conforme a agenda das NAPs.
Hungria (União Europeia)	Apoia o trabalho técnico dos especialistas e do Comitê de Adaptação para desenvolver indicadores focados em resultados, indicando que a implementação deve ser um meio para alcançar metas concretas. Recomenda o mapeamento e compilação de

	indicadores, com resultados consolidados apresentados na CMA 6.
Rússia	Valoriza a abertura do GGA para contribuições de organizações científicas e considera fundamental ampliar essa colaboração, destacando a necessidade que sejam consideradas possibilidades de colaborações tanto de plataformas existentes quanto de novas iniciativas.
Canadá	Apoia o uso das melhores evidências científicas e o engajamento com conhecimentos indígenas. Enfatiza o programa de trabalho UAE-Belém para o desenvolvimento de indicadores e destaca o papel do AC, LEG e Comitê de Capacitação de Paris em fornecer ferramentas e identificar lacunas para os países em desenvolvimento.
Austrália	Avalia que a colaboração científica existente, incluindo a contribuição do IPCC e a participação no programa Dubai-Belém, já atende às necessidades do GGA, considerando os arranjos de colaboração atuais como suficientes para apoiar as metas do Quadro UAE para Resiliência Climática Global.
Estados Unidos	Destacam que as questões científicas já estão sendo abordadas pelo Comitê de Adaptação, NWP e programa de trabalho Dubai-Belém sobre indicadores. Apoiando o uso desse último programa para desenvolver indicadores, os EUA consideram que o AC e NWP podem envolver especialistas, e consideram, por outro lado, que questões relativas a lacunas e desafios para países em desenvolvimento já fazem parte do mandato geral do Comitê de Adaptação.

Termo de Referência para Revisão do Quadro UAE para Resiliência Climática

País/Grupo	Posição
Japão	Sugere que a revisão ocorra após o GST2 e os estudos técnicos em andamento, recomendando que os termos de referência sejam desenvolvidos apenas após esses processos, garantindo uma implementação sólida do quadro.
Hungria (União Europeia)	Propõe discutir os termos de referência após o término do programa UAE-Belém, a partir de 2026, com a revisão prevista para 2029, permitindo uma avaliação baseada em dados consolidados.
Rússia	Acredita que o quadro deve ser aprimorado com novos dados e recomenda que o cronograma de revisão seja alinhado aos Balanços Globais.
Canadá	Propõe que os termos de referência e o cronograma de revisão sejam discutidos na SB62, com a revisão do quadro programada para depois do segundo GST.
Austrália	Considera prematuro desenvolver os termos de referência agora, sugerindo que a revisão ocorra após o GST2 para incorporar lições aprendidas e garantir a relevância do quadro.
Estados Unidos	Recomendam a revisão após o segundo GST, em 2028, na CMA 11. Sugerem que a CMA 7 estabeleça marcos para o desenvolvimento dos termos de referência, com conclusão até a CMA 10, para uma avaliação bem-informada do quadro.

Destaques

País/Grupo	Posição
Japão	Ressalta que a operação do quadro GGA, incluindo implementação e revisão, deve respeitar o ciclo adaptativo de cada país e

	que o planejamento e execução devem ser conduzidos principalmente por iniciativas políticas nacionais.
Hungria (União Europeia)	Defende uma abordagem alinhada entre SBs, COP, CMA e outros processos intergovernamentais, evitando fragmentação e duplicação, e sugere que os indicadores de adaptação devem respeitar as circunstâncias nacionais e não ser prescritivos.
Rússia	Enfatiza o uso das estruturas institucionais já estabelecidas para evitar duplicação de esforços, propondo uma abordagem flexível para ajustar os indicadores do GGA conforme necessário, maximizando o uso dos recursos para obtenção de resultados e facilitando o acesso a informações.
Canadá	Apoia mandatos de adaptação eficientes e sem sobreposição de atividades, priorizando o uso de relatórios nacionais e pesquisas externas para evitar duplicações e promover uma colaboração baseada em dados sólidos.
Austrália	Enfatiza a otimização de recursos existentes, sugerindo que novos mandatos sejam cuidadosamente avaliados para atender a necessidades específicas ainda não cobertas pelas estruturas atuais.
Estados Unidos	Defendem o fortalecimento das estruturas existentes, como AC, LEG e NWP, revisando e aprimorando seus processos antes de considerar a criação de novos mecanismos, exceto se os já existentes se mostrarem insuficientes.

RELATO DETALHADO

Troca de conhecimentos e esforços pela implementação das metas

Japão

O Japão ressalta a necessidade de utilizar plenamente os recursos e estruturas existentes para evitar a duplicação de esforços na implementação do Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos. Sugere fortalecer o intercâmbio de conhecimentos conectando o GGA ao NWP e a outros grupos especializados, como o Comitê de Adaptação e o LEG. Com essa estratégia, o Japão busca consolidar dados e experiências relevantes para facilitar a implementação do quadro e ampliar a participação de diferentes atores, incluindo o setor privado, maximizando a colaboração e o uso eficiente dos recursos para atender às metas de adaptação climática.

Hungria (União Europeia)

A UE recomenda que a prioridade das discussões sobre o GGA seja o programa de trabalho UAE-Belém, para a criação de indicadores para avaliar o progresso na implementação do quadro. A UE sugere um mapeamento inicial das atividades e responsabilidades dos principais órgãos e itens de agenda relacionados à adaptação, incluindo o AC, o LEG, o NWP e o WIM. Essa abordagem de mapeamento visa identificar sinergias e evitar a duplicação de esforços, promovendo uma atuação mais coordenada e eficiente na implementação das metas do GGA.

Rússia

A Rússia propõe facilitar o intercâmbio de conhecimentos e informações sobre a implementação do Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos por meio de um recurso centralizado, como a página dedicada aos Objetivos Globais de Adaptação no site da UNFCCC. Esse recurso centralizado ajudaria a coletar, organizar e disponibilizar informações relevantes de forma mais acessível para as Partes, evitando a duplicação de esforços e otimizando o uso dos recursos já disponíveis. A proposta russa visa, assim, aumentar a eficiência do compartilhamento de dados e experiências entre as Partes e atores interessados.

Canadá

O Canadá salienta que já existem diversos canais eficientes para troca e síntese de conhecimento e informações sobre a implementação do Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos. Acredita que os relatórios nacionais das Partes, conforme exigido pelo parágrafo 16 da decisão 2/CMA.5, oferecem uma importante fonte de informação que apoia a transparência e a disseminação das ações de implementação entre as Partes. O Canadá sugere que essas informações possam estar disponíveis no portal do Comitê de Adaptação sobre o "Estado da Ação de Adaptação das Partes", ainda em desenvolvimento. Enfatiza, também, que qualquer novo mandato para tratar do tema deve evitar duplicação de esforços e ser direcionado a demandas específicas que não estejam sendo atendidas pelas estruturas já existentes.

Austrália

A Austrália destaca a importância de facilitar a troca de conhecimento, experiência e informações no contexto do Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de promover a implementação efetiva das metas do GGA. Para garantir uma abordagem coesa e evitar sobreposições, a Austrália recomenda que esses esforços sejam liderados por órgãos constitutivos já existentes, como o NWP, o LEG e o Comitê de Adaptação, cada um dentro de seu mandato. Isso não só evita a duplicação de esforços, como também otimiza o uso dos recursos existentes, fortalecendo o impacto das iniciativas de adaptação.

Estados Unidos

Os Estados Unidos apoiam a utilização do NWP como plataforma central para o intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações relacionadas ao Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos. Afirmam que o NWP já cobre amplamente as áreas de atuação descritas nos parágrafos 9 e 10 do Quadro, que abordam metas temáticas e dimensionais de adaptação climática. Com essa estrutura existente, os Estados Unidos acreditam que o NWP pode evitar a necessidade de novas plataformas, ao mesmo tempo em que fortalece as capacidades de implementação dos objetivos do quadro.

Sinergias entre o processo do GGA e os futuros GSTs

Japão

O Japão expressa que prefere evitar complicações adicionais no processo e novos encargos para as Partes. Destaca que a decisão 2/CMA.5 já prevê que o Secretariado elabore um relatório sobre o progresso das metas estabelecidas nos parágrafos 9 e 10, o qual servirá como base informativa para os futuros ciclos de GST.

Hungria (União Europeia)

A UE enxerga o parágrafo 38 como uma oportunidade de alinhar e otimizar o trabalho de adaptação dentro dos SBs, COP e da CMA. Propõe uma abordagem integrada que evite duplicidade de esforços e recomenda que a revisão do Quadro UAE ocorra somente após o segundo GST (2026-2028). Essa espera garantiria que o quadro fornecesse uma base completa e consolidada para avaliar o progresso da adaptação, evitando sobrecargas desnecessárias às Partes.

Rússia

A Rússia destaca que uma das funções primordiais do GGA é contribuir para os GSTs e sugere que os indicadores de progresso em relação às metas do GGA sejam incorporados nos relatórios nacionais já submetidos pelas Partes, como as Comunicações Nacionais de Adaptação e os Relatórios Bienais de Transparência (BTRs). Isso ajudaria a minimizar a carga de relatórios, especialmente para os países em desenvolvimento, facilitando o compartilhamento de informações de forma eficaz e integrada para os ciclos de GST.

Canadá

Para o Canadá, tanto o Quadro UAE quanto o programa de trabalho UAE-Belém são ferramentas essenciais para monitorar o progresso em adaptação nos futuros GSTs. Propõe que os relatórios das Partes sobre suas metas de adaptação, conforme estabelecido no parágrafo 16 da decisão 2/CMA.5, sejam incluídos no processo, de modo a enriquecer a análise dos GSTs com uma perspectiva detalhada e padronizada do progresso e das ações de adaptação.

Austrália

A Austrália identifica o Quadro UAE como uma das principais fontes de dados para os ciclos de GSTs, particularmente no que se refere ao progresso em adaptação. Defende que a identificação dos insumos para o GST2 deve ocorrer após a finalização dos indicadores do quadro, prevista para a COP30. Dessa forma, as Partes estarão mais bem preparadas para uma análise estruturada e detalhada no GST, baseada em indicadores bem definidos.

Estados Unidos

Os EUA consideram o Quadro para Resiliência Climática uma ferramenta fundamental para informar os ciclos de GST e sugerem que o AC, em conjunto com o LEG e o CGE, desenvolva orientações detalhadas para consolidar e organizar as informações de adaptação no relatório de síntese do Secretariado. A proposta é que essas orientações sejam revisadas na CMA 8, assegurando que os futuros GSTs possam se beneficiar plenamente das informações estruturadas e consistentes provenientes das Partes.

Riscos e Impactos em diferentes cenários de aumento de temperatura

Japão

O Japão enfatiza a necessidade de colaboração com outras plataformas e Partes interessadas para melhorar o entendimento dos riscos e impactos climáticos. Destaca a *Asia-Pacific Climate Change Adaptation Information Platform* (AP-PLAT), que fornece projeções climáticas e ferramentas de avaliação de impactos específicos para a região da Ásia-Pacífico. Essa plataforma apoia a formulação de políticas regionais com base em projeções científicas robustas. O Japão também destaca a importância de contar com diversas fontes científicas para entender os riscos climáticos, defendendo que redes de pesquisa nacionais e regionais desempenham papel essencial na coleta de dados específicos. Além disso, o Japão sugere uma discussão mais ampla sobre como fortalecer a colaboração entre cientistas e profissionais que atuam na linha de frente da adaptação climática, para que as políticas sejam continuamente informadas por dados científicos e experiências práticas.

Hungria (União Europeia)

A União Europeia ressalta que a avaliação de riscos e impactos é o ponto de partida para o ciclo de políticas de adaptação e que exige uma abordagem abrangente para ser eficaz. A UE apresenta a Avaliação de Riscos Climáticos Europeia (EUCRA) como um exemplo de estudo que incluiu não só cenários de aumento de temperatura, mas também variáveis não climáticas que influenciam os riscos climáticos. A UE destaca que fatores não climáticos, como infraestrutura e características socioeconômicas, podem amplificar os impactos das mudanças climáticas sobre ecossistemas, pessoas e economias. Portanto, limitar-se a cenários de temperatura pode gerar resultados parciais e insuficientes, comprometendo a eficácia das políticas de adaptação. Assim, a UE defende uma abordagem que incorpore esses fatores para que as políticas de adaptação sejam eficazes e abrangentes.

Rússia

A Rússia reconhece a importância de se aprofundar no entendimento dos riscos e impactos associados aos diferentes cenários de aumento de temperatura em várias regiões, com foco na vulnerabilidade dos territórios russos. Destaca o trabalho do IPCC como fonte essencial de dados científicos sobre esses impactos e informa que o país está desenvolvendo um "Sistema Nacional Unificado de Monitoramento de Substâncias Climaticamente Ativas". Esse sistema visa monitorar áreas vulneráveis, permitindo uma coleta de dados precisa que facilita a tomada de decisões para enfrentar os riscos climáticos. A Rússia sugere que o NWP priorize pesquisas nessa área, caso os recursos permitam.

Canadá

O Canadá considera que a avaliação de riscos e impactos relacionados ao aumento de temperatura deve ser um tópico de pesquisa conduzido principalmente por especialistas externos à UNFCCC, como o IPCC e outras organizações científicas. Contudo, se houver interesse das Partes, o Canadá sugere que o Comitê de Adaptação poderia compilar um relatório-síntese das pesquisas existentes, consolidando o conhecimento atual sobre o tema. Adicionalmente, o Canadá propõe que discussões sobre os impactos das mudanças climáticas poderiam ocorrer em eventos regionais, como as Climate Weeks e em reuniões organizadas pela Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas. Essa abordagem fortaleceria o

entendimento dos impactos climáticos e estimularia a troca de conhecimento entre comunidades locais e povos indígenas, que possuem experiência prática e dados locais sobre mudanças climáticas, enriquecendo as políticas de adaptação com conhecimentos técnicos e tradicionais.

Austrália

Para a Austrália, um entendimento detalhado e atualizado dos riscos climáticos é essencial para uma ação de adaptação eficaz. A Austrália sugere que as Partes realizem avaliações de risco específicas para suas regiões, coordenadas com pesquisas globais e regionais, com destaque para o trabalho contínuo do IPCC. A Austrália defende que o Comitê de Adaptação, dentro de seu mandato, já está bem posicionado para desenvolver trabalhos complementares e avaliar as necessidades de adaptação.

Estados Unidos

A submissão dos EUA ressalta o papel de parceiros globais do NWP, como a WMO, o IPCC, o Secretariado do Sistema Global de Observação do Clima (GCOS) e o Programa Global de Pesquisa sobre Vulnerabilidade, Impactos e Adaptação às Mudanças Climáticas. Essas organizações possuem uma vasta rede e recursos para apoiar a pesquisa em adaptação climática e, especificamente, em riscos e impactos relacionados ao aumento de temperatura. Adicionalmente, os EUA destacam várias organizações regionais, como o Centro de Serviços Científicos da África Ocidental para Mudança Climática, a Rede Ásia-Pacífico para Pesquisa em Mudanças Globais e a Iniciativa de Pesquisa em Montanhas, que estão focadas na compreensão dos impactos regionais das mudanças climáticas. Os EUA propõem que o NWP trabalhe em parceria com o AC para facilitar apresentações dessas instituições, compartilhando informações atualizadas sobre riscos e vulnerabilidades regionais. Esse intercâmbio de conhecimento ajudaria a identificar áreas onde o planejamento e a implementação de medidas de adaptação poderiam ser aprimorados.

Mobilização do conhecimento científico para implementação do GGA

Japão

O Japão expressa preocupação com a duplicação de esforços, apontando que o desenvolvimento de indicadores e métricas já está sendo abordado no programa de trabalho UAE-Belém e que essas discussões deveriam permanecer restritas a esse fórum para evitar sobrecarga. Em relação à identificação de lacunas de capacidade para adaptação e aos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, o Japão observa que esses aspectos já fazem parte do mandato do Comitê de Adaptação e do LEG, sob a agenda dos NAPs, o que assegura que o trabalho esteja sendo conduzido dentro de apenas uma estrutura.

Hungria (União Europeia)

A UE defende que o trabalho dos especialistas técnicos e do Comitê de Adaptação é essencial para analisar e aprimorar os indicadores do programa de trabalho UAE-Belém, destacando que esses indicadores devem focar em resultados práticos. A UE considera que a implementação não deve ser um fim em si, mas um meio de alcançar processos e metas concretas de adaptação. Em apoio a essa abordagem orientada por resultados, a UE apoia o mapeamento e a compilação de indicadores, sugerindo que os especialistas técnicos avaliem e consolidem os dados para apresentação na CMA 6, reforçando a eficácia e aplicabilidade do quadro.

Rússia

A Rússia reconhece a importância da abertura do quadro para contribuições de organizações científicas e especializadas e ressalta que já foram apresentadas submissões específicas sobre indicadores para apoiar a implementação do quadro. A Rússia considera fundamental ampliar essa cooperação, englobando não só as organizações e plataformas existentes, mas também novas iniciativas que possam enriquecer o processo. Como exemplo, menciona a criação (em andamento) de uma plataforma especial de pesquisa climática pelos países do BRICS, que contribuiria com dados e análises científicas voltadas para fortalecer a adaptação climática em escala global e regional.

Canadá

O Canadá apoia fortemente o uso das melhores evidências científicas para guiar o processo de adaptação climática, defendendo um engajamento equitativo que integre também os conhecimentos indígenas. Enxerga o programa de trabalho UAE-Belém como o fórum ideal para o desenvolvimento de indicadores, métricas e metodologias. Além disso, o Canadá destaca o papel de outros órgãos, como o AC e o LEG, que já contribuem para a identificação de lacunas de capacidade e desafios específicos enfrentados por países em desenvolvimento, permitindo uma visão completa e coordenada da adaptação climática.

Austrália

A Austrália considera que a comunidade científica já está plenamente engajada no programa de trabalho UAE-Belém para o desenvolvimento de indicadores do Quadro para Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos. Acredita que os mecanismos de colaboração científica atuais, incluindo o envolvimento do IPCC e a participação ativa em fóruns internacionais, são suficientes para apoiar as metas do quadro e garantir uma implementação orientada por dados científicos.

Estados Unidos

A Parte afirma que as questões relacionadas ao uso do conhecimento científico na adaptação climática já estão sendo abordadas pelo AC, o NWP e no programa de trabalho UAE-Belém. Destaca que o NWP, que conta com uma rede de mais de 200 organizações científicas, desempenha um papel significativo no apoio ao quadro, promovendo a troca de conhecimentos científicos essenciais para a adaptação. Os EUA apoiam o uso do programa de trabalho UAE-Belém para o aprimoramento dos indicadores e metodologias, e enfatizam que o AC e o NWP são fundamentais para envolver especialistas nesse processo. Além disso, a Parte indica que a identificação de lacunas e desafios enfrentados por países em desenvolvimento já está contida no mandato do Comitê de Adaptação e que, se for verificada a necessidade, a CMA poderá futuramente estabelecer diretrizes específicas para fortalecer esse trabalho no programa do Comitê.

Termos de Referência para Revisão do Quadro UAE para Resiliência Climática

Japão

O Japão propõe que a revisão do quadro seja realizada apenas após 2028, após a conclusão do segundo GST e dos estudos técnicos em andamento. Defende que o desenvolvimento dos termos de referência para essa revisão ocorra somente após esses processos técnicos, o que garantiria uma implementação mais robusta e uma revisão baseada em dados coletados e analisados, maximizando a efetividade e aplicabilidade do quadro.

Hungria (União Europeia)

A UE sugere que os termos de referência para a revisão do Quadro UAE sejam discutidos após a conclusão do programa de trabalho UAE-Belém, ou seja, a partir de 2026. A UE propõe que a revisão do quadro seja realizada em 2029, permitindo que o quadro desempenhe um papel pleno no GST de 2026-2028. Esse cronograma possibilitaria uma avaliação baseada em dados consolidados e em experiência adquirida ao longo dos primeiros anos de implementação, garantindo que a revisão seja informada por uma base sólida de evidências.

Rússia

A Rússia acredita que o Quadro UAE pode se beneficiar de aprimoramentos contínuos, à medida que novos dados e relatórios estatísticos sobre adaptação se tornam disponíveis. Propõe que, no futuro, o cronograma para a revisão do quadro seja alinhado com os ciclos dos Balanços Globais, garantindo que o quadro evolua de acordo com as informações atualizadas e necessidades emergentes de adaptação.

Canadá

O Canadá propõe que os termos de referência e o cronograma para a revisão do Quadro UAE sejam discutidos durante a SB62, com a revisão do quadro ocorrendo logo após o segundo GST. Esse cronograma garantirá que as discussões sobre a revisão sejam bem planejadas e estruturadas, permitindo que o quadro seja avaliado de forma abrangente, incorporando as descobertas e avanços alcançados nos primeiros anos de implementação.

Austrália

A Austrália argumenta que desenvolver os termos de referência para a revisão do Quadro UAE é prematuro no momento, dado que o quadro foi recentemente estabelecido e seus indicadores ainda estão em fase de desenvolvimento. Sugere que a revisão ocorra após o segundo GST, para que as lições aprendidas no processo possam ser integradas e assegurar que o quadro continue a atender às necessidades de adaptação. Esse enfoque permitiria que o quadro permanecesse relevante e eficaz a longo prazo, com base em uma base de evidências acumulada ao longo do tempo.

Estados Unidos

Os EUA recomendam que a revisão do Quadro UAE ocorra após o segundo GST, previsto para 2028, e seja realizada na CMA 11. Para garantir uma preparação adequada, os EUA sugerem que a CMA 7 estabeleça os marcos necessários para o desenvolvimento dos Termos de Referência (ToR) dessa revisão, prevendo uma data de conclusão dos ToR até a CMA 10. Esse cronograma permitiria uma avaliação aprofundada e informada sobre a eficácia do quadro, possibilitando que ajustes e atualizações necessárias sejam feitas com base nos dados e lições aprendidas durante os primeiros ciclos de GST.

Destaques

Japão

O Japão observa que o parágrafo 38 foca na operação, implementação e revisão do Quadro UAE para a Resiliência Climática Global. Para o Japão, é essencial que o ciclo iterativo de adaptação e as medidas de implementação das estratégias de adaptação sejam realizados considerando a situação particular de cada país. Reitera que o planejamento e a execução da adaptação devem se basear nas iniciativas e políticas nacionais, garantindo que as ações sejam moldadas pelas necessidades e contextos específicos de cada nação, fortalecendo a flexibilidade e a eficácia da adaptação.

Hungria (União Europeia)

A UE defende uma abordagem coerente e integrada para os esforços de adaptação climática, reconhecendo a interdependência das crises ambientais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Para evitar fragmentação e duplicidade nas discussões, a UE propõe um alinhamento entre os SBs, a COP, a CMA e outros processos intergovernamentais, incluindo os ODS. A UE enfatiza que os processos de adaptação nacionais são fundamentais para alcançar as metas do GGA e sugere que os indicadores sejam escolhidos de acordo com as circunstâncias nacionais, não sendo prescritivos, para respeitar as particularidades e prioridades de cada país.

Rússia

A Rússia reforça a importância de aproveitar ao máximo as estruturas institucionais existentes para evitar duplicação de esforços na coleta e troca de informações. Defende uma abordagem flexível na definição dos indicadores e processos para o GGA, permitindo ajustes conforme o progresso das metas de adaptação e as necessidades específicas identificadas ao longo do tempo. A abordagem russa busca otimizar os recursos, garantir o fácil acesso a informações relevantes e fortalecer a colaboração internacional para uma implementação mais eficaz e menos burocrática do GGA.

Canadá

O Canadá enfatiza a importância de mandatos de adaptação eficientes e sem sobreposição de atividades dentro da UNFCCC. Apoia o uso de informações já previstas nos relatórios nacionais e o suporte de pesquisas externas para aprimorar o entendimento dos riscos e impactos climáticos, evitando duplicação de esforços. Para o Canadá, a colaboração deve ser baseada em dados robustos e práticas comprovadas, de forma que os recursos existentes sejam maximizados e as Partes possam se beneficiar de uma rede de conhecimento coordenada e eficiente.

Austrália

A Austrália adota abordagem focada na otimização de recursos por meio do uso das estruturas e mecanismos já existentes. Defende que a manutenção dos órgãos constitutivos e da comunidade científica em suas funções atuais

garante uma adaptação mais eficiente, evitando sobrecarga de trabalho. A Austrália sugere que qualquer novo mandato ou iniciativa seja avaliado cuidadosamente para atender apenas às necessidades específicas que não estejam sendo cobertas pelas estruturas atuais.

Estados Unidos

Os EUA apoiam o fortalecimento das estruturas já estabelecidas, como o AC, o LEG e o NWP, em vez de criar novos mecanismos. Sugerem que as Partes revisem e aprimorem os processos em andamento para garantir que essas estruturas possam atender adequadamente às necessidades de adaptação. Caso as estruturas existentes se mostrem insuficientes para cumprir esses objetivos, os EUA sugerem a consideração da possibilidade de estabelecer novos grupos ou programas de apoio.

ARTIGO 6

Reuniões do Órgão Supervisor do Mecanismo (SBM) do Artigo 6.4

Sobre as Reuniões do SBM:

O mecanismo do Artigo 6.4 possui um Órgão Supervisor (SBM) encarregado de desenvolver e supervisionar os requisitos e processos necessários para operacionalização do mecanismo. Isso inclui o desenvolvimento e/ou a aprovação de metodologias, o registro de atividades, o credenciamento de entidades de verificação e o gerenciamento do Registro do Artigo 6.4.

O SBM reporta tais informações diretamente à Conferência das Partes que serve como Reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA) (Decisão 3/CMA.3, Anexo, III, 3) - que proverá um direcionamento a ele no que diz respeito às regras de procedimento e às questões relacionadas à operacionalização do mecanismo (Decisão 3/CMA.3, Anexo, II, 2.) - e é assistido pelo Secretariado Executivo da UNFCCC (Decisão 7/CMA.4, Anexo II, IX.).

A primeira reunião do SBM ocorreu em julho de 2022. Desde então, outras duas reuniões foram realizadas em 2022, seis em 2023 e cinco reuniões realizadas em 2024, nos meses de fevereiro, abril, maio, julho e outubro. As reuniões são abertas presencial e virtualmente às Partes interessadas, as quais, inclusive, têm a oportunidade de se manifestar, bem como podem apresentar submissões por escrito. As reuniões também são transmitidas ao vivo pelo site da UNFCCC.

13ª Reunião do SBM do Artigo 6.4

Reunião	13ª Reunião do Órgão Supervisor (SBM) do Mecanismo do Artigo 6.4 (A6.4-SBM013)
Data	15 a 18 de julho de 2024
Local	Bonn, Alemanha

Agenda adotada	
AGENDA E ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO	Abertura
	Adoção da agenda

QUESTÕES DE GOVERNANÇA E GESTÃO	Questões de membresia
	Planejamento estratégico e direcionamento
	Gestão de desempenho
	Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio
	Autoridades nacionais designadas
QUESTÕES REGULATÓRIAS E PROCEDIMENTAIS	Governança
	Acreditação
	Ciclo de atividade
	Metodologias
	Registro
	Questões de política
RELAÇÃO COM PARTES INTERESSADAS	--
OUTRAS QUESTÕES	--
CONCLUSÃO DA REUNIÃO	--

QUADROS-RESUMO

Itens de agenda		Resoluções
Questões de membresia	Conflitos de interesse	Membros e membros suplentes do SBM disponibilizaram declarações de inexistência de conflitos de interesse reais, potenciais ou percebidos em relação à agenda da reunião.
Planejamento estratégico e direcionamento	Relatório Anual do SBM	O SBM solicitou ao Secretariado que finalize o relatório anual do Órgão à CMA, incluindo os resultados da 13ª Reunião e os trabalhos a serem realizados até o final da 14ª Reunião.
Gestão de desempenho	Programa de Trabalho do SBM	O SBM solicitou ao Secretariado que atualize o plano de trabalho do Órgão para incorporar os mandatos da 13ª Reunião.
Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio	2ª Reunião do Painel Especialista Metodológico (MEP)	O SBM tomou nota do relatório da 2ª Reunião do MEP, que abordou produtos relacionados aos requisitos para as metodologias, atividades envolvendo remoções e a revisão das metodologias e ferramentas metodológicas do MDL.
Autoridades Nacionais Designadas	Autoridades Nacionais Designadas (DNAs)	86 DNAs foram estabelecidas até 18 de julho de 2024 e 5 países submeteram informações sobre o cumprimento dos requisitos de participação da Parte anfitriã.
Governança	Guia ou manual do Artigo 6.4 para a participação das	O SBM solicitou ao Secretariado que atualize o Guia ou Manual do Artigo 6.4 para a participação das Partes anfitriãs no mecanismo, criando uma versão de fácil utilização.

	Partes anfitriãs no mecanismo	
	Procedimento de comunicação direta com Partes interessadas	O SBM solicitou aos membros que fornecessem comentários ao rascunho do procedimento "Comunicação direta com partes interessadas" e que posteriormente o Secretariado revisasse o rascunho, para consideração e adoção na próxima reunião do SBM.
Acreditação	Acreditação	Nenhuma questão de acreditação foi considerada na reunião.
Ciclo de atividade	Procedimento para a transição de atividades de MDL	O SBM adotou a versão revisada do "Procedimento para a transição das atividades do MDL para o mecanismo do Artigo 6.4". A revisão oferece flexibilidade para a transição de Programas de Atividades (PoAs) do MDL envolvendo múltiplos países para o mecanismo do Artigo 6.4 e prevê disposições para a revisão e retirada de um pedido de transição.
	Procedimento do ciclo de atividade do Artigo 6.4 para PoAs	O SBM adotou o "Procedimento do ciclo de atividade do Artigo 6.4 para PoAs". O documento é um guia procedimental que detalha o desenvolvimento do ciclo de atividades do mecanismo do Artigo 6.4 e estabelece os passos e requisitos para a implementação dos PoAs no mecanismo.
	Padrão de atividade do Artigo 6.4 para PoAs	O SBM adotou o "Padrão de atividade do Artigo 6.4 para PoAs". O documento serve como um guia abrangente para a implementação dos PoAs do mecanismo do Artigo 6.4. Estabelece o contexto e o propósito do mecanismo, detalhando os requisitos para o desenho, implementação e outros atributos dos PoAs e dos Projetos Componentes (CPs).
	Padrão de validação e verificação do Artigo 6.4 para PoAs	O SBM adotou o "Padrão de validação e verificação do Artigo 6.4 para PoAs". O documento serve como um guia abrangente que estabelece os requisitos de

		validação e verificação para a implementação dos PoAs e CPs do mecanismo do Artigo 6.4.
	Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4	O SBM considerou o rascunho da "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4" e solicitou ao Secretariado que continuasse a desenvolver a versão mais recente dessa ferramenta, com o objetivo de adotá-la em sua 14ª Reunião. O rascunho propõe uma estrutura e diretrizes para assegurar que as atividades no âmbito do Artigo 6.4 promovam a integridade ambiental e social de uma forma robusta, bem como a contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável.
Metodologias	Requerimento para metodologias e atividades envolvendo remoções	O SBM considerou as notas informativas sobre opções para revisar a recomendação sobre os requisitos para metodologias do Artigo 6.4 e atividades envolvendo remoções, levando em consideração as contribuições das Partes interessadas. Solicitou ao Secretariado que refine os rascunhos de orientação contidos nos Anexos 1 e 2 do Relatório da 9ª Reunião do SBM referentes a tais temas; prepare rascunhos de recomendações sobre os requisitos para metodologias e sobre atividades envolvendo remoções, respectivamente, para a consideração e adoção da CMA; e inclua informações sobre os planos do SBM para a implementação das orientações mencionadas acima para operacionalizar o mecanismo do Artigo 6.4.
Registro	Registro do mecanismo do Artigo 6.4	O SBM revisou o rascunho do procedimento para o "Registro do mecanismo do Artigo 6.4" e instruiu o Secretariado a desenvolvê-lo ainda mais para futuras reuniões. Solicitou ao Secretariado que (i) assegure que o design da solução de tecnologia da informação para o registro seja flexível para incorporar mudanças baseadas em orientações futuras da CMA; (ii) prossiga com o desenvolvimento dos termos e condições para titulares de contas autorizadas e prepare um documento para os titulares de contas das Partes que delineie seus papéis e responsabilidades; e (iii) que realize uma análise dos prós e

		contras relacionados à definição dos direitos dos usuários no que diz respeito ao controle versus confirmação da titularidade dos ativos da conta. O SBM concordou em revisitar, em uma futura reunião, o redirecionamento da plataforma de cancelamento voluntário do MDL para servir o mecanismo do Artigo 6.4.
Questões de política	Questões de política	Nenhuma questão de política foi considerada na reunião.
Relação com Partes interessadas	Participação de observadores	Os seguintes observadores estavam registrados na reunião: Azerbaijão, Coalizão para as Nações das Florestas Tropicais, Carbon Market Watch, Collège of the Atlantic, Universidade de Loughborough, Perspectives Climate Research GmbH e Universidade de Oslo. Os observadores compartilharam suas opiniões sobre os itens da agenda.
Outros assuntos	14ª Reunião do SBM	Foi aprovada a agenda provisória da próxima reunião do SBM, a realizar-se em Bacu, Azerbaijão, de 5 a 9 de outubro de 2024.

RELATO DETALHADO

Questões de Membresia

Conflitos de interesse

Os membros e membros suplentes do SBM disponibilizaram declarações de inexistência de conflitos de interesse reais, potenciais ou percebidos em relação às questões constantes na pauta da reunião.

Planejamento Estratégico e Direcionamento

Relatório Anual do SBM

Contexto

Em conformidade com a Decisão 3/CMA.3, o SBM apresenta relatórios anuais sobre suas atividades à CMA. Na sua 11ª Reunião, o SBM concordou em focar o relatório exclusivamente no trabalho realizado pelo Órgão e solicitou ao Secretariado que preparasse um rascunho do relatório anual para a CMA, a ser analisado na próxima reunião.

O SBM acordou seu relatório anual à CMA em sua sexta sessão e solicitou ao Secretariado que finalize o relatório em consulta com o Presidente e o Vice-Presidente do SBM, a fim de incluir os resultados de sua 13ª Reunião. Ademais, o SBM solicitou ao Secretariado a preparação de um adendo ao relatório para consideração em sua próxima reunião, abrangendo o trabalho realizado pelo SBM de 19 de julho de 2024 até o final de sua 14ª_Reunião.

Gestão de Desempenho

Programa de Trabalho do SBM

Contexto

O SBM, em sua 10ª Reunião, aprovou seu plano de trabalho para 2024 e solicitou ao Secretariado que incluísse quaisquer novos mandatos

resultantes das reuniões em versões futuras do plano de trabalho, para que o SBM tome nota.

O SBM tomou nota das alterações em seu plano de trabalho para 2024 e solicitou ao Secretariado que atualize o plano para incorporar os mandatos decorrentes da 13ª Reunião na sua próxima versão.

Questões Relacionadas ao SBM e sua Estrutura de Apoio

2ª Reunião do Painel Especialista Metodológico (MEP)

Contexto

O Painel Especialista Metodológico (MEP) realizou sua segunda reunião de 24 a 28 de junho de 2024 para analisar os produtos relacionados a metodologias, remoções e revisões das metodologias/ferramentas do MDL, em conformidade com o plano de trabalho aprovado do MEP.

O SBM tomou nota do relatório da 2ª Reunião do MEP. O relatório resumiu o trabalho do MEP, incluindo os produtos relacionados aos requisitos para as metodologias, atividades envolvendo remoções e a revisão das metodologias e ferramentas metodológicas do MDL.

Autoridades Nacionais Designadas

Autoridades Nacionais Designadas

Contexto

A CMA, na decisão 3/CMA.3, anexo, parágrafo 26(c), decidiu que cada Parte anfitriã das atividades do Artigo 6.4 deve, antes de participar do mecanismo, assegurar que possui uma Autoridade Nacional Designada (DNA) e que comunicou essa designação ao Secretariado.

O SBM tomou nota de que 86 DNAs foram estabelecidas até 18 de julho de 2024 e 5 países submeteram informações sobre o cumprimento dos

requisitos de participação da Parte anfitriã, a saber: Benim, República Dominicana, Mali, Marrocos e Togo.[2]

Governança

Guia ou Manual do Artigo 6.4 para a Participação das Partes no Mecanismo

Contexto

O SBM, em sua 11ª Reunião, solicitou ao Secretariado que preparasse um guia/manual de fácil compreensão, baseado na nota informativa "Papéis e Responsabilidades das Partes Anfitriãs", para auxiliar as Partes a compreenderem e cumprirem melhor seus papéis e responsabilidades na participação no mecanismo do Artigo 6.4.

O SBM tomou nota do rascunho do "Guia ou Manual do Artigo 6.4 para a participação das Partes anfitriãs no mecanismo" e solicitou ao Secretariado que o atualize em um rascunho de manual de fácil utilização para consideração em sua futura reunião, levando em conta as avaliações compartilhadas nesta reunião, incluindo a separação de papéis e responsabilidades das Partes anfitriãs.

Procedimento de Comunicação Direta com Partes Interessadas

Contexto

De acordo com as Regras, Modalidades e Procedimentos do Artigo 6.4 (RMPs), o SBM deve apoiar a implementação do mecanismo facilitando diálogos com as Partes anfitriãs e outras partes interessadas. Em sua 6ª Reunião, o SBM solicitou ao Secretariado que preparasse um procedimento preliminar para aprimorar a comunicação com as partes interessadas, a ser considerado em uma reunião futura. Uma vez adotado, substituirá o procedimento "Consideração de cartas não solicitadas ao SBM", que foi aprovado pelo Órgão em sua 4ª Reunião.

O SBM considerou o rascunho do procedimento "Comunicação direta com partes interessadas" e solicitou que os membros e membros suplentes

[2] Lista de DNAs disponível em https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/article-64-mechanism/national-authorities#overview. Último acesso em 31/10/2024.

fornecessem comentários ao rascunho até 1º de setembro de 2024. O SBM também solicitou ao Secretariado que revise o rascunho do procedimento, levando em consideração as avaliações compartilhadas pelos membros e membros suplentes, para consideração e adoção em sua futura reunião.

Acreditação

Nenhuma questão de acreditação foi considerada na reunião.

Ciclo de Atividade

Procedimento para a Transição de Atividades de MDL

Contexto

O SBM adotou o procedimento "Transição de atividades do MDL para o mecanismo do Artigo 6.4" em sua 8ª Reunião. Em sua 11ª Reunião, considerou o pedido de uma parte interessada, por meio de uma carta não solicitada, que buscava a isenção do requisito do procedimento de transição para obter a aprovação da Parte anfitriã para um pedido de transição de PoAs de múltiplos países (ou seja, um PoA hospedado por múltiplos países), provenientes de Partes anfitriãs inativas. O SBM solicitou ao Secretariado que realizasse uma análise holística sobre a possibilidade de permitir isenções em PoAs de múltiplos países, de forma que apenas as aprovações dos países onde as atividades de projetos componentes (CPAs) são hospedadas sejam necessárias.

O SBM adotou a versão revisada do "Procedimento para a transição das atividades do MDL para o mecanismo do Artigo 6.4" (Anexo 1 do Relatório da 13ª Reunião), que entrou em vigor em 18 de julho de 2024. A revisão oferece flexibilidade para a transição de PoAs do MDL envolvendo múltiplos países para o mecanismo do Artigo 6.4 e prevê disposições para a revisão e retirada de pedidos de transição.

De forma geral, o documento aborda os procedimentos para a transição de atividades do MDL para o mecanismo do Artigo 6.4. A seguir, um resumo dos principais temas tratados:

Contexto: O documento delineia a adoção de regras para a transição das atividades do MDL para o mecanismo do Artigo 6.4, citando as responsabilidades do SBM no desenvolvimento do processo de transição, formulários e normas relevantes.

Escopo: Define os procedimentos para a transição de atividades de projetos do MDL, PoAs e CPAs para o mecanismo do Artigo 6.4.

Submissão de Pedidos de Transição: O prazo para que os participantes de projetos de MDL submetessem pedidos de transição encerrou-se 31 de dezembro de 2023. Os pedidos deveriam incluir informações sobre o projeto e estar em conformidade com os padrões estabelecidos para a transição.

Consulta a Partes Interessadas: Após a publicação do pedido de transição, uma consulta global é aberta às partes interessadas, que podem submeter comentários dentro de um prazo de 28 dias. O processo de transição também deve incluir a aprovação da Parte anfitriã.

Aprovação da Parte Anfitriã: A Parte anfitriã deve submeter sua aprovação até 31 de dezembro de 2025. Se um PoA envolver múltiplos países anfitriões, apenas os CPAs nos países que submeterem aprovações poderão ser transferidos.

Documentação Adicional: Dentro de 180 dias após receber a aprovação da Parte anfitriã, os participantes do projeto devem submeter documentação adicional, como adendos ao documento de design e relatórios de validação, caso mudem de metodologias.

Taxa de Transição: Os participantes do projeto devem pagar uma taxa de transição, com certas exceções para países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

Verificações de Completude e Substantivas: O Secretariado realiza uma verificação de completude na submissão dentro de sete dias, seguida de uma verificação substantiva para garantir conformidade com os padrões de transição.

Revisão e Finalização: A Parte anfitriã ou membros do SBM podem solicitar uma revisão do pedido de transição. Se nenhuma revisão for solicitada, o pedido é automaticamente aprovado.

Pedidos Provisórios: O processo para a finalização de pedidos provisórios segue etapas semelhantes, mas inclui ajustes específicos para atividades de MDL em andamento ou pendentes.

Retirada de Pedidos de Transição: O procedimento permite que os participantes do projeto retirem seus pedidos de transição antes ou após a publicação da documentação adicional. Dependendo do momento da retirada, diferentes ações são tomadas.

Transição de PoA de vários países: Existem disposições específicas para PoAs que abrangem múltiplos países, permitindo a transição parcial quando apenas alguns países aprovam.

Risco de Não-Permanência e Emissões Negativas: O documento contém diretrizes sobre como abordar riscos relacionados a emissões negativas ou não-permanência para atividades que utilizam metodologias do MDL consideradas de alto risco.

Formulários Específicos: O documento inclui apêndices com formulários específicos para (i) solicitação de transição de atividades do MDL; (ii) aprovação do país anfitrião para a transição; e (iii) apêndices adicionais relacionados ao projeto e à documentação necessária para o processo de transição.

Esses procedimentos formalizam as etapas para a transição das atividades do MDL para o novo quadro do Artigo 6.4, com prazos claros e responsabilidades para as partes interessadas envolvidas.

Procedimento do Ciclo de Atividade do Artigo 6.4 para PoAs

Contexto

A CMA, por meio da decisão 3/CMA.3, parágrafo 5(a), solicitou ao SBM que desenvolvesse disposições para o desenvolvimento e aprovação de metodologias, validação, registro, monitoramento, verificação e certificação, emissão, renovação, primeira transferência do registro do mecanismo, cancelamento voluntário e outros processos. Na sua 11ª Reunião, o SBM considerou o procedimento preliminar "Procedimento do ciclo de atividade para programas de atividades", o padrão preliminar "Padrão de atividades para programas de atividades" e o padrão preliminar "Padrão de validação e verificação para programas de

atividades" e concordou em lançar uma chamada para contribuições públicas sobre tais procedimentos preliminares.

Em sua 13ª Reunião, o SBM adotou o "Procedimento do ciclo de atividade do Artigo 6.4 para PoAs" (Anexo 2 do Relatório da 13ª Reunião).

O documento, que entrou em vigor em 18 de julho de 2024, é um guia procedimental que detalha o desenvolvimento do ciclo de atividades do mecanismo do Artigo 6.4 e estabelece os passos e requisitos para a implementação dos PoAs no mecanismo. A seguir, um resumo das principais previsões do procedimento:

Atividades de Pré-Registro:

Participação da Parte Anfitriã: Cada Parte anfitriã deve cumprir requisitos específicos, incluindo ser Parte do Acordo de Paris e manter sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

- *Consideração Prévia*: Os participantes da atividade devem demonstrar que os benefícios do mecanismo do Artigo 6.4 foram considerados necessários para a implementação do PoA.
- *Consulta Global de Partes Interessadas*: Há um processo estruturado para a consulta e submissão de comentários por partes interessadas.

Registro dos Programas de Atividades (PoAs):

- Os pedidos de registro devem seguir um processo de validação detalhado conduzido por uma Entidade Operacional Designada (DOE).
- A aprovação requer resultados positivos da validação, aderência a metodologias estabelecidas e a aprovação da Parte anfitriã.

Atividades Pós-Registro:

- Os Projetos Componentes (CPs) podem ser incluídos no PoA registrado, desde que atendam a critérios específicos e sejam validados por uma DOE.
- Há disposições para o envolvimento contínuo de partes interessadas, permitindo comentários sobre os PoAs registrados ou os CPs incluídos.

Renovação e Alterações:

- São delineados os procedimentos para a renovação dos períodos de crédito para PoAs e CPs.
- As alterações ao PoA, como atualizações de metodologias, devem ser aprovadas pelo SBM.

Apelações e Reclamações: O documento prevê um mecanismo para a apresentação de apelações e reclamações relacionadas às decisões do SBM.

Padrão de Atividade do Artigo 6.4 para PoAs

O SBM também adotou o "Padrão de atividade do Artigo 6.4 para PoAs" (Anexo 3 do Relatório da 13ª Reunião).

O documento, que entrou em vigor em 18 de julho de 2024, serve como um guia abrangente para a implementação dos PoAs do mecanismo do Artigo 6.4. Estabelece o contexto e o propósito do mecanismo, detalhando os requisitos para o desenho, implementação e outros atributos dos PoAs e dos Projetos Componentes (CPs). A seguir, um resumo das principais previsões do procedimento:

Escopo: O padrão estabelece os requisitos mínimos para os participantes das atividades no que diz respeito ao registro, alterações pós-registro e geração de reduções de emissões do Artigo 6.4 (A6.4ERs) para PoAs e CPs.

Princípios: Estabelece os princípios orientadores para os PoAs, incluindo integridade ambiental, transparência, precisão e a prevenção de dupla contagem.

Desenvolvimento dos Programas de Atividades (PoAs):

- Abrange aspectos como a descrição do PoA, prevenção de registro duplo ou reativado, sistemas de gestão, consulta global de partes interessadas e demonstração de adicionalidade.
- Estabelece que os PoAs devem ter uma estrutura clara e atender a critérios específicos de elegibilidade.

Desenvolvimento dos Projetos Componentes (CPs):

- Fornece diretrizes para o desenvolvimento dos CPs, incluindo sua descrição, cenário de linha de base, monitoramento e demonstração de adicionalidade.
- Enfatiza a prevenção de inclusão ou registro duplo e define critérios para a inclusão de CPs nos PoAs.

Atividades Pós-Registro:

- Detalha o envolvimento contínuo das partes interessadas, salvaguardas de integridade e as mudanças pós-registro que os PoAs e CPs podem sofrer.
- Aborda como gerenciar mudanças temporárias e permanentes, registro em outros esquemas de crédito e mudanças nos participantes das atividades.

Implementação e Monitoramento: Estabelece os requisitos para a implementação do PoA, garantindo o monitoramento adequado e a verificação das reduções de emissões ou remoções líquidas.

Renovação dos Programas de Atividades e Atividades de Projetos Componentes: Descreve os procedimentos para a renovação do período do PoA e dos períodos de crédito dos CPs.

Exclusão Voluntária e Reinclusão de Atividades de Projetos Componentes: Fornece orientações sobre como os CPs podem ser excluídos voluntariamente e o processo para uma possível reinclusão.

Apêndices do documento:

- **Apêndice 1: Potenciais de Aquecimento Global** – Fornece os valores e diretrizes para o uso de potenciais de aquecimento global na contabilização de emissões de gases de efeito estufa.
- **Apêndice 2: Modalidades de Consulta de Partes Interessadas Locais** – Estabelece os procedimentos para conduzir consultas com partes interessadas locais, garantindo que suas opiniões sejam consideradas no desenvolvimento de PoAs e CPs.

- **Apêndice 3: Instruções para Consideração de Efeitos Cruzados na Aplicação de Múltiplas Metodologias para Programas de Atividades** – Detalha orientações sobre como considerar e integrar os efeitos cruzados ao aplicar mais de uma metodologia em PoAs.

No geral, o documento estabelece requisitos abrangentes para assegurar que os PoAs e CPs do Artigo 6.4 estejam alinhados com os objetivos e regulamentos do mecanismo, promovendo transparência, precisão e desenvolvimento sustentável.

Padrão de Validação e Verificação do Artigo 6.4 para PoAs

O SBM também adotou o "Padrão de validação e verificação do Artigo 6.4 para PoAs" (Anexo 4 do Relatório da 13ª Reunião).

O documento, que entrou em vigor em 18 de julho de 2024, serve como um guia abrangente que estabelece os requisitos de validação e verificação para a implementação dos PoAs e CPs do mecanismo do Artigo 6.4. A seguir, um resumo dos principais temas abordados:

Escopo: O documento define os requisitos mínimos para as DOEs prosseguirem com a validação de PoAs e CPs propostos ou registrados, bem como a verificação das reduções de GEE alcançadas.

Princípios: Delineia princípios como imparcialidade, abordagem baseada em evidências, apresentação justa e documentação que orientam as atividades de validação e verificação.

Requisitos Gerais de Validação e Verificação: Determina que as DOEs devem seguir abordagens específicas e cumprir os padrões, metodologias e potenciais de aquecimento global aplicáveis ao conduzir a validação e verificação.

Validação para o Registro de Programas de Atividades: Descreve os requisitos gerais para validar a conformidade com os requisitos de registro, como notificação de consideração prévia, conformidade com os requisitos da Parte anfitriã, sistemas de gestão, consulta global de partes interessadas e a demonstração da adicionalidade.

Validação para a Inclusão de Projetos Componentes: Fornece diretrizes sobre a validação dos CPs para inclusão em um PoA registrado, cobrindo

aspectos como descrição geral, conformidade com os tipos de atividades da Parte anfitriã, prevenção de registro duplo e aplicabilidade das metodologias.

Validação de Alterações Pós-Registro: Detalha os procedimentos para validar quaisquer alterações feitas nos PoAs ou CPs após o registro, garantindo que atendam aos requisitos pertinentes.

Verificação da Implementação e Monitoramento: Foca na verificação da implementação dos PoAs e CPs e das reduções de emissões de GEE ou remoções líquidas alcançadas.

Validação para a Renovação do Período do Programa de Atividades e do Período de Crédito: Descreve o processo para renovar o período dos PoAs e CPs, garantindo conformidade com os padrões aplicáveis.

Apêndices do documento:

- **Apêndice 1: Orientação sobre Inspeção Remota como Meio Alternativo à Inspeção no Local –** Fornece orientações sobre o uso de métodos de inspeção remota quando a inspeção no local não for viável.
- **Apêndice 2: Calibração –** Detalha os requisitos de calibração para os equipamentos de medição utilizados no monitoramento.

De forma geral, o documento oferece um arcabouço abrangente para os processos de validação e verificação de PoAs e CPs, assegurando a conformidade com os padrões e requisitos do mecanismo do Artigo 6.4.

Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4

Contexto

O SBM, em sua 11ª Reunião, considerou e forneceu orientações sobre o rascunho revisado da "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4" e solicitou ao Secretariado que trabalhasse mais no rascunho da ferramenta em consulta com o grupo de trabalho informal para esse assunto, com a intenção de adotar essa ferramenta na reunião. O SBM também solicitou ao Secretariado que lançasse uma chamada direcionada para contribuições sobre o instrumento e preparasse uma nota informativa que resumisse como os comentários recebidos foram

considerados no rascunho revisado da ferramenta para análise nesta reunião.

O SBM considerou o rascunho da "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4" (Anexo 5 do Relatório da 13ª Reunião) e continuou a trabalhar no rascunho durante a reunião. Solicitou ao Secretariado que continuasse a desenvolver a versão mais recente dessa ferramenta em consulta com um grupo de trabalho informal, composto por membros e membros suplentes, entre esta reunião e a 14ª Reunião, com o objetivo de adotar a ferramenta no primeiro dia dessa reunião.

O rascunho propõe uma estrutura e diretrizes para assegurar que as atividades no âmbito do Artigo 6.4 promovam a integridade ambiental e social de uma forma robusta, bem como a contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável. Seu teor aborda os seguintes temas principais:

Escopo e Aplicabilidade: A ferramenta aplica uma abordagem passo a passo para que os participantes das atividades identifiquem, avaliem, previnam e monitorem impactos ambientais e sociais negativos, bem como as contribuições para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O uso da ferramenta é obrigatório para todas as atividades propostas no âmbito do Artigo 6.4.

Etapas Gerais para Implementação: Define que os participantes das atividades devem avaliar potenciais riscos de impactos ambientais e sociais e adotar estratégias de mitigação para evitar danos.

Salvaguardas Ambientais e Sociais: O documento estabelece 11 princípios de salvaguardas, incluindo critérios para clima e energia, qualidade do ar, terra e água, ecologia e recursos naturais, direitos humanos, trabalho, saúde e segurança, igualdade de gênero, aquisição de terras e reassentamento involuntário, povos indígenas, corrupção e patrimônio cultural.

Demonstração do Impacto no Desenvolvimento Sustentável: Os participantes das atividades devem identificar e monitorar os impactos positivos e negativos nas 17 ODSs, desenvolvendo indicadores específicos para as atividades.

Validação e Verificação: A ferramenta estabelece requisitos para que as DOEs validem e verifiquem as informações fornecidas, garantindo que as

atividades não causem danos e contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Apêndice do documento: O apêndice do documento fornece um conjunto de perguntas orientadoras que servem como base para a realização da avaliação de risco do-no-harm dos princípios e critérios de salvaguardas ambientais e sociais. Essas perguntas auxiliam os participantes das atividades a identificar e avaliar os potenciais riscos e impactos negativos ambientais e sociais que podem surgir durante a implementação e operação das atividades, garantindo que as mesmas estejam em conformidade com os princípios de salvaguarda estabelecidos no documento.

Metodologias

Requerimento para metodologias e atividades envolvendo remoções

Contexto

O SBM, em sua 10ª Reunião, considerou a nota conceitual "Trabalho adicional sobre os produtos metodológicos para o mecanismo do Artigo 6.4" e solicitou ao Secretariado que preparasse uma atualização dessa nota para incluir as contribuições recebidas durante o evento do SBM "Engajamento com Partes e partes interessadas não pertencentes a Partes" realizado durante a sessão SB 60 em 3 de junho de 2024, em Bonn. O SBM também solicitou ao Secretariado que incluísse opções para revisar os documentos desenvolvidos pelo SBM em sua 9ª Reunião, quais sejam, "Requisitos para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4" e "Atividades envolvendo remoções no âmbito do mecanismo do Artigo 6.4".

O SBM considerou a nota informativa "Opções para revisar a recomendação sobre os requisitos para metodologias do Artigo 6.4, levando em consideração as contribuições das partes interessadas" e a nota informativa "Opções para revisar a recomendação sobre atividades envolvendo remoções no âmbito do mecanismo do Artigo 6.4, levando em consideração as contribuições das partes interessadas" e forneceu as seguintes orientações ao Secretariado:

i. Refinar os rascunhos de orientação contidos nos Anexos 1 e 2 do Relatório da 9ª Reunião do SBM referentes a tais temas, em consulta com os grupos de trabalho informais relevantes, levando em consideração as contribuições das partes interessadas e a avaliação do SBM, para consideração em sua próxima reunião;

ii. Preparar rascunhos de recomendações sobre os requisitos para metodologias e sobre atividades envolvendo remoções, respectivamente, para a consideração e adoção da CMA, em consulta com um grupo de trabalho informal, para consideração pelo SBM em sua próxima reunião, contendo: (i) Explicações detalhadas da orientação para atividades envolvendo remoções e requisitos para metodologias acordados pelo SBM em resposta aos mandatos da CMA; e (ii) Recomendações para a CMA, incluindo quaisquer áreas adicionais onde seja necessário o seu direcionamento; e

iii. Incluir informações sobre os planos do SBM para a implementação das orientações mencionadas acima para operacionalizar o mecanismo do Artigo 6.4.

Registro

Registro do mecanismo do artigo 6.4

Contexto

O SBM, em sua 11ª Reunião, considerou o procedimento preliminar "Operação do registro do mecanismo" e forneceu orientações sobre os elementos-chave a serem incluídos no rascunho. Na mesma reunião, analisou o procedimento preliminar do registro e solicitou ao Secretariado que fornecesse informações sobre os elementos-chave dos termos e condições para os titulares de contas do registro do mecanismo, para que o SBM pudesse considerá-los nessa reunião e fornecer orientações conforme necessário.

Durante a sua 6ª Reunião, o SBM solicitou ao Secretariado que preparasse uma nota conceitual sobre o redirecionamento da plataforma de cancelamento voluntário do MDL para servir ao mecanismo do Artigo 6.4, para consideração em uma reunião futura, e que incluísse uma análise de

custo-benefício que fundamentaria a decisão e recomendação para o redirecionamento da plataforma.

O SBM revisou o rascunho do procedimento para o "Registro do mecanismo do Artigo 6.4" e instruiu o Secretariado a desenvolvê-lo ainda mais para futuras reuniões, com as seguintes orientações específicas:

i. Garantir a consistência da linguagem com as decisões anteriores.

ii. Melhorar as disposições sobre suspensão de contas, transparência, titularidade, tipos de contas, serialização de reduções de emissões (6.4ERs) e melhores práticas para identificação de A6.4ERs.

iii. Fortalecer os vínculos com funcionalidades de cancelamento voluntário, disposições de "conheça seu cliente" e os termos para os titulares de contas.

O Secretariado também foi solicitado a, ao implementar o registro, assegurar que o design da solução de tecnologia da informação para o registro seja flexível para incorporar mudanças baseadas em orientações futuras da CMA, em particular no que diz respeito ao momento da declaração e alterações na declaração de autorização.

O SBM considerou a nota conceitual “Termos e condições para entidades que utilizam o registro do mecanismo” e solicitou ao Secretariado que prossiga com o desenvolvimento dos termos e condições para titulares de contas autorizadas e prepare um documento para os titulares de contas das Partes que delineie seus papéis e responsabilidades, para consideração em uma reunião futura.

O SBM também solicitou uma análise dos prós e contras relacionados à definição dos direitos dos usuários no que diz respeito ao controle em contraste à confirmação da titularidade dos ativos da conta, incluindo implicações para processos e procedimentos, due diligence corporativa, requisitos de execução de risco e proteções de responsabilidade para os titulares de contas.

O SBM fez menção à nota conceitual “Redirecionamento da plataforma de cancelamento voluntário do MDL para servir o mecanismo do Artigo 6.4” e concordou em revisitar este assunto em uma reunião futura.

Questões de Política

Nenhuma questão de política foi considerada na reunião.

Relação com Partes Interessadas

Participação de observadores

Contexto

O SBM, em sua 1ª Reunião, concordou em interagir com observadores registrados em cada reunião. De acordo com o procedimento "Consideração de Cartas Não Solicitadas ao SBM", qualquer carta dirigida ao SBM que o Presidente e o Vice-Presidente decidirem conjuntamente encaminhar para consideração em sua próxima reunião será analisada, desde que a carta tenha sido recebida com mais de 28 dias de antecedência à reunião. Caso contrário, a carta será incluída na agenda da reunião subsequente, a menos que o Presidente do SBM decida de outra forma.

O SBM deve receber comentários públicos, incluindo de partes interessadas, sobre a documentação da reunião até uma semana antes da mesma, a menos que o Presidente decida em contrário.

O SBM interagiu com os observadores registrados no primeiro dia da reunião, quando estes compartilharam suas opiniões sobre os itens da agenda. Reconheceu as contribuições e agradeceu aos observadores. Comentários públicos sobre a documentação da reunião também foram considerados e o Órgão agradeceu às partes interessadas por suas contribuições. Nenhuma carta não solicitada foi recebida para consideração.

De acordo com o Anexo 6 do Relatório da 13ª Reunião do SBM, os seguintes observadores estavam registrados na reunião: Azerbaijão, Coalizão para as Nações das Florestas Tropicais, Carbon Market Watch, Collège of the Atlantic, Universidade de Loughborough, Perspectives Climate Research GmbH e Universidade de Oslo.

Outros Assuntos

14ª Reunião do SBM

O SBM concordou provisoriamente em realizar sua próxima reunião por cinco dias, durante o período de 30 de setembro a 8 de outubro de 2024. Solicitou, se possível, ao Secretariado que fizesse os arranjos para realizar sua 14ª reunião em Bacu, Azerbaijão, e aprovou a agenda provisória para essa próxima reunião, a qual está descrita no Anexo 7 do Relatório da 13ª Reunião do SBM, a saber:

Agenda provisória - 14ª reunião do SBM:

ITEM DA AGENDA 1. Organização da reunião e agenda

Item da agenda 1.1. Abertura

Item da agenda 1.2. Adoção da agenda

ITEM DA AGENDA 2. Questões de governança e gestão

Item da agenda 2.1. Questões de membresia

Item da agenda 2.2. Planejamento estratégico e direcional

Item da agenda 2.3. Gestão de desempenho

Item da agenda 2.4. Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio

Item da agenda 2.5. Autoridades Nacionais Designadas

ITEM DA AGENDA 3. Questões regulatórias e procedimentais

Item da agenda 3.1. Governança

Item da agenda 3.2. Acreditação

Item da agenda 3.3. Ciclo de atividade

Item da agenda 3.4. Metodologias

Item da agenda 3.5. Registro

Item da agenda 3.6. Questões de política

ITEM DA AGENDA 4. Relação com partes interessadas

ITEM DA AGENDA 5. Outros assuntos

ITEM DA AGENDA 6. Conclusão da reunião

14ª Reunião do SBM do Artigo 6.4

Reunião	14ª Reunião do Órgão Supervisor do Mecanismo (SBM) do Artigo 6.4 (A6.4-SBM014)
Data	5 a 9 de outubro de 2024
Local	Bacu, Azerbaijão

Agenda adotada	
AGENDA E ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO	Abertura
	Adoção da agenda
QUESTÕES DE GOVERNANÇA E GESTÃO	Questões de membresia
	Planejamento estratégico e direcionamento
	Gestão de desempenho
	Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio
	Autoridades nacionais designadas
QUESTÕES REGULATÓRIAS E PROCEDIMENTAIS	Governança
	Acreditação
	Ciclo de atividade
	Metodologias
	Registro
	Questões de política
RELAÇÃO COM PARTES INTERESSADAS	--
OUTRAS QUESTÕES	--
CONCLUSÃO DA REUNIÃO	--

QUADROS-RESUMO

Itens de agenda		Resoluções
Questões de membresia	Conflitos de interesse	Membros e membros suplentes do SBM disponibilizaram declarações de inexistência de conflitos de interesse reais, potenciais ou percebidos em relação às questões constantes na pauta da reunião.
Planejamento estratégico e direcionamento	Relatório Anual do SBM	O SBM aprovou o adendo ao seu relatório anual para a CMA 6 e solicitou ao Secretariado que finalize o adendo em consulta com o Presidente e o Vice-Presidente do SBM.
Gestão de desempenho	Programa de Trabalho do SBM	O SBM aprovou a versão preliminar do programa de trabalho previsto para 2025, que prevê quatro reuniões a serem realizadas em 2025 e estabelece as principais atividades e objetivos que o Órgão pretende alcançar ao longo do ano.
Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio	3ª Reunião do Painel Especialista Metodológico (MEP)	O SBM tomou nota do relatório da 3ª Reunião do MEP, que faz menção aos trabalhos relacionados aos requisitos para metodologias, atividades envolvendo remoções e a revisão das metodologias e ferramentas metodológicas do MDL.
	2ª Reunião do Painel de Especialistas em Acreditação (AEP)	O SBM tomou nota do relatório da 2ª Reunião do AEP, que resumiu o trabalho realizado, incluindo uma atualização sobre as solicitações recebidas de DOEs para acreditação no âmbito do mecanismo do Artigo 6.4.

Autoridades Nacionais Designadas	Autoridades Nacionais Designadas (DNAs)	Até 9 de outubro de 2024, 94 DNAs foram estabelecidas e 10 países submeteram informações sobre o cumprimento dos requisitos de participação como Parte anfitriã.
Governança	Procedimento de comunicação direta com partes interessadas	O SBM considerou e adotou o procedimento "Comunicação direta com as partes interessadas", que define as diretrizes e canais de comunicação entre o Secretariado, o SBM, os painéis de especialistas (MEP e AEP) e partes interessadas, como NDAs, DOEs, povos indígenas, comunidades locais e outras organizações e grupos relevantes.
Acreditação	Acreditação	O SBM adotou o procedimento "Monitoramento de desempenho das Entidades Operacionais Designadas do Artigo 6.4", que estabelece o processo e os requisitos para o monitoramento do desempenho das DOEs e abordagem de casos de não-conformidade de forma sistemática.
Ciclo de atividade	Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4	O SBM adotou a "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4" e solicitou ao Secretariado que prepare os seguintes formulários correspondentes referidos na ferramenta: Formulário de Avaliação de Risco de Salvaguardas Ambientais e Sociais do A6.4; Formulário de Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do A6.4; e Formulário de Plano de Gestão Ambiental e Social do A6.4. O SBM acordou que será obrigatória a aplicação da ferramenta às atividades de MDL, ou PoA e CPAs nele incluídas.
Metodologias	Trabalhos relacionados às diretrizes sobre os	O SBM adotou as normas "Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4" e os "Requisitos para atividades que envolvem

	requisitos para metodologias e atividades que envolvem remoções	remoções sob o mecanismo do Artigo 6.4". Além disso, solicitou ao MEP que continue trabalhando no desenvolvimento de produtos metodológicos, dando instruções sobre a ferramenta de avaliação de risco e a implementação de ajustes de linha de base com fundamento nos requisitos trazidos pelas RMP.
	Recomendações à CMA sobre os requisitos para metodologias e atividades que envolvem remoções	O SBM decidiu recomendar à CMA que endosse a abordagem do SBM quanto aos requisitos de metodologia e atividades que envolvem remoções, bem como que forneça qualquer orientação adicional sobre essa abordagem e esteja ciente de que o SBM irá elaborar e implementar as normas mencionadas, enquanto busca garantir a estabilidade regulatória e fornecer à CMA um relatório sobre o progresso realizado na implementação da norma de metodologias como parte do relatório anual à CMA, incluindo a necessidade de orientações adicionais, se houver.
Registro	Registro do mecanismo do Artigo 6.4	Nenhuma questão de registro foi considerada na reunião.
Questões de política	Questões de política	Nenhuma questão de política foi considerada na reunião.
Relação com partes interessadas	Participação de observadores	Os seguintes observadores estavam registrados na reunião: Azerbaijão, Coalizão para as Nações das Florestas Tropicais, British Standards Institution,

		IETA, Carbon Market Watch, Universidade de Loughborough, Perspectives Climate Research GmbH, Universidade de Oxford e Swiss Lenten Fund.
Outros assuntos	15ª Reunião do SBM e Calendário de 2025	O SBM solicitou que membros e membros suplentes apresentem comentários sobre o tema do evento paralelo que será organizado na COP 29. Também aprovou seu calendário provisório de reuniões para 2025, programadas para ocorrerem durante os meses de fevereiro, maio, julho e outubro. A 15ª Reunião será realizada no Butão, do dia 10 a 14 de fevereiro de 2025.

RELATO DETALHADO

Questões de Membresia

Conflitos de interesse

Os membros e membros suplentes do SBM disponibilizaram declarações de inexistência de conflitos de interesse reais, potenciais ou percebidos em relação às questões constantes na pauta da reunião.

Planejamento Estratégico e Direcionamento

Relatório Anual do SBM

Contexto

O SBM, em sua 13ª Reunião, aprovou seu relatório anual a ser encaminhado à CMA 6 e solicitou ao Secretariado que prepare um adendo a esse relatório para consideração, a fim de cobrir o trabalho realizado pelo SBM desde 19 de julho de 2024 até o final de sua 14ª Reunião.

O SBM aprovou o adendo ao seu relatório anual para a CMA 6 e solicitou ao Secretariado que finalize o adendo em consulta com o Presidente e o Vice-Presidente do SBM. Tal adendo abrange o período de 19 de julho a 9 de outubro de 2024, incluindo os resultados da 14ª Reunião.

Gestão de Desempenho

Programa de Trabalho do SBM

Contexto

Um plano de trabalho preliminar para 2025 foi apresentado na 14ª Reunião para consideração.

O SBM aprovou a versão preliminar do plano de trabalho previsto para 2025 (Anexo 1 do Relatório da 14ª Reunião), tomando nota de que um plano de

trabalho ajustado será considerado para aprovação pelo SBM em sua 15ª Reunião, levando em conta os resultados da 14ª Reunião e da CMA 6.

O plano de trabalho preliminar prevê quatro reuniões a serem realizadas em 2025 e estabelece as principais atividades e objetivos que o Órgão pretende alcançar ao longo do ano, dentre elas:

- Atualização e análise dos padrões de mercado e certificação;
- Abordagem das necessidades dos países menos desenvolvidos e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;
- Plano de ação sobre igualdade de gênero;
- Engajamento com comunidades locais e povos indígenas;
- Revisão estruturada da regulação aplicável, incluindo o glossário da regulação, incorporação de processo Know-Your-Customer e revisão da Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável;
- Assuntos relacionados ao sistema de registro do mecanismo;
- Aprovação de requisitos, padrões, notas-conceito e processo de aprovação de novas metodologias, atividades de remoção e revisão de metodologias relacionadas ao MDL. O plano de trabalho também traz uma lista preliminar dos temas que serão abordados dentro de tais requisitos, padrões e notas-conceito; e
- Implementação de programas de capacitação.

Questões Relacionadas ao SBM e sua Estrutura de Apoio

3ª Reunião do Painel Especialista Metodológico

Contexto

O MEP realizou sua 3ª Reunião de 9 a 13 de setembro de 2024 para considerar produtos relacionados a metodologias, remoções e revisões de metodologias/ferramentas do MDL.

O SBM tomou nota do relatório da 3ª Reunião do MEP, que faz menção aos trabalhos relacionados aos requisitos para metodologias, atividades envolvendo remoções e a revisão das metodologias e ferramentas metodológicas do MDL. Além disso, o SBM tomou nota de que a 4ª Reunião do MEP está agendada para ocorrer de 27 a 31 de janeiro de 2025.

O órgão ainda concordou em adiar a consideração sobre a seleção de membros do MEP até a próxima reunião, mas reconheceu que o MEP precisa de reforço e solicitou ao Secretariado que apresente uma proposta sobre maneiras de aumentar a disponibilidade de expertise e recursos ampliados de apoio ao MEP para consideração em sua próxima reunião.

2ª Reunião do Painel de Especialistas em Acreditação

Contexto

O AEP realizou sua 2ª Reunião em 19 de setembro de 2024 para considerar produtos relacionados à avaliação de solicitações de acreditação e ao monitoramento de desempenho de entidades operacionais designadas.

O SBM também tomou nota do relatório da 2ª Reunião do AEP, que resumiu o trabalho realizado, incluindo uma atualização sobre as solicitações recebidas de DOEs para acreditação no âmbito do mecanismo do Artigo 6.4. Além disso, o SBM tomou nota de que a 3ª Reunião do AEP está agendada para 3 de fevereiro de 2025**.**

Autoridades Nacionais Designadas

Autoridades Nacionais Designadas

Contexto

A CMA, na decisão 3/CMA.3, anexo, parágrafo 26(c), decidiu que cada Parte anfitriã das atividades do Artigo 6.4 deve, antes de participar do mecanismo, assegurar que possui uma Autoridade Nacional Designada e que comunicou essa designação ao Secretariado.

O SBM observou que, até 9 de outubro de 2024, 94 DNAs foram estabelecidas e 10 países submeteram informações sobre o cumprimento dos requisitos de participação como Parte anfitriã.[3]

[3]Além dos países indicados no relatório referente à 13ª Reunião do SBM, submeteram informações Butão, Gana, Índia, Mianmar e Uganda. Lista de DNAs disponível em https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/article-64-mechanism/national-authorities#overview. Último acesso em 31/10/2024.

Governança

Procedimento de Comunicação Direta com Partes Interessadas

Contexto

De acordo com as RMPs, o SBM deve apoiar a implementação do mecanismo, facilitando diálogos com as Partes anfitriãs e outras partes interessadas. O Secretariado preparou um procedimento preliminar para aprimorar a comunicação com as partes interessadas, conforme solicitado pelo SBM em sua 6ª Reunião. Na 13ª Reunião, o SBM solicitou ao Secretariado que revisasse essa versão preliminar, levando em conta o feedback fornecido pelos membros e membros suplentes, para futura consideração e adoção.

O SBM considerou e adotou o procedimento "Comunicação direta com as partes interessadas" (Anexo 2 do Relatório da 14ª Reunião). Nele, são definidas as diretrizes e canais de comunicação entre o Secretariado, o SBM, os painéis de especialistas (MEP e AEP) e partes interessadas, como NDAs, DOEs, povos indígenas, comunidades locais e outras organizações e grupos relevantes. O objetivo é promover a transparência e a troca de informações, apoiar a implementação do mecanismo e facilitar a compreensão das normas do Artigo 6.4. O procedimento detalha a comunicação baseada em processos formais, além de formas de interação não processuais, e inclui consultas, workshops e feedbacks para o aprimoramento da integridade ambiental e operacional do mecanismo. Esse procedimento substitui o "Procedimento: Consideração de cartas não solicitadas ao Órgão Supervisor".

Acreditação

Contexto

O SBM, em sua 8ª Reunião, adotou o procedimento de acreditação do Artigo 6.4, que delineia a avaliação de desempenho das DOEs. O rascunho do procedimento foi elaborado em consulta com o AEP em sua 2ª Reunião.

O SBM adotou o procedimento "Monitoramento de desempenho das Entidades Operacionais Designadas do Artigo 6.4" (Anexo 3 do Relatório da 14ª Reunião). Ele estabelece o processo e os requisitos para o

monitoramento do desempenho das DOEs e abordagem de casos de não-conformidade de forma sistemática. Tem como objetivo maior promover a melhoria do desempenho das DOEs e fornecer ao SBM e ao AEP as ferramentas necessárias para a tomada de decisões sobre ações no processo de acreditação das DOEs, além de promover melhorias em todo o sistema por meio da identificação de questões em que as orientações ou requisitos são pouco claros ou inexistentes.

De acordo com o procedimento, o Secretariado irá publicar os relatórios de monitoramento de desempenho das DOEs, conforme os prazos especificados no procedimento, e estabelecer o fluxo de trabalho de automação eletrônica para calcular os indicadores de monitoramento de desempenho necessários e para gerar os relatórios de monitoramento de desempenho das DOEs.

Ciclo de Atividade

Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4

Contexto

O SBM, em sua 13ª Reunião, solicitou ao Secretariado que continuasse trabalhando na versão mais recente do rascunho da Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho deveria ser realizado em consulta com o grupo de trabalho informal para essa questão, composto por membros e membros suplentes, com o objetivo de adotar o rascunho da ferramenta no primeiro dia da 14ª Reunião.

O SBM adotou a "Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do Artigo 6.4" (Anexo 4 do Relatório da 14ª Reunião).[4] Além disso, solicitou ao Secretariado que preparasse os seguintes formulários correspondentes referidos na ferramenta: Formulário de Avaliação de Risco de Salvaguardas Ambientais e Sociais do A6.4; Formulário de Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do A6.4; e Formulário de Plano de Gestão Ambiental e Social do A6.4.

[4] Vide Item *Ciclo de Atividade* da Relato Detalhado sobre a 13ª Reunião do SBM neste Relatório.

O SBM acordou que será obrigatória a aplicação da ferramenta às atividades de MDL, ou PoA e CPAs nele incluídas, que possam ser transicionadas para o mecanismo do Artigo 6.4, quando os formulários mencionados acima forem disponibilizados publicamente.

O SBM também solicitou ao Secretariado que:

- Prepare revisões das regulamentações correlatas para refletir os requisitos da ferramenta de Desenvolvimento Sustentável do A6.4; e
- Prepare, em consulta com o MEP, uma nota conceitual sobre o desenvolvimento de elementos e critérios de salvaguardas específicos por tipo para outros tipos de atividades para futura consideração pelo SBM.

Metodologias

Trabalhos relacionados às diretrizes sobre os requisitos para metodologias e atividades que envolvem remoções

Contexto

Em sua 13ª Reunião, o SBM orientou o Secretariado a revisar as diretrizes preliminares sobre requisitos para metodologias e atividades de remoção, levando em consideração as contribuições das partes interessadas e o feedback do SBM fornecido naquela reunião, para serem analisadas pelo SBM.

O SBM adotou as normas "Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4" e os "Requisitos para atividades que envolvem remoções sob o mecanismo do Artigo 6.4" (Anexos 5 e 6 do Relatório da 14ª Reunião).

Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4

A "Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4" traz os requisitos para o desenvolvimento e avaliação das metodologias a

serem registradas sob o mecanismo do Artigo 6.4. Ele também trata da transparência e credibilidade dos cálculos de emissões, da inclusão de abordagens para a participação ampla de partes interessadas e do reconhecimento da demanda reprimida, das circunstâncias locais e das políticas relevantes. O documento detalha, ainda, os processos de ajustes para garantir que as metodologias estejam em conformidade com as metas de longo prazo do Acordo de Paris.

A seguir, um resumo dos principais temas tratados:

Contexto: O documento detalha o desenvolvimento de metodologias em conformidade com o Capítulo V.B das regras, modalidades e procedimentos do mecanismo, conforme solicitado pela CMA.

Princípios Metodológicos: Define princípios fundamentais para a formulação de metodologias, como, por exemplo, ambição progressiva, transparência e credibilidade, definição de linhas de base conservadoras e abaixo do cenário business-as-usual, demonstração de adicionalidade, consideração de fuga de emissões e permanência das reduções, alinhamento com as metas de longo prazo do Acordo de Paris e consideração das contribuições das Partes anfitriãs.

Demonstração de Adicionalidade: Especifica que as atividades devem demonstrar adicionalidade por meio de abordagens robustas, mostrando que não ocorreriam sem incentivos do mecanismo.

Prevenção de Vazamento: Determina que as metodologias devem incluir medidas para evitar emissões fora dos limites das atividades (vazamento) e abordar impactos em processos relacionados.

Reversibilidade e Não-Permanência: O documento aborda a necessidade de evitar e gerenciar reversões em atividades de remoção de emissões.

Requisitos para atividades que envolvem remoções sob o mecanismo do Artigo 6.4

Os "Requisitos para atividades que envolvem remoções sob o mecanismo do Artigo 6.4" incluem normas para monitoramento, relato, contabilização de remoções e abordagem de riscos de reversões. Além disso, inclui diretrizes para evitar a fuga de emissões e impactos ambientais e sociais

negativos, assegurando o respeito aos direitos humanos e aos direitos dos povos indígenas. O documento enfatiza a necessidade de avaliações de risco, planos de mitigação e a implementação de medidas corretivas em casos de reversão de remoções.

A seguir, um resumo dos principais temas tratados:

Contexto: O documento foi elaborado em resposta às decisões da CMA que solicitam o desenvolvimento de normas para atividades de remoção, incluindo monitoramento, relato, contabilidade e períodos de creditação, além da gestão de riscos de reversão e impactos negativos.

Monitoramento e Relato: Define que os participantes devem assegurar que o monitoramento das remoções seja robusto, representativo e com controles de qualidade. Relatórios de monitoramento devem incluir métodos utilizados e dados de emissões, garantindo transparência.

Gestão de Riscos de Reversão: Exige a realização de avaliações de risco e planos de mitigação, categorizando reversões como evitáveis e inevitáveis e estabelecendo medidas de remediação para manter a integridade ambiental, incluindo a criação de uma Conta Reserva de Risco de Reversão junto ao registro do mecanismo (*Reversal Risk Buffer Pool Account*) .

Prevenção de Vazamentos: As metodologias devem abordar o risco de vazamentos e incluir disposições para contabilização residual nas remoções.

Salvaguardas Socioambientais: Impõe a aplicação de salvaguardas para evitar impactos negativos e respeitar direitos humanos, com consulta a partes interessadas e processos de apelação.

Além disso, o SBM solicitou ao MEP que:

- Continue trabalhando no desenvolvimento de produtos metodológicos e que, para trabalhos futuros relacionados à avaliação de risco de reversão, considere e inclua nas recomendações sobre a ferramenta de avaliação de risco: (a) Se são necessários limites superiores para a classificação de risco (geral) ou fatores de risco específicos (dentro da ferramenta), incluindo opções e justificativas científicas para os limites superiores; (b) A classificação de risco que constitua um risco negligenciável; (c) Qualquer categorização

adicional de risco; (d) Como as medidas de remediação são levadas em conta na ferramenta de avaliação de risco; e

- Considere possíveis exceções à aplicação do parágrafo 44(b) da "Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4". Se uma exceção for recomendada, o MEP deverá incluir em sua recomendação propostas de abordagens alternativas necessárias para garantir a consistência da implementação de ajustes de linha de base com base nos requisitos trazidos pelas RMP. Qualquer recomendação será considerada pelo SBM em uma reunião futura.[5]

Para trabalhos futuros relacionados à distribuição equitativa dos benefícios de mitigação, o SBM também solicitou ao Secretariado que estabeleça um processo para que as Partes anfitriãs possam comunicar sua abordagem para operacionalização das condições especificadas pelas DNAs que garantam a retenção dos benefícios de mitigação pela Parte anfitriã.

O SBM solicitou ao Secretariado que atualize a "Nota informativa A6.4-SB010-A05: Trabalhos futuros sobre os produtos metodológicos para o mecanismo do Artigo 6.4", levando em consideração as contribuições fornecidas durante a reunião, para análise futura.

Recomendações à CMA sobre os requisitos para metodologias e atividades que envolvem remoções

Contexto

Em sua 13ª Reunião, o SBM orientou o Secretariado a preparar rascunhos de recomendações sobre os requisitos para metodologias e para atividades que envolvem remoções, respectivamente, para consideração e adoção pela CMA, em consulta com um grupo de trabalho informal, para serem analisados pelo SBM. Os rascunhos devem conter (i) explicações detalhadas das diretrizes para atividades envolvendo remoções e

[5] Com respeito à deliberação em comento, não obstante o Relatório da 14ª Reunião do SBM faça referência ao parágrafo 44(b) da "Aplicação dos requisitos do Capítulo V.B (Metodologias) para o desenvolvimento e avaliação de metodologias do mecanismo do Artigo 6.4", tal parágrafo não consta no teor do documento. Dessa forma, parte-se da premissa de que, em realidade, a deliberação se refere ao parágrafo 43 (b) do documento em questão, o qual aborda a aplicação de ajustes de redução de linhas de base.

requisitos para metodologias acordadas até o momento pelo SBM e (ii) recomendações à CMA, incluindo quaisquer áreas adicionais nas quais seja necessário mais direcionamento por parte da CMA.

O SBM decidiu recomendar à CMA que endosse a abordagem do SBM quanto à adoção dos requisitos de metodologia e atividades que envolvem remoções, bem como que forneça qualquer orientação adicional sobre essa abordagem e esteja ciente de que o SBM irá elaborar e implementar as normas mencionadas, enquanto busca garantir a estabilidade regulatória e fornecer à CMA um relatório sobre o progresso realizado na implementação da norma de metodologias como parte do relatório anual à CMA, incluindo a necessidade de orientações adicionais, se houver.

Registro

Nenhuma questão de registro foi considerada na reunião.

Questões de Política

Nenhuma questão de política foi considerada na reunião.

Relação com Partes Interessadas

Contexto

O SBM, em sua 1ª Reunião, concordou em interagir com observadores registrados em cada reunião. De acordo com o procedimento "Consideração de Cartas Não Solicitadas ao SBM", qualquer carta dirigida ao SBM que o Presidente e o Vice-Presidente decidirem conjuntamente encaminhar para consideração em sua próxima reunião será analisada, desde que a carta tenha sido recebida com mais de 28 dias de antecedência à reunião. Caso contrário, a carta será incluída na agenda da reunião subsequente, a menos que o Presidente do SBM decida de outra forma.

O SBM deve receber comentários públicos, incluindo de partes interessadas, sobre a documentação da reunião até uma semana antes da mesma, a menos que o Presidente decida em contrário.

O SBM reuniu-se com observadores registrados para uma interação informal durante a reunião, que apresentaram opiniões em relação aos itens da agenda. De acordo com o Anexo 7 do Relatório da 14ª Reunião do SBM, os seguintes observadores estavam registrados na reunião: Azerbaijão, Coalizão para as Nações das Florestas Tropicais, British Standards Institution, IETA, Carbon Market Watch, Universidade de Loughborough, Perspectives Climate Research GmbH, Universidade de Oxford e Swiss Lenten Fund.

Outros Assuntos

15ª Reunião do SBM e Calendário de 2025

O SBM solicitou que membros e membros suplentes apresentem comentários sobre o tema do evento paralelo que será organizado na COP 29. Também aprovou seu calendário provisório de reuniões para 2025 (Anexo 8 do Relatório da 14ª Reunião), programadas para ocorrerem durante os meses de fevereiro, maio, julho e outubro. Por fim, aprovou a agenda provisória para a 15ª Reunião, que será realizada no Butão, de 10 a 14 de fevereiro de 2025 (Anexo 9 do Relatório da 15ª Reunião), a saber:

Agenda provisória - 15ª reunião do SBM:

ITEM DA AGENDA 1. Organização da reunião e agenda

Item da agenda 1.1. Abertura

Item da agenda 1.2. Adoção da agenda

ITEM DA AGENDA 2. Questões de governança e gestão

Item da agenda 2.1. Questões de membresia

Item da agenda 2.2. Planejamento estratégico e direcional

Item da agenda 2.3. Gestão de desempenho

Item da agenda 2.4. Questões relacionadas ao SBM e sua estrutura de apoio

Item da agenda 2.5. Autoridades Nacionais Designadas

ITEM DA AGENDA 3. Questões regulatórias e procedimentais

Item da agenda 3.1. Governança

Item da agenda 3.2. Acreditação

Item da agenda 3.3. Ciclo de atividade

Item da agenda 3.4. Metodologias

Item da agenda 3.5. Registro

Item da agenda 3.6. Questões de política

ITEM DA AGENDA 4. Relação com partes interessadas

ITEM DA AGENDA 5. Outros assuntos

ITEM DA AGENDA 6. Conclusão da reunião

Submissões sobre o Artigo 6.8

Tema	Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não-Mercadológicas (GCNMA) – Artigo 6, parágrafo 8, do Acordo de Paris.
Título	As Partes e os observadores devem apresentar os seus pontos de vista e informações sobre os progressos e os resultados da primeira fase de execução das atividades do Programa de Trabalho referidas no ponto 8 do anexo à Decisão 4/CMA.3, bem como seus pontos de vista sobre a melhoria e a recomendação do calendário de execução das atividades do programa de trabalho para a segunda fase.
Mandato	Report of the Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice on its sixtieth session, held in Bonn from 3 to 13 June 2024 FCCC/SBSTA/2024/7, para. 159. "*O Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) convidou as Partes e observadores a submeterem, por meio do portal de submissões, até 31 de agosto de 2024, opiniões e informações sobre o progresso e os resultados da primeira fase de implementação das atividades do programa de trabalho, bem como sugestões sobre a melhoria e a recomendação do cronograma para a implementação das atividades do programa de trabalho na segunda fase. O SBSTA também solicitou ao Secretariado que fizesse os arranjos necessários para a formação de um grupo paralelo na GCNMA 6, a fim de possibilitar discussões com base nessas submissões.*"
Prazo	30/08/2024
Nome da sessão	SBSTA61

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de Partes: 4
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 0
- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais: 1
- Submissões apresentadas por organizações observadoras: 1
- Submissões apresentadas por organizações não admitidas: 0

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

- Hungria (União Europeia)
- Estados Unidos

- Peru (AILAC)
- Arábia Saudita (LMDC)
- CGIAR System Organization (Alliance of Biodiversity International & CIAT)
- ActionAid International (CLARA)

Sobre o mandato do Artigo 6.8:

Decisão 4/CMA.3, Anexo, III, 4:

"4. O Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas fica, por meio deste, estabelecido para implementar o quadro e o programa de trabalho, oferecendo às Partes oportunidades de cooperação baseada em abordagens não mercadológicas para a implementação de ações de mitigação e adaptação em suas NDCs."

Decisão 4/CMA.3, Anexo, I, 1, c:

"(c) O programa de trabalho, em conformidade com seu objetivo mencionado na decisão 1/CP.21, parágrafo 39, visa identificar medidas para facilitar as Abordagens Não Mercadológicas (NMAs) e fortalecer as conexões e criar sinergias conforme referido no parágrafo 1(a) acima."

Decisão 8/CMA.4, I, 3:

"3. Solicita ao Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas que continue a implementação das atividades do programa de trabalho referidas no capítulo V do anexo da decisão 4/CMA.3 para o período de 2023–2026 em duas fases:

(a) A primeira fase (2023–2024) concentra-se em identificar e estruturar todos os elementos relevantes das atividades do programa de trabalho mencionadas no parágrafo 8 do anexo da decisão 4/CMA.3 e em operacionalizar a plataforma web da UNFCCC referida no parágrafo 5 abaixo;

(b) A segunda fase (2025–2026) enfoca a plena implementação das atividades do programa de trabalho mencionadas no parágrafo 3(a) acima, seguindo uma abordagem de aprendizado prático e aproveitando os insumos da primeira fase, reconhecendo que alguns elementos podem ser implementados antecipadamente na primeira fase, com prioridade para as abordagens não mercadológicas já existentes."

Cumprimento do prazo 30/08/2024

País/Grupo	Data de apresentação	Cumprimento do prazo
Hungria (União Europeia)	24/09/2024	Não
Estados Unidos	19/09/2024	Não
Peru (AILAC)	04/09/2024	Não
Arábia Saudita (LMDC)	01/09/2024	Não
CGIAR System Organization (Alliance of Biodiversity & CIAT e CGIAR)	28/08/2024	Sim
ActionAid International (CLARA)	31/08/2024	Não



QUADROS-RESUMO

Progresso e resultados da primeira fase de implementação das atividades do Programa de Trabalho

País/Grupo	Impressões
Hungria (União Europeia)	1. A Plataforma NMA foi lançada, bem como o respectivo manual do usuário e o webinar introdutório. 2. Foram realizados workshops para identificação e compartilhamento de informações sobre NMAs. 3. Houve uma pluralidade de chamadas para submissões sobre o assunto e o expressivo envolvimento das Partes e demais partes interessadas. 4. Foram produzidos documentos técnicos e relatórios sobre as discussões quanto ao Programa de Trabalho, mas convém reavaliar o custo-benefício de produções similares durante a segunda fase do Programa. 5. Foram formados grupos derivados para debates sobre uma variedade de temas selecionados, o que poderia ter sido mais eficiente. 6. As áreas de foco atuais do Programa de Trabalho são suficientes, sem necessidade de ampliação no presente momento.
Estados Unidos	1. As atividades do Programa de Trabalho foram identificadas e estruturadas em cinco reuniões completas durante as sessões do GCNMA. 2. As atividades incluíram workshops, discussões plenárias, mesas redondas e várias discussões em grupos paralelos. 3. Houve cinco rodadas de submissões, dois relatórios de síntese e dois documentos técnicos. 4. Quatro reuniões de órgãos constituídos e arranjos institucionais sob o Acordo de Paris e/ou a UNFCCC foram organizadas pelo Presidente do SBSTA.

	5. A operacionalização da Plataforma NMA sofreu um pequeno atraso, mas agora está totalmente funcional. 6. As Partes interessadas notificaram o Secretariado sobre seus pontos focais nacionais para o Artigo 6.8 para permitir o acesso à Plataforma NMA. 7. O Secretariado desenvolveu um manual para a submissão e registro de informações na plataforma e tem realizado webinars para treinar os usuários.
Peru (AILAC)	1. A primeira fase do Programa de Trabalho cobriu a identificação das NMAs, suas áreas de foco e medidas para fortalecer a coordenação e implementação. 2. A AILAC reconhece o trabalho do Secretariado e dos Co-presidentes na organização de grupos e workshops. 3. Observa baixa participação de partes interessadas chave do setor público e privado nos grupos de discussão e workshops. 4. As sinergias geradas foram limitadas e não esclareceram como o Artigo 6.8 poderia facilitar a implementação de novas NMAs via Plataforma NMA. 5. A AILAC reconhece o progresso na operacionalização da Plataforma NMA e espera que os pontos focais do Artigo 6.8 compartilhem suas experiências para aprimorá-la. 6. Identificação e compartilhamento de informações, melhores práticas e iniciativas para facilitar as NMAs não foram suficientemente abordados e devem receber mais atenção na próxima etapa.
Arábia Saudita (LMDC)	1. A avaliação do progresso e resultados da primeira fase de implementação das atividades do Programa de Trabalho deve focar no conteúdo do Artigo 6.8 do Acordo de Paris. 2. Deve-se verificar se as NMAs nas NDCs foram apoiadas com financiamento, tecnologia e capacitação, e como o GCNMA contribuiu. 3. Avaliar o progresso nas atividades de identificação e implementação de NMAs e a cooperação promovida pelo GCNMA. 4. A avaliação deve destacar se o Programa de Trabalho apoiou efetivamente os países em desenvolvimento nas NMAs de suas NDCs.

	5. A Plataforma NMA da UNFCCC deve ser usada como ferramenta-chave para registro e troca de informações sobre NMAs.
CGIAR System Organization (Alliance of Bioversity & CIAT e CGIAR)	1. A primeira fase de implementação do Artigo 6.8 estabeleceu responsabilidades para os pontos focais nacionais da UNFCCC. 2. Os pontos focais nacionais foram encarregados de identificar NMAs, engajar-se na Plataforma NMA do Artigo 6.8 e coordenar com outros pontos focais nacionais. 3. Os pontos focais nacionais também garantiram a participação de partes interessadas e que as NMAs respeitassem os direitos humanos e contribuíssem para as NDCs. 4. Há a necessidade de mais apoio e orientação para que os pontos focais nacionais executem suas funções de forma eficaz. 5. Apesar do Manual de Usuário dos pontos focais nacionais, faltam diretrizes claras para o apoio financeiro da UNFCCC. 6. O Fundo Verde para o Clima (GCF) foi identificado como um ator-chave no apoio aos pontos focais nacionais. 7. Importância do fortalecimento da capacidade e expertise dos pontos focais nacionais para a segunda fase do Programa de Trabalho. 8. Foram identificadas dez categorias de capacitação essenciais para os pontos focais nacionais.
ActionAid International (CLARA)	1. A nomeação de um Oficial de Programa dedicado no Secretariado da UNFCCC e a operacionalização da Plataforma NMA durante a SB 60 foram avanços importantes. 2. Aumento no número de pontos focais registrados e a participação da Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) em atividades do Artigo 6.8. 3. Lentidão na implementação das atividades e grande número de tarefas pendentes até 2025, especialmente na identificação de NMAs e iniciativas de mitigação e adaptação.

	4. Urgência em envolver partes interessadas não-Partes, como povos indígenas, comunidades locais, organizações de mulheres, ONGs comunitárias e instituições filantrópicas na implementação do Artigo 6.8. 5. Importância de conexão das NMAs a meios de implementação, como financiamento não baseado no mercado, para apoiar projetos de conservação e restauração de ecossistemas. 6. O acesso direto à Plataforma NMA por atores não-Partes ainda é limitado e o Secretariado da UNFCCC e a equipe do GCNMA devem trabalhar mais ativamente para envolver esses atores. 7. A identificação de NMAs, critérios de identificação e compartilhamento de melhores práticas ainda é limitada. 8. Necessidade de grupos de discussão adicionais e diretrizes claras para alcançar resultados mensuráveis. 9. Iniciativas lideradas por comunidades indígenas e locais, como o Pacto dos Líderes de Glasgow e o Fundo Shandia, poderiam ser incorporadas ao trabalho do Artigo 6.8. 10. Falta de progresso em estabelecer diretrizes e procedimentos para identificar, aprovar e acompanhar NMAs e ausência de atividades proibidas sob o Artigo 6.8. 11. Falta de sinergia entre os órgãos constituídos da UNFCCC e a necessidade de capacitação para compreender o papel das NMAs. 12. O Artigo 6.8 não recebeu a devida prioridade nas reuniões da UNFCCC e as NMAs devem ser incorporadas de forma mais eficaz nas estratégias de ação climática.

Sugestões de melhoria e recomendação de cronograma para a implementação das atividades na segunda fase do Programa de Trabalho

País/Grupo	Sugestões
Hungria (União Europeia)	1. Criar uma conexão do Programa de Trabalho com outros programas da UNFCCC, visando evitar duplicidade de esforços. 2. Proporcionar a contribuição das NMAs para a implementação ambiciosa das NDCs. 3. Assegurar o uso pleno da Plataforma NMA. 4. Garantir que grupos derivados sejam organizados apenas para temas identificados pelo GCNMA. 5. Envidar esforços para aumentar a participação dos setores público, privado e organizações da sociedade civil na implementação das NDCs. 6. Considerar as funções e o valor da Plataforma NMA na próxima revisão do Programa de Trabalho.
Estados Unidos	1. Reforçar o escopo das NMAs no início de cada sessão. 2. Esclarecer que as NMAs têm um escopo limitado. 3. Destacar o escopo das NMAs em materiais escritos. 4. Convidar representantes indígenas e de comunidades locais para as sessões. 5. Utilizar o tempo das sessões de forma mais eficiente.
Peru (AILAC)	1. Promover grupos de discussão com participação de partes interessadas chave. 2. Tornar os workshops mais interativos para troca de ideias sobre NMAs. 3. Compartilhar informações, práticas e experiências para implementação das NMAs. 4. Aprimorar a Plataforma NMA da UNFCCC com diretrizes claras para inserção de informações. 5. Incluir informações das NMAs nos relatórios bienais de transparência. 6. Fornecer diretrizes detalhadas para medir as contribuições das NMAs nas NDCs.

	7. Abordar diferentes ecossistemas, como agroecossistemas e florestas, nos workshops. 8. Fortalecer sistemas de monitoramento e coleta de dados sobre soluções baseadas na natureza. 9. Engajar setores sub-representados, como jovens e comunidades locais. 10. Incentivar a participação do setor privado em ações relacionadas às NDCs.
Arábia Saudita (LMDC)	1. Encorajar as Partes a registrarem suas NMAs na Plataforma NMA e notificar o Secretariado sobre seus pontos focais para o Artigo 6.8. 2. Promover maior participação em grupos de discussão para compartilhar conhecimento sobre NMAs e maior apoio internacional. 3. Organizar um workshop virtual antes da SB62 para discutir a implementação das atividades do GCNMA e alinhar necessidades e apoio financeiro. 4. Incentivar o desenvolvimento e implementação de NMAs de forma integrada e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e erradicação da pobreza. 5. Convidar as presidências da COP a articular iniciativas presidenciais com o GCNMA e estimular o apoio do setor privado às NMAs.
CGIAR System Organization (Alliance of Bioversity & CIAT e CGIAR)	1. Priorizar a capacitação dos pontos focais nacionais com suporte do GCF e da UNFCCC. 2. Oferecer treinamentos sobre abordagens sinérgicas de mitigação e adaptação para garantir a redução de emissões e apoio às NDCs. 3. Fornecer apoio técnico para a quantificação e relato das reduções de emissões de GEE das NMAs. 4. Implementar sistemas de prevenção e gestão de riscos para garantir a conformidade das NMAs com o 11º parágrafo preambular do Acordo de Paris. 5. Desenvolver mecanismos para evitar a transferência de resultados de mitigação nas NMAs. 6. Garantir a participação ativa de povos indígenas, comunidades locais e outros grupos interessados.

	7. Facilitar a coordenação multissetorial entre instrumentos e arranjos institucionais em nível nacional. 8. Incorporar de forma efetiva considerações de gênero nas atividades relacionadas às NMAs. 9. Fortalecer instituições nacionais e marcos de governança para a implementação do Artigo 6.8. 10. Elaborar estratégias de comunicação eficazes para promover a implementação participativa e transparente das NMAs. 11. Iniciar trabalhos do Comitê Permanente de Finanças da UNFCCC, promovendo um fórum específico sobre NMAs para orientar os mecanismos financeiros da UNFCCC.
ActionAid International (CLARA)	1. Desenvolver uma metodologia para identificar e aprovar NMAs, incluindo áreas de foco, diretrizes e a listagem de atividades proibidas sob o Artigo 6.8. 2. Fornecer acesso equitativo à Plataforma NMA para partes interessadas não-Partes, como comunidades indígenas e organizações da sociedade civil. 3. Reconhecer o papel dinâmico de partes interessadas não-Partes. 4. Considerar alternativas e inovações de financiamento, ampliando o uso de financiamento público e contribuições em NMAs. 5. Reconhecer a estrutura conceitual apresentada pelo Brasil sobre a redução do desmatamento, utilizando métricas alternativas ao carbono para facilitar a implementação de NMAs. 6. Priorizar as NMAs e o Artigo 6.8 como componentes-chave da agenda climática nas COP29 e COP30.

RELATO DETALHADO

Progresso e Resultados da Primeira Fase de Implementação das Atividades do Programa de Trabalho

Hungria (União Europeia)

A UE ressaltou, em sua submissão, o progresso e os resultados das atividades da primeira fase do Programa de Trabalho, destacando:

- **O lançamento da Plataforma NMA, o seu manual do associado e o webinar introdutório.** A UE nota o aumento de pontos focais nacionais registrados e valoriza a função de central de informações, que facilita o acesso aos resultados e materiais do Programa de Trabalho.
- **A realização de workshops** para identificar e compartilhar informações, melhores práticas e lições aprendidas sobre o desenvolvimento e implementação de NMAs.
- **As cinco chamadas para submissões interseccionais** e o expressivo envolvimento de Partes, setor público e privado e ONGs.
- **Os documentos técnicos e relatórios produzidos quanto ao Programa de Trabalho**, mesmo considerando os custos e a necessidade de avaliar o valor agregado desses produtos antes de requisitar novos durante a segunda fase.
- **Os grupos derivados formados** durante as reuniões do GCNMA para permitir discussões mais detalhadas sobre temas selecionados, reconhecendo que, apesar da grande variedade de assuntos tratados, essa prática poderia ter sido mais eficiente.
- **A suficiência da variedade das áreas de foco atuais do Programa** - quais sejam, adaptação, resiliência e sustentabilidade; medidas de mitigação para combater mudanças climáticas e contribuir para o desenvolvimento sustentável; e desenvolvimento de fontes de energia limpa -, observando que não vê necessidade de ampliar essas áreas no momento.

Estados Unidos

Em suas impressões quanto ao progresso e resultados da primeira fase de implementação das atividades do Programa de Trabalho, os Estados Unidos destacam que as Partes identificaram e estruturaram todas as atividades do Programa de Trabalho por meio de cinco reuniões completas durante as sessões do GCNMA, incluindo workshops, discussões plenárias, mesas redondas e várias discussões em grupos paralelos, complementadas por cinco rodadas de submissões, dois relatórios de síntese, dois documentos técnicos e quatro reuniões de órgãos constituídos e arranjos institucionais sob o Acordo de Paris e/ou a UNFCCC, organizadas pelo presidente do SBSTA.

Ademais, indica que, embora o desenvolvimento e a operacionalização da Plataforma NMA tenham sofrido um ligeiro atraso, está agora totalmente funcional. Além disso, ressalta que as Partes interessadas notificaram o Secretariado sobre seus pontos focais nacionais para o Artigo 6.8, para permitir o acesso à Plataforma NMA; que o Secretariado desenvolveu um manual para a submissão e registro de informações na plataforma; e que tem realizado webinars para treinar os seus usuários.

Peru (AILAC)

A AILAC considera que a primeira fase do Programa de Trabalho cobriu a identificação das NMAs, suas áreas de foco e medidas para fortalecer a coordenação e implementação dessas abordagens. Reconhece o trabalho do Secretariado e dos Co-presidentes na organização de grupos e workshops, mas observa que houve baixa participação de partes interessadas chave do setor público e privado. Apesar de os grupos de discussão e workshops terem sido úteis para trocar experiências sobre NMAs existentes, as sinergias geradas foram limitadas e não deixaram claro como o Artigo 6.8 poderia facilitar a implementação de novas NMAs via Plataforma NMA.

A AILAC reconhece o progresso na operacionalização da Plataforma NMA e espera que os pontos focais do Artigo 6.8 compartilhem suas experiências para aprimorá-la. Destaca, ainda, que a identificação e o compartilhamento de informações, melhores práticas e iniciativas para facilitar as NMAs, conforme previsto na Decisão 4/CMA.3, não foram suficientemente

abordados na primeira fase e devem receber mais atenção na próxima etapa.

Arábia Saudita (LMDC)

O LMDC considera que a avaliação da primeira fase deve focar no conteúdo do Artigo 6.8 do Acordo de Paris, que destaca a importância de NMAs para a implementação das NDCs, em um contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, incluindo aspectos como mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.

A avaliação deve enfatizar em que medida as NMAs identificadas nas NDCs das Partes foram apoiadas com financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, e como o GCNMA contribuiu para esse processo.

O progresso geral nas atividades de identificação e implementação de NMAs deve ser avaliado, incluindo o papel do GCNMA em promover a cooperação em NMAs que apoiam a implementação de NDCs mais ambiciosas.

A avaliação deve alinhar-se com o Artigo 6.8, destacando aspectos quantitativos para verificar se o Programa de Trabalho apoiou efetivamente os países em desenvolvimento na implementação de NMAs integradas em suas NDCs.

A Plataforma NMA da UNFCCC deve ser considerada como uma ferramenta-chave de implementação, facilitando o registro e a troca de informações sobre NMAs.

CGIAR System Organization (Alliance of Biodiversity & CIAT e CGIAR)

O CGIAR destaca que a primeira fase de implementação das atividades do Programa de Trabalho do Artigo 6.8 envolveu a identificação e o estabelecimento de responsabilidades para os pontos focais nacionais da UNFCCC. Estes foram encarregados de várias funções, incluindo a identificação de NMAs, engajamento com a plataforma web do Artigo 6.8, coordenação com pontos focais nacionais de outros países e garantia da participação de partes interessadas. Além disso, foram encarregados de garantir que as NMAs respeitassem os direitos humanos, evitassem impactos negativos e promovessem sinergias entre mitigação e adaptação, bem como contribuíssem para a implementação das NDCs.

No entanto, o CGIAR observa que ainda há necessidade de mais apoio e orientação, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade dos pontos focais nacionais para executar eficazmente suas funções. Embora o Manual de Usuário da Plataforma NMA tenha sido disponibilizado, faltam diretrizes claras para os mecanismos financeiros da UNFCCC em relação ao apoio à prontidão dos pontos focais nacionais. Nesse sentido, o Fundo Verde para o Clima (GCF) foi identificado como um ator-chave para fornecer o apoio necessário. O CGIAR também enfatiza a importância de fortalecer as capacidades e a expertise dos pontos focais nacionais para permitir a implementação eficaz do Programa de Trabalho na segunda fase.

O CGIAR identifica várias categorias de capacitação que são necessárias para que os pontos focais nacionais desempenhem suas funções com eficácia. Essas categorias incluem:

- **Abordagens sinérgicas de mitigação e adaptação**: A capacidade de integrar de forma eficaz medidas de mitigação e adaptação para promover o alcance das metas de NDCs e do Acordo de Paris.
- **Implementação de NDCs**: Habilidades para garantir que as NMAs facilitem a implementação das NDCs dos países de maneira integrada, holística e equilibrada.
- **Quantificação e relato de emissões de GEE**: Conhecimentos técnicos para quantificar e relatar reduções de gases de efeito estufa resultantes das NMAs.
- **Consistência com o 11º parágrafo preambular do Acordo de Paris**: Compreensão sobre como garantir que as NMAs respeitem os direitos humanos, a saúde, os direitos de povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis, incluindo a equidade de gênero e intergeracional.
- **Não transferência de resultados de mitigação**: Conhecimento dos mecanismos que garantam que as NMAs não envolvam a transferência de resultados de mitigação.
- **Participação de partes interessadas**: Capacidade de envolver efetivamente o setor público, setor privado e organizações da sociedade civil na implementação das NDCs.

- **Coordenação multissetorial**: Competências para facilitar a coordenação em múltiplos níveis e setores, incluindo a integração de instrumentos e arranjos institucionais.
- **Considerações de gênero**: Experiência na integração e incorporação de questões de gênero em alinhamento com as melhores práticas.
- **Fortalecimento de instituições nacionais**: Competências para apoiar e fortalecer marcos institucionais de governança.
- **Estratégias de comunicação**: Desenvolvimento de habilidades para implementar estratégias de comunicação que sejam transparentes e participativas no contexto das NMAs.

ActionAid International (CLARA)

A CLARA destaca avanços importantes na implementação das atividades do Programa de Trabalho sob o Artigo 6.8, como a nomeação de um Oficial de Programa dedicado no Secretariado da UNFCCC e a operacionalização da Plataforma NMA durante a SB60. Também reconhece o aumento no número de pontos focais registrados e a recente participação da Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) em atividades do Artigo 6.8, enfatizando a importância da inclusão dos povos indígenas e comunidades locais nas discussões.

No entanto, a CLARA expressa preocupação com a lentidão na implementação das atividades e ressalta que há um grande número de tarefas pendentes até 2025, especialmente na identificação de NMAs e iniciativas que possam apoiar a mitigação e adaptação conjuntas, além de aumentar as ambições das NDCs. A organização enfatiza a necessidade urgente de envolver partes interessadas não-Partes, como povos indígenas, comunidades locais, organizações de mulheres, ONGs comunitárias e instituições filantrópicas, para acelerar a implementação do Artigo 6.8 de maneira justa e inclusiva.

A CLARA também destaca a importância de conectar as NMAs a meios de implementação, como financiamento não baseado no mercado, para apoiar projetos de conservação, proteção e restauração de ecossistemas. Além disso, mencionou que, embora a Plataforma NMA esteja operacional, o acesso direto por parte de atores não-Partes ainda é limitado e sugeriu que

o Secretariado da UNFCCC e a equipe de apoio do GCNMA trabalhem mais ativamente para envolver esses atores.

A organização ressalta que, apesar de algumas conquistas, a identificação de NMAs, critérios de identificação e compartilhamento de melhores práticas ainda é limitada. Observa a necessidade de estabelecer grupos de discussão adicionais e fornecer diretrizes claras para que esses grupos possam alcançar resultados mensuráveis. A CLARA também aponta que várias iniciativas lideradas por comunidades indígenas e locais, como o Pacto dos Líderes de Glasgow e o Fundo Shandia, oferecem exemplos de NMAs que poderiam ser incorporadas ao trabalho do Artigo 6.8.

Por fim, a CLARA critica a falta de progresso em estabelecer diretrizes e procedimentos para identificar, aprovar e acompanhar as NMAs e ressalta a ausência de atividades proibidas sob o Artigo 6.8. A organização também destaca a falta de sinergia entre os órgãos constituídos da UNFCCC, que precisam de capacitação para melhor compreender o papel das NMAs. Conclui-se que o Artigo 6.8 não recebeu a devida prioridade nas reuniões da UNFCCC e recomenda que as NMAs sejam incorporadas de forma mais eficaz como um componente-chave das estratégias de ação climática.

Sugestões de Melhoria e Recomendação de Cronograma para a Implementação das Atividades na Segunda Fase do Programa de Trabalho

Hungria (União Europeia)

A UE apresentou as seguintes recomendações para melhorar as atividades do Programa de Trabalho na segunda fase:

- **Conexão com outros programas da UNFCCC:** Garantir a complementaridade e o valor agregado do Quadro e Programa de Trabalho com outros programas da UNFCCC, incluindo o Comitê de Paris para Fortalecimento de Capacidades, o Comitê de Katowice de Especialistas sobre Impactos das Medidas de Resposta, a Parceria de Marrakesh para Ação Climática Global, o Centro e Rede de Tecnologia Climática, o Comitê Executivo de Tecnologia e o Programa de Trabalho de Glasgow para Capacitação em Ação Climática (ACE), evitando duplicidade de esforços.

- **Contribuição com NDCs:** As NMAs devem contribuir para a implementação ambiciosa das NDCs, aproveitando a estrutura já existente sob o Acordo de Paris.
- **Uso da Plataforma NMA:** As atividades do Programa de Trabalho devem assegurar o uso pleno da Plataforma, incentivando a divulgação de NMAs e evitando duplicidade, como submissões e apresentações de workshops já publicadas.
- **Grupos derivados:** Os grupos derivados devem ser organizados apenas para temas identificados pelo GCNMA, com a participação facilitada por uma Parte voluntária.
- **Esforços coletivos de implementação:** Esforços adicionais devem ser realizados para aumentar a participação dos setores público e privado, além das organizações da sociedade civil, na implementação das NDCs.
- **Revisão do Programa de Trabalho:** A futura revisão do Programa de Trabalho pelo SBSTA deve considerar especificamente as funções e o valor da Plataforma NMA, visando aumentar sua eficácia.

Estados Unidos

As recomendações feitas pelos Estados Unidos para a melhoria do cronograma de implementação das atividades do Programa de Trabalho na segunda fase são as seguintes:

- **Reforçar o escopo das NMAs**: O Secretariado deve lembrar o GCNMA e as partes interessadas sobre o escopo consensual das NMAs conforme definido no capítulo II do Anexo da Decisão 4/CMA.3, no início de cada sessão. Isso ajudará a garantir que as discussões permaneçam dentro dos limites do que constitui uma NMA no âmbito do quadro de NMAs.
- **Esclarecer a definição de NMAs**: As Partes e partes interessadas não-Partes devem facilitar a compreensão de que o escopo das NMAs é delimitado e não inclui todas as abordagens não baseadas no mercado em sentido geral. Esse esclarecimento ajudará a gerenciar as expectativas em relação ao trabalho do GCNMA.

- **Destacar o escopo das NMAs em materiais escritos**: Recomenda-se que o Secretariado enfatize o escopo das NMAs, conforme descrito na decisão 4/CMA.3, na plataforma online e em todos os materiais escritos sobre o assunto (como notas conceituais e convites para eventos), para facilitar discussões úteis e alinhadas.

- **Incluir representantes indígenas e de comunidades locais**: O GCNMA deve continuar a convidar representantes da LCIPP e outros representantes indígenas e de comunidades locais para os workshops durante as sessões, reconhecendo a importância dessas vozes nas discussões sobre NMAs.

- **Uso eficiente do tempo nas sessões**: Os Estados Unidos sugerem que as Partes e partes interessadas utilizem de forma mais eficiente o tempo alocado para as sessões na próxima fase de trabalho, garantindo que o tempo destinado às reuniões seja proporcional à quantidade de material a ser discutido.

Peru (AILAC)

As sugestões feitas pela AILAC para a melhoria do cronograma de implementação das atividades do Programa de Trabalho na segunda fase são as seguintes:

- **Promover grupos de discussão organizados**: O desenvolvimento de grupos de discussão deve ser feito com antecedência, permitindo a participação adequada de partes interessadas importantes para a implementação das NMAs, como organizações internacionais, especialistas técnicos, empresas, sociedade civil, povos indígenas e instituições financeiras. Isso ajudará a gerar conexões e conscientização para a implementação das NMAs.

- **Tornar os workshops mais dinâmicos**: Recomenda-se que os workshops permitam que cada Parte apresente suas ideias de NMAs em diálogo com diferentes partes interessadas, proporcionando um ambiente de discussão mais interativo e produtivo.

- **Promover o compartilhamento de informações e práticas**: A AILAC destaca a importância de compartilhar informações, melhores práticas, experiências e estudos de caso para a implementação eficaz das NMAs. A cooperação Sul-Sul é especialmente recomendada,

considerando os desafios semelhantes enfrentados por países em desenvolvimento na implementação de suas NDCs.

- **Aprimorar a Plataforma NMA da UNFCCC**: Sugere-se a sistematização de práticas e metodologias para analisar o sucesso das NMAs, facilitando o compartilhamento de informações na plataforma e auxiliando na replicação de experiências bem-sucedidas. Deve-se fornecer diretrizes claras sobre como as informações devem ser inseridas, incluindo o tema, a contribuição para as NDCs e o alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris.

- **Incluir informações das NMAs nos relatórios de transparência**: Recomenda-se a inclusão de informações sobre as NMAs nos relatórios bienais de transparência, com foco no financiamento obtido, transferência de tecnologia e na contribuição para o cumprimento das NDCs e do objetivo de longo prazo do Acordo de Paris.

- **Fornecer diretrizes adicionais para medir as contribuições das NMAs**: A AILAC sugere a necessidade de orientações mais detalhadas sobre como medir e refletir as contribuições das NMAs na implementação das NDCs das Partes participantes. Recomenda-se considerar temas como instrumentos financeiros e econômicos, cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, avaliação de impacto ambiental, impacto social, viabilidade de implementação, contribuição para metas de mitigação e adaptação, práticas de economia circular, ciência e tecnologia, bem como o sistema de monitoramento, relato e verificação.

- **Abordar diferentes ecossistemas**: A AILAC sugere a inclusão de tópicos relacionados a diferentes ecossistemas, como agroecossistemas, florestas e ecossistemas aquáticos, nos workshops da próxima fase, destacando a importância de soluções baseadas na natureza para adaptação e mitigação.

- **Fortalecer sistemas de monitoramento e coleta de dados**: É importante desenvolver sistemas robustos para monitoramento e coleta de dados sobre soluções baseadas na natureza e outros ecossistemas, de forma a apoiar a implementação das NDCs e a tomada de decisões.

- **Fomentar a participação de setores sub-representados**: A AILAC recomenda que sejam encontradas formas de engajar setores como jovens, comunidades locais, povos indígenas, migrantes e pessoas com deficiência, assegurando a participação ativa e a representatividade nesses processos.

- **Incentivar a participação do setor privado**: É fundamental fortalecer o envolvimento do setor privado e vincular suas ações aos objetivos das NDCs, especialmente em ações de adaptação, mitigação e gestão de ecossistemas, por meio de programas de pagamentos baseados em resultados e outras iniciativas de apoio.

Arábia Saudita (LMDC)

As recomendações feitas pelo LMDC para a melhoria do cronograma de implementação das atividades do Programa de Trabalho na segunda fase são as seguintes:

- **Pontos Focais Nacionais**: Encorajar as Partes a identificar e registrar suas NMAs na Plataforma NMA e notificar o Secretariado sobre seus pontos focais nacionais para o Artigo 6.8. Recomenda-se o uso de pesquisas e questionários para entender o nível de envolvimento e os desafios enfrentados.

- **Grupos de Discussão**: Promover a participação mais ampla em grupos de discussão com foco contínuo no compartilhamento de conhecimento sobre a implementação das NMAs existentes e o apoio internacional fornecido, especialmente no contexto das obrigações dos países desenvolvidos.

- **Trabalho entre sessões**: Organizar um workshop virtual antes da SB62 para discussões aprofundadas sobre a implementação das atividades do Programa de Trabalho do GCNMA, explorando opções mais concretas para alinhar as necessidades dos países em desenvolvimento com o apoio financeiro dos países desenvolvidos.

- **Desenvolvimento e Implementação de NMAs**: Incentivar as Partes a desenvolverem e implementarem NMAs de forma integrada, holística e equilibrada, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e erradicação da pobreza.

- **Diálogos Abertos**: As presidências da COP são convidadas a explorar de que forma as iniciativas presidenciais desenvolvidas em cada COP podem ser articuladas com o GCNMA, considerando o enfoque em NMAs. Também é sugerido que o setor privado e outras partes interessadas relevantes expressem seu apoio às NMAs no contexto da UNFCCC e do Acordo de Paris.

CGIAR System Organization (Alliance of Biodiversity & CIAT e CGIAR)

As sugestões feitas pelo CGIAR para a melhoria do cronograma de implementação das atividades do Programa de Trabalho na segunda fase são as seguintes:

- **Capacitação dos pontos focais nacionais como prioridade**: Desenvolvimento de um programa específico de desenvolvimento de capacidades, com suporte do GCF e da UNFCCC.
- **Compreensão de abordagens sinérgicas de mitigação e adaptação**: Treinamentos para garantir a redução permanente de emissões e apoio à implementação das NDCs.
- **Apoio técnico na quantificação de emissões de GEE**: Fornecimento de orientação para quantificar e relatar adequadamente as reduções de emissões resultantes das NMAs.
- **Prevenção e gestão de riscos**: Estabelecimento de sistemas para garantir que as NMAs sejam consistentes com o 11º parágrafo preambular do Acordo de Paris.
- **Mecanismos de não transferência de resultados de mitigação**: Desenvolvimento de sistemas que assegurem que as NMAs não envolvam a transferência de resultados de mitigação.
- **Participação plena e efetiva de partes interessadas**: Estruturas para garantir a participação ativa de povos indígenas, comunidades locais e outros grupos.
- **Coordenação multissetorial aprimorada**: Facilitação da coordenação entre diferentes instrumentos e arranjos institucionais a nível nacional.

- **Integração e incorporação de considerações de gênero**: Adoção de práticas que assegurem a inclusão de questões de gênero de forma efetiva.
- **Fortalecimento de instituições nacionais**: Apoio e aprimoramento de marcos de governança para reforçar a implementação do Artigo 6.8.
- **Desenvolvimento de estratégias de comunicação**: Elaboração de estratégias eficazes para promover a implementação participativa e transparente das NMAs.
- **Início dos trabalhos do Comitê Permanente de Finanças da UNFCCC**: Promoção de um fórum específico sobre as NMAs para orientar os mecanismos financeiros da UNFCCC.

ActionAid International (CLARA)

As sugestões feitas pela CLARA para a melhoria e recomendação de cronograma para a implementação das atividades do Programa de Trabalho na segunda fase são as seguintes:

- **Desenvolver uma metodologia para identificar e aprovar NMAs**: Definir áreas de foco, diretrizes e procedimentos relevantes para facilitar a implementação imediata e robusta das atividades do Programa de Trabalho da primeira fase, incluindo a listagem de atividades proibidas sob o Artigo 6.8.
- **Fornecer acesso equitativo à Plataforma NMA para partes interessadas não-Partes**: Garantir que partes interessadas, como comunidades indígenas e organizações da sociedade civil, tenham acesso à plataforma para contribuir com a implementação das NMAs.
- **Reconhecer o papel dinâmico de partes interessadas não-Partes**: Enfatizar a importância do envolvimento de povos indígenas, comunidades locais, mulheres, comunidades vulneráveis e organizações filantrópicas no processo de implementação das NMAs sob o Artigo 6.8.
- **Considerar alternativas e inovações de financiamento**: Ampliar o uso de financiamento público e financeiro baseado em contribuições,

de forma não mercadológica, conforme discutido nas submissões anteriores da CLARA.

- **Reconhecer a estrutura conceitual apresentada pelo Brasil**: Adotar a proposta apresentada durante a COP28 sobre a redução do desmatamento por meio de financiamento público e contribuições usando métricas alternativas ao carbono como NMA, promovendo uma maior compreensão das NMAs e da cooperação internacional.
- **Priorizar NMAs e o Artigo 6.8 nas próximas COPs**: Enfatizar a importância das NMAs e do Artigo 6.8 como parte fundamental da agenda climática nas COP29 e COP30.

FINANCIAMENTO

Tema	Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG)
Título	As Partes, os órgãos constituídos no âmbito da Convenção e do Acordo de Paris, as entidades operacionais do mecanismo financeiro, as instituições de financiamento climático, os observadores e outros interessados, incluindo do setor privado, devem apresentar suas opiniões antes de cada diálogo e reunião técnica de peritos no âmbito do programa de trabalho ad hoc
Mandato	Decisão 8/CMA.5, para. 14 (FCCC/PA/CMA/2023/16/Add.2) *Convida também as Partes, os órgãos constituídos ao abrigo da Convenção e do Acordo de Paris, as entidades operacionais do Mecanismo Financeiro, as instituições de financiamento climático, os observadores e outros interessados, incluindo o sector privado, apresentar opiniões antes de cada diálogo e reunião técnica de peritos no âmbito do programa de trabalho ad hoc através do portal de submissão;* Messagem dos copresidentes do Programa de Trabalho Ad Hoc da NCQG - 11º TED e 3ª reunião do AHWP da NCQG *Atualização do documento com base nas visões expressas e submetidas durante o segundo encontro do AHWP e o TED 10. Requerimento de novas submissões sobre:* *a) Pontos de vista/elementos de apresentações e intervenções anteriores que evoluíram e podem ser atualizados, e/ou poderiam ser mais elaborados;* *b) propostas para nos ajudar a construir uma ponte entre as ideias sobre os vários elementos relativos ao NCQG*
Prazo	05/08/2024
Nome da sessão	CMA.5 – CMA.6

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de Partes: 18
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 03

- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais e não-governamentais: 20

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

- Malawi (LDC) – 05/08/2024;
- Brasil (SUR) – 06/08/2024;
- Arábia Saudita (Grupo Árabe) – 06/08/2024;
- Samoa (AOSIS) – 06/08/2024;
- Quênia (AGN) – 09/08/2024;
- Estados Unidos – 09/08/2024;
- Hungria (União Europeia) – 13/08/2024;
- Peru (AILAC) – 23/08/2024;
- Uganda (G77 + China) – 10/09/2024;

Sobre o mandato da NCQG

Decisão 9/CMA.3 Para. 3:

"Decide estabelecer um **programa de trabalho ad hoc (AHWP)** para 2022-2024 (...)."

Decisão 8/CMA.5:

"Para. 1. Reitera que as deliberações sobre a nova meta coletiva quantificada sobre financiamento climático serão concluídas em 2024, e decide fazer uma transição para um modo de trabalho que permita o desenvolvimento de um **projeto de texto de negociação** para consideração da CMA em sua 6ª sessão (novembro 2024) (...).

Para. 8. Requer aos copresidentes que incluam em seu relatório anual, a ser emitido pelo menos 4 meses antes da sexta sessão da CMA, um **quadro substantivo para um projeto de texto de negociação** que capture o progresso alcançado para consideração da CMA 6;

Para. 9. Decide (...) conduzir pelo menos três TEDs em 2024 para permitir discussões técnicas aprofundadas sobre os elementos da NCQG com vistas a informar os encontros do AHWP (...).

Para. 10. Também decide conduzir pelo menos três encontros do AHWP em 2024, consecutivos aos TEDs referidos no para. 9, para viabilizar que as Partes se engajem no desenvolvimento de um quadro substantivo para o projeto de texto de negociação mencionado no para. 8."

Cumprimento do prazo 05/08/2024

País/Grupo	Data de apresentação	Cumprimento do prazo
Malawi (LDC)	05/08/2024	Sim
Brasil (SUR)	06/08/2024	Não
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	06/08/2024	Não
Samoa (AOSIS)	06/08/2024	Não
Quênia (AGN)	09/08/2024	Não
Estados Unidos	09/08/2024	Não
Hungria (União Europeia)	13/08/2024	Não
Peru (AILAC)	23/08/2024	Não
Uganda (G77 + China)	10/09/2024	Não

QUADROS-RESUMO

Abordagens e sugestões ao TED 11

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Quênia (AGN)	Sim	1. O TED 11 deve ser organizado para promover discussões e esclarecimentos sobre opções de valores. O TED deve considerar provisões e mobilizações para o financiamento climático, considerando as necessidades de implementação do NDCs e NAPs, aumento da ambição.
Hungria (União Europeia)	Sim	TEMAS A SEREM DISCUTIDOS (DISCUSSÕES SUBSTANTIVAS) 1. O TED possui um formato propício para avançar em discussões sobre matérias difíceis e não claras, promovendo um espaço construtivo e inclusivo para entender as diferenças em preferências, abordagens e desafios; 2. Sugestão de debates no TED: acesso, arranjos de transparência, o papel de diferentes atores na meta; e o quantum em conjunção com os contribuidores. FORMATO DAS DISCUSSÕES 1. Break-out groups como sugestão para o TED 11, considerado pelo bloco o melhor formato para fomentar as conversas.
COMENTÁRIOS	A ausência de menção ao TED pode indicar uma possível saturação do seu formato e propósito, ou mesmo prioridade de foco no encontro do AHWP.	

Sugestão de Estrutura Geral (títulos/capítulos) ao texto do projeto

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Sim	1. Mandato, contexto; 2. Elementos quantitativos (escopo temático e estrutura); 3. Elementos qualitativos (acesso); 4. Cronograma; 5. Arranjos de transparência;
Brasil (SUR)	Sim	1. Preâmbulo; 2. Contexto; 3. Elementos quantitativos; 4. Elementos qualitativos; 5. Arranjos de transparência; 6. Outras matérias.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Sim	1. Preâmbulo, contexto, princípios; 2. Estrutura, quantum (elementos quantitativos), cronograma; 3. Elementos qualitativos; 4. Arranjos de transparência; 5. Outras matérias;
Samoa (AOSIS)	Sim	1. Preâmbulo; 2. Parte Operacional a) Cronograma; b) Elementos quantitativos; c) Arranjos de transparência;

		d) Mecanismos de acesso; e) Reforma da arquitetura financeira internacional;
Quênia (AGN)	Sim	1. Preâmbulo e Contexto; 2. Quantum; 3. Cronograma e Atualização da Meta; 4. Elementos Qualitativos; 5. Transparência e Suporte;
Estados Unidos	Sim	1. Preâmbulo; 2. Contexto; 3. Camada externa (abordagem global/macro de financiamento, além da NCQG); 4. Camada interna (NCQG); 5. Elementos qualitativos; 6. Arranjos de transparência;
Hungria (União Europeia)	Sim	1. Preâmbulo, escopo, e contexto; 2. Elementos quantitativos; 3. Elementos qualitativos; 4. Acesso; 5. Arranjos de transparência;
Peru (AILAC)	Sim	1. Preâmbulo, contexto e princípios; 2. Elementos Quantitativos; 3. Elementos Qualitativos; 4. Arranjos de Transparência;
Uganda (G77 + China)	Sim	1. Contexto e fundamentação jurídica;

		2. Mandato; 3. Escopo; 4. Elementos operacionais; 5. Provisão de financiamento.
COMENTÁRIOS	Apesar das diferentes nomenclaturas e diferenças de conteúdo abordado (que, geralmente, remete ao posicionamento de cada país em determinadas matérias), há uma uniformidade das sugestões apresentadas no que se refere à estrutura geral da NCQG.	

Integração da NCQG à UNFCCC e ao Acordo de Paris

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Sim	1. Menção expressa ao artigo 4º da UNFCCC e aos artigos 2 e 9 do Acordo de Paris; 2. Menção a instrumentos inerentes à UNFCCC, como NAPs; 3. Instrumentos inerentes ao Acordo de Paris, como NDCs, GST e ETF;
Brasil (SUR)	Sim	1. Artigos 3, 4 e 9 da UNFCCC e artigos 2, 2.2, 3.5, e 9 (9.1, 9.3, 9.5 e 9.7) do Acordo de Paris;
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Sim	1. Artigos 4, 11, 4.7 e 3.5 da UNFCCC; artigos 4.5 e 9 do Acordo de Paris; 2. Decisões 2/CP.15 e 1/CP.21, parágrafo 53; 3. Decisões 14/CMA.1, 9/CMA.3, 5/CMA.4 e 8/CMA.5).
Samoa (Grupo AOSIS)	Sim	1. Artigos 4 e 11 da UNFCCC e artigo 9 do Acordo de Paris.

Quênia (AGN)	Sim	1. Preâmbulo: deve refletir os princípios da UNFCCC e do Acordo de Paris, incluindo a equidade, responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as capacidades de cada país. 2. Artigos. 2.1a, b; e, artigos. 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris.
Peru (AILAC)	Sim	1. Artigos 4 (4.3, 4.5, e 4.7) e 11 (11.1) da UNFCCC; artigo 9 do Acordo de Paris; 2. Decisões 1/CP.21, parágrafo 53; 14/CMA.1, 9/CMA.3, 5/CMA.4, 8/CMA.5; 3. Obrigações de ordem geral e de financiamento contidas na Convenção e no Acordo de Paris
Uganda (G77 + China)	Sim	1. Vinculação do mandato da NCQG e do seu processo à UNFCCC e ao Acordo de Paris.
Estados Unidos	Parcial	1. Decisões da CP (1/CP.21/, para. 53) e da CMA (14/CMA.1; 9/CMA.33; 5/CMA4; 8/CMA.5); 2. Artigos 2.1(c) e 9.3 do Acordo de Paris
Hungria (União Europeia)	Parcial	1. Decisões 1/CP.21, para. 53; 14/CMA.1; 9/CMA.3; 5/CMA.4; 8/CMA.5 e 1/CMA.5;
COMENTÁRIOS	Ao longo dos trabalhos e discussões no âmbito dos encontros do Grupo de Trabalho Ad Hoc da NCQG, um dos tópicos mais controvertidos referia-se à inserção das discussões e mandato da NCQG simultaneamente no contexto da Convenção e do Acordo de Paris ou exclusivamente no contexto do Acordo de Paris. A limitação das referências à UNFCCC dá-se em razão de sua linguagem vinculante e impositiva de obrigações financeiras exclusivas aos países integrantes do Anexo I, considerando que o Acordo de Paris apresenta uma redação mais abrangente que contempla obrigações globais de esforços para a mobilização do financiamento climático. As contribuições da União Europeia e dos Estados Unidos somente citam a decisão 1/CP.21, parágrafo 53, sem trazer qualquer outra consideração expressa às disposições da UNFCCC. Nas contribuições, não há menção expressa de exclusão da UNFCCC no processo ou termos da decisão da NCQG. No entanto, as contribuições contemplam apenas disposições do Acordo de Paris.	

Integração entre o IPCC/melhor ciência disponível e a NCQG

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Sim	1. Financiamento climático deve refletir os verdadeiros custos da ação climática com fundamento na melhor ciência disponível.
Brasil (SUR)	Sim	1. Conclusões dos relatórios do 6º ciclo do IPCC, de que "há capital global suficiente e liquidez para cobrir as lacunas de investimento global"; 2. Atualização/ajuste da NCQG com fundamento na melhor ciência disponível e no IPCC.
Samoa (AOSIS)	Sim	1. Contexto científico no preâmbulo da NCQG; 2. Compromissos já assumidos de aceleração da ação climática ainda nesta década com fundamento na melhor ciência.
Quênia (AGN)	Sim	1. Processo da NCQG deve refletir a ciência atualizada.
Peru (AILAC)	Sim	1. Conclusões do 6º ciclo de relatórios do IPCC – América Latina e Caribe entre as regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas e com baixa capacidade de adaptação; previsões de redução de acesso à água, aumento da temperatura e impactos sobre regiões rurais, ecossistemas, piora da pobreza (...); 2. Utilização do contexto da melhor ciência disponível como fundamento da NCQG; 3. Utilização da ciência atualizada como base para mobilização de recursos para financiamento de mitigação, adaptação e perdas e danos;

		4. Avaliação da entrega da meta com fundamento na melhor ciência disponível, inclusive, do IPCC.
Hungria (União Europeia)	Parcial	1. Aplicação da melhor ciência disponível como fundamento da ação climática na proteção dos direitos de povos indígenas; 2. Ciência mencionada em dispositivo que trata de contribuições do setor privado e outros atores, especialmente aqueles da indústria de combustíveis fósseis, para a implementação do parágrafo 28 da decisão 1/CMA.5 de forma equitativa e justa, para acelerar a ação climática ainda nesta década e para alcançar net-zero em 2050.
COMENTÁRIOS	A menção às conclusões do IPCC ou à melhor ciência disponível permeia a maioria das submissões, seja em disposições simples do preâmbulo ou como fundamento da NCQG na entrega e avaliação da meta.	

GST como fundamento da NCQG

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Sim	1. GST como fundamento do quantum da NCQG.
Brasil (SUR)	Sim	1. Resultados do GST como fundamento do preâmbulo; 2. Atualização/ajuste da NCQG de acordo com os resultados do GST.
Samoa (AOSIS)	Sim	1. Resultados do GST no preâmbulo da NCQG, em reconhecimento de que as Partes ainda não estão coletivamente no caminho para o sucesso do Acordo de Paris.

Quênia (AGN)	Sim	1. GST como fundamento da NCQG; 2. Atualização da NCQG em 2030 considerando os resultados do GST 2.
Hungria (União Europeia)	Sim	1. GST mencionado em dispositivo que trata de contribuições do setor privado e outros atores, especialmente aqueles da indústria de combustíveis fósseis, para a implementação do parágrafo 28 da decisão 1/CMA.5 de forma equitativa e justa, para acelerar a ação climática ainda nesta década e para alcançar net-zero em 2050; 2. Necessidade de implementação dos resultados do GST afirmada em contexto/escopo da NCQG.
Peru (AILAC)	Sim	1. Resultados do GST em reconhecimento de que as Partes não se encontram coletivamente no caminho para alcançar o propósito do Acordo de Paris e seus objetivos a longo prazo; 2. GST como fundamento e parâmetro para a mobilização e provisão de recursos para adaptação, mitigação e perdas e danos; 3. Atualização da NCQG com fundamento no GST.
COMENTÁRIOS	GST é mencionado como instrumento principal para determinar o quantum e demais estruturas da NCQG em grande parte das submissões, mas não em todas elas.	

Escopo restrito (limitado à mitigação e adaptação) ou amplo (perdas e danos e outras abordagens) da NCQG

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Amplo	1. Recursos devem refletir o verdadeiro custo, incluindo adaptação, mitigação, perdas e danos, recursos escalonados e disposições objetivadas para satisfação das necessidades dos LDCs e SIDs, com fundamento na melhor ciência;

		2. Adoção de sub-metas para adaptação, mitigação, perdas e danos; 3. Proposta de equilíbrio entre adaptação, mitigação e perdas e danos.
Brasil (SUR)	Amplo	1. Meios de implementação para o cumprimento das obrigações por países em desenvolvimento são importantes, considerando suas necessidades e prioridades dinâmicas e a necessidade urgente de aumento do financiamento consistente em doação e de natureza concessional, principalmente para perdas e danos e adaptação. 2. Proposta de porcentagem mínima destinada à adaptação e perdas e danos (sem menção expressa do percentual).
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Amplo	1. Destaque às diferentes temáticas: adaptação, mitigação, perdas e danos, transparência, transferência de tecnologia e capacitação; 2. Elementos qualitativos devem compreender escopo em mitigação; adaptação; perdas e danos; tecnologia; transparência e capacitação; e acesso aos recursos de forma simplificada e otimizada em todos os canais disponíveis e em todas as temáticas.
Samoa (AOSIS)	Amplo	1. Proposta de porcentagem (sem menção expressa do percentual) para cada área: mitigação, adaptação, perdas e danos, respostas imediatas e implementação de transparência; 2. Recursos para perdas e danos devem ser fornecidos por meio do fundo específico; 3. Adoção de submetas, com porcentagem a ser definida (sem menção expressa do percentual) para cada área: perdas e danos, com fração significativa a ser provida pelo Fundo de Perdas e Danos; 4. Melhorias de acesso aos recursos de financiamento para perdas e danos.

Quênia (AGN)	Amplo	1. Perdas e danos como sub-meta da NCQG, com equilíbrio dos recursos financeiros entre as demais áreas, com foco nas necessidades dos países em desenvolvimento.
Peru (AILAC)	Amplo	1. Países desenvolvidos devem fornecer recursos financeiros para apoiar tanto a mitigação quanto a adaptação nos países em desenvolvimento, de acordo com suas obrigações já existentes na Convenção, com foco nacional, considerando necessidades e prioridades e incluindo perdas e danos; 2. Reconhecimento de que as mudanças climáticas já causaram perdas e danos significativos e que essas ameaças aumentarão; 3. Até 2030, as necessidades financeiras anuais para lidar com perdas e danos serão de USD 580 bilhões, chegando a USD 1 trilhão em 2040 e USD 1,7 trilhão em 2050; 4. Equilíbrio de financiamento entre adaptação (com pelo menos XX% do total), mitigação (XX%) e perdas e danos (XX%) (sem menção expressa dos percentuais).
Uganda (G77 + China)	Amplo	1. A meta deve incluir respostas a perdas e danos, além de mitigação e adaptação, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.
Estados Unidos	Restrito	1. O contexto da NCQG deve contemplar o mesmo contexto da meta de USD 100 bilhões - "ação de mitigação significativa e transparência na implementação"; 2. Na estrutura de múltiplas camadas da NCQG, a camada interna, que consiste em uma estrutura complexa e maior de financiamento, deve refletir a meta de suporte de financiamento a ser mobilizado pelas partes para mitigação e adaptação; 3. Proposta expressa de texto/redação que não contempla perdas e danos: "estabelece uma meta de suporte para mobilização de USD 100 bilhões para mitigação e adaptação para países em desenvolvimento durante XX período

		(sem menção expressa do período), de uma variedade de fontes, no contexto de ação significativa para mitigação e transparência na implementação".
União Europeia	Restrito	1. Não há qualquer menção a perdas e danos; 2. Destinação de recursos proposta apenas para adaptação e mitigação:decide mobilizar USD XX bilhões (sem menção expressa do valor) até 2035 com maior equilíbrio entre mitigação e adaptação.
COMENTÁRIOS	Perdas e danos compõem elementos estruturais de contexto, escopo, qualitativos e quantitativos da NCQG. No entanto, sua inclusão não é consenso.	

Menção expressa de valores a serem considerados na NCQG

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Sim	1. Destaque às necessidades já precificadas de USD 5.8-5.9 trilhões até 2030, necessidades de adaptação em USD 215-387 bilhões anuais até 2030, destacando que estes números ainda são subdimensionados.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Sim	1. Valores já apurados para financiamento das NDCs de USD 5.8-5.9 trilhões para o período pré-2030; 2. Necessidades de financiamento para adaptação estimadas em USD 215-387 bilhões anuais até 2030; 3. Entrega de USD 1.1 trilhões anuais, entre 2025-2029, a partir de um mínimo de USD 441 bilhões anuais, devendo os países desenvolvidos acordar arranjos vinculantes quanto ao ônus desta obrigação.
Quênia (AGN)	Sim	1. A NCQG deve levar em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento, conforme relatórios do SCF - atualmente em trilhões;

		2. Proposta de mobilização de USD 1.3 trilhões por ano até 2030, com um objetivo agregado de USD 6.5 trilhões.
Peru (AILAC)	Sim	1. Até 2030, as necessidades financeiras anuais para lidar com perdas e danos serão de USD 580 bilhões, chegando a USD 1 trilhão em 2040 e USD 1,7 trilhão em 2050; 2. NDCs atualmente precificadas entre US$ 5.8-5.9 trilhões para o período pré-2030; 3. Necessidades de financiamento para adaptação atualmente entre USD 215-387 bilhões anuais até 2030.
Brasil (SUR)	Não	1. A proposta de redação contempla campo em branco, porém, na casa dos trilhões, para composição da NCQG. 2. Comprometimento com a mobilização de pelo menos USD XX trilhões por ano até 2030, considerando estratégias nacionais, prioridades e necessidades nacionais, recursos públicos e com base em subvenções (sem menção expressa do valor); 3. Proposta de porcentagem mínima destinada à adaptação e perdas e danos (sem menção expressa do percentual);
Samoa (AOSIS)	Não	A proposta de redação contempla campo em branco, porém, na casa dos trilhões, para composição da NCQG 1. Meta: provisão e mobilização de pelo menos XX USD trilhões (sem menção expressa do valor) por ano, com base em subsídios, de financiamento climático, novo, adicional, previsível e adequado para países em desenvolvimento; 2. Meta de mobilização em adição à meta de provisão de, no mínimo, XX USD trilhões (sem menção expressa do valor) por ano em intervenções públicas; 3. Submetas: porcentagem a ser definida (sem menção expressa) para cada área: mitigação; adaptação, com fração significativa a ser provida por meio das entidades operacionais do Mecanismo Financeiro e o AF; perdas e danos, com

		fração significativa a ser provida pelo Fundo de Perdas e Danos; respostas imediatas; e transparência.
Estados Unidos	Não	1. A proposta de redação contempla campo em branco (sem menção expressa do valor), porém na casa dos trilhões, para composição da NCQG 2. Estabelece uma meta de investimentos de USD XXX trilhões (sem menção expressa do valor) em ação climática durante determinado período (sem menção expressa do período) de todas as fontes, públicas e privadas, domésticas e internacionais, de todas as Partes; 3. Estabelece uma meta de suporte para mobilização de USD 100 bilhões para mitigação e adaptação para países em desenvolvimento durante XX período (sem menção expressa do período), de uma variedade de fontes, no contexto de ação significativa para mitigação e transparência na implementação;
Hungria (União Europeia)	Não	1. A proposta de redação contempla campo em branco, porém, na casa dos trilhões, para composição da NCQG 2. Decide trabalhar em conjunto com outros atores relevantes para fortalecer os esforços, aumentar e viabilizar os fluxos de investimento global para ação global de USD XX trilhões (sem menção expressa do valor) até 2035; decide mobilizar USD XX bilhões (sem menção expressa do valor), até 2035, com maior equilíbrio entre mitigação e adaptação; 3. Reconhecimento do novo cenário de emissões de gases-estufa e capacidades econômicas e que a NCQG somente pode ser alcançada com a participação de emissores e de novos atores econômicos para a mobilização de USD XX bilhões (sem menção expressa do valor) até 2035.
COMENTÁRIOS	O quantum a compor a NCQG é mencionado em muitas contribuições, levando em consideração relatórios e outros documentos – inclusive decisões prévias da CMA.	

Abordagem de investimentos em combustíveis fósseis

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Samoa (AOSIS)	Sim	1. Ação acelerada nesta década crítica: compromisso de todos em acelerar a ação climática com foco no CBDR-RC, na transição dos combustíveis fósseis, na transição justa, na melhor ciência e no net zero em 2050; 2. Transição não pode beneficiar a continuidade dos combustíveis fósseis.
Estados Unidos	Sim	1. Chama as Partes para eliminar (phase-out) subsídios a combustíveis fósseis ineficientes que não lidem com escassez energética ou transição justa.
Hungria (União Europeia)	Sim	1. Reconhece a necessidade de continuar a explorar e desenvolver instrumentos destinados a mobilizar novas fontes de financiamento, como a fixação do preço do carbono, incluindo o setor dos combustíveis fósseis e outros setores de alta emissão, em linha com o princípio do poluidor-pagador, para mobilizar mais financiamento privado através de instrumentos financiamento misto, bem como para abordar barreiras específicas ao acesso ao financiamento climático, tais como cláusulas de dívida resilientes ao clima, swaps de dívida para o clima, empréstimos em moeda local, e garantias; 2. Insta todas as Partes a continuarem a melhorar seus ambientes e promover políticas favoráveis para facilitar a mobilização e a implantação efetiva de financiamento climático e aumentar a capacidade dos países de atrair recursos, incluindo, dentre as sugestões: abordagem aos fluxos contrários aos objetivos climáticos, com a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis sem mais atrasos que não resolvam a pobreza energética ou uma transição justa; 3. Reconhece a importância de uma visão de financiamento mais ampla e o papel de atores, além dos países-Partes, para impulsionar o financiamento climático, incluindo: setor privado e outros atores relevantes, especialmente aqueles

		dentro da indústria de combustíveis fósseis, para contribuir com a implementação do GST.
COMENTÁRIOS	Verifica-se uma preocupação de que o financiamento climático seja direcionado em oposição aos combustíveis fósseis.	

Ampliação da base de países contribuintes para inclusão de outros países além dos desenvolvidos

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Estados Unidos	Favorável	1. Proposta clara de que o financiamento seja fornecido por todas as fontes contabilizadas em todos os países; 2. A submissão é clara em afirmar que "é inteiramente justo adicionar novas Partes contribuintes, dada a evolução contínua das realidades econômicas e capacidades"; 3. A submissão é clara em afirmar que "aqueles com capacidade de apoiar outros países em mitigação e adaptação devem ser incumbidos da entrega da camada de apoio da NCQG".
Hungria (União Europeia)	Favorável	1. A submissão é clara ao reconhecer "a evolução da responsabilidade comum, mas diferenciada de todas as Partes em termos de emissões cumulativas na atmosfera e a dinâmica e evolução na natureza das respectivas capacidades para contribuir para enfrentar a ameaça das alterações climáticas e apoiar a aplicação de NDCs ambiciosas.
Brasil (Grupo SUR)	Possível (contribuições voluntárias)	1. A submissão é clara em propor elemento quantitativo de que "Partes-países desenvolvidos se comprometem com a meta de mobilização (...)"; 2. No entanto, abre espaço para contribuições advindas de outros países, ao propor elemento qualitativo quando "insta países desenvolvidos e outras

		Partes em posição de fazê-lo, (...) para tratar de fatores que representem barreiras sistêmicas para o fluxo de financiamento climático (...)" ou, então, quando "insta países desenvolvidos e outras Partes em posição de fazê-lo, (...) para harmonizar e simplificar processos de aplicação e desembolso [de recursos para financiamento]".
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Possível (contribuições voluntárias)	1. A submissão é clara em propor como elemento estruturante da NCQG que "Países-Partes desenvolvidos devem mobilizar USD 1.1 trilhão por ano para países-Partes em desenvolvimento (...)"; 2. No entanto, abre espaço para contribuições advindas de outros países, ao propor, como elemento de contexto, que "outras Partes são encorajadas a prover ou continuar a prover [financiamento climático] voluntariamente".
Malawi (LDC)	Contrária	1. A submissão é clara em determinar que a NCQG deve ser provida e mobilizada por países desenvolvidos.
Samoa (AOSIS)	Contrária	1. A submissão é clara em propor elemento de previsibilidade da NCQG, para que seja uma partilha justa e equitativa, cuja responsabilidade recai sobre os países desenvolvidos, de acordo as suas respectivas quotas históricas e individuais de emissões de gases-estufa;
Quênia (AGN)	Contrária	1. A submissão é clara em propor elemento de contexto sobre as "responsabilidades dos países desenvolvidos de prover financiamento e liderar a mobilização de financiamento climático conforme mandatado pelo artigo 4 da Convenção e artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris"; 2. A submissão é clara em propor elemento quantitativo baseado na ideia de que a "partilha de responsabilidade entre países desenvolvidos deve focar na facilitação, transparência, prestação de contas, e melhoria" das obrigações de reporting no regime climático.

Peru (AILAC)	Contrária	1. A submissão é clara ao reconhecer que a NCQG é definida "sob o princípio da justiça climática e, embutida em seu espírito, está o compromisso dos países desenvolvidos de apoiar os países em desenvolvimento no cumprimento das obrigações que lhes incumbem por força da Convenção e do Acordo de Paris".
Uganda (G77 + China)	Contrária	1. A submissão é clara ao considerar que "o mandato da NCQG e seus processos relacionados estão sob a Convenção e o Acordo de Paris. Independentemente de qualquer tentativa de desagregação, o Acordo de Paris foi adotado sob a Convenção. O mandato não inclui quaisquer discussões sobre modificações ao seu conteúdo"; 2. A submissão é clara ao considerar que "a Convenção e o Acordo estabelecem que a CBDR-RC é um princípio orientador para todo o regime climático; portanto, não é negociável. Relacionado com CBDR-RC, países com diferentes níveis de responsabilidades e circunstâncias nacionais diferentes podem ter uma regulamentação diferenciada e sistemas de governança"; 3. A submissão é clara ao considerar que "[o] artigo 9 do Acordo de Paris e os princípios e disposições da Convenção constituem a fundação da NCQG. Isso significa que o objetivo deve ser entregue pelos países desenvolvidos para países em desenvolvimento baseados na equidade e no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
COMENTÁRIOS	Algumas contribuições consideram a ampliação da base de países contribuintes para a NCQG para incluir outros países, além dos desenvolvidos, em seus compromissos.	

Força vinculante da NCQG

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Favorável	1. Proposta clara de que a NCQG seja um compromisso juridicamente vinculante; 2. Utilização de linguagem própria – emprego do verbo "shall", no texto original em inglês.
Estados Unidos	Contrário	1. Os Estados Unidos asseveram que, embora certos países tenham uma obrigação coletiva de fornecer financiamento climático (de acordo com o Artigo 9.1), essa obrigação não é quantificada. Isso significa que, embora haja um reconhecimento de responsabilidades, o montante específico não é imposto legalmente.
COMENTÁRIOS	A natureza vinculante das obrigações previstas na NCQG é motivo de preocupação para alguns países.	

Múltiplas camadas

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Estados Unidos	Favorável	1. Duas camadas (uma externa, outra interna); 2. Camada externa se refere a um compromisso global de mobilização para financiamento, contemplando todos os países, instrumentos e canais de financiamento; 3. Camada interna representa compromisso palpável, real e factível de mobilização – que é a própria NCQG.
COMENTÁRIOS	O tema é controverso pois retira o foco do financiamento climático por meio da NCQG, transferindo a responsabilidade para outros processos. Por múltiplas camadas, há que se entender uma	

	abordagem ampla, em que a NCQG se encaixa num contexto de financiamento climático, com diferentes quadros jurídicos.

Integração com o setor privado – participação na entrega da meta

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Favorável	1. Contribuições de financiamento climático privado devem ser objeto de reporting, inclusive sobre como os valores foram contabilizados;
Brasil (SUR)	Favorável	1. A participação de diversos atores financeiros, incluindo aqueles de natureza privada, no processo da NCQG é considerada adequada; 2. Setor privado incentivado a lidar com barreiras sistêmicas que dificultam o fluxo de financiamento climático e com a simplificação de processos;
Samoa (AOSIS)	Favorável	1. Participação do setor privado e da filantropia na mobilização de recursos.
Estados Unidos	Favorável	1. Reconhecimento dos esforços já realizados pelo setor privado e filantropia em matéria de financiamento climático; 2. Setor privado incluído na abordagem de múltiplas camadas – externa e interna; 3. Participação do setor privado na mobilização de recursos no âmbito da NCQG; 4. Encorajamento de trabalho conjunto entre setores público e privado; 5. Escalada de investimentos do setor privado;
Hungria (União Europeia)	Favorável	1. Alinhamento entre financiamento público e privado para mobilização financeira;

		2. Reconhecimento da importância do setor privado na ação climática; 3. Financiamento climático pelo setor privado como instrumento de inovação; 4. Setor privado em apoio aos instrumentos nacionais; 5. Setor privado como provedor de capacitação e assistência tecnológica;
Peru (AILAC)	Favorável	1. Alavancagem de recursos privados para prover soluções; 2. Reconhecimento de que o setor privado não tem cumprido seu papel no financiamento de ações climáticas na região latino-americana; 3. Chamada para melhorias no financiamento privado;
Uganda (G77 + China)	Desfavorável	1. A submissão expressamente exclui o financiamento privado da contabilização e conceito de financiamento climático.
COMENTÁRIOS	Não há consenso sobre a integração do setor privado ao processo da NCQG. Trata-se de tema que levanta controvérsias por diversas razões: aumento da capacidade de contribuições ao financiamento climático e taxas aplicadas se apresentam como destaque.	

Reforma da arquitetura financeira global

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Favorável	1. Reconhecimento da necessidade urgente de reforma da arquitetura financeira multilateral; 2. Alto custo do financiamento, impedimentos de capacidade e assunções de corrupção são citados como exemplos.
Brasil (SUR)	Favorável	1. Não há chamada expressa para reforma da arquitetura financeira global; 2. No entanto, a submissão apresenta chamada padrão para a busca de soluções de barreiras sistêmicas que impedem o fluxo financeiro, como o alto custo de

		capital, as altas taxas de juros, a ausência de uniformidade nos requerimentos de acesso, os riscos cambiais, os impedimentos de capacidade, entre outros; 3. Chamada para que atores financeiros harmonizem e simplifiquem processos de acesso.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Favorável	1. Chamada para reforma no processo orçamentário nos países desenvolvidos; 2. Necessidade de simplificação dos processos de aprovação de financiamento climático; 3. Reforma com foco nas falhas de entrega das mobilizações anteriores (lições da meta de USD 100 bilhões).
Samoa (AOSIS)	Favorável	1. Chamada para adoção de medidas no contexto de reforma da arquitetura financeira global; 2. Necessidade de maior representatividade nos processos de tomada de decisão em fóruns e instituições de financiamento; 3. Criação de espaço fiscal; 4. Supressão de barreiras sistêmicas;
Quênia (AGN)	Favorável	1. Alinhamento das prioridades e práticas de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) com a agenda climática global, de forma a aumentar a escala do financiamento climático, assegurar o acesso facilitado e tratar da disposição ao risco.
Hungria (União Europeia)	Favorável	1. Reconhecimento dos esforços já empreendidos para reforma da arquitetura financeira internacional; 2. Reconhecimento da conexão entre espaço fiscal e ação climática; 3. Reconhecimento de barreiras ao financiamento climático; 4. Alinhamento das operações de MDBs e IFIs com os objetivos do Acordo de Paris.

Peru (AILAC)	Favorável	1. Reconhecimento do fardo financeiro decorrente das mudanças climáticas; 2. Reconhecimento do alto custo de capital, instabilidade econômica, riscos monetários e riscos de investimentos; 3. Chamada aos atores financeiros para que modelem o mercado aos objetivos do Acordo de Paris.
Uganda (G77 + China)	Favorável	1. Proposta para que a NCQG lide com as barreiras e fatores de impedimento contra o financiamento climático – alto custo de capital, custos de transações; 2. Operacionalização de canais para assegurar acesso eficiente, melhorias de coordenação e entrega do financiamento climático;
Estados Unidos	Limitado	1. Chamada para melhoria de acesso; 2. Sustentabilidade da dívida e criação de espaço fiscal; 3. Custo do capital;
COMENTÁRIOS	Em termos gerais, todos são favoráveis a uma reforma ou melhoria dos instrumentos e canais de financiamento climático. A diferença entre as propostas reside na intensidade e abrangência.	

Adoção de um conceito/definição para financiamento climático

País/Grupo	Posição	Conteúdo
Malawi (LDC)	Favorável	1. Necessidade de se estabelecer definição clara e comum de financiamento climático no âmbito da NCQG, para a devida contabilidade e transparência do processo e entrega da meta; 2. Novo, adicional, direcionado especificamente para mitigação, adaptação ou perdas e danos relacionados ao clima, sem redirecionamento de recursos oriundos de outros instrumentos (ODA);

		3. Concessionalidade dos recursos.
Brasil (SUR)	Favorável	1. Destaque à inexistência de uma definição de financiamento climático adotada na UNFCCC, o que atenta contra a efetiva contabilidade e transparência sob o quadro do ETF;
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Favorável	1. Suporte financeiro destinado a áreas como mitigação, adaptação, perdas e danos, transferência de tecnologia, capacitação e transparência; 2. Mobilização para as ações de países em desenvolvimento; 3. Exclusão de determinados instrumentos: empréstimos não-concessionais (empréstimos sem condições favoráveis ou com taxas de juros de mercado) e empréstimos com condições que resultam em desvantagens econômicas líquidas para os países receptores; e, créditos de exportação, investimentos comerciais e outros instrumentos financeiros que possam gerar prejuízo econômico líquido para os países em desenvolvimento; 4. Financiamento climático predominantemente em termos de doação ou equivalentes a doação;
Samoa (AOSIS)	Favorável	1. Importância da adoção de uma definição para financiamento climático; 2. Adicionalidade, com exclusão de recursos destinados já a outras áreas (ODA), e financiamento para combustíveis fósseis; 3. Apoio às prioridades e necessidades dos países em desenvolvimento, como parte da implementação do Acordo de Paris; 4. Concessionalidade.
Quênia (AGN)	Favorável	1. Exclusão de financiamento sob empréstimos a taxas de mercado e créditos à exportação; 2. Equivalência em doação;

		3. Necessário diferenciar financiamento ao desenvolvimento do financiamento climático para evitar o redirecionamento de recursos.
Peru (AILAC)	Favorável	1. Não pode implicar em aumento da dívida de países em desenvolvimento; 2. Necessidade urgente de se adotar um método de contabilidade padronizado e detalhado para evitar a inclusão de instrumentos inadequados.
Uganda (G77 + China)	Favorável	1. Proporcionado por países desenvolvidos para países em desenvolvimento; 2. Concessional ou na forma de doações, sem que represente carga financeira adicional aos países em desenvolvimento; 3. Exclusão de empréstimos a taxas de mercado e recursos de outras áreas (ODA).
COMENTÁRIOS	Desde a entrada em vigência da UNFCCC, as Partes ainda não adotaram um conceito universal de financiamento climático. A lacuna impede a efetiva contabilidade da mobilização de recursos providos para financiamento da ação climática de países em desenvolvimento.	

RELATO DETALHADO

Abordagens e Sugestões ao TED 11

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN aborda propostas para o 11º Diálogo de Especialistas Técnicos (TED 11). Especificamente, destaca a necessidade de focar o diálogo no quantum, ou seja, na escala do financiamento climático necessário. O documento enfatiza a importância de identificar os resultados e impactos que a NCQG deve apoiar, especialmente no que diz respeito a auxiliar os países em desenvolvimento na implementação de suas metas climáticas e no aumento da ambição.

O texto sugere a discussão e o esclarecimento de diferentes opções para o quantum do financiamento climático e a garantia de que o diálogo resulte em um rascunho de texto negociador, cobrindo elementos-chave como preâmbulo, princípios, componentes qualitativos e transparência.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia propõe temas para discussão durante o TED 11, como a abordagem sobre acesso, arranjos de transparência, o papel dos diferentes atores na realização da NCQG e o montante das contribuições. A União Europeia sugere a organização das discussões em formatos como grupos de trabalho, a fim de promover um diálogo construtivo e uma compreensão mais profunda entre as Partes sobre questões complexas.

Sugestões de Estrutura Geral (Títulos/Capítulos) ao Texto do Projeto da NCQG

Malawi (LDC)

No que se refere à estrutura geral da NCQG, a submissão do Malawi em nome do grupo LDC traz cinco tópicos principais: contexto; elementos quantitativos (contendo escopo temático e abordagem estrutural);

elementos qualitativos; cronograma de implementação; e arranjos de transparência.

Para o Malawi, o contexto da NCQG deve refletir as necessidades dos países em desenvolvimento, com um componente de financiamento público provido pelos países desenvolvidos e que esteja bem acima do piso mínimo de 100 bilhões de dólares por ano. O objetivo deve abordar as áreas de mitigação, adaptação e perdas e danos, com uma priorização do acesso a financiamentos baseados em doações para adaptação e perdas e danos. Além disso, é necessário oferecer financiamento altamente concessional para iniciativas de mitigação. A NCQG também deve operacionalizar as prioridades dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), assegurando a provisão e mobilização de financiamento climático. Outra consideração importante é a incorporação de princípios de equidade, justiça e sustentabilidade da dívida para os países em desenvolvimento, especialmente os que enfrentam maiores desafios financeiros.

No que se refere aos elementos quantitativos, a submissão volta-se principalmente ao escopo temático. A NCQG deve estabelecer metas anuais concretas de financiamento climático, com base em doações e recursos altamente concessionais, que serão fornecidos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Além disso, deve-se estabelecer sub-objetivos específicos para adaptação, mitigação e perdas e danos, de modo a refletir e atender às necessidades em constante evolução dos países em desenvolvimento. A alocação de recursos deve ser equilibrada entre adaptação e mitigação, com uma atenção adequada às perdas e danos. Pelo menos 20% dos recursos financeiros devem ser canalizados por meio das entidades operacionais dos mecanismos financeiros existentes.

Quanto aos elementos qualitativos, a submissão foca na busca de efetividade da meta. É fundamental promover fluxos financeiros mais justos, com foco na ampliação e priorização do acesso direto aos fundos. Também é necessário fortalecer a capacidade dos recursos humanos e das instituições nacionais nos países em desenvolvimento. O processo de solicitação e desembolso de recursos deve ser simplificado, com a implementação de requisitos flexíveis com relação a informações, especialmente àquelas que dizem respeito à justificativa climática. Reduzir

as exigências de cofinanciamento e minimizar as condicionalidades são aspectos cruciais para facilitar o acesso aos fundos. Além disso, a NCQG deve estabelecer pisos mínimos de alocação de recursos para os LDCs e SIDS, especialmente para a adaptação e a resposta a perdas e danos.

No que se refere ao cronograma, propõe-se que a NCQG tenha um prazo de 10 anos, com revisão após os primeiros 5 anos. Esse período é considerado adequado para planejar e implementar as metas de financiamento climático de maneira eficiente e alinhada com os compromissos de longo prazo dos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Ainda, a revisão permitiria ajustar as metas e os compromissos de acordo com as mudanças nas circunstâncias globais, como novas evidências científicas ou modificações nas necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. Novas metas de financiamento climático seriam estabelecidas antes do fim de cada período de 10 anos. Isso garantiria uma continuidade nas ações climáticas e permitiria a adaptação das metas às necessidades futuras dos países em desenvolvimento, levando em consideração as avaliações feitas no processo de revisão.

Por fim, no que diz respeito aos arranjos de transparência, a NCQG precisa incluir um sistema de transparência adequado, levando em consideração o contexto de cada país participante. A transparência será assegurada por meio de relatórios bienais, que monitoram e relatam o progresso na implementação e entrega do objetivo. É importante garantir que apenas os recursos que se qualifiquem como financiamento climático contribuam para a entrega da NCQG. Isso significa que o financiamento climático deve ser novo e adicional, sem redirecionamento de fundos já existentes de desenvolvimento. Esses arranjos de transparência são essenciais para garantir a credibilidade e a eficácia da NCQG no cumprimento de seus objetivos.

Brasil (SUR)

No que se refere à estrutura geral da NCQG, a submissão do Brasil em nome do grupo SUR traz seis tópicos principais: preâmbulo; contexto; elementos quantitativos; elementos qualitativos; arranjos de transparência; e, outras matérias.

O preâmbulo contempla referências aos artigos do Acordo de Paris (artigos 2 e 9) e decisões relevantes da Conferência das Partes (COP) (decisões 1/CP.21, 14/CMA.1, 9/CMA.3, 5/CMA.4 e outras), que guiam o processo de implementação do Acordo de Paris; menção à inovação e desenvolvimento sustentável como elementos críticos para uma resposta global eficaz e de longo prazo às mudanças climáticas; e ênfase à necessidade de apoio financeiro para abordagens colaborativas de pesquisa e desenvolvimento, especialmente em estágios iniciais de tecnologias voltadas para países em desenvolvimento.

O contexto proposto reconhece a ação climática ambiciosacomo essencial nesta década, cujo apoio financeiro adequado deve ser fornecido aos países em desenvolvimento para a implementação total da UNFCCC e do Acordo de Paris; reconhece (sem determinar valores específicos) que são necessários trilhões de dólares até 2030 para implementar os planos de ação climática dos países em desenvolvimento. O documento, ainda, chama atenção para a lacuna atual no financiamento de adaptação, destacando que mais recursos são necessários para enfrentar os desafios relacionados à adaptação climática. Ainda nesse contexto, reconhece que há capital e liquidez globais suficientes para fechar as lacunas de investimento climático, mas há barreiras para redirecionar esse capital para ações climáticas. Nesse passo, reitera a importância do apoio financeiro para a implementação das ações dos países em desenvolvimento conforme suas necessidades e prioridades em evolução. Destaca também a urgência de aumentar o financiamento baseado em doações e concessões, especialmente para adaptação e perdas e danos. Por fim, reconhece a importância de alcançar um equilíbrio entre o financiamento para mitigação e adaptação, permitindo uma maior ambição nas ações climáticas dos países em desenvolvimento.

Quanto aos elementos quantitativos, o grupo propõe a mobilização de valores (sem especificar expressamente o montante) por ano até 2030 focada no apoio aos países em desenvolvimento para a implementação do Acordo de Paris, e propõe ainda a definição de percentuais específicos do financiamento para adaptação e para perdas e danos.

No que se refere aos elementos qualitativos, a submissão propõe o incentivo para que os países desenvolvidos e outras Partes relevantes - como bancos

multilaterais de desenvolvimento, bancos centrais e comerciais - abordem barreiras sistêmicas ao fluxo de financiamento climático, como altos custos de capital e taxas de juros. Também propõe a simplificação de processos de aplicação e desembolso de recursos financeiros, incluindo mecanismos de empréstimos em moeda local.

Quanto aos arranjos de transparência, a submissão propõe o uso de mecanismos de reporte já existentes, como o Quadro de Transparência Reforçado (Enhanced Transparency Framework - ETF) do Acordo de Paris, garantindo que os fluxos financeiros destinados a perdas e danos sejam incluídos.

Por fim, no que se refere a outras matérias, a submissão considera que o financiamento climático deve ser novo, adicional e concedido em termos altamente concessionais; que a implementação deve considerar o desenvolvimento de tecnologias endógenas, transferência de tecnologias ambientalmente adequadas e o fortalecimento de capacidades dos países em desenvolvimento; que a implementação deve respeitar os direitos humanos, a igualdade de gênero e considerar as populações mais vulneráveis às mudanças climáticas, como mulheres, jovens, trabalhadores e povos indígenas; e, que a meta será ajustada antes do terceiro ciclo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), considerando as necessidades dos países em desenvolvimento e os melhores dados científicos disponíveis .

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe divide a estrutura da NCQG em 5 partes principais: a primeira contempla preâmbulo, contexto e princípios; a segunda, por sua vez, contempla estrutura, elementos quantitativos e cronograma; já a terceira considera elementos qualitativos; a quarta, arranjos de transparência; e a quinta, por fim, outras questões.

No que se refere à primeira parte (preâmbulo, contexto e princípios), a proposta reafirma obrigações de países desenvolvidos sob a Convenção e o Acordo de Paris, dá destaque para as necessidades quantitativas dos países em desenvolvimento em várias áreas (adaptação, mitigação, perdas e danos, etc.) e afirma os princípios de equidade, responsabilidades comuns mas

diferenciadas (CBDR), responsabilidade histórica e direito ao desenvolvimento.

Quanto à segunda parte (estrutura, quantidade e prazo), formulam-se considerações sobre proposta de mobilização de USD 1.1 trilhão por ano, com um mínimo de USD 441 bilhões anuais, de 2025 a 2029. Ainda, a submissão desenvolve a estrutura combinada de provisão e mobilização de recursos, com destaque para os compromissos juridicamente vinculantes.

A terceira parte (elementos qualitativos) traz exigências de que o suporte financeiro não inclua empréstimos não-concessionais ou créditos de exportação e de que haja equilíbrio entre mitigação, adaptação e perdas e danos, com ênfase em doações.

A quarta parte (arranjos de transparência) contempla a aplicação do Quadro de Transparência Aprimorado do Acordo de Paris e relatórios bienais de progresso. Ainda, determina a produção de relatórios e revisões independentes sobre o progresso da mobilização financeira.

Por fim, a quinta e última parte (outras questões) prevê processo de revisão para atualizar a quantidade e os arranjos de compartilhamento de encargos, além da cobrança de compromissos financeiros não cumpridos no âmbito da meta anterior de USD 100 bilhões.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS divide-se em duas partes principais. A primeira, contempla o preâmbulo, em que se destaca o contexto legal da NCQG (artigos da UNFCCC e do Acordo de Paris); a urgência de se fornecer apoio financeiro rápido e eficaz aos países em desenvolvimento; os termos de equidade e justiça – com enfoque especial à necessidade de garantir que a distribuição do financiamento climático seja equitativa, levando em conta as responsabilidades históricas das emissões dos países desenvolvidos e as necessidades urgentes dos países mais vulneráveis; o contexto científico utilizado como base para justificar a meta, reconhecendo o impacto crescente das mudanças climáticas, principalmente em regiões vulneráveis, como as ilhas pequenas e os países menos desenvolvidos; e, por fim, o contexto específico dos países em desenvolvimento, destacado o fato de que esses países enfrentam grandes

desafios econômicos e sociais ao mesmo tempo em que são desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas.

A segunda parte é mais extensa e de ordem geral, referindo-se à operacionalização da NCQG. Essa seção define a meta principal, especificando os mecanismos pelos quais o financiamento será mobilizado e distribuído. Aqui, a proposta sugere a criação de um piso mínimo para o financiamento, em termos de montantes anuais, para garantir previsibilidade e adequação.

As fontes de financiamento (públicas e privadas) devem ser claramente definidas, e a meta deve ser subdividida em várias sub-metas temáticas, como mitigação, adaptação, e resposta a perdas e danos. Propõe-se que o financiamento climático seja estabelecido a partir de um piso mínimo de USD 100 bilhões por ano, com a meta sendo revisada e ajustada periodicamente com base nas necessidades em evolução.

Sugere-se um processo robusto de revisão e ajuste da meta, com avaliações intermediárias, para assegurar que o financiamento continue a ser adequado e atenda às novas demandas. O documento propõe a criação de um sistema de transparência que permita o acompanhamento claro do que é contado como financiamento climático, o que é adicional e o que está sendo realmente entregue. A AOSIS enfatiza a necessidade de relatórios detalhados e desagregados, especialmente sobre o financiamento destinado aos SIDS e LDCs. Propõe-se que relatórios anuais sobre o progresso na entrega de financiamento sejam preparados pela Secretaria da UNFCCC, com informações específicas sobre o destino dos fundos e como o acesso aos mesmos está sendo facilitado.

A AOSIS propõe que sejam elaboradas medidas mínimas para melhorar o acesso ao financiamento climático, com um enfoque especial em facilitar o acesso dos SIDS e LDCs, que frequentemente enfrentam barreiras significativas devido a altos custos transacionais e complexidade nos processos de solicitação. Sugere-se que a facilitação do acesso ao financiamento para esses grupos seja uma prioridade, com a redução de custos transacionais e a simplificação dos procedimentos de aprovação.

O documento propõe que a NCQG seja revisada em intervalos regulares para garantir que o financiamento seja dinâmico e adequado às

necessidades em constante mudança dos países em desenvolvimento. Um processo de revisão intermediária está previsto para 2030, com a possibilidade de ajustes para assegurar que a meta continue alinhada com as necessidades climáticas globais e regionais. Outra revisão é sugerida para o final do período, em 2035, a fim de ajustar a meta para o futuro.

Quênia (AGN)

A submissão submetida pelo Quênia em nome do AGN propõe a estrutura da NCQG dividida em cinco partes principais: preâmbulo e contexto; quantum; cronograma e atualização da meta; elementos qualitativos; e, por fim, transparência e suporte.

Na primeira parte, de preâmbulo e contexto, apresentam-se os princípios e provisões relevantes do Acordo de Paris, bem como decisões da COP e CMA. Coloca-se como base à implementação da NCQG os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, levando em consideração as circunstâncias nacionais dos países em desenvolvimento.

Na segunda parte, referente ao quantum, foca-se no valor da meta (quantidade), propondo um montante significativo de financiamento climático até 2030. Há menção à necessidade de sub-metas para garantir um equilíbrio entre adaptação, mitigação e perdas e danos, conforme as necessidades dos países em desenvolvimento.

Em seguida, na terceira parte referente ao cronograma e atualização da meta, propõe-se uma revisão periódica da meta a cada cinco anos, vinculada ao ciclo de implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e às avaliações globais de progresso.

Já na quarta parte, sobre elementos qualitativos, foca-se no acesso ao financiamento climático, destacando-se a necessidade de financiamento em termos concessionais e de doações, principalmente para adaptação e perdas e danos. Também enfatiza-se a importância da simplificação no acesso aos fundos e na criação de instrumentos financeiros não baseados em dívidas.

Por fim, na quinta e última parte, cujo foco é transparência e apoio, defende-se um regime de transparência para garantir a prestação de contas, com

relatórios regulares sobre o progresso da entrega do financiamento climático e utilizando o quadro de transparência aprimorado do Acordo de Paris como ponto de partida.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos propõe uma estrutura para a NCQG dividida em seis partes principais: preâmbulo; contexto; camada externa (abordagem global/macro de financiamento, além da NCQG); camada interna (NCQG); elementos qualitativos; e arranjos de transparência.

O texto propõe um preâmbulo curto e factual para a decisão sobre a NCQG. O objetivo é que o preâmbulo recorde as decisões anteriores relacionadas à NCQG e reconheça o progresso alcançado – inclusive, com reconhecimento expresso de que os países desenvolvidos atingiram plenamente a meta de mobilizar USD 100 bilhões anuais em 2022, totalizando USD 115.9 bilhões. Quanto ao contexto, reitera-se o que foi estabelecido em relação à meta anterior de USD 100 bilhões anuais – de que a nova meta de apoio deve ser realizada "no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação".

No que se refere às camadas propostas, tem-se a camada externa da meta global de investimentos, que reflete a necessidade de um grande objetivo de investimento global para financiar ações climáticas. A proposta é estabelecer uma meta que englobe todas as fontes de financiamento (públicas e privadas, domésticas e internacionais) para todos os países. Já a camada interna, representando a meta de apoio, seria mais realista e atingível, voltada para a mobilização de financiamento por parte dos países contribuintes, especialmente para apoiar ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Esse financiamento viria de várias fontes (públicas, privadas, bilaterais, multilaterais e fontes alternativas de financiamento) e, em essência, seria a NCQG. A camada interna contribui diretamente e indiretamente para a camada externa, incentivando investimentos e ações climáticas em países em desenvolvimento.

Além das metas quantitativas, a NCQG também incluiria elementos qualitativos para complementar o alcance dos objetivos de financiamento. Esses elementos compreendem disposições de acesso ao financiamento climático, especialmente para países menos desenvolvidos e pequenos

Estados insulares; sustentabilidade da dívida e espaço fiscal; concessionalidade e redução do custo de capital para ações climáticas; mobilização do setor privado e exploração de fontes de financiamento inovadoras, como mercados voluntários de carbono e green bonds; evolução dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs); e, criação de plataformas de coordenação de financiamento climático.

Por fim, com relação aos arranjos de transparência e revisões, a submissão propõe que, como parte de sua Avaliação Bienal dos Fluxos Financeiros Climáticos, o Comitê Permanente de Finanças seja responsável por avaliar o progresso em direção ao cumprimento da NCQG. O documento sugere, ainda, a produção de relatórios regulares pelos países contribuintes sobre o progresso coletivo em relação à meta de apoio, além de considerar revisões da NCQG quando necessário.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia propõe uma estrutura para a NCQG dividida em em cinco partes principais: preâmbulo, escopo e contexto; elementos quantitativos; elementos qualitativos; acesso; e arranjos de transparência.

A primeira parte (preâmbulo, escopo e contexto) reafirma decisões anteriores (1/CP21, 14/CMA.1, 9/CMA.3, 5/CMA.4, 8/CMA.5 e 1/CMA.5) que tratam do financiamento climático e da implementação do Acordo de Paris; reconhece o papel dos diálogos técnicos e do programa de trabalho ad hoc; reitera que a nova meta coletiva visa contribuir para acelerar a realização dos objetivos do Artigo 2 do Acordo de Paris; reconhece a importância da ação climática global urgente e sustentada, especialmente nos países em desenvolvimento, para alcançar os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris; enfatiza que alcançar a ambição do Acordo de Paris requer uma transformação estrutural das economias, mercados financeiros e investimentos, tanto em nível doméstico quanto global; reconhece que há capital global suficiente para fechar as lacunas de investimento, mas há barreiras que dificultam o redirecionamento desse capital para ações climáticas, destacando os desafios que muitos países em desenvolvimento enfrentam para acessar o financiamento climático; e, destaca a necessidade de um esforço global para alinhar e aumentar o financiamento em larga

escala, proveniente de diversas fontes – nacionais, internacionais, públicas e privadas –, para atender às metas do Acordo de Paris.

A segunda parte (elementos quantitativos) propõe o aumento dos fluxos globais de investimentos para ação climática para um montante específico de trilhões de dólares até 2035; a definição de uma meta de financiamento climático internacional de bilhões de dólares até 2035, com equilíbrio entre mitigação e adaptação, focando em apoiar países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos e os pequenos estados insulares; e, a adoção de expectativa de que países com altas emissões de gases de efeito estufa e capacidades econômicas ampliem o financiamento climático como parte de um esforço global.

Já a terceira parte (elementos qualitativos), adota incentivos à participação plena e igualitária das mulheres, bem como ao respeito e promoção dos direitos dos povos indígenas, que desempenham papéis essenciais na resposta às mudanças climáticas; expressa o reconhecimento da importância da transição justa para sociedades resilientes ao clima e de baixo carbono, com ênfase no desenvolvimento social e econômico; e, expressa a necessidade de sinergias entre o financiamento climático, a biodiversidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em seguida, a quarta parte (acesso), reconhece os desafios enfrentados por muitos países em desenvolvimento para acessar o financiamento climático, com esforços para melhorar a capacitação e simplificar processos de acesso aos fundos climáticos; e, a importância da apropriação nacional e da integração das prioridades climáticas nos orçamentos e processos de planejamento nacionais como partes cruciais para viabilizar o acesso ao financiamento climático.

Por fim, a quinta e última parte (transparência) apresenta exigência de que as Partes relatem o suporte financeiro provido, mobilizado e recebido; que se utilizem de várias fontes de informação além dos Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) para proporcionar uma visão abrangente dos esforços em direção ao alcance da NCQG; e que promovam o acompanhamento do progresso coletivo pela Comissão Permanente de Finanças (Standing Committee on Finance) a partir de 2026, com revisões periódicas.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC divide-se em quatro partes principais: preâmbulo, contexto e princípios; elementos quantitativos; elementos qualitativos; e arranjos de transparência.

Na primeira parte (preâmbulo, contexto e princípios) afirma-se que a NCQG visa apoiar todos os países em desenvolvimento na implementação do Acordo de Paris, com base em princípios como equidade, justiça climática, transições justas e a necessidade de financiamento acessível e não indutor de dívidas. Destaca-se a importância do equilíbrio entre financiamento para mitigação e adaptação, além da relevância de atender às necessidades e prioridades em evolução dos países em desenvolvimento.

Na segunda parte (elementos quantitativos), formula-se o compromisso de os países desenvolvidos fornecerem e mobilizarem trilhões de dólares anualmente, em termos de subsídios ou equivalentes, de 2026 até 2035. Esses recursos devem ser novos, adicionais, acessíveis e previsíveis, a fim de apoiar os países em desenvolvimento na implementação de suas metas nacionais de mitigação e adaptação. Propõe-se a divisão do financiamento em categorias como adaptação, mitigação e perdas e danos, com valores específicos atribuídos para cada área.

Já na terceira parte (elementos qualitativos), reconhece-se que os países em desenvolvimento já aumentaram suas ambições apesar da lacuna no financiamento, mas uma ampliação do apoio financeiro é necessária para converter essa ambição em ação climática concreta. Propõe-se a adoção de decisões sobre a simplificação de procedimentos para acesso ao financiamento climático, removendo barreiras de acesso e facilitando a implementação de projetos por comunidades locais e povos indígenas.

Por fim, na quarta e última parte (arranjos de transparência), propõe-se a utilização do marco de transparência reforçado do Acordo de Paris para garantir a especificidade climática dos fluxos de fundos. Os países desenvolvidos devem fornecer relatórios anuais sobre os recursos mobilizados e disponibilizados, começando em 2026. O progresso na entrega da nova meta será avaliado a cada dez anos e revisado, se necessário, para garantir que os recursos atendam às necessidades em evolução dos países em desenvolvimento.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China traz proposta de estrutura da NCQG que contempla os tópicos de contexto e fundamentação jurídica; mandato; escopo; elementos operacionais; e provisão de financiamento.

Enquanto introdução e contexto, a submissão enfatiza que a mudança climática é um desafio global urgente, requerendo ações climáticas efetivas para que as metas do Acordo de Paris possam ser alcançadas. A necessidade de ações prioritárias para os países em desenvolvimento é destacada, conforme os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e capacidades respectivas (CBDR-RC). É ressaltado que os recursos adequados e acessíveis devem ser disponibilizados para os países em desenvolvimento, considerando suas necessidades. São apresentadas disposições do regime climático internacional como fundamento legal à NCQG.

Quanto ao mandato da NCQG, foca-se no apoio à implementação do Artigo 2 do Acordo de Paris nos países em desenvolvimento, priorizando as necessidades desses países. O financiamento deve apoiar estratégias nacionais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os Planos de Ação Nacional para Adaptação (NAPs), e outros planos nacionais, incluindo respostas a perdas e danos.

No que se refere ao escopo, tem-se que mitigação, adaptação e respostas a perdas e danos devem ser incluídos como componentes mínimos do objetivo, a fim de atender às necessidades em evolução dos países em desenvolvimento. Ainda, deve-se apoiar a transição justa para o desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões, em consonância com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

A submissão propõe o estabelecimento de mecanismos operacionais que deem pleno efeito aos Artigos 9(4) e 9(9) do Acordo de Paris, levando em consideração as necessidades específicas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs). Ainda, determina a garantia da transparência e uma definição clara de

financiamento climático, excluindo empréstimos a taxas de mercado e finanças privadas com retorno de mercado.

Por fim, em termos de provisão, afirma-se que o financiamento deve ser fornecido por meio de finanças públicas baseadas em concessões ou doações para superar as limitações econômicas dos países em desenvolvimento, como o espaço fiscal limitado. O texto considera que não se deve impor novas condicionalidades para a mobilização de recursos financeiros para os países em desenvolvimento e que se deve assegurar acesso eficiente e rápido a esses fundos, com coordenação aprimorada. No mais, deve-se adotar um acordo sobre o compartilhamento de responsabilidades entre os países desenvolvidos, garantindo previsibilidade, transparência e responsabilização.

Integração da NCQG à UNFCCC e ao Acordo de Paris

Malawi (LDC)

Para o Malawi e os demais LDCs, a NCQG encontra-se fundamentada nas disposições tanto da UNFCCC quanto do Acordo de Paris.

O documento cita o Artigo 4 da UNFCCC, que trata das obrigações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento em relação à mudança climática. Menciona o Acordo de Paris, particularmente os Artigos 2 e 9, que estabelecem a necessidade de considerar as prioridades e necessidades dos países em desenvolvimento na provisão de financiamento climático. Também se refere à Decisão 1/CP.21, para. 53, que trata dos compromissos financeiros assumidos sob o Acordo de Paris.

O documento sublinha a importância de apoiar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), planos nacionais de adaptação e estratégias de longo prazo, incluindo transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades, em linha com as disposições da UNFCCC.

Destaca os desafios enfrentados pelos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e pelos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) no que diz

respeito ao acesso ao financiamento climático, em conformidade com os compromissos e objetivos estabelecidos na UNFCCC.

Por fim, o documento enfatiza a importância do Quadro Aprimorado de Transparência (Enhanced Transparency Framework, ETF), que é uma parte fundamental do Acordo de Paris e da UNFCCC. Os relatórios periódicos de transparência são apontados como a principal fonte de informação para monitorar e relatar o financiamento fornecido e mobilizado pelos países desenvolvidos.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR contém diversas contribuições relacionadas à UNFCCC. Essas contribuições refletem os princípios e disposições da UNFCCC, que devem ser respeitados no desenvolvimento da Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG).

A NCQG deve respeitar os princípios fundamentais da UNFCCC, como a equidade e as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e as respectivas capacidades (CBDR-RC). A proposta menciona que a NCQG deve estar em conformidade com o Artigo 9 do Acordo de Paris, que trata especificamente do financiamento climático. O documento recorda várias decisões da Conferência das Partes (COP) que guiam o processo de implementação da UNFCCC e do Acordo de Paris. O documento sublinha que o financiamento fornecido sob a UNFCCC e o Acordo de Paris deve ser estruturado de maneira que não imponha condições adicionais nem aumente o endividamento dos países em desenvolvimento. Esse ponto reforça a importância de que o financiamento seja justo e acessível.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe cita os Artigos 3.5, 4 (4.7) e 11 da UNFCCC. O documento destaca repetidamente as obrigações dos países desenvolvidos sob a UNFCCC de fornecer suporte financeiro adequado, enfatizando que a NCQG é uma extensão do compromisso de USD 100 bilhões. Ainda, o texto faz menção a várias decisões adotadas no âmbito da UNFCCC, como a decisão 2/CP.15 e a decisão 1/CP.21, que tratam

do compromisso financeiro e das obrigações dos países desenvolvidos em continuar fornecendo apoio financeiro.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS menciona os Artigos 4 e 11 daUNFCCC, que estabelecem as responsabilidades dos países desenvolvidos em fornecer financiamento, transferência de tecnologia e capacitação para os países em desenvolvimento. O documento relembra disposições anteriores, que estabeleciam a meta de mobilização de USD 100 bilhões por ano até 2020, conforme previsto nas negociações da UNFCCC. O documento também faz menção à decisão anterior tomada pela COP, que trata do processo de estabelecimento da NCQG, especificamente, a Decisão 1/CP.21.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN destaca a importância de implementar a NCQG em conformidade com os princípios da Convenção, como a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, considerando as capacidades e circunstâncias nacionais dos países em desenvolvimento. O texto enfatiza as responsabilidades dos países desenvolvidos, conforme o Artigo 4 da UNFCCC e os Artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris, que determinam que os países desenvolvidos devem liderar a mobilização de recursos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento.

A submissão reconhece as necessidades e circunstâncias especiais dos Estados Africanos, conforme estabelecido no Artigo 4.1(e) da Convenção e em várias decisões da Conferência das Partes (COP), incluindo as decisões 1/CP.13, 4/CP, 1/CP.16, 3/CP.17, 7/CP.20, 8/CP.20, 17/CP.22, 1/CP.27, entre outras.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos faz mera menção à decisão 1/CP.21, para. 53, sem qualquer outra abordagem profunda de vinculação da NCQG com a UNFCCC.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia faz mera menção à decisão 1/CP.21, sem qualquer outra abordagem profunda de vinculação da NCQG com a UNFCCC.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pelo Peru em nome da AILAC faz referência a artigos da UNFCCC e do Acordo de Paris, especificamente os Artigos 4 e 11 da Convenção e o Artigo 9 do Acordo de Paris, que tratam das obrigações dos países desenvolvidos de fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento. Esses artigos estabelecem a base jurídica para o financiamento climático, que a NCQG deve respeitar e seguir. O documento menciona decisões prévias da COP (por exemplo, 1/CP.21, 9/CMA.3 e 5/CMA.4) que reforçam a necessidade de apoiar os países em desenvolvimento com recursos financeiros para que possam cumprir suas obrigações climáticas. Essas decisões fornecem um marco para a operacionalização da NCQG, assegurando que ela esteja em conformidade com os compromissos já existentes.

A AILAC sublinha que os países desenvolvidos devem continuar a liderar a mobilização de recursos financeiros, de acordo com o Artigo 4 da Convenção e o Artigo 9 do Acordo de Paris, reafirmando a responsabilidade histórica e o papel desses países no apoio às ações climáticas dos países em desenvolvimento.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China destaca que o mandato da NCQG e os processos relacionados estão sob as regras da UNFCCC e do Acordo de Paris, reforçando que qualquer tentativa de desvincular o Acordo de Paris da UNFCCC é inválida, uma vez que o Acordo foi adotado no âmbito da Convenção. A CBDR-RC (Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas e Capacidades Respectivas) é apontada como um princípio orientador de todo o regime de mudança climática e é classificada como não negociável. Esse princípio permite a diferenciação entre países com base em suas responsabilidades históricas e circunstâncias nacionais, assegurando que os países desenvolvidos tenham

um papel primordial na provisão de suporte financeiro para os países em desenvolvimento.

Integração entre o IPCC/Melhor Ciência Disponível e a NCQG

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC enfatiza a relação entre os trabalhos e conclusões do IPCC e a aplicação da melhor ciência no âmbito da NCQG.

O documento menciona as conclusões do 6º ciclo de relatórios do IPCC, destacando a urgência da ação climática e a necessidade de aumentar significativamente o financiamento para enfrentar os desafios climáticos. Isso reforça a importância de basear o Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG) nas evidências científicas mais recentes sobre os impactos das mudanças climáticas.

O documento apresenta estimativas das necessidades financeiras dos países em desenvolvimento, mencionando que essas projeções, atualmente em torno de 5.8 a 5.9 trilhões de dólares até 2030, são provavelmente subestimadas, pois nem todas as necessidades foram expressas em valores monetários. Essas estimativas são informadas pela ciência climática e dados do IPCC.

Também faz referência ao Relatório sobre o Gap de Adaptação (Adaptation Gap Report), indicando que as necessidades de financiamento para adaptação variam entre 215 e 387 bilhões de dólares por ano até 2030. Isso sugere que a estrutura de financiamento deve estar alinhada com a melhor ciência disponível.

O documento enfatiza que a NCQG deve refletir os custos reais da ação climática, incluindo mitigação, adaptação e perdas e danos, e que esses custos devem ser fundamentados na melhor ciência disponível, como os relatórios do IPCC.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR menciona que a NCQG deve ser “concreta, mensurável e baseada na melhor ciência

disponível". Há uma referência direta às conclusões do 6º Ciclo de Relatórios do IPCC quanto à disponibilidade de capital e liquidez global suficientes para fechar as lacunas de investimento necessárias para a ação climática. Ainda, o documento propõe que a NCQG seja ajustada com base em diversos instrumentos e dados, dentre os quais, os melhores dados científicos disponíveis, incluindo relatórios do IPCC.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe menciona o IPCC ao referir-se à importância de utilizar a "melhor ciência disponível" para embasar decisões políticas e financeiras em relação às mudanças climáticas. Embora o IPCC não seja mencionado especificamente, o contexto geral da UNFCCC e do Acordo de Paris sempre se baseia nos relatórios do IPCC, que fornecem as evidências científicas mais robustas sobre a crise climática.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS propõe, no preâmbulo, que a ciência climática seja usada como uma base central para justificar a urgência da NCQG. O documento sugere que a meta seja ancorada na ciência. No Capítulo Operacional, o documento reafirma o compromisso de todos os países em acelerar a ação climática durante esta década, "baseado na melhor ciência disponível". A importância de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, medida identificada pelo IPCC como crucial para evitar os piores impactos das mudanças climáticas, é mencionada como um dos objetivos principais do financiamento climático.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN sugere que a NCQG deve ser revisada periodicamente com base na ciência atualizada, conforme o processo de ciclo de ambição do Acordo de Paris. A meta financeira proposta deve ser compatível com a meta de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, uma das principais conclusões científicas do IPCC. O texto menciona que o financiamento climático deve ser comensurável com essa meta e que a NCQG deve apoiar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos Planos de

Ação Nacionais (NAPs), todos eles influenciados pelas descobertas científicas e as melhores práticas disponíveis. A submissão enfatiza que a NCQG não deve ser uma meta estática, mas sim um processo dinâmico que reflete a ciência em evolução e o ciclo de ambição estabelecido pelo Acordo de Paris.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia destaca a necessidade de que as ações climáticas sejam fundamentadas na melhor ciência disponível, o que é uma referência direta ao papel do IPCC. Isso reflete o compromisso de basear decisões financeiras e políticas em evidências científicas robustas. Além da ciência convencional, o documento também reconhece a importância de integrar o conhecimento tradicional, local e indígena com a ciência climática. A referência aos limites de 1,5°C e 2°C de aumento da temperatura global, que são metas centrais baseadas nos relatórios do IPCC, reforça o fato de que as metas da NCQG estão intimamente ligadas aos alertas e orientações do IPCC sobre os impactos das mudanças climáticas e a necessidade urgente de ação.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC enfatiza repetidamente o uso da melhor ciência disponível como um princípio orientador da NCQG. Isso inclui a necessidade de que o financiamento climático seja baseado nas descobertas mais recentes da ciência climática, especialmente no que diz respeito aos impactos, adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

O documento menciona explicitamente o 6º ciclo de relatórios do IPCC, que destaca a vulnerabilidade de muitas regiões, particularmente da América Latina e Caribe, às mudanças climáticas. O relatório indica que a disponibilidade de água na região pode diminuir em até 90% até 2100 no pior cenário, exacerbando a insegurança alimentar e o risco de doenças. Sugere-se que a meta e os compromissos financeiros sob a NCQG devem ser revisados e ajustados a cada dez anos, com base nas melhores evidências científicas disponíveis, incluindo os relatórios do IPCC. Propõe-se, ainda, que o financiamento fornecido e mobilizado sob a NCQG priorize países que alinhem seus instrumentos de planejamento, como as Contribuições

Nacionalmente Determinadas (NDCs) e os Planos Nacionais de Adaptação, com as metas de 1,5°C e as descobertas científicas mais recentes.

GST como Fundamento da NCQG

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC contempla o GST no processo da NCQG.

O documento destaca que os resultados do Relatório de Determinação de Necessidades do Comitê Permanente de Finanças (SCF Needs Determination Report) e as necessidades financeiras para adaptação apresentadas no Relatório sobre o Gap de Adaptação (Adaptation Gap Report), ambos incorporados na decisão do GST, devem informar a determinação do total e das metas anuais da NCQG. Isso mostra que o GST desempenha um papel crucial na definição das metas financeiras da NCQG, com base nas necessidades em evolução dos países em desenvolvimento.

Ainda, o documento sugere que o GST deve ser usado como uma oportunidade para revisar as necessidades financeiras em função dos avanços na ciência climática e das mudanças nas circunstâncias globais, de modo a assegurar que a NCQG continue a refletir as necessidades atuais e futuras dos países em desenvolvimento.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR menciona o Global stocktake ao propor que a NCQG seja ajustada antes do terceiro ciclo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), com base nos resultados do Balanço Global (GST), além de outros instrumentos.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS reconhece explicitamente o resultado do primeiro Global Stocktake (GST), que concluiu que os países não estão coletivamente no caminho certo para atingir os objetivos do Acordo de Paris. O documento da AOSIS destaca esse ponto para reforçar a necessidade urgente de ações mais ambiciosas e de

financiamento climático adequado e previsível para ajudar os países em desenvolvimento a implementar suas metas climáticas.

O documento sugere que a NCQG deve ser formulada de forma a responder às lacunas e desafios identificados pelo GST, especialmente no que diz respeito à falta de financiamento climático adequado para os países mais vulneráveis. Ele reconhece a interligação entre maiores níveis de mitigação (como recomendados pelo GST e a ciência climática) e a redução das necessidades de adaptação e de resposta às perdas e danos.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN sugere que a NCQG deve ser revisada periodicamente, levando em consideração as necessidades em evolução dos países em desenvolvimento e os resultados da avaliação global.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia enfatiza a necessidade de acelerar a implementação dos resultados do GST, que incluem metas como a redução das emissões de gases de efeito estufa, o fortalecimento da adaptação climática e a mobilização de recursos financeiros para apoiar as ações climáticas globais. O documento menciona que os países devem incorporar os resultados do GST em suas NDCs, seus NAPs) e outras políticas climáticas nacionais.

O documento também convida o setor privado a contribuir com os países em desenvolvimento na implementação dos resultados do GST, em uma transição justa, ordenada e equitativa para alcançar as metas de longo prazo, incluindo zero emissões líquidas até 2050, conforme os objetivos e recomendações do GST.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC estipula que o progresso na entrega da nova meta deverá ser avaliado como parte do Global Stocktake (GST), começando a partir de 2028. Essa avaliação será feita em torno da realização coletiva dos objetivos do Acordo de Paris, incluindo a ambição climática, o apoio fornecido e os resultados em mitigação e adaptação.

Com base nos resultados do GST e nas melhores evidências científicas disponíveis, a contribuições propõe que as metas de provisão e mobilização de recursos da NCQG sejam revisadas a cada dez anos. Essa revisão garantirá que os compromissos financeiros evoluam para atender às necessidades e prioridades em mudança dos países em desenvolvimento, promovendo um progresso contínuo em relação às metas climáticas.

O texto também destaca que o GST deve identificar oportunidades para ação e suporte melhorados, usando o processo para fortalecer o nível de ambição financeira e climática, com base no que for observado durante o GST e nos relatórios científicos do IPCC.

Escopo Restrito ou Ampliado da NCQG

Malawi (LDC)

A submissão do Malawi em nome do grupo LDC contempla escopo ampliado à NCQG, incorporando elementos de perdas e danos.

O documento menciona explicitamente que a NCQG deve incluir submetas específicas para perdas e danos, de modo a refletir e atender as necessidades evolutivas dos países em desenvolvimento. Também destaca a importância de que alocações para perdas e danos sejam adequadamente abordadas.

O documento enfatiza que financiamento baseado em doações públicas é considerado crucial para abordar perdas e danos em países particularmente vulneráveis, como os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS); além disso, o financiamento deve ter os mais altos níveis de concessionalidade, levando em consideração as condições de endividamento e sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento. Nestes termos, propõe-se a criação de pisos mínimos de alocação para os LDCs e SIDS, especialmente no que diz respeito à adaptação e resposta a perdas e danos.

Ainda, o documento destaca a inclusão adequada de perdas e danos nos arranjos de transparência da NCQG como um aspecto essencial para a implementação efetiva do objetivo. Sugere-se que os relatórios de

transparência devem refletir dados desagregados sobre o financiamento climático acessado, incluindo para mitigação, adaptação e perdas e danos.

Por fim, o documento também sugere que a NCQG deve considerar recursos para diferentes tipos de atividades, como prontidão e suporte à transparência, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades.

Brasil (SUR)

A submissão do Brasil em nome do grupo SUR tem um escopo ampliado, contemplando a necessidade de financiamento direcionado para perdas e danos, em resposta às necessidades dos países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. É proposto que uma parte específica NCQG seja alocada para lidar com perdas e danos, embora o percentual exato ainda não tenha sido definido.

O documento enfatiza a importância de alcançar um equilíbrio de financiamento das ações climáticas de mitigação, adaptação e perdas e danos. A proposta sugere que os arranjos de transparência para a NCQG devem incluir fluxos financeiros especificamente voltados para lidar com perdas e danos, no âmbito do Quadro de Transparência Reforçado (ETF) do Acordo de Paris, garantindo que haja prestação de contas e clareza sobre os recursos destinados a essa área.

Há ainda abordagem de financiamento voltado para transferência de tecnologia, com apoio financeiro para abordagens colaborativas de pesquisa e desenvolvimento, especialmente nos estágios iniciais do ciclo tecnológico e de capacitação.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe aborda explicitamente o tema de perdas e danos. No contexto dos princípios orientadores, o documento destaca as necessidades evolutivas dos países em desenvolvimento, com ênfase específica em perdas e danos como uma das áreas que devem ser abordadas pela NCQG. No que diz respeito à alocação dos recursos, inclui-se perdas e danos como uma das áreas temáticas que deve receber suporte financeiro adequado. O documento, ainda, defende um equilíbrio entre o financiamento para mitigação e

adaptação e menciona explicitamente que perdas e danos devem receber apoio significativo.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS sugere que uma proporção específica da NCQG seja destinada diretamente para perdas e danos, além de sugerir que uma proporção considerável desses recursos seja canalizada através do Fundo para Responder a Perdas e Danos.

O documento destaca a necessidade urgente e imediata de financiamento adicional, previsível e adequado para responder às perdas e danos, considerando os impactos crescentes das mudanças climáticas que afetam desproporcionalmente os SIDS e os LDCs. O texto reconhece que os países em desenvolvimento já estão enfrentando perdas irreversíveis e danos em áreas como infraestrutura, meios de subsistência e ecossistemas devido a eventos climáticos extremos e mudanças climáticas graduais, e que o financiamento climático deve abordar diretamente essas necessidades.

A submissão sugere que o financiamento para perdas e danos seja predominantemente em forma de recursos públicos e baseados em doações, especialmente no caso dos países mais vulneráveis. Para SIDS e LDCs, a AOSIS propõe que os recursos para perdas e danos tenham o mais alto nível de concessionalidade, ou seja, que sejam fornecidos com termos financeiros altamente favoráveis ou como doações.

O documento coloca as perdas e danos como um dos pilares centrais da NCQG, ao lado da mitigação e adaptação, com adoção de sub-meta específica. Sugere-se também que a reforma da arquitetura financeira internacional inclua medidas para garantir que os países vulneráveis tenham acesso facilitado ao financiamento para perdas e danos, com a eliminação de barreiras como altos custos de capital e processos complexos de solicitação de fundos, que dificultam o acesso rápido e eficaz ao financiamento para respostas a eventos climáticos extremos e outros danos relacionados às mudanças climáticas.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN destaca que o financiamento climático, especialmente no contexto da NCQG, deve incluir recursos destinados a perdas e danos. O texto propõe que os países desenvolvidos forneçam recursos financeiros para apoiar perdas e danos como parte do financiamento climático global, reconhecendo que essa área é crucial para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com os impactos adversos das mudanças climáticas.

A submissão também afirma ser essencial que os países em desenvolvimento recebam apoio para capacitação, o que inclui procedimentos de suporte para preparação (readiness support); e, que o financiamento climático também está relacionado ao apoio para tecnologia, particularmente no contexto da transição justa para uma economia de baixo carbono.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos apresenta escopo restrito, sem qualquer menção de atendimento às necessidades e prioridades de perdas e danos. O contexto refere-se aos propósitos inerentes à meta de financiamento de USD 100 bilhões. Ainda, afirma-se que a NCQG deve atender ações de mitigação e adaptação, além de transparência na implementação.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia enfatiza a necessidade de financiamento para lidar com perdas e danos que já estão ocorrendo em decorrência das mudanças climáticas, especialmente em países em desenvolvimento e em comunidades vulneráveis. Ela destaca que esse tipo de apoio financeiro é crucial para ajudar esses países a enfrentar os impactos climáticos mais graves.

O documento menciona a importância de mecanismos como o seguro contra riscos de desastres e o financiamento de risco, que são ferramentas essenciais para lidar com perdas e danos causados por eventos climáticos extremos. Ainda, dá-se especial ênfase aos países menos desenvolvidos

(LDCs) e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), que são particularmente vulneráveis a perdas e danos.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC apresenta escopo amplo, alcançando pontos focais além de mitigação e adaptação. Neste sentido, a AILAC reconhece que as mudanças climáticas já causaram e continuarão a causar perdas e danos crescentes e que os países em desenvolvimento, especialmente aqueles mais vulneráveis, enfrentarão impactos sociais, econômicos e ambientais severos.

Destaca-se a necessidade urgente de financiamento adicional, previsível e acessível para abordar perdas e danos nos países em desenvolvimento, com um foco particular nos segmentos mais vulneráveis da população, como aqueles expostos a deslocamentos, pobreza e outras vulnerabilidades socioeconômicas. Uma parte específica do financiamento da NCQG será destinada a perdas e danos, a ser canalizada, em sua maior parte, por meio do Fundo de Resposta para Perdas e Danos, conforme definido em decisões anteriores da Conferência das Partes (2/CP.27 e 2/CMA.4).

A submissão também reconhece que a entrega de meios de implementação, incluindo desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação, é crucial para apoiar os países em desenvolvimento na implementação do Acordo de Paris. Nesse passo, o financiamento deve incluir o apoio a essas áreas para que os países possam alcançar suas metas climáticas. Propõe-se que países em desenvolvimento adotem soluções de baixa emissão de carbono e resilientes ao clima.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China propõe abordagem ampla de escopo para a NCQG. Perdas e danos são tratados de forma explícita. Nos termos da submissão, o objetivo da NCQG deve incluir respostas a perdas e danos como parte central, além de abordar questões de mitigação e adaptação. O texto reconhece a importância de apoiar os países em desenvolvimento no contexto de transições justas para um desenvolvimento resiliente ao clima e de baixas emissões, bem como na

resposta às perdas e danos que esses países enfrentam como resultado das mudanças climáticas.

Menção Expressa de Valores a Serem Considerados na NCQG

Malawi (LDC)

A submissão do Malawi em nome do grupo LDC propõe valores expressos a serem considerados na NCQG.

O documento destaca que a NCQG deve refletir as necessidades dos países em desenvolvimento, estimadas em 5,8 a 5,9 trilhões de dólares até 2030. Destaca-se no documento a precificação das necessidades de financiamento para adaptação, estimada em 215 a 387 bilhões de dólares anualmente até 2030.

Brasil (SUR)

Apesar de expressar a necessidade de financiamento na casa dos trilhões de dólares, a submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR não traz valores expressos, deixando espaço um em branco para discussões futuras sobre o valor que deve compor a NCQG.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe defende expressamente que os países desenvolvidos devem mobilizar USD 1.1 trilhão por ano para os países em desenvolvimento, começando em 2025 até 2029. Desse total, um mínimo de USD 441 bilhões por ano deve ser garantido.

A submissão menciona que as necessidades financeiras totais dos países em desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas - incluindo mitigação, adaptação, perdas e danos - estão estimadas entre USD 5;8 trilhões e USD 5.9 trilhões para o período pré-2030, e que as necessidades de financiamento para adaptação dos países em desenvolvimento até 2030 são estimadas entre USD 215 bilhões e USD 387 bilhões por ano.

Samoa (AOSIS)

Apesar de expressar a necessidade de financiamento na casa dos trilhões de dólares, a submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS não traz valores expressos, deixando espaço um em branco para discussões futuras sobre o valor que deve compor a NCQG.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN sugere que os países desenvolvidos devem se comprometer a mobilizar conjuntamente 1.3 trilhões de dólares por ano até 2030.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos não traz valor expresso para composição da NCQG, apesar de apresentar estimativa na casa dos trilhões de dólares.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia não traz valor expresso para composição da NCQG, apesar de apresentar estimativa na casa dos trilhões de dólares.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC propõe que os países desenvolvidos se comprometam a fornecer e mobilizar trilhões de dólares anualmente, em termos de subsídios ou equivalentes, de 2026 a 2035. O documento faz referência expressa a valores significativos para perdas e danos – estima-se que o financiamento necessário para perdas e danos pode atingir até 580 bilhões de dólares por ano até 2030, 1 trilhão de dólares até 2040, e 1.7 trilhão de dólares até 2050. Nesse mesmo passo, refere-se às NDCs atualmente precificadas entre USD 5.8-5.9 trilhões para o período pré-2030 e às necessidades de financiamento para adaptação atualmente entre USD 215-387 bilhões anuais até 2030.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China não traz valor expresso para composição da NCQG, apesar de apresentar estimativa na casa dos trilhões de dólares.

Abordagem sobre Investimentos em Combustíveis Fósseis

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR não menciona combustíveis fósseis de forma explícita. No entanto, faz-se necessária a seguinte ressalva: ao focar na mobilização de financiamento climático, transferência de tecnologia e no incentivo à inovação para uma resposta global efetiva às mudanças climáticas, a submissão indiretamente alude à necessidade de transição para tecnologias e fontes de energia mais limpas.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe não faz menção expressa a combustíveis fósseis. No entanto, ressalva-se que a Arábia Saudita já realizou intervenções pontuais ao longo dos trabalhos dos TED e dos encontros do AHWP para destacar seu direito ao desenvolvimento e que o processo de negociação da NCQG não é o fórum adequado de abordagem de abandono ou diminuição da utilização de combustíveis fósseis.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS destaca o compromisso de todos em acelerar a ação climática com foco no CBDR-RC, na transição dos combustíveis fósseis, na transição justa, na melhor ciência e no net zero em 2050. A transição não pode beneficiar a continuidade dos combustíveis fósseis.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos propõe a eliminação de subsídios a combustíveis fósseis ineficientes que não lidem com a escassez/pobreza energética ou transição justa.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia menciona a importância de explorar e desenvolver instrumentos inovadores de financiamento climático, como a precificação de carbono, direcionada para setores de altas emissões, incluindo o setor de combustíveis fósseis. O documento faz um chamado para que as Partes eliminem, sem demora, os subsídios aos combustíveis fósseis, exceto quando esses subsídios estiverem diretamente relacionados a questões de pobreza energética ou transição justa. Além disso, há uma ênfase na necessidade de descarbonizar as estratégias de investimento, tanto no setor público quanto no privado, incluindo seguradoras e resseguradoras, para garantir que suas operações sejam consistentes com os objetivos do Acordo de Paris. Isso implica em desinvestimentos em setores de combustíveis fósseis e uma transição para energias limpas.

A submissão também sublinha que a consistência dos investimentos com o Acordo de Paris exige uma escalada dos fluxos financeiros para ações climáticas e a redução dos fluxos que contrariam ou criam barreiras para a mitigação e adaptação, o que inclui o financiamento de projetos relacionados a combustíveis fósseis.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC não faz menção explícita a combustíveis fósseis como um tema central. No entanto, é possível destacar referência indireta a transições justas e da necessidade de apoiar os países em desenvolvimento na transição para uma economia de baixo carbono.

Ampliação da Base de Países Contribuintes

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC dispõe de afirmação expressa de que a NCQG deve ser provida e mobilizada por países desenvolvidos. Nesse passo, infere-se posicionamento contrário à ampliação da base de contribuintes da NCQG.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR é clara em determinar que "Partes-países desenvolvidos se comprometem com a meta de mobilização (...)".

No entanto, a submissão contempla a possibilidade de financiamento por outros países ao propor elemento qualitativo nos seguintes termos: "insta países desenvolvidos e outras Partes em posição de fazê-lo, (...) para tratar de fatores que representem barreiras sistêmicas para o fluxo de financiamento climático (...)"; e "insta países desenvolvidos e outras Partes em posição de fazê-lo, (...) para harmonizar e simplificar processos de aplicação e desembolso [de recursos para financiamento]".

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe é clara ao atribuir responsabilidade aos países desenvolvidos pela entrega da meta ao propor elemento estruturante da NCQG nos seguintes termos: "Países-Partes desenvolvidos devem mobilizar USD 1.1 tri por ano para países-partes em desenvolvimento (...)". No entanto, a submissão abre espaço para aportes de financiamento advindos de outros países ao propor elemento de contexto em que "outras Partes são encorajadas a prover ou continuar a prover [financiamento climático] voluntariamente".

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS não contempla a ampliação da base de países contribuintes. A submissão é clara em atribuir aos países desenvolvidos a responsabilidade pela meta, em partilha justa e equitativa, de acordo com suas respectivas contribuições individuais de emissões históricas de gases com efeito de estufa.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do grupo AGN enfatiza as responsabilidades dos países desenvolvidos, conforme o Artigo 4 da UNFCCC e os Artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris, que determinam que os países desenvolvidos devem liderar a mobilização de recursos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos propõe de forma clara e inequívoca a ampliação da base de contribuintes. Afirma que o financiamento deve ser fornecido por todas as espécies de fontes, contabilizadas em todos os países. Destaca-se no texto a afirmação de que "é inteiramente justo adicionar novas Partes contribuintes, dada a evolução contínua das realidades econômicas e capacidades" e de que "aqueles com capacidade de apoiar outros países em mitigação e adaptação devem ser incumbidos da entrega da camada de apoio da NCQG".

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia reconhece que as emissões de GEE e as capacidades econômicas dos países são dinâmicas e, em alguns casos, evoluíram ao longo do tempo, o que proporciona uma oportunidade para que outros países, além dos desenvolvidos, comecem a contribuir de forma mais significativa para o financiamento climático, refletindo uma solidariedade global fortalecida.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC é clara ao reconhecer que a NCQG é definida "sob o princípio da justiça climática e, embutido em seu espírito, está o compromisso dos países desenvolvidos de apoiar os países em desenvolvimento no cumprimento das obrigações que lhes incumbe por força da Convenção e do Acordo de Paris".

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China é clara ao considerar que "o mandato do NCQG e seus processos relacionados estão sob a Convenção e o Acordo de Paris [, e que,] independentemente de qualquer tentativa de desagregação, o Acordo de Paris foi adotado sob a Convenção. O mandato não inclui quaisquer discussões sobre modificações ao seu conteúdo".

O texto também assevera que "a Convenção e o Acordo estabelecem que a CBDR-RC é um princípio orientador para todo o regime climático; portanto, não é negociável. Relacionado com CBDR-RC, países com diferentes níveis

de responsabilidades e circunstâncias nacionais diferentes podem ter uma regulamentação diferenciada e sistemas de governança". Por fim, afirma-se que o artigo 9 do Acordo de Paris e os princípios e disposições da Convenção constituem a fundação da NCQG. Isso significa que o objetivo deve ser entregue pelos países desenvolvidos para países em desenvolvimento baseados na equidade e no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Por fim, afirma-se que "o artigo 9 do Acordo de Paris e os princípios e disposições da Convenção constituem a fundação da NCQG". Isso significa que o objetivo deve ser entregue pelos países desenvolvidos para países em desenvolvimento baseados na equidade e no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Força Vinculante da NCQG

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão da Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe propõe explicitamente que o financiamento climático seja um compromisso juridicamente vinculante para os países desenvolvidos. Afirma-se que os países desenvolvidos "deverão" mobilizar USD 1.1 trilhão por ano a partir de 2025, com um mínimo de USD 441 bilhões por ano, para apoiar os países em desenvolvimento. O documento exige que os países desenvolvidos instituam arranjos de compartilhamento de encargos como parte de um compromisso vinculante, o que reforça a ideia de que não é apenas uma meta voluntária, mas uma obrigação formal.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos assevera que os compromissos estabelecidos no âmbito da NCQG não apresentam força vinculante. Conforme entendimento expresso na submissão, há reconhecimento de que certos países possuem uma obrigação coletiva de fornecer financiamento climático (de acordo com o Artigo 9.1). Todavia, essa obrigação não é quantificada. Isso significa que, embora haja um reconhecimento de responsabilidades, o montante específico não é imposto legalmente. Não há obrigação legal para um país mobilizar

financiamento específico ou, além disso, fazer parte de uma meta coletiva quantificada.

Múltiplas Camadas

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos contempla a NCQG em uma estrutura mais ampla de múltiplas camadas de compromissos de financiamento climático, sendo uma externa e outra interna.

A camada externa é descrita como uma meta de investimento global que reflete o montante global necessário para o financiamento climático em uma escala mundial. Essa camada incluiria todos os investimentos relacionados ao clima, ou seja, todas as fontes de financiamento (públicas e privadas, domésticas e internacionais) em todos os países. O objetivo dessa camada é mostrar a magnitude do esforço necessário para alcançar as metas climáticas globais, tanto em termos de mitigação quanto de adaptação. O texto sugere que esse valor estaria na casa de trilhões de dólares.

Já a camada interna representa uma meta de apoio específica e alcançável, focada nos países contribuintes que fornecem financiamento para apoiar a mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Essa meta seria realista, porém ambiciosa, e teria como objetivo mobilizar financiamento significativo por parte dos países contribuintes. Esse financiamento viria de uma variedade de fontes, incluindo públicas, privadas, bilaterais e multilaterais, além de fontes inovadoras de financiamento. A camada interna, embora representando uma parte do total necessário, seria importante para gerar sinais de mercado e incentivar investimentos em países em desenvolvimento, ajudando a ampliar o financiamento para ações climáticas.

Nos termos da submissão, a NCQG situa-se na camada interna, contribuindo diretamente para a camada externa, uma vez que o financiamento mobilizado pelos países contribuintes faria parte do esforço global de investimento. Além disso, o financiamento da camada interna poderia

indiretamente apoiar a camada externa, ao incentivar ações climáticas e melhorar o ambiente de investimentos nos países em desenvolvimento.

Integração com o Setor Privado

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC contempla a integração do setor privado à NCQG.

O documento sugere que o setor privado pode desempenhar um papel importante no financiamento climático, mas esse financiamento precisa ser claramente monitorado e relatado. Para o grupo, essa contribuição deve ser contabilizada de forma clara e transparente. Isso inclui a necessidade de relatórios detalhados sobre como e em que níveis o financiamento privado foi mobilizado, alavancado e entregue.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR urge a participação de diversos atores financeiros, incluindo bancos comerciais, bancos centrais e outros atores financeiros privados, ao lado de bancos multilaterais de desenvolvimento e países desenvolvidos. Esses atores são incentivados a lidar com barreiras sistêmicas que dificultam o fluxo de financiamento climático, como altos custos de capital, taxas de juros elevadas e riscos cambiais.

O setor privado é incentivado a ajudar na simplificação dos processos de aplicação e desembolso de recursos, por meio de mecanismos como empréstimos em moeda local e redução de condicionalidades de cofinanciamento.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS contempla a participação do setor privado e da filantropia no financiamento climático, sob regência da NCQG.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos destaca a importância de continuar a trabalhar com o setor privado para aumentar os investimentos privados em ações de mitigação e adaptação climática. Isso inclui o envolvimento do setor privado em todas as regiões geográficas e setores, com um foco particular nos países em desenvolvimento. O setor privado é visto como uma peça fundamental para alcançar a meta global de investimentos, especialmente porque, nos termos da submissão, o financiamento público sozinho não será suficiente para atingir os trilhões de dólares necessários para enfrentar a crise climática.

Os Estados Unidos propõem que as Partes e outros atores relevantes explorem e escalem fontes inovadoras de financiamento, dentre as quais o setor privado pode ter um papel significativo, por meio de mercados voluntários de carbono com alta integridade; títulos verdes ("green bonds"); e swaps de dívida por natureza. A proposta de explorar essas ferramentas financeiras inovadoras busca aumentar a participação do setor privado no financiamento climático, garantindo que haja novas formas de mobilizar recursos.

O documento sugere que as Partes estabeleçam políticas e incentivos que promovam ações climáticas ambiciosas, o que inclui trabalhar com o setor privado para criar um ambiente de negócios favorável à ampliação dos investimentos em mitigação e adaptação. Menciona-se, ainda, que muitas empresas e instituições financeiras do setor privado já anunciaram metas de emissões líquidas zero e começaram a divulgar publicamente seus planos de transição. O documento encoraja mais instituições financeiras a fazer o mesmo e a cumprir seus compromissos climáticos, quando apropriado.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia destaca que o setor privado desempenha um papel fundamental na mobilização de recursos financeiros, especialmente através de mecanismos como o financiamento misto (blended finance), em que fundos públicos são usados para atrair capital privado. O texto encoraja o setor privado a alinhar

suas operações com os objetivos do Acordo de Paris, especialmente na transição para uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa.

O setor privado é incentivado a participar de investimentos de longo prazo que promovam a resiliência climática e que ajudem a evitar o que o texto chama de "carbon lock-ins" (dependência de tecnologias intensivas em carbono) e "ativos obsoletos" (stranded assets), que resultam de políticas inadequadas de transição para energias limpas. O setor privado também é visto como um ator chave no desenvolvimento de instrumentos inovadores, como a precificação de carbono, que pode ajudar a mobilizar mais recursos financeiros e, ao mesmo tempo, incentivar a redução das emissões. O texto sugere que empresas, especialmente aquelas em setores de alta emissão, como os combustíveis fósseis, adotem esses mecanismos em conformidade com o princípio do poluidor-pagador.

O setor privado é convidado a apoiar países em desenvolvimento na implementação dos resultados do Global Stocktake (GST), ajudando a financiar projetos climáticos em uma transição justa para essas economias, o que envolve apoio financeiro e tecnológico. O documento sublinha a importância de maior transparência nas operações do setor privado, especialmente por meio de divulgações de sustentabilidade. Essas divulgações podem trazer benefícios, como melhor gerenciamento de riscos, redução de custos de financiamento e acesso a capital para empresas que alinharem suas práticas com as metas climáticas globais. O setor privado é chamado a aumentar sua contribuição no fornecimento e mobilização de recursos para o financiamento climático, tanto em termos de capacitação quanto de transferência de tecnologia. Empresas e investidores são incentivados a apoiar financeiramente projetos que promovam a mitigação e adaptação nos países mais vulneráveis.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC destaca que, além dos compromissos de financiamento público, há uma necessidade urgente de mobilizar recursos privados para apoiar os países em desenvolvimento na implementação de suas metas climáticas. É mencionado que o setor privado internacional não tem atingido os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, na escala necessária para abordar os

desafios das mudanças climáticas. O documento reconhece a necessidade de criar condições favoráveis para atrair investimentos privados para esses países. A AILAC propõe que os países desenvolvidos avancem no estabelecimento de mecanismos para alavancar o financiamento privado nos países em desenvolvimento.

O setor privado é chamado a participar por meio de instrumentos financeiros inovadores, como financiamento misto, parcerias público-privadas, fundos de impacto, green bonds e outros instrumentos que podem contribuir para a mobilização de recursos em grande escala para ações climáticas. Para aumentar a participação do setor privado, sugere-se o uso de mecanismos de mitigação de riscos e compartilhamento de riscos, como garantias e seguros, que poderiam aumentar a confiança dos investidores privados e reduzir o custo do capital nos países em desenvolvimento.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China exclui explicitamente o financiamento privado a taxas de mercado como parte do financiamento climático que deve ser considerado na NCQG. O grupo argumenta que o financiamento privado com retorno de mercado não pode ser considerado como financiamento climático, pois representa um fluxo reverso de capital dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos quando os reembolsos são levados em consideração.

Reforma da Arquitetura Financeira Global

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC faz considerações sobre a reforma da arquitetura do sistema financeiro global, especialmente no contexto da mobilização de financiamento climático para os países em desenvolvimento, para que ela reflita as dinâmicas globais em evolução. A ideia é garantir que o sistema financeiro global esteja em consonância com os princípios de justiça climática, particularmente para os

Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A reforma do sistema financeiro global é sugerida como uma maneira de enfrentar os desafios que se apresentam aos países em desenvolvimento, incluindo o alto custo de capital, custos de transição, restrições de capacidade, e questões relacionadas à sustentabilidade da dívida.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR exorta os países desenvolvidos, outras Partes em condições a fazê-lo, bem como bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos centrais, bancos comerciais e outros agentes financeiros a abordar fatores que representam barreiras sistêmicas para o fluxo de financiamento climático, como o alto custo do capital, altas taxas de juros, falta de requisitos de acesso padronizados, riscos de câmbio, restrições de capacidade, entre outras. Também pede aos países desenvolvidos, outras partes em posição de fazê-lo, bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos centrais, bancos e outros atores financeiros para harmonizar e simplificar a aplicação e processos de desembolso, inclusive através do desenvolvimento de mecanismos de empréstimo em moeda local, reduzir as condicionantes de cofinanciamento e estabelecer requisitos de informação adequados.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão apresentada pela Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe sugere que os países desenvolvidos precisam reformar seus processos orçamentários para facilitar a entrega da NCQG. Ela propõe que os países movam esforços para desenvolver não mais orçamentos anuais, mas orçamentos plurianuais e a programação de longo prazo do financiamento climático. Também é mencionada a necessidade de simplificar os processos de aprovação para os orçamentos relacionados ao financiamento climático, além de priorizar o financiamento climático como uma categoria orçamentária separada, com procedimentos especiais. Propõe-se que haja uma simplificação no acesso aos recursos financeiros para os países em desenvolvimento. Há também um chamado para os países desenvolvidos reformarem suas práticas financeiras a fim de garantir que os compromissos do NCQG sejam cumpridos.

Por fim, reconhece-se que a meta de USD 100 bilhões por ano não foi atingida em 2020 e 2021. Para lidar com essa falha, o grupo propõe uma reforma para mobilizar os atrasos de financiamento até 2030. Isso sugere a necessidade de ajustes no sistema financeiro global para garantir que os compromissos financeiros anteriores sejam cumpridos.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS aborda a necessidade de uma reforma ampla da arquitetura financeira internacional para que esta seja mais coerente e complementar. A AOSIS enfatiza a importância de eliminar incentivos perversos que desestimulem a ambição climática e de adotar medidas para promover a sustentabilidade da dívida, reduzir o alto custo do capital e das transações financeiras, solucionar barreiras, fatores limitantes e assunções injustificadas de corrupção.

A submissão propõe maior representatividade nos processos de tomada de decisão em fóruns e instituições de financiamento. Ainda, assevera a necessidade de se criar espaço fiscal, em chamada com o G20, o Paris Club Parties e outros, para inclusão dos LDCs e SIDS em quadros jurídicos de expansão da suspensão do débito, para perdão de dívidas e assistência fiscal.

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN sugere que Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) alinhem suas prioridades e práticas com a agenda climática global, de forma a aumentar a escala do financiamento climático, assegurar o acesso facilitado e tratar da disposição ao risco. Não há, além desta proposta, qualquer outra abordagem de reforma ampla do sistema ou arquitetura financeira global – a não ser propostas habituais de simplificação de procedimentos, redução do custo do capital, avaliação de riscos climáticos, entre outras.

Estados Unidos

A submissão apresentada pelos Estados Unidos não traz proposta expressa e ampla de reforma da arquitetura do sistema financeiro global. O texto aborda, porém, a necessidade de algumas mudanças pontuais. O

documento propõe que os acionistas dos MDBs avancem com uma agenda de evolução para tornar esses bancos melhores, maiores e mais eficazes no enfrentamento dos desafios globais, incluindo o financiamento para a ação climática em países em desenvolvimento. O texto incentiva os atores relevantes a apoiar os países mutuários na redução do custo do capital para ações climáticas, especialmente nos países em desenvolvimento. O país sugere, ainda, que o financiamento climático leve em consideração a sustentabilidade da dívida e o espaço fiscal dos países em desenvolvimento.

Hungria (União Europeia)

A submissão apresentada pela Hungria em nome da União Europeia apoia a reforma dos bancos de desenvolvimento multilateral para fortalecer seu papel na ação climática. O texto reconhece os esforços em andamento para reformar a arquitetura financeira internacional, incluindo iniciativas para reformar as práticas dos bancos multilaterais de desenvolvimento, que precisam aumentar suas contribuições para o financiamento climático. A ideia é que essas reformas ajudem a direcionar fluxos financeiros de forma mais eficaz para ações climáticas, tanto na mitigação quanto na adaptação, especialmente para os países em desenvolvimento.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC propõe que bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos multilaterais, instituições financeiras internacionais e outros fóruns relevantes reformem suas operações para que estejam alinhadas com os objetivos do Acordo de Paris. Isso inclui atender às necessidades e prioridades em evolução dos países em desenvolvimento, facilitando o desenvolvimento com baixa emissão de carbono e resiliência climática, sem impor novos encargos econômicos a esses países.

O texto sublinha a necessidade de mecanismos financeiros que criem espaço fiscal nos países em desenvolvimento, em vez de sobrecarregá-los com dívidas. Propõe-se a utilização de instrumentos como swaps de dívida por clima, parcerias público-privadas, pagamento por serviços ambientais e outras formas inovadoras de financiamento que complementem os recursos públicos e ajudem a aliviar as restrições fiscais dos países em desenvolvimento.

O documento também menciona que a redução dos custos de capital é essencial para que os países em desenvolvimento possam acessar os recursos necessários para a ação climática. Para isso, propõe-se uma revisão dos sistemas de classificação de risco e uma reforma dos critérios usados por agências de rating, supervisores e reguladores, a fim de garantir que os riscos climáticos sejam devidamente considerados, mas sem penalizar desproporcionalmente os países vulneráveis.

A criação de instrumentos financeiros inovadores e o fortalecimento de mecanismos de mitigação de riscos são vistos como fundamentais para reformar a arquitetura financeira global. Isso incluiria a expansão de mecanismos de garantia, seguros e outros instrumentos que permitam o envolvimento mais robusto do setor privado, com uma abordagem mais favorável aos países em desenvolvimento.

Outra reforma proposta é a harmonização das políticas e procedimentos para facilitar o acesso ao financiamento climático, com o objetivo de simplificar o processo para os países em desenvolvimento. Isso inclui a facilitação de modalidades de acesso simplificado e a redução das condições de cofinanciamento, de modo a tornar o sistema financeiro mais acessível e equitativo.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China reconhece que há fatores desabilitadores no atual sistema financeiro que dificultam o acesso dos países em desenvolvimento ao financiamento climático. Isso inclui altos custos de capital e altos custos de transação associados ao acesso a financiamentos. Afirma-se a necessidade de abordar e reformar certas medidas unilaterais, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM), que pode impactar negativamente os países em desenvolvimento, impondo barreiras e custos adicionais. Essas medidas são vistas como entraves que devem ser reformulados no contexto de uma arquitetura financeira mais justa.

O texto sugere que a NCQG deve incluir mecanismos que melhorem o acesso eficiente e rápido ao financiamento climático. Isso implica uma reforma da arquitetura financeira global para que as condições de acesso sejam mais favoráveis para os países em desenvolvimento, especialmente

para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e os Países Menos Desenvolvidos (LDCs). Ainda, o documento também critica o uso de empréstimos a taxas de mercado e defende a provisão de financiamento público em termos concessionais ou de doações, de forma a aliviar as restrições econômicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento.

Definição do Conceito de Financiamento Climático

Malawi (LDC)

A submissão apresentada pelo Malawi em nome do grupo LDC traz considerações importantes sobre a definição de financiamento climático e o que não deve ser considerado como tal.

O documento destaca a necessidade de estabelecer uma definição clara e comum de financiamento climático como parte dos arranjos de transparência da NCQG. Essa definição é vista como crucial para garantir a contabilidade adequada e a transparência dos recursos que serão mobilizados para enfrentar as mudanças climáticas.

Somente os recursos que claramente se qualifiquem como financiamento climático devem contar para a entrega do NCQG. Isso significa que o financiamento deve ser novo e adicional, direcionado especificamente para mitigação, adaptação ou perdas e danos relacionados ao clima.

A submissão deixa claro que o financiamento climático não deve incluir recursos que sejam simplesmente redirecionados de outras áreas, como o financiamento ao desenvolvimento (ODA). Em outras palavras, os países desenvolvidos não devem rotular financiamento para o desenvolvimento como financiamento climático. Além disso, enfatiza-se que o financiamento climático não deve comprometer ou substituir os compromissos financeiros já existentes em outras áreas.

Por fim, também é mencionado que todos os tipos de financiamento, sejam baseados em doações ou altamente concessionais, devem ser incluídos nos relatórios de transparência, com clareza sobre os níveis de concessionalidade.

Brasil (SUR)

A submissão apresentada pelo Brasil em nome do grupo SUR traz considerações sobre a necessidade de uma definição clara de financiamento climático, o que é apontado como um dos principais desafios dentro do atual sistema de financiamento sob a UNFCCC. A ausência de uma definição clara de financiamento climático é destacada como uma lacuna importante a ser abordada. O documento ainda afirma que uma definição clara de financiamento climático permitiria a prestação de contas e a transparência efetiva no âmbito do Quadro de Transparência Reforçado (ETF).

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

A submissão apresentada pela Arábia Saudita em nome do Grupo Árabe estabelece que o financiamento climático deve abranger suporte financeiro destinado a áreas como mitigação, adaptação, perdas e danos, transferência de tecnologia, capacitação e transparência. Ele coloca uma forte ênfase no fato de que o financiamento climático deve ser mobilizado para apoiar os países em desenvolvimento em suas ações de combate às mudanças climáticas.

A submissão propõe que certos instrumentos financeiros não devem ser contabilizados como parte do financiamento climático: empréstimos não-concessionais (empréstimos sem condições favoráveis ou com taxas de juros de mercado) e empréstimos com condições que resultam em desvantagens econômicas líquidas para os países receptores; créditos de exportação; investimentos comerciais e outros instrumentos financeiros que possam gerar prejuízo econômico líquido para os países em desenvolvimento. O documento é claro ao afirmar que esses tipos de instrumentos não devem ser contabilizados no cumprimento das metas da NCQG, reforçando que o financiamento climático deve ser em termos mais favoráveis, como doações ou medidas equivalentes.

Nesse sentido, a submissão estabelece que o financiamento climático deve ser predominantemente baseado em doações ou equivalentes, especialmente no que diz respeito à mitigação, adaptação e perdas e danos. A ideia é que o suporte financeiro fornecido não crie um fardo econômico adicional para os países em desenvolvimento.

Faz-se, ainda, referência à necessidade de uma definição comum e metodologia de contabilidade claras para evitar a inclusão de fluxos financeiros que não estejam diretamente alinhados com os objetivos do financiamento climático, como investimentos puramente comerciais ou fluxos financeiros que não promovam ações climáticas genuínas.

Samoa (AOSIS)

A submissão apresentada por Samoa em nome do grupo AOSIS destaca a importância de estabelecer atributos substantivos e procedimentais que orientem o que deve ser incluído como financiamento climático e, além disso, traz a posição do grupo sobre o que não deve ser considerado nesse contexto.

O documento sugere que deve haver uma elaboração clara dos atributos que definem o financiamento climático, especialmente no que se refere à contabilidade do que pode ser considerado para alcançar a meta de financiamento. Nesse sentido, são sugeridos critérios de adicionalidade - ou seja, o regras que garantam que o financiamento seja novo e não uma reclassificação de fluxos financeiros já existentes, como a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) - e que seja determinado que o financiamento seja fornecido ou mobilizado de forma a apoiar as prioridades e necessidades dos países em desenvolvimento, visando a implementação do Acordo de Paris.

O documento é explícito ao afirmar que certos tipos de transações não devem ser considerados como financiamento climático, entre elas: financiamento para combustíveis fósseis, - isto é, transações que contribuam para a expansão e continuidade da produção de combustíveis fósseis não devem ser contabilizadas como financiamento climático -; e reclassificação de ODA ou seja, o financiamento não pode ser simplesmente uma reclassificação de ajuda ao desenvolvimento ou de outros fluxos financeiros internacionais.

Ainda, a submissão destaca a importância de definir claramente o nível de concessionalidade das transações de financiamento climático. Sugere-se que, para as transações serem consideradas como financiamento climático, elas devem ter termos financeiros favoráveis aos países em desenvolvimento, incluindo: baixas taxas de juros (1% ou menos); longos

períodos de carência (5 anos ou mais); e prazos de maturidade longos (20 anos ou mais).

Quênia (AGN)

A submissão apresentada pelo Quênia em nome do AGN propõe que empréstimos a taxas de mercado não devem ser contabilizados como financiamento climático, nem créditos à exportação. Para ser considerado financiamento climático, os recursos devem ser contabilizados de acordo com a sua equivalência em doação (grant-equivalence), ou seja, a parte do valor que realmente constitui um subsídio deve ser considerada, em vez do valor total do empréstimo.

O documento também faz uma distinção entre financiamento climático e financiamento para o desenvolvimento. Ele enfatiza que os recursos destinados ao financiamento climático devem ser adicionais aos compromissos já existentes para o financiamento do desenvolvimento. A submissão ainda ressalta a necessidade de que o financiamento climático seja especificamente voltado para ações relacionadas ao clima. Isso significa que os recursos devem ser usados diretamente para atividades que ajudem a mitigar os impactos das mudanças climáticas ou a adaptar os países aos seus efeitos. Isso impede que recursos sejam alocados para projetos que não estejam claramente ligados a esses objetivos.

Peru (AILAC)

A submissão apresentada pela AILAC é clara ao afirmar que o financiamento climático não pode incluir instrumentos que aumentem a dívida dos países em desenvolvimento. Em vez disso, o financiamento deve se concentrar em subsídios ou instrumentos altamente concessionais. Isso significa que empréstimos ou outros tipos de instrumentos financeiros só podem ser contados como financiamento climático na medida em que sua concessionalidade (ou seja, o quanto são próximos de um subsídio) seja explicitamente considerada. A AILAC destaca que há uma necessidade urgente de adoção de um método de contabilidade padronizado e detalhado para evitar a inclusão de instrumentos inadequados ou que não estejam realmente contribuindo para a ação climática.

Uganda (G77 + China)

A submissão apresentada por Uganda em nome do grupo G77 + China determina que apenas devem ser considerado como financiamento climático os recursos oferecidos por países desenvolvidos para apoiar países em desenvolvimento, de acordo com os princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas. O texto prossegue, determinando que o financiamento deve ser oferecido em termos concessionais (com condições favoráveis, como juros baixos ou prazos longos) ou na forma de doações, não impondo uma carga financeira adicional aos países em desenvolvimento.

A submissão ainda exclui deste conceito os empréstimos a taxas de mercado (com condições comerciais comuns). Argumenta-se que esses empréstimos, em vez de oferecer suporte, representam um fluxo reverso de capital dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos quando os reembolsos são considerados. Neste mesmo sentido, as finanças privadas que operam com retorno de mercado são excluídas do conceito de financiamento climático, pois não atendem às necessidades de financiamento climático sob os termos propostos pela NCQG. Por fim, o texto também afirma que tanto eventual ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) quanto financiamento que não seja específico para o clima não devem ser contabilizados como parte da NCQG.

MITIGAÇÃO

Tema	Programa de Trabalho de Ambição e Implementação de Mitigação de Sharm el-Sheik (MWP)
Título	"Partes, observadores e outros stakeholders que não sejam Partes devem submeter suas opiniões sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes aos tópicos dos diálogos mencionados no parágrafo 13 da Decisão 4/CMA.4 (4 semanas antes de cada diálogo)."
Mandato	Decision 4/CMA.4, para. 14 FCCC/PA/CMA/2023/L.16, para. 9
Prazo	Aberto
Sessão	SB61

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de partes: 22
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 02
- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais: 02
- Submissões apresentadas por organizações observadoras: 13
- Submissões apresentadas por organizações não admitidas: 04

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

- Arábia Saudita (Grupo Árabe) (a) – 07/02/2024
- Filipinas – 21/02/2024
- Japão (a) – 09/04/2024
- Bélgica (União Europeia) – 15/04/2024
- Samoa (AOSIS) (a) – 21/04/2024
- Reino Unido (a) – 29/04/2024
- Austrália (a) – 02/05/2024
- Canadá – 03/05/2024
- Noruega (a) – 06/05/2024
- Honduras (AILAC) – 16/05/2024
- Turquia – 16/05/2024

- Bolívia (LMDC) – 20/05/2024
- Hungria (União Europeia) – 09/09/2024
- Japão (b) – 04/09/2024
- Noruega (b) – 05/09/2024
- Peru (AILAC) (a) – 05/09/2024
- Samoa (AOSIS) (b) – 08/09/2024
- Peru (AILAC) (b) – 10/09/2024
- Reino Unido (b) – 13/09/2024
- Rússia – 16/09/2024
- Arábia Saudita (Grupo Árabe) (b)– 13/09/2024
- Austrália (b) – 20/09/2024
- Brasil – 30/09/2024

Cumprimento do prazo: o prazo para submissões permanece aberto.

Sobre o mandato do MWP:

Decisão 4/CMA.4, para. 2: "Decide que o programa de trabalho será operacionalizado por meio de trocas de pontos de vista, informações e ideias, observando que os resultados do programa de trabalho serão não prescritivos, não punitivos, facilitadores, respeitarão a soberania nacional e as circunstâncias nacionais, levarão em conta a natureza nacionalmente determinada das contribuições nacionalmente determinadas e não imporão novas metas ou objetivos."

Sobre o componente de mitigação no GST:

O Balanço Global (GST) é um dos principais pilares de prestação de contas do Acordo de Paris. Ele envolve uma avaliação abrangente ("balanço") do progresso coletivo de todas as Partes em relação à implementação e ao alcance das metas de longo prazo do Acordo de Paris.

O GST é uma parte importante do mecanismo de aumento progressivo de ambição do Acordo de Paris, na medida em que suas conclusões têm o objetivo de catalisar a ambição e informar a próxima rodada de NDCs das Partes, que devem ser entregues no início de 2025.

A decisão 1/CMA.5 tem um subcapítulo específico para abordar o tema da mitigação, entre os parágrafos 18 e 42 da decisão.

Entre outras coisas, a decisão "convoca as Partes a contribuírem para os seguintes esforços globais, de determinada":

- Triplicar a capacidade de energia renovável e dobrar a eficiência energética global até 2030;
- “Acelerar os esforços para a redução progressiva da energia derivada da queima de carvão cujas emissões não forem abatidas ou compensadas";
- “Realizar a transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia, de maneira justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, de modo a atingir a meta de zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, em conformidade com a ciência";
- Promover aceleração de tecnologias de zero e baixas emissões, incluindo "tecnologias renováveis, nucleares, de redução e remoção de carbono, como captura, utilização e armazenamento de carbono";
- Acelerar a redução das emissões não relacionadas ao CO2 em nível global, incluindo o metano, até 2030; e eliminar gradualmente “os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis que não abordam a pobreza energética ou transições justas, o mais rápido possível”.

O restante do subcapítulo aborda outros esforços de mitigação, incluindo o reconhecimento do papel dos combustíveis de transição (para. 29); de tecnologias de mitigação e energia renovável (para. 30); de "conservar, proteger e restaurar a natureza e os ecossistemas" (para. 33); e de "fazer a transição para estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção" (para. 36).

QUADROS-RESUMO

Objetivo e Escopo do MWP

Parte/Grupo	Posição do país/grupo em relação ao tema
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	O MWP não deve ser prescritivo, não deve ser um mecanismo de implementação de elementos da decisão do Balanço Global, não deve definir metas ou objetivos de cenários e projeções para datas específicas de ações, nem infringir a natureza determinada nacionalmente das NDC. Ações dessa espécie estão além do mandato deste programa.
Japão	O MWP deve integrar os resultados do GST para aumentar a ambição climática. MWP é o único programa de trabalho focado em mitigação. Não podemos dizer que o MWP terá cumprido seu objetivo, a menos que consiga aumentar significativamente a ambição e implementação de mitigação de cada Parte até 2030 para alcançar a meta de 1.5°C.
Bélgica/Hungria (União Europeia)	Deve focar na implementação de ações práticas e replicáveis para mitigar as emissões, construir capacidade e promover a transição energética. O MWP também deve funcionar como um facilitador para melhorar o acesso ao financiamento climático, à tecnologia e à capacitação para mitigar as emissões nas cidades e em edifícios, especialmente em países em desenvolvimento.
Austrália	Será importante que o MWP construa e amplie as discussões do ano passado para ajudar as Partes a responderem aos compromissos coletivos do primeiro balanço global (GST) para manter o limite de 1,5°C ao alcance.

Bolívia (LMDC)	O MWP deve seguir os princípios de ser não prescritivo, não punitivo e facilitador, respeitando a soberania nacional e as circunstâncias nacionais, levando em consideração a natureza determinada nacionalmente das NDC e sem impor novas metas ou objetivos. Deve levar totalmente em conta os princípios de equidade e as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, da Convenção e seu Acordo de Paris para enfrentar as mudanças climáticas.
Samoa (AOSIS)	As prioridades da AOSIS para o MWP permanecem focadas na implementação dos principais elementos de mitigação do GST, especialmente aqueles descritos nos para. 28 e 33 da Decisão 1/CMA.5.
Honduras/Peru (AILAC)	As agendas dos diálogos globais devem facilitar discussões focadas sobre como as partes interessadas estão abordando os compromissos delineados na seção de mitigação do Balanço Global, em particular, como estão fazendo a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos urbanos. O MWP deve levar em consideração as especificidades das regiões em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.
Turquia	O MWP deve ser operacionalizado por meio de trocas focadas de opiniões, informações e ideias, sendo não prescritivo, não punitivo, facilitador, respeitando a soberania nacional e as circunstâncias nacionais, levando em consideração a natureza nacionalmente determinada das NDC e não impondo novas metas ou objetivos.
Brasil	O MWP deve se tornar um processo em implementação, de maneira pragmática e equitativa, centrado no aumento e aceleração da implementação efetiva do Acordo de Paris e das decisões relevantes da CMA, incluindo a do GST. O MWP pode desempenhar um papel fundamental nessa transição para a fase de implementação do regime climático.

Relação entre MWP e GST

Parte/Grupo	Posição do país/grupo em relação ao tema	Justificativa/Motivação
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Contra	O MWP deve ser conduzido sem alteração de seu mandato, portanto, não deve se tornar um mecanismo de implementação de certos elementos da decisão do Balanço Global. Definir metas ou objetivos de cenários e projeções para datas específicas de ações está além do mandato do programa e infringe a natureza nacionalmente determinada das NDC.
Bolívia (LMDC)	Contra	O MWP tem um mandato específico, que é cumprido facilitando a troca de opiniões, informações e ideias sobre diferentes tópicos dentro de um escopo identificado (4/CMA.4, para. 4). Não é um espaço para implementar ou dar seguimento ao componente de mitigação do Balanço Global, pois isso criaria um processo prescritivo que contradiz a natureza não prescritiva deste programa de trabalho, bem como a natureza de baixo para cima e determinada nacionalmente das NDC.
Turquia	Contra	De acordo com a Decisão 4/CMA.4, o MWP deve ser operacionalizado por meio de trocas focadas de opiniões, informações e ideias, sendo não prescritivo, não punitivo, facilitador, respeitando a soberania nacional e as circunstâncias nacionais, levando em consideração a natureza nacionalmente determinada das NDCs, e não impondo novas metas ou objetivos.
Japão	Favorável	O objetivo do MWP é aumentar urgentemente a ambição e implementação de mitigação nesta década crítica, bem como sublinhar a importância de integrar os

		resultados de mitigação do primeiro Balanço Global, uma vez que o MWP é o único programa de trabalho focado em mitigação.
Bélgica/Hungria (União Europeia)	Favorável	O MWP deve responder ao convite do resultado do GST (1/CMA.5, para. 186) para integrar os elementos relevantes do GST no trabalho do MWP.
Samoa (AOSIS)	Favorável	O MWP deve identificar ligações entre as oportunidades de transformar cidades, edifícios e sistemas urbanos e a implementação dos elementos de mitigação do primeiro resultado do GST da COP28, particularmente seu pacote de energia.
Reino Unido	Favorável	Para aproveitar melhor o tempo restante, todas as discussões do programa de trabalho devem se concentrar no que é coletivamente necessário para alinhar-se a um caminho de 1.5°C, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, atingindo o pico global até 2025, no máximo, implementando os resultados do GST e o objetivo do MWP.
Austrália	Favorável	O MWP é o local lógico para avançar com os resultados de mitigação do GST, à luz de seu mandato de aumentar urgentemente a ambição de mitigação e a implementação nesta década crítica de forma que complemente o GST. Como tal, a Austrália solicita que os co-presidentes do MWP e o Secretariado da UNFCCC garantam que o seguimento do GST seja totalmente integrado aos diálogos globais e eventos focados em investimentos deste ano. O país vê uma oportunidade significativa este ano para discutir a implementação dos resultados de mitigação do GST sob a ótica das cidades.
Canadá	Favorável	A abordagem aos diálogos deve incluir conexões claras com os resultados de mitigação da avaliação global (o Consenso dos EAU) – ou seja, discussões que articulem especificamente as oportunidades de mitigação de alto impacto, barreiras

		e soluções em edifícios e sistemas urbanos, que estão ligadas aos itens do para. 28 da decisão 1/CMA.5, como eficiência energética, implantação de energias renováveis, aceleração de tecnologias limpas, transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e redução das emissões não relacionadas ao CO2.
Noruega	Favorável	A decisão do primeiro Balanço Global convida os programas de trabalho relevantes a integrarem os resultados do primeiro Balanço Global. Para o programa de trabalho de mitigação, há várias áreas relevantes do GST para edifícios e sistemas urbanos. Em particular, as necessidades energéticas de edifícios e sistemas urbanos, bem como o potencial para geração de energia renovável em edifícios e sistemas urbanos, estão naturalmente conectados aos resultados relacionados à energia do GST.
Honduras/Peru (AILAC)	Favorável	Em conformidade com a decisão do Balanço Global 1/CMA.5, para. 186, o MWP deve incorporar os resultados do GST em suas atividades futuras e nos tópicos abordados neste ano. Consequentemente, as agendas dos diálogos globais devem facilitar discussões focadas em como as partes interessadas estão abordando os compromissos delineados na seção de mitigação do Balanço Global, em particular, como estamos fazendo a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos urbanos.
Brasil	Favorável	De acordo com a Decisão 4/CMA.4, MWP visa aumentar urgentemente a ambição e a implementação nesta década crítica, de maneira complementar ao GST. Por meio da Decisão 1/CMA.5, sobre o resultado do primeiro Balanço Global, as Partes do Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC resolveram continuar os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. O resultado do primeiro GST forneceu às Partes uma avaliação clara de onde estávamos, onde estamos e onde queremos estar na

		luta contra as mudanças climáticas, reafirmando nossa determinação de permanecer unidos nos esforços para alcançar o objetivo e as metas de longo prazo do Acordo de Paris. O Brasil prevê que o MWP poderia apoiar as Partes na implementação coletiva do GST.

Aspectos Processuais e Organizacionais

País/Grupo	Posição do país/grupo em relação ao tema
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Manter a estrutura dos diálogos em dois dias; evitar atividades que limitem a participação virtual; os diálogos devem ser conduzidos de maneira global, inclusiva, equilibrada e orientada pelas Partes, permitindo que as Partes participem de tópicos relevantes para todos.
Japão	Os co-presidentes e o Secretariado deveriam incentivar os especialistas e organizações relevantes nos diálogos globais a incluírem em suas apresentações um resumo das abordagens que foram eficazes na redução de emissões, juntamente com uma análise das razões de sua eficácia, para que as Partes possam identificar possíveis resultados acionáveis.
Bélgica/Hungria (União Europeia)	Para garantir um diálogo eficaz e produtivo, a UE sugere que o tempo alocado para cada subtema seja adequado para permitir discussões aprofundadas e a troca de melhores práticas entre as Partes; que haja meios de participação inclusivos e acessíveis para todas as Partes e partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, setor privado e governos locais; que os eventos sejam coordenados com outras iniciativas internacionais relevantes para garantir que as discussões sejam complementares e que as Partes possam aproveitar as lições aprendidas de outras plataformas.

Reino Unido	O MWP deve garantir a participação de todas as partes interessadas, fortalecendo a cooperação internacional para enfrentar os desafios climáticos. Ademais, é fundamental que haja sistemas de monitoramento robustos para avaliar o progresso na implementação de medidas de mitigação. O Reino Unido propõe o uso de relatórios regulares e transparentes para rastrear o impacto das políticas e ajustar as estratégias conforme necessário.
Austrália	Ajustar a organização e o formato para proporcionar mais tempo de discussão sob cada subtópico aumentaria as oportunidades de participação para stakeholders não estatais e participantes virtuais. A utilização de salas de discussão virtuais exclusivas para participantes virtuais durante sessões que anteriormente exigiam presença física (por exemplo, sessões World Café) também melhoraria o envolvimento ativo dos participantes virtuais. A Austrália solicita que os co-presidentes do MWP e o Secretariado da UNFCCC garantam que o acompanhamento dos diálogos anteriores e o GST sejam totalmente integrados no próximo diálogo global e no evento focado em investimentos, por exemplo, por meio de sessões dedicadas, questões orientadoras e a incorporação de lições aprendidas nos diálogos anteriores.
Canadá	Enfatizar a importância de fortalecer a participação presencial e virtual nos diálogos, por meio de métodos como ampliação da inscrição (para ambos os meios, mas em números maiores para a participação virtual), alcance às constituencies de observadores da UNFCCC e engajamento com os Campeões de Alto Nível e suas redes. A participação nos diálogos deve ser aberta a titulares de direitos relevantes, incluindo Povos Indígenas; todos os níveis de governo; e partes interessadas, como instituições financeiras, acadêmicos, indústria, organizações da sociedade civil, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais.
Noruega	O MWP deve continuar a se beneficiar do trabalho relevante do Comitê Executivo de Tecnologia (TEC).

Bolívia (LMDC)	Não realizar workshops em salas separadas; garantir a inclusão e a ampla participação nos diálogos globais, aumentando o número de participantes online, para que mais especialistas online possam se envolver plenamente no processo e nas discussões relacionadas. Os arranjos do diálogo devem garantir que ele seja conduzido de maneira global, inclusiva, equilibrada e orientada pelas Partes, permitindo que todas as Partes participem de tópicos relevantes para todas as Partes. Portanto, o grupo não apoia qualquer abordagem regional e não inclusiva ao diálogo global, que crie representações desequilibradas e prejudique o caráter "global" dos diálogos.
Samoa (AOSIS)	Destacar a importância de diálogos regionais e sub-regionais, ou modalidades semelhantes sob o MWP, para garantir que as vozes dos SIDS sejam ouvidas e que as soluções sejam adaptadas aos contextos específicos desse grupo. Tais soluções são geralmente mais facilmente replicáveis do que aquelas criadas em escala maior.

RELATO DETALHADO

Objetivos do MWP

Arábia Saudita (Grupo Árabe) (a)

Os diálogos devem ser conduzidos de acordo com o mandato, como uma troca focada de opiniões, informações e ideias, proporcionando uma plataforma para compartilhar melhores práticas e experiências de forma voluntária, **evitando: alterar o mandato do MWP para ser um mecanismo de implementação de certos elementos da decisão do Balanço Global;** qualquer prescrição de políticas ou chamada para ações com abordagens de cima para baixo; definir metas ou objetivos de cenários e projeções para datas específicas de ações, pois isso está além do mandato do programa; e **infringir a natureza determinada nacionalmente das NDCs**. Os diálogos devem, em vez disso, incentivar as ambições das partes por meio de eventos focados em investimentos, especialmente para apoiar a implementação das NDCs dos países em desenvolvimento.

Japão (a)

O Japão afirma que gostaria de reiterar **o objetivo do MWP, que é aumentar urgentemente a ambição e implementação de mitigação nesta década crítica, e de sublinhar a importância de integrar os resultados de mitigação do primeiro Balanço Global, uma vez que o MWP é o único programa de trabalho focado em mitigação**. Segundo o país, não se pode dizer que o MWP terá cumprido seu objetivo, a menos que consiga aumentar significativamente a ambição e implementação de mitigação de cada Parte até 2030 para alcançar a meta de 1.5°C. Nesse contexto, é crucial que os diálogos globais entreguem resultados acionáveis e que as Partes incluam soluções aplicáveis nas decisões da CMA para servir a esse objetivo. Cidades e edifícios, que foram selecionados como o tema para 2024, são áreas essenciais onde os esforços de mitigação precisam ser acelerados o mais rápido possível para alcançar a meta de 1.5°C. O Japão acredita que compartilhar suas experiências beneficiaria a comunidade internacional e está disposto a fazê-lo.

Bélgica (União Europeia)

O bloco entende que MWP deve responder ao convite do resultado do GST (1/CMA.5, para. 186) para integrar os elementos relevantes do GST no trabalho do MWP. Deve focar na implementação de ações práticas e replicáveis para mitigar as emissões, construir capacidade e promover a transição energética. O MWP também deve funcionar como um facilitador para melhorar o acesso ao financiamento climático, à tecnologia e à capacitação para mitigar as emissões nas cidades e em edifícios, especialmente em países em desenvolvimento.

Samoa (AOSIS) (a)

O objetivo do MWP é abordar seu mandato, qual seja, MWP aumentar urgentemente a ambição e a implementação da mitigação nesta década crítica (...) de forma a complementar o balanço global (GST) (1/CMA.3, para 27), de maneira abrangente. Fundamental para a AOSIS é que isso inclua a identificação de ligações claras entre as oportunidades de transformar cidades, edifícios e sistemas urbanos e a **implementação dos elementos de mitigação do primeiro resultado do GGST** da COP28, particularmente seu pacote de energia. Com referência à submissão de 31 de janeiro de 2024, a AOSIS destaca a sinergia entre o MWP e a decisão do GST, enfatizando o papel do MWP em incorporar os resultados do GST no planejamento futuro. Em 2024, **as prioridades da AOSIS para o MWP permanecem focadas na implementação dos principais elementos de mitigação do GST,** especialmente aqueles descritos nos para. 28 e 33 da Decisão 1/CMA.5.

Reino Unido (a)

É vital que as atividades do Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) permaneçam focadas em soluções e levem a passos coletivos claros sobre como acelerar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e das estratégias de desenvolvimento de baixas emissões de longo prazo (LT-LEDs), inspirando uma maior ambição de mitigação para manter o aumento da temperatura abaixo de 1.5°C. O MWP também tem um papel importante em continuar seu trabalho sobre ambientes facilitadores que apoiam maiores investimentos para transições energéticas, como parte do progresso mais amplo nessa área. Para aproveitar melhor o tempo restante, todas as discussões do programa de

trabalho devem se concentrar no que é coletivamente necessário para alinhar-se a um caminho de 1.5°C, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, atingindo o pico global até 2025, no máximo, **implementando os resultados do GST e o objetivo do MWP**. O Reino Unido acolhe o foco em "Cidades: edifícios e sistemas urbanos", **no contexto da entrega dos resultados da transição energética do GST**. Abordar as emissões nas cidades será fundamental para alcançar as metas climáticas globais.

Austrália (a)

Será importante que o MWP construa e amplie as discussões do ano passado para **ajudar as partes a responderem aos compromissos coletivos do primeiro balanço global (GST)** para manter o limite de 1.5°C ao alcance. **O MWP é o local lógico para avançar com os resultados de mitigação do GST, à luz de seu mandato de aumentar urgentemente a ambição de mitigação e a implementação nesta década crítica de forma que complemente o GST**. Como tal, a Austrália solicita que **os co-presidentes do MWP e o Secretariado da UNFCCC garantam que o seguimento do GST seja totalmente integrado aos diálogos globais e eventos focados em investimentos deste ano**. O país vê uma oportunidade significativa este ano para discutir a implementação dos resultados de mitigação do GST sob a ótica das cidades.

Canadá

A abordagem aos diálogos **deve incluir conexões claras com os resultados de mitigação da avaliação global** (o Consenso dos EAU) – ou seja, discussões que articulem especificamente as oportunidades de mitigação de alto impacto, barreiras e soluções em edifícios e sistemas urbanos, que estão ligadas aos itens do para 28 da decisão 1/CMA.5, como eficiência energética, implantação de energias renováveis, aceleração de tecnologias limpas, transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e redução das emissões não relacionadas ao CO2. O Canadá também reitera que, com a próxima rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) a serem comunicadas até o início de 2025, **o MWP deve se concentrar em fornecer aprendizado acionável, replicável e prático que as Partes possam adotar quando entenderem**

relevante para suas circunstâncias nacionais, na implementação de suas metas para 2030 e no desenvolvimento de metas para 2035.

Noruega (a)

A decisão do primeiro Balanço Global convida os programas de trabalho relevantes a integrarem os resultados do primeiro Balanço Global. **Para o programa de trabalho de mitigação, há várias áreas relevantes do GST para edifícios e sistemas urbanos**. Em particular, as necessidades energéticas de edifícios e sistemas urbanos, bem como o potencial para geração de energia renovável em edifícios e sistemas urbanos, estão naturalmente conectados aos resultados relacionados à energia do GST.

Honduras (AILAC)

A AILAC recorda que, em conformidade com a decisão do Balanço Global 1/CMA.5, para. 186, **o MWP deve incorporar os resultados do Balanço Global em suas atividades futuras** e insta o MWP a focar no acompanhamento do Balanço Global nos tópicos deste ano. Consequentemente, as agendas dos diálogos globais devem facilitar discussões focadas sobre como as partes interessadas estão **abordando os compromissos delineados na seção de mitigação do Balanço Global**, em particular como estão fazendo a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos urbanos. A organização sugere que o Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) em 2024 **leve em consideração as especificidades das regiões em desenvolvimento**, especialmente no que diz respeito ao financiamento, transferência de tecnologia e capacitação. A implementação de políticas eficazes e inovadoras pode transformar as cidades em centros de desenvolvimento sustentável e espaços resilientes ao clima, promovendo a transição para um futuro com emissões líquidas zero.

Turquia

A Turquia reitera que, de acordo com a Decisão 4/CMA.4, o MWP deve ser operacionalizado por meio de trocas focadas de opiniões, informações e ideias, **sendo não prescritivo, não punitivo, facilitador, respeitando a soberania nacional e as circunstâncias nacionais**, levando em consideração a **natureza nacionalmente determinada das NDCs**, e **não impondo novas metas ou objetivos.**

Bolívia (LMDC)

O grupo acredita que, com a experiência de dois diálogos globais no ano passado, o Diálogo Global de 2024 será mais abrangente, equilibrado e transparente e continuará a **seguir os princípios de ser não prescritivo, não punitivo e facilitador, respeitando a soberania nacional e as circunstâncias nacionais**, levando em consideração a natureza determinada nacionalmente das NDCs e **sem impor novas metas ou objetivos**. Deve-se levar totalmente em conta os princípios de equidade e as **responsabilidades comuns, porém diferenciadas**, da Convenção e seu Acordo de Paris para enfrentar as mudanças climáticas. É importante reiterar que o MWP tem um mandato específico, que é cumprido facilitando a troca de opiniões, informações e ideias sobre diferentes tópicos dentro de um escopo identificado (4/CMA.4, para. 4). **Não é um espaço para implementar ou dar seguimento ao componente de mitigação do Balanço Global**, pois isso criaria um processo prescritivo que contradiz a natureza não prescritiva desse programa de trabalho, bem como a natureza de baixo para cima e determinada nacionalmente das NDCs.

Hungria (União Europeia)

A União Europeia sugere que a decisão do MWP na COP29 inclua mensagens claras sobre a importância dos sistemas urbanos para alcançar as metas de mitigação global e a necessidade urgente de acelerar a descarbonização das cidades. **A decisão também deve destacar a necessidade de apoio financeiro adicional para países em desenvolvimento e mecanismos robustos de governança para garantir a implementação dessas ações**.

Japão (b)

O país entende que foi lamentável que nenhuma discussão substancial tenha sido feita sob o item da agenda do MWP na SB60 e que a conclusão do processo de negociação na SB60 não tenha sido adotada. O Japão reitera o objetivo do MWP, que é aumentar urgentemente a ambição de mitigação e implementação nesta década crítica. **O papel do MWP é importante, pois pode proporcionar uma oportunidade para as Partes e partes interessadas não-Partes aumentarem sua ambição e implementação para manter aberta a janela para a meta de 1.5°C**. O Japão também

recorda que as SBs são solicitadas a considerar o progresso, incluindo principais conclusões, oportunidades e barreiras, na implementação do programa de trabalho, com vistas a recomendar um projeto de decisão para consideração e adoção pela CMA. O Japão acredita que é consistente com os objetivos e o mandato do MWP considerar questões substanciais, como as principais conclusões relacionadas aos tópicos discutidos nos diálogos globais. É crucial que os diálogos globais entreguem resultados significativos e que soluções aplicáveis sejam incluídas nas decisões da CMA para cumprir esse objetivo.

Peru (AILAC)

A AILAC sugere que as seguintes **questões e compromissos da decisão 1/CMA.5 (resultados do Balanço Global) sejam tratadas de forma transversal dentro de cada tema relevante**:

Integração dos resultados do Balanço Global (GST) - O MWP deve incorporar os resultados do Balanço Global em suas atividades futuras, considerando a necessidade de fortalecer a ambição climática e garantir a implementação efetiva das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

Transição para estilos de vida e consumo sustentáveis - A transição para estilos de vida, produção e consumo sustentáveis deve ser integrada aos processos de planejamento dos sistemas urbanos. Isso inclui o apoio a políticas que incentivem mudanças comportamentais em direção a padrões mais sustentáveis de consumo de energia e recursos.

Metas ambiciosas de mitigação - As futuras NDCs devem incluir metas ambiciosas de mitigação para garantir a transição para sistemas urbanos sustentáveis e resilientes ao clima.

Samoa (AOSIS) (b)

A AOSIS afirma a necessidade de que o MWP faça mais. A AOSIS reitera que **o MWP deve se concentrar em ajudar as Partes a implementar elementos-chave de mitigação do primeiro resultado do GST**, especialmente aqueles descritos nos para 28 e 33 da Decisão 1/CMA.5. Isso exige que os GDs e IFEs sob o MWP se concentrem em soluções acionáveis

e caminhos de investimento que estejam alinhados com a meta de 1.5°C. O MWP deve oferecer condições para: fortalecer a ambição de mitigação e a implementação alinhada com 1.5°C; a transição para longe dos combustíveis fósseis; apoiar as circunstâncias especiais dos SIDS. A COP29 deve entregar uma decisão substancial sobre o MWP – uma decisão que reflita a ciência, mostre soluções e que integre explicitamente e apoie a implementação do resultado do GST.

Reino Unido (b)

O Reino Unido reitera que é vital que as atividades do MWP permaneçam focadas em soluções e levem a próximos passos claros e coletivos sobre como acelerar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e das estratégias de desenvolvimento de baixas emissões de longo prazo (LT-LEDs), além de inspirar uma maior ambição de mitigação para manter o aumento da temperatura abaixo de 1.5°C, **fornecendo orientações para ajudar as Partes a implementar os resultados do primeiro Global Stocktake (GST).** Para aproveitar melhor o tempo restante, todas as discussões do programa de trabalho devem concentrar-se no que é coletivamente necessário para alinhar-se a um caminho de 1,5°C, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, atingindo o pico global até 2025, no máximo, implementando os resultados do GST e implementando o objetivo do MWP. Sugerimos que as principais conclusões dos diálogos globais que apoiem esses objetivos sejam levadas adiante nas decisões da CMA, de maneira consistente com o mandato do MWP.

Austrália (b)

O MWP deve se basear e expandir as discussões dos diálogos anteriores sobre energia, transporte e edifícios, apoiando os esforços das Partes para contribuir com os objetivos coletivos do primeiro GST. **A Austrália apoia plenamente a integração dos resultados do GST no MWP, incluindo recomendações para acelerar a transição para energias renováveis e melhorar a eficiência energética em áreas urbanas**. O diálogo global de 2024 deve focar na implementação dessas metas, identificando soluções específicas para descarbonizar sistemas urbanos e promover a resiliência climática. O país também **destaca a importância de garantir que os**

resultados do GST sejam aplicados de forma equitativa, considerando as circunstâncias nacionais e regionais.

Brasil

De acordo com a Decisão 4/CMA.4, o MWP visa aumentar urgentemente a ambição e a implementação nesta década crítica, **de maneira complementar ao GST**. Por meio da Decisão 1/CMA.5, sobre o resultado do primeiro Balanço Global, as Partes do Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC resolveram continuar os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C

Os primeiros, segundos e terceiros Diálogos Globais e eventos focados em investimentos no âmbito do MWP proporcionaram uma plataforma valiosa para a troca de opiniões, informações e ideias sobre estratégias e ações de mitigação, especificamente em sistemas de energia, transporte e cidades. **Apesar das trocas positivas, os resultados concretos do MWP ainda estão longe de atingir a velocidade e a escala necessárias para cumprir seu mandato**. Essa lacuna é particularmente evidente dada a urgência das mudanças climáticas e seus impactos rapidamente intensificantes, conforme destacado pelas avaliações científicas do IPCC.

Para liberar todo o potencial do MWP, o Brasil convida todas as Partes a **mudar o MWP de um processo focado em negociações para um programa focado na implementação, de maneira pragmática e equitativa**, centrado no aumento e aceleração da implementação efetiva do Acordo de Paris e das decisões relevantes da CMA, incluindo a Decisão 1/CMA.5. O resultado do primeiro Balanço Global forneceu às Partes uma avaliação clara de onde estávamos, onde estamos e onde queremos estar na luta contra as mudanças climáticas, reafirmando nossa determinação de permanecer unidos nos esforços para alcançar o objetivo e as metas de longo prazo do Acordo de Paris.

Com base no Consenso da COP28 nos Emirados Árabes Unidos, as Partes concluirão as negociações sobre a Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG) na COP29, a primeira rodada de Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) até dezembro de 2024, e a próxima rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até 2025**. O Brasil espera que a conclusão desses**

três processos mutuamente complementares marque uma inflexão decisiva na transição do nosso regime multilateral de mudanças climáticas para uma fase de implementação que finalmente nos afastará da fase de três décadas de negociações da UNFCCC e seus instrumentos relacionados.

Ainda será necessário realizar progressos significativos em áreas importantes, incluindo adaptação, transições justas, tecnologia, capacitação e o alinhamento dos fluxos financeiros ao desenvolvimento de baixo carbono e resiliente ao clima – sempre no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza.

O MWP pode desempenhar um papel fundamental na transição para a fase de implementação do regime climático. Para alcançar isso, as Partes devem fazer melhorias estruturais no MWP, transformando-o em **um espaço seguro para experimentação, onde redes de atores – governos, academia, sociedade civil, mecanismos financeiros e diversos setores econômicos – colaborem continuamen**te para identificar soluções tecnológicas, técnicas e financeiras para desafios específicos**. O foco deve estar na implementação do GST e das NDCs das Partes, dentro do quadro facilitador e não punitivo do MWP**.

O sucesso do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio serve como um exemplo vivo do que pode ser alcançado, demonstrando o empoderamento eficaz das partes interessadas e a cooperação entre setores econômicos, academia e governos.

Para que essa busca por soluções aplicáveis seja bem-sucedida, é essencial que as necessidades dos países em desenvolvimento, incluindo **apoio financeiro, transferência de tecnologia e capacitação, sejam plenamente levadas em consideração**. Em vez de servir como uma plataforma para exportar ou promover tecnologias prontas, muitas vezes inadequadas para as circunstâncias nacionais e locais únicas de outros países – e, portanto, ineficazes no combate às mudanças climáticas – **o MWP deve evoluir para um centro de cooperação, uma incubadora de soluções e um conector de recursos e partes interessadas**. Ele deve construir capacidades no nível local, criar valor nas cadeias de suprimentos locais e apoiar o

desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, tanto dentro dos países quanto entre eles.

O Brasil considera que o **MWP pode se tornar uma plataforma eficaz de cooperação entre governos, sociedade civil, setor privado e academia,** incentivando a troca de experiências e a criação de soluções inovadoras que respeitem as especificidades nacionais e locais.

Concluindo, o Brasil acredita que, com as devidas reformas e ajustes, o MWP pode se tornar um **catalisador de ações climáticas** eficazes e ambiciosas, auxiliando as Partes a alcançar suas metas de mitigação, enquanto promove o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Tópicos que Devem Ser Considerados nos Diálogos

Arábia Saudita (Grupo Árabe) (a)

Ao planejar os diálogos globais em 2024, é importante manter em mente o escopo acordado do MWP para cobrir toda a gama de setores, reconhecendo que o primeiro ano já se concentrou nas transições energéticas e no transporte. Além disso, é importante lembrar a decisão da COP28, na qual as partes concordaram que diálogos globais sucessivos devem cobrir diferentes tópicos, para garantir que todos os setores sejam abordados durante o período de 4 anos do MWP. O objetivo principal é garantir que todos os setores de mitigação e áreas temáticas sejam abordados dentro do escopo do programa de trabalho de mitigação até sua conclusão. Essa abordagem inclusiva aumentará a eficácia dos nossos esforços coletivos de mitigação e garantirá oportunidades iguais de progresso em todos os setores. Com isso em mente, o Grupo Árabe propõe os seguintes tópicos para 2024:

- Soluções baseadas na natureza;
- Cidades sustentáveis - planejamento e forma urbana;
- Edifícios de baixo carbono e net zero, incluindo melhorias na eficiência, materiais e construção, modernização de edifícios existentes; e mudanças comportamentais e operacionais;

- Mitigação baseada nos oceanos - ecossistemas de carbono azul.

Filipinas

As Filipinas sugerem a consideração dos seguintes tópicos:

- **Identificar e priorizar atividades de mitigação e estratégias com altos benefícios de adaptação**. Explorar e integrar sinergias entre mitigação das mudanças climáticas e construção de resiliência.
- **Avançar no resfriamento verde**. Promover tecnologias e equipamentos de refrigeração e ar-condicionado (RAC) eficientes, compatíveis com o clima e a camada de ozônio (tecnologias inovadoras), integrando e aprimorando as iniciativas da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal. Habilitar estruturas de mercado, disponibilidade e acessibilidade para tecnologias de resfriamento verde para apoiar a transição global.
- **Avançar em tecnologias e processos sustentáveis de baixo e zero carbono nas indústrias de alta emissão**. Integrar medidas de sustentabilidade e circularidade por meio do compartilhamento de melhores práticas e transferência de tecnologias em indústrias de alta emissão, como cimento, produtos químicos, ferro e aço.
- **Acelerar a expansão das energias renováveis**. Focar na superação de barreiras e desafios relacionados a custos e investimentos, especialmente em países em desenvolvimento, para apoiar a transição para energia limpa.
- **Promover pesquisa e desenvolvimento colaborativo**, compartilhamento de conhecimento e inovações científicas e tecnológicas em estratégias e medidas de desenvolvimento de baixa emissão.
- **Facilitar o desenvolvimento e a transferência de tecnologia e a capacitação em níveis subnacionais**, incluindo a convergência com o setor privado e academia para estratégias de inovação lideradas localmente, baseadas em evidências e com potencial de crescimento para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Japão (a)

O Japão sugere a consideração dos seguintes tópicos:

- **Sistemas urbanos**: As estratégias de mitigação para reduzir as emissões de GEE nos sistemas urbanos variam dependendo de diversos fatores como população, uso do solo, forma espacial, clima, nível de desenvolvimento e estado de urbanização. Além disso, sistemas de transporte de baixo carbono, como transporte não motorizado e transporte público, contribuirão para acelerar a redução das emissões do setor rodoviário. A captação e o armazenamento de carbono através de áreas verdes também são fatores benéficos para a descarbonização dos sistemas urbanos.

- **Edifícios**: O aquecimento e o resfriamento não apenas emitem CO2 relacionado à energia, mas também liberam fluorocarbono, juntamente com a produção, uso e descarte de refrigerantes. Nesse contexto, é essencial discuti-los de forma abrangente para produzir soluções aplicáveis que cada Parte possa implementar. Tais soluções podem variar de políticas a regulamentações, que incluem padronização, impostos ou incentivos a tecnologias para isolamento, aquecimento, resfriamento e iluminação.

- **Estilo de Vida**: Apesar de seu vasto potencial de mitigação, o lado da demanda tem recebido menos atenção do que o lado da oferta. Para promover a mitigação globalmente, é necessário aprimorar as estratégias e medidas de mitigação do lado da demanda e do lado da oferta, especialmente em relação às opções socioculturais e à mudança comportamental. Todas as Partes devem fortalecer ainda mais ações de mitigação do lado da demanda para promover a transição para estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção.

- **Colaboração Internacional:** A diversidade entre as cidades também se aplica no contexto internacional; portanto, aprender com ou formar parcerias com cidades de outros países é útil para que as cidades possam contribuir para os esforços globais.

Bélgica (União Europeia)

A União Europeia sugere a consideração dos seguintes tópicos:

- Eficiência energética em edifícios e códigos de construção;
- Integração de energias renováveis nas cidades;
- Eliminação progressiva da produção e consumo de energia fóssil nos sistemas energéticos das cidades: resfriamento, aquecimento, cozinhar e geração de eletricidade;
- Planejamento e design urbano: melhorando a circularidade e o transporte.

Samoa (AOSIS) (a)

A AOSIS sugere a consideração dos seguintes tópicos:

- **Vincular as metas de NDCs aos compromissos de emissões líquidas zero**: A AOSIS insta todas as Partes a apresentarem NDCs ambiciosas alinhadas com a meta de 1.5°C, e com estratégias de longo prazo para atingir emissões líquidas zero.
- **Transição energética global para eliminar os combustíveis fósseis**: As discussões no MWP devem acelerar os esforços para implementar o acordo no resultado do GST para transitar para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia, reduzir as emissões não relacionadas ao dióxido de carbono e realizar a transição de maneira justa e equitativa para fontes de energia renováveis, em conformidade com a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2050.
- **Eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis**: A AOSIS reitera seus apelos anteriores para que os países do G20 liderem a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis, redirecionando os fundos para iniciativas de transição energética.
- **Ampliação das parcerias para energias renováveis**: A AOSIS pede um aumento na colaboração, particularmente com países em desenvolvimento, incluindo os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), para acelerar soluções de energia renovável,

apoiando o objetivo de "triplicar a capacidade global de energias renováveis e duplicar a taxa média global anual de melhorias na eficiência energética até 2030".

- **Proteção da natureza e dos ecossistemas**: A AOSIS incentiva as Partes a agirem e apoiarem esforços relacionados à "conservação, proteção e restauração da natureza e dos ecossistemas para atingir a meta de temperatura do Acordo de Paris, incluindo por meio de esforços aprimorados para interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, bem como outros ecossistemas terrestres e marinhos que atuam como sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa e pela conservação da biodiversidade".

Reino Unido (a)

O Reino Unido sugere a consideração dos seguintes tópicos:

- **Edifícios e transição energética**
    - Acelerar a ação para descarbonizar todos os setores dentro do sistema de energia;
    - Fortalecer a colaboração internacional para ampliar a ambição coletiva e acelerar a transição para tecnologias limpas e soluções sustentáveis;
    - Apoiar transições que sejam justas e inclusivas; melhorar a oferta pública internacional de assistência necessária para a descarbonização do ambiente construído; e
    - Promover pesquisa, desenvolvimento e demonstração (PD&D).
- **Coleta de dados**
    - Melhorar a disponibilidade de dados, o alinhamento de padrões e o uso e adoção de Avaliações do Ciclo de Vida;
    - Fortalecer iniciativas globais para estabelecer e compartilhar dados ambientais e sociais de código aberto sobre o uso de recursos e edifícios; desenvolver padrões

voluntários para impactos ambientais de ciclo de vida completo dos edifícios, com um caminho claro e vinculativo para torná-los obrigatórios;

- Promover a extensão da vida útil do estoque de edifícios existentes e a circularidade.

- **Produtos de baixo carbono**
    - Desenvolver padrões alinhados para produtos de construção de emissões reduzidas e quase zero;
    - Aumentar os compromissos de demanda por produtos de construção de emissões reduzidas e quase zero.
- **Eficiência energética**
    - Concordar com metas de combate à pobreza energética e estratégias para garantir que as melhorias de eficiência energética cheguem às pessoas e edifícios que mais precisam;
    - Lançar campanhas públicas para promover medidas de eficiência energética de custo eficaz.
- **Descarbonização do aquecimento**
    - Melhorar o compartilhamento de conhecimentos e melhores práticas;
    - Considerar a necessidade de um compromisso internacional para reduzir impostos e outras cobranças sobre a eletricidade e possivelmente aumentá-los sobre combustíveis fósseis para incentivar o aquecimento de baixo carbono;
    - Colaborar em P&D sobre bombas de calor e outros sistemas de aquecimento de baixo carbono; e realizar o planejamento de redes de calor em grandes áreas urbanas.

- **Mobilidade urbana**
    - Comprometer-se com datas de eliminação de veículos com motores de combustão interna (ICE) alinhadas com o Acordo de Paris;
    - Melhorar as capacidades de desenvolvimento e implementação de políticas em Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento (EMDEs);
    - Permitir melhorias na infraestrutura de rede elétrica;
    - Intensificar os esforços nas cadeias de suprimento de baterias e nas condições comerciais.

Austrália (a)

A Austrália apoia o foco em edifícios no primeiro diálogo global e no evento focado em investimentos de 2024, reconhecendo o valor de discussões direcionadas para aumentar a participação de especialistas relevantes e permitir uma consideração mais abrangente de cada tópico.

- **Edifícios**
    - Eficiência energética em edifícios (novos edifícios e retrofit de edifícios existentes);
    - Eletrificação e energia renovável em edifícios;
    - Descarbonização de aquecimento, resfriamento e cozinhar;
    - Oportunidades e desafios para reduzir as emissões nos materiais de construção, incluindo os setores de aço, cimento e alumínio.
- **Sistemas urbanos**
    - Eletrificação e integração de energia renovável em sistemas de energia urbana;
    - Arborização urbana;

- Digitalização;
- Economia circular;
- Planejamento integrado e abrangente da economia.

- **Temas transversais:** A Austrália sugere que as discussões sobre a relação entre NDCs e investimentos sejam realizadas nos eventos focados em investimentos deste ano, reconhecendo a oportunidade de complementar as discussões relacionadas no G20 e outros fóruns internacionais importantes.

Canadá

O Canadá enfatiza que alguns dos meios mais eficazes de reduzir as emissões dos edifícios estão relacionados à energia e isso deve nos permitir, em nosso primeiro diálogo global de 2024, construir sobre os diálogos de 2023, estabelecendo conexões com nossas discussões anteriores e descobertas relevantes.

Noruega (a)

O país entende o seguintes subtemas como relevantes para os diálogos deste ano:

- **Edifícios:** O relatório IPCCC-WGIII divide as emissões de GEE relacionadas a edifícios em três categorias - emissões diretas, emissões indiretas e emissões incorporadas. Além de edifícios sustentáveis e neutros em carbono, o MWP também deve incluir discussões sobre edifícios que sejam resilientes aos impactos das mudanças climáticas. Isso pode incluir o uso de soluções baseadas na natureza para gerenciamento de águas pluviais e o fortalecimento de códigos de construção para lidar com condições climáticas extremas;
- **Sistemas Urbanos:** Cidades e áreas urbanas estão em uma posição única para abordar uma ampla gama de questões relacionadas às mudanças climáticas. A Noruega destaca os seguintes subtemas relacionados a sistemas urbanos
    - Eletrificação do transporte urbano;

- Planejamento urbano sustentável;
- Infraestrutura verde e azul .

- **Financiamento e Capacitação:** Para que as cidades e áreas urbanas implementem as medidas mencionadas acima, é crucial garantir o financiamento adequado e fortalecer a capacitação.

Honduras (AILAC)

A AILAC sugere a consideração dos seguintes tópicos:

- **Meios de Implementação para a Transição**: Este tópico cobre estratégias habilitadoras e recursos necessários para acelerar a transição, especialmente em países em desenvolvimento. Subtópicos: Mecanismos financeiros; Cooperação Internacional; e Promoção da Equidade Social e Inclusão no Desenvolvimento Urbano

- **Marco Político para a Transição dos Combustíveis Fósseis nos Sistemas Urbanos**: Esta discussão se concentra nas medidas legislativas e políticas necessárias para reduzir a dependência de combustíveis fósseis em ambientes urbanos. Subtópicos: Regulamentações para a eficiência energética; Planos de descarbonização urbana; e Impostos sobre emissões de carbono.

- **Edifícios**: Esta sessão explora práticas sustentáveis e inovações na construção e manutenção de edifícios. Subtópicos: Edifícios de baixo carbono e net zero; Renovação de edifícios existentes; Tecnologias inteligentes para edificações.

- **Sistemas Urbanos**: O último tópico examina a integração de práticas sustentáveis em infraestruturas urbanas mais amplas e no planejamento. Subtópicos: Mobilidade urbana sustentável; Gestão de resíduos sólidos urbanos; Infraestrutura verde.

Bolívia (LMDC)

O Diálogo Global de 2024 deve destacar a natureza sistêmica, abrangente e pluralista dos sistemas urbanos.

Qualquer discussão sobre qualquer elemento da cidade deve ser colocada no contexto do "desenvolvimento sustentável" e não deve focar em uma área isolada do caráter "sistêmico e abrangente" da cidade.

O tema do primeiro Diálogo Global de 2024: Planejamento urbano e edifícios. Subtemas: planejamento urbano/uso do solo (desenvolvimento de uso misto), materiais de construção sustentáveis, tecnologias de HVAC (aquecimento, ventilação e ar-condicionado), iluminação e aparelhos, sistemas de captação de água da chuva em edifícios, melhoria da eficiência energética em edifícios e reformas.

O tema do segundo Diálogo Global de 2024: Sistemas urbanos. Subtemas: arborização urbana, recursos hídricos urbanos, gestão de resíduos e efluentes municipais, promoção de estilos de vida sustentáveis, promoção da participação de várias partes interessadas em cidades sustentáveis, redução de riscos e perdas e danos.

Hungria (União Europeia)

O evento focado em investimentos, parte do Diálogo Global, deve abordar como redirecionar fluxos financeiros para apoiar a ação climática nas cidades. Entre os tópicos sugeridos estão:

- Redirecionamento de subsídios aos combustíveis fósseis;
- Ferramentas financeiras inovadoras;
- Compras públicas verdes.

Japão (b)

Cidades e edifícios, selecionados como o tema para 2024, são áreas essenciais em que os esforços de mitigação precisam ser significativamente acelerados o mais rápido possível para alcançar a meta de 1.5°C. Esse tema está intimamente relacionado ao resultado do Balanço Global, especialmente o para. 28 da decisão 1/CMA.5, que estabelece a triplicação da capacidade de energia renovável globalmente e a duplicação da taxa anual média global de melhorias na eficiência energética até 2030.

Noruega (b)

A Noruega aprecia o tema "**Cidades: edifícios e sistemas urbanos**", selecionado para os diálogos globais deste ano, bem como a área de foco e os subtemas para o segundo diálogo global de 2024. Nota a forte interligação entre o tema das cidades e outros temas de mitigação, especialmente energia, mas também transporte, uso do solo, indústria e resíduos. Conforme afirmado no diálogo técnico para o primeiro GST, as cidades respondem por 67–72% das emissões globais, quando usada a contabilidade baseada no consumo, e apontam para medidas de mitigação, incluindo planejamento urbano inteligente para reduzir e gerenciar resíduos, tornando as cidades mais compactas, caminháveis e eficientes, e aumentando a eletrificação e as transições para fontes de energia de baixo carbono. A decisão do primeiro Balanço Global também inclui vários resultados relevantes para este diálogo global sobre sistemas urbanos. É particularmente relevante considerar como os sistemas urbanos contribuem para os objetivos do parágrafo 28 do Balanço Global em eficiência energética, sistemas energéticos de emissão zero, tecnologias de baixa emissão e transporte rodoviário.

Peru (AILAC) (b)

A AILAC reconhece a mensagem dos cofacilitadores do MWP, afirmando que o diálogo global em outubro de 2024 se concentrará nos "Sistemas Urbanos", com os seguintes tópicos: (1) Planejamento espacial e infraestrutura de baixo carbono; (2) Eletrificação e transição para recursos de emissões líquidas zero; e (3) Melhoria do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul.

Arábia Saudita (Grupo Árabe) (b)

O grupo demonstra preocupação de que a abordagem esteja sendo comprometida à medida que continua a ver tópicos relacionados às transições energéticas emergirem como subtemas, notando que esse tópico foi o foco do primeiro ano.

As prioridades dos países em desenvolvimento são moldadas de maneira única por suas circunstâncias e prioridades concorrentes, desse modo, contextualizar o diálogo dentro dos diferentes ODS torna-se cada vez mais

importante. Para que o MWP tenha sucesso, é crucial que o diálogo global continue a concentrar-se em como os países em desenvolvimento, incluindo os membros do Grupo Árabe, podem ser apoiados em seus esforços de mitigação por meio de financiamento climático acessível, transferência de tecnologia e capacitação. Isso permitirá que as cidades da região sejam mais sustentáveis e resilientes, ao mesmo tempo em que contribuem para a mitigação global das mudanças climáticas.

Brasil

Os principais desafios para o sucesso do MWP incluem:

- **Foco na implementação**: O MWP deve se concentrar na implementação concreta e prática das NDCs e das metas climáticas globais, deixando de lado discussões que perpetuem a fase de negociação.
- **Recursos financeiros e tecnológicos**: Para os países em desenvolvimento, o maior desafio é a disponibilidade de financiamento climático, acesso a tecnologias adequadas e a capacitação necessária para implementar as ações de mitigação.
- **Desigualdades e transições justas**: O MWP deve garantir que as soluções de mitigação promovam uma transição justa e equitativa, abordando as desigualdades dentro e entre os países.
- **Barreiras políticas e comerciais**: Medidas unilaterais que prejudiquem o comércio internacional e o desenvolvimento sustentável devem ser evitadas.

Oportunidades, Boas Práticas, Soluções Aplicáveis, Desafios e Barreiras

Japão (a)

O país apresenta as seguintes iniciativas:

- **Sistemas urbanos**: Adota uma abordagem em duas etapas. Primeiro, como base, estabelece um plano estatutário (“Plano de Medidas e de Contramedidas ao Aquecimento Global”), que exige que os governos subnacionais estabeleçam seus próprios planos de descarbonização e

acompanhem seu progresso, alinhados com o objetivo nacional de longo prazo de emissões líquidas zero até 2050. A segunda etapa é selecionar e apoiar os pioneiros. O Ministério do Meio Ambiente seleciona os governos subnacionais pioneiros como "Áreas Líderes em Descarbonização" com base no plano preparado por cada governo subnacional sob critérios específicos. A lição aprendida com este programa é que precisamos respeitar a autonomia de cada governo subnacional, pois são eles que lideram a descarbonização da comunidade;

- **Edifícios:** Exemplos adotados no Japão são Edifícios de Energia Líquida Zero (ZEB) / Habitações de Energia Líquida Zero (ZEH); Pacote de Suporte à Conservação de Energia; Transição para materiais de baixa e zero emissões; e Gestão do Ciclo de Vida dos Fluorocarbonos;

- **Estilo de Vida**: Um exemplo no Japão é a ação nacional para construir um novo estilo de vida próspero como uma medida que foca a perspectiva da modificação da demanda, ao invés da oferta, que contribui para emissões líquidas zero;

- **Colaboração Internacional**: Mesa Redonda sobre Ações Climáticas Subnacionais foi lançada para se tornar uma plataforma útil para aprendizado mútuo e cooperação entre os membros do G7; Evento UE-Japão sobre 100 Cidades em Ação Climática; "Colaboração Cidade a Cidade para uma Sociedade de Carbono Zero" - o governo japonês tem apoiado parceiros locais em países em desenvolvimento e empresas/municípios japoneses; Mecanismo de Crédito Conjunto (JCM), que acelera a difusão de tecnologias avançadas de descarbonização e infraestrutura; Programa de Parceria de Cidades Limpas (C2P2).

Bélgica (União Europeia)

Exemplos de experiências da UE e seus Estados-Membros

- **A Renovation Wave da UE**: Como parte do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia lançou a Renovation Wave (Onda de Renovação) em outubro de 2020. Esse plano visa melhorar a eficiência energética de edifícios em toda a Europa e modernizar o parque imobiliário

europeu para alcançar emissões líquidas zero até 2050. O objetivo da Renovation Wave é dobrar a taxa de renovação de edifícios nos próximos 10 anos, melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em edifícios e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de promover a recuperação digital e a criação de empregos.

- **Pacto de Autarcas:** O Pacto de Autarcas é a maior iniciativa mundial de cidades e regiões em ação climática e energia. Lançado pela Comissão Europeia em 2008, ele envolve mais de 10.000 cidades que assumiram compromissos voluntários para reduzir suas emissões de CO2, melhorar a eficiência energética e aumentar o uso de fontes de energia renováveis. Os signatários do Pacto de Autarcas se comprometem a implementar planos de ação para energia sustentável e clima e a adaptar-se aos impactos inevitáveis das mudanças climáticas.

- **Estratégias nacionais de longo prazo para descarbonização de edifícios:** Vários Estados-Membros da UE adotaram estratégias nacionais de longo prazo para descarbonizar o setor de edifícios. Essas estratégias geralmente incluem a introdução de requisitos obrigatórios para melhorar a eficiência energética, incentivos financeiros para reformas de eficiência energética e programas para apoiar a instalação de energias renováveis em edifícios residenciais e comerciais.

- **Infraestruturas de transporte sustentável em áreas urbanas:** Muitos Estados-Membros da UE estão investindo em infraestruturas de transporte sustentável, incluindo transporte público elétrico, ciclovias e sistemas de compartilhamento de veículos. Essas iniciativas são projetadas para reduzir as emissões associadas ao transporte urbano e promover alternativas mais ecológicas ao uso de veículos particulares.

Samoa (AOSIS) (a)

- **Barreiras e Desafios:** Os SIDS são caracterizados por cidades pequenas, enfrentando desafios únicos decorrentes de suas áreas de terra limitadas, o que restringe sua capacidade de realizar grandes projetos de infraestrutura e impede a expansão e o desenvolvimento

urbano. Além disso, sua dependência de combustíveis fósseis importados para geração de energia os torna vulneráveis às flutuações dos preços globais do petróleo, dificultando a transição para fontes de energia renováveis. Esses obstáculos são agravados pela capacidade institucional limitada e pelas estruturas de governança, que dificultam o planejamento e a coordenação eficazes, bem como pelas lacunas de dados e informações, que impedem a tomada de decisões informada.

Ademais, os SIDS enfrentam múltiplos obstáculos na busca por resiliência climática. A escassez de recursos financeiros, tecnológicos e humanos apresenta desafios significativos, dificultando a capacidade de investir em infraestrutura sustentável e medidas de resiliência essenciais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A suscetibilidade a eventos climáticos extremos, como ciclones, exacerbada pela elevação do nível do mar, ameaça a integridade da infraestrutura e interrompe os sistemas urbanos, complicando ainda mais os esforços de resiliência. Isso se soma aos efeitos das pandemias, que empurraram os SIDS para déficits comerciais e de dívidas crescentes, restringindo a capacidade dos governos de aumentar o financiamento para desenvolvimentos urbanos sustentáveis.

- **Oportunidades:** Há diversas barreiras e desafios distintos em executar projetos de infraestrutura resiliente ao clima em larga escala, de expansão urbana e de desenvolvimento, mas, apesar desses obstáculos, as cidades, edifícios e sistemas urbanos nos SIDS apresentam caminhos promissores para o desenvolvimento sustentável e construção de resiliência.

  A AOSIS reconhece as oportunidades por meio do desenvolvimento de infraestrutura verde em sistemas urbanos, como telhados verdes, pavimentos permeáveis, florestas urbanas/vegetação e designs de ruas que incentivam uma menor dependência de transporte motorizado. Esses esforços não apenas aumentam a resiliência aos impactos das mudanças climáticas, como inundações e ondas de calor, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade, melhoram a estética urbana e reduzem as emissões. Além disso, os

SIDS têm amplas oportunidades de integrar o uso de fontes de energia renováveis, como solar, eólica e biomassa, em seus sistemas urbanos, reduzindo ainda mais as emissões de gases de efeito estufa, aumentando a segurança energética e diminuindo a dependência de combustíveis fósseis importados. A implementação de tecnologias de cidades inteligentes, como redes elétricas inteligentes, apresenta outra oportunidade para promover o desenvolvimento urbano sustentável nos SIDS. Essas tecnologias melhoram a eficiência urbana, a gestão de recursos e a prestação de serviços, permitindo um monitoramento e gestão melhores de energia, água, resíduos e sistemas de transporte, resultando em economia de custos e benefícios ambientais. Além disso, a reforma de edifícios existentes e a construção de edifícios resilientes ao clima com recursos como design passivo, ventilação natural e materiais resistentes a tempestades, aumentam a resiliência da infraestrutura urbana a eventos climáticos extremos. Os códigos de construção devem garantir a segurança de qualquer reforma, de modo que as estruturas resultantes possam suportar o peso e as cargas de vento de tempestades esperadas nos SIDS. Envolver as comunidades locais nos processos de tomada de decisão e nas iniciativas de capacitação permite que os residentes participem ativamente dos esforços de desenvolvimento sustentável, promovendo coesão social e resiliência.

- **Soluções Acionáveis:** Garantir que as ações estejam alinhadas com a meta de 1.5°C exige que os SIDS adotem estratégias holísticas que enfrentem esses desafios únicos. Entre as soluções acionáveis essenciais para essa empreitada está a adoção de códigos e normas de construção ecológica para melhorar a eficiência energética nos edifícios, por meio de medidas como isolamento aprimorado e o uso de eletrodomésticos eficientes em termos de energia, que podem reduzir significativamente o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, o avanço da integração de energias renováveis, priorizando fontes solares, eólicas e de biomassa, pode descarbonizar efetivamente os sistemas de energia, ao mesmo tempo que fortalece a segurança e a resiliência energéticas.

Além disso, o investimento em infraestrutura de transporte público e a criação de espaços verdes e parques são componentes integrais do desenvolvimento urbano sustentável na região. Implementar essas medidas promove eficiência energética, reduz o impacto ambiental, melhora a biodiversidade, melhora a qualidade do ar e oferece oportunidades recreativas. Além disso, a promoção de práticas de gestão sustentável de resíduos, o fortalecimento da resiliência a desastres por meio de medidas de redução de riscos e o incentivo ao envolvimento da comunidade no planejamento urbano contribuem para o objetivo geral de alcançar o desenvolvimento sustentável, preservando a identidade cultural e melhorando a qualidade de vida dos residentes.

Trabalhar em conjunto com as comunidades e diferentes grupos é fundamental para que o desenvolvimento sustentável aconteça. Ao adotar essas soluções acionáveis, os sistemas urbanos e edifícios nos SIDS podem alinhar-se melhor à meta de manter o aquecimento global abaixo de 1.5°C. Isso os tornará mais resilientes, promoverá crescimento sustentável e melhorará a vida das pessoas.

Reino Unido (a)

- **Edifícios e transição energética:** No Reino Unido, o plano Powering up Britain- Net Zero Growth Plan e a Estratégia de Inovação do Reino Unido destacam como a pesquisa e inovação são facilitadores-chave para emissões líquidas zero. Publicado em outubro de 2021, o Net Zero Research & Innovation Framework do Reino Unido, junto com seu plano de execução, publicado em março de 2023, define os principais desafios de P&D de emissões líquidas zero no Reino Unido, incluindo nos setores de Indústria, Transporte, Energia, Aquecimento e Edifícios, e os principais desafios para cumprir a Estratégia de Emissões Líquidas Zero do Reino Unido (submetida à UNFCCC como LT-LEDS do Reino Unido). O Reino Unido alocou £4,2 bilhões durante o período de 2022-2025 para enfrentar esses desafios de P&D e acelerar a comercialização de tecnologias inovadoras de baixo carbono, sistemas e modelos de negócios.

- **Ações coletivas para Partes e stakeholders não-Partes a serem consideradas como parte dos esforços para acelerar a descarbonização setorial:**

    - Fortalecer a colaboração, cooperação e coordenação internacional, que são vitais para ampliar a ambição e acelerar a transição;

    - Apoiar o Global Cooling Pledge, lançado na COP28, que é apoiado por 68 países e visa reduzir as emissões relacionadas ao resfriamento em todos os setores, e adaptar-se de forma sustentável aos impactos do calor extremo;

    - Cumprir as metas de 2030 sobre energias renováveis e eficiência energética lançadas na COP28 e apoiadas por 132 países, com o objetivo de triplicar a capacidade global instalada de fontes renováveis para pelo menos 11 TW até 2030 e dobrar a taxa global de melhorias de eficiência energética de cerca de 2% para mais de 4% até 2030. A Power Breakthrough, coliderada pelo Marrocos e pelo Reino Unido, visa tornar a energia limpa a opção mais acessível e confiável para todos os países atenderem suas necessidades energéticas de maneira eficiente até 2030, coordenando iniciativas internacionais para alcançar resultados concretos em apoio às metas de renovação e eficiência energética até a COP29;

    - Apoiar transições que sejam justas e inclusivas, criem oportunidades de trabalho decente e não deixem ninguém para trás. O Reino Unido apoiou esses esforços internamente através de seu Grupo de Trabalho para Empregos Verdes e internacionalmente, incluindo por meio da Declaração de Transição Justa da COP26. O Reino Unido se propõe a trabalhar de maneira construtiva dentro do Programa de Trabalho para Transição Justa para alcançar resultados que apoiem maior ambição climática, que permitam transições econômicas lideradas

pelos países e sustentadas por políticas climáticas inclusivas, e que garantam transições justas para emissões líquidas zero até meados do século;

- Melhorar a oferta pública geral de assistência internacional necessária para a descarbonização do ambiente construído, incluindo para tecnologias e infraestrutura facilitadoras, com o objetivo de mobilizar investimentos privados em escala em países emergentes e em desenvolvimento;

- Promover a pesquisa, desenvolvimento e demonstração (PD&D) e integrar Pesquisa e Inovação (P&I) em políticas e estratégias para descarbonização setorial, reconhecendo que as tecnologias necessárias para fornecer cerca de 35% das reduções de CO2 necessárias para atingir emissões líquidas zero até 2050 ainda estão em fases de protótipo.

- **Apoio às transições justas**: O Reino Unido reforça a importância de garantir que as transições climáticas sejam justas e inclusivas, proporcionando oportunidades econômicas e de desenvolvimento para todos. A transição justa deve garantir que ninguém seja deixado para trás, especialmente as comunidades mais vulneráveis e dependentes de indústrias de alta emissão.

Austrália (a)

Oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes para cidades: edifícios e sistemas urbanos

- **Edifícios:** Na Austrália, o ambiente construído é responsável por quase um terço das emissões nacionais totais. Melhorar a eficiência energética, a flexibilidade da demanda e a eletrificação no setor de edifícios são prioridades-chave do governo australiano para reduzir as emissões e diminuir as contas de energia para residências e empresas. Nosso próximo Plano do Setor de Ambiente Construído – um dos seis planos de transição setorial em desenvolvimento juntamente com um novo Plano de Emissões Líquidas Zero e a próxima NDC e meta do país para 2035 – identificará mais oportunidades para reduzir emissões.

- **Estudo de Caso: Fundo de Atualização de Energia para Residências e outros programas de incentivo à eficiência energética -** O Fundo de Atualização de Energia para Residências destina 1 bilhão de dólares para impulsionar opções de financiamento para atualizações energéticas em residências – trabalhando com a Australian Clean Energy Finance Corporation para fazer parcerias com bancos e outras instituições financeiras para melhorar as residências com painéis solares, eletrodomésticos modernos e outras melhorias.

- **Estudo de Caso: Aço verde na Austrália -** A Austrália produz quase metade do minério de ferro do mundo e tem uma oportunidade única de contribuir para a redução global de emissões. A experiência em processamento de minério, o futuro de energia renovável de baixo custo, as abundantes reservas de minério de ferro, a infraestrutura estabelecida e a vasta disponibilidade de terra são algumas das vantagens que posicionam bem a Austrália para desempenhar um papel na transição da cadeia de valor. Por meio do programa Powering the Regions Fund (Fundo de Energização das Regiões) e seu programa de Insumos Críticos para Indústrias de Energia Limpa, o governo australiano está investindo para garantir um futuro de baixo carbono para a produção de aço na Austrália.

- **Sistemas urbanos:** A Austrália apoia o foco em sistemas urbanos no segundo diálogo global e no evento focado em investimentos de 2024. O país vê um potencial significativo para construir discussões, a partir daquelas realizadas no ano passado, sobre edifícios e transição energética e para considerar como as Partes podem acelerar a ação nesta década para implementar os principais resultados do GST sob a ótica dos sistemas urbanos.

- **Questões transversais:** A descarbonização do setor de edifícios exigirá o envolvimento de todos os níveis de governança, incluindo governos locais, conselhos e outras partes interessadas comunitárias.

A Coalizão COP28 para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição para Ação Climática, formada por 72 países, reconhece o valor de aumentar a colaboração e a coordenação entre governos nacionais e subnacionais. O resultado do primeiro balanço global reconhece de maneira semelhante o papel importante das autoridades subnacionais e stakeholders comunitários e incentiva a cooperação internacional e a troca de informações em todos os níveis.

- **Estudo de Caso: Conselho Australiano de Códigos de Construção (ABCB) -** O Conselho Australiano de Códigos de Construção (ABCB) é o órgão responsável pela redação de normas de construção na Austrália e lidera o desenvolvimento do Código Nacional de Construção, que define os requisitos mínimos para que os edifícios atendam aos critérios de segurança, saúde, conforto e acessibilidade e sustentabilidade. Todos os níveis de governo na Austrália (federal, estadual, territorial e local), bem como a indústria, estão representados no conselho. Os governos locais são representados pela Associação de Governos Locais da Austrália, que fala em nome de 537 concelhos em todo o país.

- **Estudo de Caso: Arquivos meteorológicos preditivos para apoiar edifícios resilientes ao clima -** A Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Commonwealth da Austrália desenvolveu dados meteorológicos atualizados para serem usados em software para explorar o impacto das mudanças climáticas no consumo de energia de edifícios.

- **Estudo de Caso: Investimentos Australianos para o Desenvolvimento -** A Austrália está trabalhando por meio de parcerias inovadoras de financiamento para implantar investimentos concessionais para apoiar projetos climáticos e atrair mais investimentos privados. O governo estabeleceu o Australian Development Investments, um novo veículo que fornece até 250 milhões de dólares como catalisador para investimentos

de impacto privado na região do Indo-Pacífico, focados em iniciativas de mudança climática e igualdade de gênero.

- **Estudo de Caso: Plano de Emissões Líquidas Zero da Austrália e Planos Setoriais** - O governo australiano está desenvolvendo um novo Plano de Emissões Líquidas Zero, que articulará como a Austrália fará a transição para uma economia com emissões líquidas zero. O plano se concentra em maximizar os benefícios da transição global para o net zeroe em fornecer segurança política de longo prazo para impulsionar investimentos.

Canadá

Melhores práticas, oportunidades, desafios: uma visão geral da experiência do Canadá com edifícios

O Canadá está avançando com uma série de políticas, regulamentações e medidas para descarbonizar o setor de edifícios. As ações federais até o momento incluem padrões rigorosos de equipamentos e códigos modelo ambiciosos, bem como ferramentas, recursos e incentivos para apoiar o design e a construção de habitações e edifícios energeticamente eficientes, retrofits profundos e melhores práticas em gestão de energia. O plano climático mais recente do Canadá, o Plano de Redução de Emissões para 2030 (ERP), foca em abordar as emissões no setor de edifícios por meio de uma série de metas-chave, notadamente o desenvolvimento da Estratégia de Edifícios Verdes do Canadá.

Desde 2021, o Canadá investiu mais de 6 bilhões de dólares para acelerar retrofits em edifícios comerciais e institucionais, residências e edifícios comunitários por meio do Banco de Infraestrutura do Canadá, da Iniciativa de Casas Mais Verdes do Canadá e do programa Edifícios Verdes e Inclusivos da Comunidade.

Em termos de alavancar políticas e regulamentações para a eficiência energética, dois dos instrumentos do Canadá são a Lei de Eficiência Energética e os Códigos Modelo Nacionais.

Iniciativas de dados, como pesquisas nacionais e ferramentas para avaliação de edifícios ou portfólios, também são críticas para permitir o desenvolvimento de políticas e apoiar a tomada de decisões baseada em evidências. A Pesquisa de Uso de Energia em Edifícios Comerciais e Institucionais fornece dados essenciais ao público sobre o estado do setor de edifícios.

O governo federal também apoia outras melhores práticas em gestão de energia, incluindo a adoção e implementação do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001 e atividades de comissionamento para apoiar a eficiência energética e a descarbonização em grandes edifícios. Embora as tecnologias disponíveis hoje possam reduzir significativamente as emissões de edifícios na maioria das regiões do Canadá, ainda é necessária inovação para alcançar net zero até 2050 – de forma acessível e em todo o Canadá.

O Canadá também é atualmente co-líder da iniciativa Greening Construction with Sustainable Wood (Construção Verde com Madeira Sustentável) por meio da Parceria de Líderes Florestais e Climáticos (FCLP) uma parceria entre países do sul e do norte globais que facilita a ação - coletiva focada em questões cruciais relacionadas às florestas e ao uso da terra, incluindo a promoção do desenvolvimento sustentável e a promoção de uma transformação rural inclusiva.

O Canadá continua a ver valor na colaboração internacional em vários níveis para lidar com as emissões de carbono e participa de diversas iniciativas internacionais em apoio ao aumento da ambição no setor de edifícios (por exemplo, endossou a Déclaration de Chaillot, apoia a Buildings Breakthrough e outras Agendas de Inovação, é signatário do Compromisso Global de Energia Renovável e Eficiência Energética).

Noruega (a)

Edifícios

O relatório do WGIII divide as emissões de GEE relacionadas a edifícios em três categorias: emissões diretas, emissões indiretas e emissões incorporadas.

- Emissões diretas incluem todas as atividades de combustão baseadas em combustíveis fósseis ou biomassa no local (por exemplo, uso de biomassa para cozinhar ou gás para aquecimento e água quente) e emissões de gases fluorados (por exemplo, uso de sistemas de aquecimento e resfriamento, aerossóis, extintores de incêndio, isolamento acústico). Na visão da Noruega, existem vários tópicos relevantes em termos de potencial de mitigação. Por exemplo, o uso de maquinário de emissão zero, códigos de construção que promovam o design eficiente em termos energéticos, isolamento, uso de bombas de calor e condicionadores de ar são todas áreas que podem impactar as emissões diretas.

- Emissões indiretas são emissões fora do local relacionadas à produção de calor e eletricidade. O potencial de mitigação pode ser encontrado no uso de aquecimento distrital, fontes de energia renovável, uso flexível de energia (por exemplo, por meio de tecnologias de casas inteligentes), produção local de energia e eficiência energética.

- Emissões incorporadas estão relacionadas aos materiais e bens usados em edifícios. O potencial de mitigação é particularmente relevante em relação ao aço e concreto, bem como o aumento do uso de produtos de madeira colhidos de forma sustentável como material de construção e o uso de energia na fase de construção.

Sistemas Urbanos

Cidades e áreas urbanas estão em uma posição única para abordar uma ampla gama de questões relacionadas às mudanças climáticas. A Noruega destaca os seguintes subtemas relacionados a sistemas urbanos:

- Eletrificação do transporte urbano: Em muitas cidades, o transporte é uma das principais fontes de emissões. A transição para veículos elétricos e o investimento em infraestrutura para apoiar a eletrificação do transporte, como carregadores para veículos elétricos e redes de transporte público eletrificadas, oferecem oportunidades significativas de mitigação. A Noruega tem sido líder global em veículos elétricos, com mais de 80% das vendas de novos carros sendo de veículos elétricos em 2023. A promoção de zonas de baixas

emissões em áreas urbanas, como o caso de Oslo, também pode reduzir significativamente as emissões de transporte.

- Planejamento urbano sustentável: A densidade urbana; o uso misto de áreas residenciais e comerciais; e o planejamento de "cidades de 15 minutos" podem reduzir a necessidade de transporte de longa distância, incentivando a mobilidade ativa (bicicletas e caminhadas) e o uso de transporte público. Melhorias na infraestrutura urbana para acomodar ciclistas e pedestres também podem ter um impacto positivo na saúde pública e na qualidade de vida.

- Infraestrutura verde e azul: As áreas verdes e azuis em cidades podem atuar como sumidouros de carbono, fornecer serviços ecossistêmicos e melhorar a resiliência climática. A Noruega destaca a importância de integrar a infraestrutura verde nas cidades, como parques, telhados verdes, corredores ecológicos e soluções baseadas na natureza para gerenciamento de águas pluviais, o que também contribui para a adaptação às mudanças climáticas.

Financiamento e Capacitação

A Noruega apoia o uso de mecanismos financeiros inovadores para mobilizar capital privado e público para investimentos em infraestrutura urbana de baixo carbono. Além disso, a Noruega destaca a importância de programas de capacitação para autoridades locais e urbanas, a fim de promover a implementação eficaz de políticas de mitigação.

Honduras (AILAC)

A AILAC destaca uma série de desafios que impedem o progresso da descarbonização nas cidades:

- **Financiamento inadequado**: A transição para sistemas urbanos sustentáveis requer investimentos significativos e os países em desenvolvimento enfrentam dificuldades para acessar fundos suficientes para implementar mudanças estruturais.

- **Capacitação limitada**: Muitos países carecem de capacitação técnica e conhecimento especializado para desenvolver e manter tecnologias

de baixo carbono. Programas de transferência de tecnologia e capacitação são essenciais para superar essas barreiras.

- **Governança urbana fragmentada**: A coordenação entre os níveis de governo — local, regional e nacional — muitas vezes é limitada, o que impede a implementação eficaz de políticas integradas de mitigação urbana.

Turquia

Aumentar a eficiência energética, acelerar a transição para fontes de energia renovável e reduzir as emissões de GEE ao longo do ciclo de vida dos edifícios, incentivando o uso de materiais e métodos de construção ambientalmente amigáveis, oferece oportunidades importantes. Para o país, os principais pontos são:

Soluções Acionáveis

- Eficiência Energética em Edifícios;
- Eletrificação e Energia Renovável em Edifícios (Transição Energética);
- Descarbonização do Aquecimento, Resfriamento e Eletrodomésticos; Redução da Energia Incorporada no Ciclo de Vida dos Edifícios; Sistemas Urbanos: Sistemas de Transporte; e Uso Eficiente e Eficaz da Água.

Melhores Práticas na Turquia

- Metas de Eficiência Energética para Edifícios Públicos;
- Projeto de Eficiência Energética em Edifícios Públicos (KABEV);
- Plataforma de Análise de Densidade de Tráfego e Software de Análise de Mobilidade Urbana.

Desafios e Barreiras

- Longevidade dos Edifícios;
- Fragmentação da Indústria da Construção;
- Custos Iniciais;

- Cadeias de Suprimentos Globais Complexas;
- Limitações da Infraestrutura Urbana;
- Dependência de Combustíveis Fósseis no Transporte Urbano;
- Coleta de Dados Precisa.

Bolívia (LMDC)

Muitas cidades em países em desenvolvimento **carecem de capacidades institucionais, financeiras e técnicas** para permitir ações climáticas locais e esses fatores também influenciam a capacidade das cidades de inovar e implementar efetivamente ações de mitigação. O relatório apresentado pelo grupo também observa que, ao planejar e implementar transições de baixo carbono, é importante considerar o contexto socioeconômico, especialmente nas cidades, uma vez que elas não são unidades autônomas desconectadas dos contextos macroeconômicos, especialmente em países em desenvolvimento.

Uma transformação equitativa nessas cidades implica priorizar o acesso à energia e aos serviços básicos, incluindo água potável segura e saneamento, para atender às necessidades básicas de suas populações. Portanto, há uma necessidade urgente de que os países em desenvolvimento obtenham o suporte financeiro, tecnológico e de capacitação necessário para o desenvolvimento urbano sustentável.

É urgentemente necessário que os **países desenvolvidos demonstrem liderança na realização de transformações rápidas em seus designs e sistemas urbanos**.

Hungria (União Europeia)

Na União Europeia, a legislação e regulamentação têm sido chave para impulsionar a transição para infraestruturas mais sustentáveis. Por exemplo, o Pacto Verde Europeu estabelece uma série de medidas para tornar as cidades europeias mais ecológicas, promovendo soluções urbanas que integrem a eletrificação do transporte e o uso de energia renovável nos edifícios.

Cidades como Oslo e Amsterdã estão liderando a transição para veículos elétricos, combinada com o aumento da infraestrutura de recarga e o uso de fontes de energia renovável, com a introdução de zonas de emissão zero e investimentos em mobilidade elétrica.

A União Europeia tem promovido o uso de soluções baseadas na natureza através de várias iniciativas, como o programa Horizonte Europa, que financia projetos que integram infraestrutura verde e azul em áreas urbanas. Essas iniciativas também oferecem cobenefícios, como a melhoria da saúde pública e a criação de espaços recreativos.

Japão (b)

- **Planejamento Espacial e Infraestrutura de Baixo Carbono -** Objetivo: Atingir emissões líquidas zero requer a descarbonização de diversas infraestruturas urbanas (instalações públicas, transporte, energia). Estratégia: A descarbonização deve ocorrer de forma estratégica e rápida, em médio e longo prazo. O planejamento espacial nacional e local é uma ferramenta importante para promover essa transição, levando em conta as necessidades e prioridades locais. Coordenação: É necessário fortalecer a cooperação entre diferentes partes interessadas, setores e níveis de governo para garantir o sucesso dos planos de descarbonização.

- **Infraestrutura de Portos e Aeroportos** - Importância: Portos e aeroportos desempenham um papel crucial no transporte de pessoas e mercadorias e são essenciais para a redução de GEE. Além disso, essas infraestruturas podem contribuir para a descarbonização de outros setores. Ações: Reduzir GEE nesses setores envolve promover a conservação de energia e o uso de energias renováveis. Portos têm o potencial de apoiar a transição energética, fornecendo hidrogênio e amônia para descarbonizar indústrias localizadas em áreas costeiras.

- **Estudo de Caso: Planejamento Espacial para Energias Renováveis -** Desafio: A expansão da energia solar no Japão encontrou resistência devido a preocupações com paisagem, vida selvagem e desastres naturais. Solução: Foi implementado um sistema de áreas de promoção de energia renovável, que permite que os municípios designem locais para projetos renováveis de acordo com as

necessidades locais, acelerando o processo de licenciamento ambiental e aumentando a aceitação local.

- **Estudo de Caso: Descarbonização de Portos e Aeroportos -** Portos: A iniciativa "Porto Carbono Neutro" promove a descarbonização de terminais e a infraestrutura necessária para receber combustíveis de transição, como hidrogênio e amônia. Conselhos de descarbonização público-privados foram criados para desenvolver planos com subsídios do governo. Aeroportos: Em 2022, leis foram alteradas para que aeroportos implementem planos de descarbonização. Até 2024, 34 aeroportos já possuem planos certificados.

- **Eletrificação e Recursos de Emissão Líquida Zero -** Importância da Eletrificação: Segundo o "Roteiro Net Zero" da IEA, tecnologias de eletrificação como veículos elétricos e bombas de calor serão responsáveis por grande parte das reduções de emissões até 2030, substituindo combustíveis fósseis por eletricidade de baixo carbono. Benefícios: A eletrificação, combinada com energia de baixo carbono, pode melhorar a saúde, gerar empregos, aumentar a segurança energética e promover equidade.

- **Estudo de Caso: Promoção de Bombas de Calor -** Desafio: Bombas de calor são uma solução eficaz para reduzir o consumo de energia em casas, especialmente no Japão, onde os aquecedores de água representam 30% do consumo doméstico. No entanto, enfrentam barreiras em regiões frias e áreas com pouco espaço. Solução: O Japão implementou subsídios para incentivar a adoção de bombas de calor e novas tecnologias estão sendo desenvolvidas para superar essas barreiras.

- **Estudo de Caso: Descarbonização da Eletricidade em Residências e Edifícios -** Apoio Governamental: O Japão oferece suporte para a instalação de energia solar em residências e edifícios através de incentivos fiscais, subsídios e tarifas de alimentação (FIT e FIP). Desafios: Espaço limitado e peso dos painéis solares dificultam a instalação em algumas áreas. Empresas japonesas estão desenvolvendo células solares de "perovskita", que são mais leves e flexíveis. Além disso, medidas de resposta à demanda e reforço da

rede elétrica são necessárias para lidar com o excesso de geração em certas condições climáticas.

Noruega (b)

- **Contexto do Desenvolvimento Urbano:** As áreas urbanas da Noruega evoluíram ao longo de séculos, com infraestrutura e edificações desenvolvidas em diferentes contextos históricos. Os esforços de mitigação precisam levar em conta esses sistemas existentes. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), a lei climática e os compromissos políticos da Noruega guiam esses esforços.
- **Abordagens Sistêmicas de Mitigação em Edifícios e Sistemas Urbanos:** Impostos sobre emissões de GEE, implementados desde 1991, atualmente cobrem 85% das emissões na Noruega. O governo pretende aumentar o imposto para NOK 2.000 por tonelada de CO2 equivalente até 2030. Programas de Inovação: Apoiam o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias que aceleram a mitigação de emissões em edifícios e sistemas urbanos, como construção sem emissões e infraestrutura de carregamento para veículos comerciais.
- **Expectativa Nacional para Planejamento Regional e Municipal:** A cada quatro anos, o governo define expectativas para o planejamento regional e municipal, visando um desenvolvimento sustentável. Essas expectativas incluem o desenvolvimento de transporte, densificação urbana e cidades sustentáveis.
- **Esforços Climáticos a Nível Municipal:** Governos locais têm uma oportunidade significativa de implementar esforços climáticos, utilizando conhecimento local para soluções eficazes. Várias cidades norueguesas já estabeleceram metas e estratégias climáticas, utilizando orçamentos climáticos como ferramenta de gestão.
- **Esforços Regionais e Globais:** A Noruega participa de redes regionais e globais que promovem soluções e compartilham experiências. Três cidades norueguesas integram a Missão da UE para Cidades Climaticamente Neutras e Oslo participa do C40 Cities Climate

Leadership Group, comprometido com a redução de emissões pela metade até 2030.

- **Acordos de Crescimento Urbano:** Introduzidos em 2017, esses acordos visam zero crescimento no tráfego de automóveis de passageiros em grandes áreas urbanas, promovendo transporte sustentável. Os estados, regiões e municípios colaboram para financiar o desenvolvimento de infraestrutura de transporte público e incentivar o uso de bicicletas e caminhadas.
- **Plano Nacional de Transportes da Noruega (2025-2036):** O plano aloca 88 bilhões de NOK para áreas urbanas, principalmente para apoiar os acordos de crescimento urbano, financiando o transporte público, ciclovias e infraestrutura de pedestres. Também são destinados fundos para o desenvolvimento de estações ferroviárias.
- **Resultados e Convergências Globais:** As experiências da Noruega podem contribuir para o diálogo global sobre mitigação em sistemas urbanos. Tais diálogos ajudarão a identificar barreiras e oportunidades relevantes para cidades, fomentando a cooperação global e alinhando-se às metas do Balanço Global.
- **Relatório Especial do IPCC:** A Noruega enfatiza a importância do próximo Relatório Especial do IPCC sobre Mudanças Climáticas e Cidades, sugerindo que o Programa de Trabalho de Mitigação poderia incentivar pesquisas que contribuam para este relatório.

Peru (AILAC) (a)

- **Planejamento espacial e infraestrutura de baixo carbono**: O planejamento espacial de baixo carbono pode criar um modelo mais sustentável para o desenvolvimento urbano. Isso pode incluir estratégias para reduzir o uso de energia em áreas urbanas, promovendo cidades compactas e bem conectadas. Entre as soluções estão o aumento da eficiência energética nos edifícios e a promoção de políticas de transporte sustentável. Um dos maiores desafios na América Latina e Caribe é melhorar a coordenação entre os níveis de governo e implementar uma governança urbana eficaz.

- **Eletrificação e transição para recursos de emissões líquidas zero**: A eletrificação de setores urbanos, como transporte e aquecimento, é uma prioridade chave para a transição energética em áreas urbanas. A AILAC enfatiza a importância de integrar energias renováveis nas redes urbanas e promover edifícios com emissões líquidas zero. Um desafio central é garantir que as redes elétricas urbanas possam se adaptar ao aumento da eletrificação, especialmente no que se refere ao transporte, com a expansão de veículos elétricos e infraestrutura de carregamento.

- **Melhoria do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul**: A infraestrutura verde e azul tem um papel fundamental na mitigação urbana, fornecendo serviços ecossistêmicos que podem ajudar a armazenar carbono, melhorar a qualidade do ar e da água e aumentar a resiliência climática. Soluções baseadas na natureza, como florestas urbanas, telhados verdes e sistemas de águas pluviais sustentáveis, podem contribuir significativamente para a redução das emissões e o armazenamento de carbono em ambientes urbanos.

Samoa (AOSIS) (b)

Em nível global, o MWP deve fazer muito mais para apoiar todas as Partes na realização de ações de mitigação mais ambiciosas e aceleradas nesta década. Isso é essencial se o MWP pretende agregar valor ao desbloquear ações e investimentos alinhados com os resultados do primeiro GST.

- **Energias Renováveis**: Caminhos de Implementação para os SIDS As energias renováveis devem estar no centro das estratégias de mitigação dos SIDS. No entanto, embora o potencial de geração de energia renovável em muitas ilhas seja considerável, existem barreiras significativas para sua implementação. Entre os principais desafios estão os altos custos iniciais de infraestrutura, o acesso inadequado a financiamento acessível e a falta de capacidade técnica.

- **Eficiência Energética**: Explorar soluções rentáveis de melhoria da eficiência energética é uma maneira rápida e eficaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de reduzir os custos de energia e aumentar a resiliência energética. Para os SIDS, onde os

sistemas de energia são pequenos e frequentemente dependentes de combustíveis fósseis importados, melhorar a eficiência energética pode ter um impacto substancial. Financiamento para Ação Climática nos SIDS: Soluções Inovadoras e Parcerias - Os SIDS continuam a enfrentar desafios significativos em acessar financiamento para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Portanto, é crucial que o IFE identifique soluções de financiamento inovadoras e mecanismos que possam mobilizar capital privado para investimentos em projetos de mitigação nos SIDS. Isso deve incluir discussões sobre como melhorar o acesso ao financiamento climático internacional, bem como como atrair investidores privados para projetos de energia limpa e infraestrutura resiliente nos SIDS.

- **Integração de Mitigação e Adaptação**: Sinergias e Co-Benefícios - Os SIDS enfrentam ameaças existenciais devido às mudanças climáticas, o que exige que as ações de mitigação e adaptação sejam integradas de forma a maximizar os co-benefícios. O GD deve explorar formas de alinhar as estratégias de mitigação com as necessidades de adaptação nos SIDS, identificando áreas onde os esforços de mitigação possam aumentar a resiliência climática.

- **Capacitação e Transferência de Tecnologia:** A implementação de projetos de mitigação nos SIDS muitas vezes é prejudicada pela falta de capacidade técnica e de acesso a tecnologias avançadas. Portanto, a AOSIS recomenda que o GD e o IFE também se concentrem em maneiras de fortalecer a capacitação e facilitar a transferência de tecnologia para os SIDS. Isso inclui o desenvolvimento de programas de capacitação regionais e o fortalecimento da cooperação entre os SIDS e outros países para compartilhar conhecimentos e melhores práticas.

Peru (AILAC) (b)

Planejamento espacial e infraestrutura de baixo carbono

O planejamento espacial e a infraestrutura de baixo carbono visam projetar e organizar espaços urbanos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem envolve a criação de cidades compactas e bem conectadas, que minimizem a

necessidade de longos deslocamentos e reduzam a dependência de veículos privados. O planejamento espacial eficaz também integra tecnologias limpas e materiais sustentáveis tanto na construção quanto na operação da infraestrutura urbana. Incorporar espaços verdes e conservar ecossistemas naturais no planejamento urbano é crucial para a adaptação e para a mitigação climática, pois essas áreas oferecem serviços vitais, como sequestro de carbono, regulação da temperatura e gestão de águas pluviais. As estratégias devem incluir o desenvolvimento de parques urbanos, cinturões verdes e a restauração de habitats naturais para melhorar a biodiversidade urbana e a conectividade.

Elementos-chave:

- Design urbano compacto:
- Transporte público eficiente
- Infraestrutura verde

Conceitos-chave:

- Tipos de população
- Migração e deslocamento

Eletrificação e transição para recursos de emissões líquidas zero

A eletrificação é uma das principais estratégias para descarbonizar os sistemas urbanos. A transição para fontes de energia renováveis, combinada com a eletrificação de setores como o transporte, a indústria e o aquecimento urbano, pode reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa. Isso requer um planejamento estratégico para desenvolver infraestruturas de eletrificação robustas e aumentar o uso de energias renováveis em áreas urbanas.

Elementos-chave:

- Eletrificação do transporte
- Sistemas de aquecimento e resfriamento de emissões líquidas zero
- Integração de fontes renováveis

Conceitos-chave:

- Transição justa
- Capacitação e financiamento

Aumento do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul

As infraestruturas verdes e azuis nas áreas urbanas podem desempenhar um papel crucial na captura e armazenamento de carbono. Infraestruturas verdes referem-se a parques, telhados verdes, árvores urbanas e outras áreas vegetadas que podem sequestrar carbono e melhorar a resiliência urbana. Infraestruturas azuis incluem corpos d'água, como rios e zonas úmidas, que também contribuem para a captura de carbono e oferecem co-benefícios, como o controle de enchentes e a melhoria da biodiversidade.

Elementos-chave:

- Áreas verdes urbanas
- Infraestrutura azul
- Infraestrutura de transporte sustentável

Conceitos-chave:

- Resiliência climática
- Colaboração multissetorial

Reino Unido (b)

- **Sistemas Urbanos: Visão Geral da Abordagem do Reino Unido e Descobertas de Organizações Temáticas**

  Alguns aspectos das políticas relevantes para o clima e o meio ambiente são responsabilidade dos governos locais no Reino Unido. Por exemplo, prefeitos metropolitanos, cobrindo 12 regiões na Inglaterra, têm diferentes níveis de responsabilidade em áreas-chave, como transporte. Essas responsabilidades permitem que prefeitos e

governos locais introduzam políticas e iniciativas específicas para as necessidades e prioridades de suas regiões. Isso permite que decisões sejam tomadas levando em conta o impacto sobre a população local, enquanto se alinham às metas nacionais estabelecidas pela Lei de Mudança Climática do Reino Unido de 2008. O Reino Unido tem uma série de organizações que trabalham para apoiar a ação climática nas cidades. Por exemplo, a "UK100" é uma rede de prefeitos e líderes locais comprometidos com a transição para energia limpa. A rede promove o compartilhamento de melhores práticas e a colaboração entre diferentes autoridades locais para acelerar a descarbonização em áreas urbanas.

- **Planejamento e Inovação Urbana: Lições do Reino Unido**

  O planejamento urbano desempenha um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas. Cidades bem planejadas podem reduzir significativamente suas emissões, promovendo o uso eficiente da terra, sistemas de transporte público sustentáveis e a integração de infraestrutura verde. No Reino Unido, várias cidades estão experimentando abordagens inovadoras para planejar o desenvolvimento urbano e melhorar a sustentabilidade. Uma dessas abordagens é a promoção de "cidades de 15 minutos", onde os serviços essenciais, como escolas, hospitais, lojas e parques, estão a uma curta distância de caminhada ou bicicleta para a maioria dos residentes. O Reino Unido também está investindo na modernização de edifícios existentes para torná-los mais eficientes em termos energéticos. O "Green Homes Grant", por exemplo, foi um esquema que oferecia financiamento para os proprietários de residências realizarem melhorias de eficiência energética em suas casas, como a instalação de isolamento e a troca de caldeiras por bombas de calor.

- **Transporte Sustentável nas Cidades**

  O transporte é um dos principais contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa nas cidades. No Reino Unido, o governo tem como meta proibir a venda de novos veículos movidos a gasolina e diesel até 2030, como parte de seus esforços para descarbonizar o setor de transportes. As cidades desempenham um papel

fundamental na implementação dessas metas, promovendo o uso de transporte público elétrico, ciclovias e infraestrutura para veículos elétricos. Cidades como Manchester e Birmingham estão investindo em redes de transporte público mais limpas e acessíveis.

- **Soluções para Aumentar a Eficiência Energética em Edifícios**

  Os edifícios urbanos representam uma grande parte do consumo de energia nas cidades. A melhoria da eficiência energética dos edifícios existentes e o desenvolvimento de novos edifícios com padrões de baixo carbono são fundamentais para reduzir as emissões urbanas. No Reino Unido, edifícios residenciais e comerciais são responsáveis por cerca de 40% do consumo total de energia. Programas como o "Green Homes Grant" e o "Public Sector Decarbonisation Scheme" foram implementados para acelerar a reforma energética de edifícios no Reino Unido. Além disso, o Reino Unido tem adotado normas mais rígidas para novos edifícios.

Rússia

Para economizar recursos de combustível e energia em estoques habitacionais e comerciais, infraestruturas públicas e instalações de transporte, bem como para aumentar o nível de contabilização do consumo de energia e reduzir as perdas de energia durante a produção, transporte e consumo, a Federação Russa está implementando o programa "Economia de energia e melhoria da eficiência energética" em cidades.

O complexo energético das principais cidades das regiões centrais da Federação Russa, bem como o complexo energético de Moscou, inclui o combustível mais ecológico: o gás natural.

O uso de energia alternativa está se desenvolvendo ativamente, como pequenas usinas hidrelétricas, usinas de biogás a partir da fermentação de sedimentos em estações de tratamento de águas residuais urbanas e instalações de geração solar pontuais. Projetos para o uso de energia de frenagem (no metrô e na rede ferroviária urbana integrada ao sistema de

transporte público), bem como a utilização de energia térmica das emissões de ventilação do metrô, entre outros, estão sendo implementados.

As casas de caldeiras estão sendo convertidas ou substituídas de carvão e diesel para gás natural ou GNL e as instalações de construção de moradias individuais (IHC) também estão sendo convertidas de carvão para gás natural.

Como parte do projeto de transição de Sakhalin para emissões líquidas zero, além da gaseificação, outros projetos para melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões de gases de efeito estufa foram implementados. Eles incluem:

- Modernização da iluminação pública: Em toda a região, lâmpadas incandescentes estão sendo substituídas por lâmpadas LED, o que reduz o consumo de eletricidade em até 70%.
- Renovação da frota de veículos: A substituição de veículos com motores de combustão interna por veículos elétricos está em andamento juntamente com a instalação de estações de carregamento para veículos elétricos.
- Instalação de sistemas de contagem de energia: A implementação de sistemas de contagem de energia inteligente para eletricidade, gás e água permite um consumo mais eficiente de recursos.

Eletrificação e transição para recursos de emissões líquidas zero

Na Federação Russa, a eletrificação do setor de transporte está sendo ativamente desenvolvida, especialmente em grandes cidades. Em Moscou, por exemplo, uma grande parte do transporte público é composta por trólebus elétricos e ônibus elétricos. Além disso, a Rússia está desenvolvendo a infraestrutura para carregamento de veículos elétricos.

Aumento do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul

A Federação Russa está implementando um programa para aumentar as áreas verdes em grandes cidades, promovendo o plantio de árvores e a criação de parques urbanos. As áreas verdes ajudam a reduzir a temperatura

nas cidades durante o verão, melhoram a qualidade do ar e aumentam a capacidade de sequestro de carbono. Na cidade de Moscou, por exemplo, foram plantadas mais de 1 milhão de árvores nos últimos cinco anos. Outro exemplo de infraestrutura verde é a introdução de telhados verdes em novos edifícios. Esses telhados, cobertos por vegetação, ajudam a reduzir a quantidade de energia necessária para o aquecimento e resfriamento dos edifícios, ao mesmo tempo em que aumentam a área verde disponível nas cidades.

A experiência da Rússia no uso de gás natural como fonte de energia limpa, a modernização das infraestruturas urbanas e o desenvolvimento de tecnologias de transporte sustentável demonstram como os países podem alcançar significativas reduções de emissões em suas áreas urbanas. O país espera continuar compartilhando suas melhores práticas e aprendendo com outros países durante os diálogos globais no âmbito do Programa de Trabalho de Ambição e Implementação de Mitigação de Sharm el-Sheikh.

Arábia Saudita (Grupo Árabe) (b)

Especificamente, **os países em desenvolvimento enfrentam uma carga adicional devido a restrições fiscais, fraca capacidade institucional e escassez de recursos, entre outros.** Esses desafios influenciam amplamente sua capacidade de implementar ações de mitigação ambiciosas. Portanto, uma abordagem abrangente e holística pode maximizar sinergias positivas e reduzir trade-offs entre os ODS, permitindo uma troca de opiniões sobre como as cidades e os sistemas urbanos, que pode servir como um catalisador para uma ação climática ambiciosa e inclusiva.

Desafios e Barreiras

Existem inúmeros desafios e barreiras que os países em desenvolvimento, incluindo os membros do Grupo Árabe, enfrentam em seus esforços para descarbonizar e tornar as áreas urbanas mais sustentáveis. Entre esses desafios, estão:

- Falta de financiamento acessível;
- Capacitação limitada;

- Desenvolvimento e acesso à tecnologia e inovação;
- Ajuste e adaptação de soluções às circunstâncias locais;
- Soberania nacional e prioridades concorrentes.

Soluções Acionáveis e Melhores Práticas

Para superar esses desafios, o Grupo Árabe propõe as seguintes soluções e melhores práticas que podem ser aplicadas no contexto dos sistemas urbanos:

- Financiamento climático acessível;
- Transferência de tecnologia e capacitação;
- Desenvolvimento de infraestrutura resiliente e sustentável;
- Promoção de parcerias público-privadas;
- Consideração das circunstâncias nacionais.

Austrália (b)

As principais oportunidades de mitigação para as cidades incluem:

- Eficiência energética e eletrificação: Melhorar a eficiência energética nos edifícios e nos sistemas de transporte urbano é uma maneira eficaz de reduzir as emissões. Isso inclui a promoção de sistemas de aquecimento e resfriamento elétricos e a substituição de veículos a combustíveis fósseis por veículos elétricos.
- Infraestrutura verde e azul: A expansão de áreas verdes, como parques e telhados verdes, pode ajudar a capturar carbono, além de melhorar a qualidade do ar e a resiliência climática. Infraestruturas azuis, como sistemas de águas pluviais e zonas úmidas urbanas, também podem contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.
- Desenvolvimento de transporte público sustentável: A eletrificação do transporte público e a promoção de modos de transporte ativo, como ciclismo e caminhada, são essenciais para reduzir as emissões urbanas e melhorar a qualidade de vida.

Desafios e barreiras para a descarbonização urbana:

- Financiamento inadequado: Muitos projetos de descarbonização exigem altos investimentos iniciais, o que pode ser uma barreira para as cidades. O financiamento climático internacional e os investimentos privados são cruciais para superar esse obstáculo.
- Falta de capacidades técnicas: A implementação de tecnologias avançadas, como sistemas de energia renovável e infraestrutura verde, requer expertise técnica que pode estar faltando em algumas regiões.
- Planejamento e regulamentação insuficientes: Em muitos casos, a falta de políticas de planejamento urbano integradas e regulamentações claras dificulta a implementação de soluções de baixo carbono nas cidades.

Questões Operacionais do MWP e seus Diálogos

Arábia Saudita (Grupo Árabe) (a)

Organização dos Diálogos Globais

- Manter a estrutura dos diálogos de dois dias, em que no primeiro dia se discute as oportunidades, as soluções acionáveis e as tecnologias, e, no segundo dia, aborda-se as barreiras, os desafios e as questões de financiamento. Essa estrutura criou diálogos equilibrados e garantiu que todos os tópicos fossem abordados de forma abrangente.
- Evitar atividades que limitem a participação virtual. O formato "World Café", introduzido no segundo diálogo global, não foi muito produtivo, pois excluiu a participação de especialistas virtuais. O grupo solicita que atividades desse tipo sejam evitadas nos futuros diálogos e frisa que os especialistas virtuais devem poder participar de todos os grupos de discussão.
- Garantir a natureza “global” dos diálogos globais, tanto em termos de representação geográfica quanto de relevância dos tópicos. Os diálogos devem ser conduzidos de maneira global, inclusiva,

equilibrada e orientada pelas Partes, permitindo que as Partes participem de tópicos relevantes para todos. O MWP é uma plataforma para compartilhar experiências específicas de cada país, melhores práticas e lições aprendidas. Participantes que desejem destacar circunstâncias regionais específicas podem fazê-lo em um contexto global. Portanto, o grupo não apoia qualquer abordagem regional e não inclusiva aos diálogos globais, pois isso minaria o caráter "global" desses diálogos.

- Realização do primeiro diálogo global de 2024 em conjunto com a SB60 (junho de 2024) em Bonn. Para evitar despesas logísticas e adicionais e aumentar a eficiência, o grupo propõe realizar o primeiro diálogo global de 2024 juntamente com a SB60 (junho de 2024).

Japão (a)

As modalidades do MWP devem ser aprimoradas para **entregar resultados acionáveis para uma discussão mais aprofundada** sob o item da agenda no SBI, SBSTA e CMA. O Japão propõe que os co-presidentes e a Secretaria incentivem os especialistas e organizações relevantes nos diálogos globais a incluírem em suas apresentações um resumo das abordagens que foram eficazes na redução de emissões, juntamente com uma análise das razões de sua eficácia, para que as Partes possam identificar possíveis resultados acionáveis. **Ter um resumo de opções acionáveis nos diálogos globais tornaria a discussão mais ativa e prática.**

Bélgica (União Europeia)

Para garantir um diálogo eficaz e produtivo, a União Europeia sugere as seguintes considerações logísticas para a organização do primeiro Diálogo Global (GD) e do Evento Focado em Investimentos (IFE) de 2024:

- Planejamento do tempo: O tempo alocado para cada subtema deve ser adequado para permitir discussões aprofundadas e a troca de melhores práticas entre as Partes. A União Europeia sugere que o primeiro GD seja organizado de forma que os subtemas identificados possam ser discutidos em sessões separadas, garantindo que todos os tópicos recebam atenção suficiente.

- Participação inclusiva: A participação no GD e no IFE deve ser inclusiva e acessível para todas as Partes e partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, setor privado e governos locais. O uso de plataformas virtuais deve ser promovido para facilitar a participação remota de representantes que não podem estar fisicamente presentes.

- Apoio técnico e financeiro: A União Europeia sugere que seja fornecido apoio técnico e financeiro às Partes e partes interessadas, particularmente de países em desenvolvimento, para garantir que eles possam participar plenamente dos diálogos e eventos. Isso pode incluir financiamento para cobrir os custos de participação e acesso a assistência técnica para preparar contribuições.

- Coordenação com iniciativas existentes: O GD e o IFE devem ser coordenados com outras iniciativas internacionais relevantes, como o Pacto de Autarcas e o Global Covenant of Mayors for Climate & Energy, para garantir que as discussões sejam complementares e que as Partes possam aproveitar as lições aprendidas de outras plataformas.

Reino Unido (a)

O Reino Unido destaca a importância de uma abordagem inclusiva e colaborativa para alcançar os resultados desejados pelo MWP. Isso inclui garantir a participação de todas as partes interessadas, fortalecendo a cooperação internacional para enfrentar os desafios climáticos.

Fortalecer a participação global: O Reino Unido defende que o MWP deve garantir que todas as Partes, incluindo países desenvolvidos, em desenvolvimento e economias emergentes, estejam igualmente envolvidas nos diálogos globais.

A colaboração entre países e stakeholders não estatais é essencial para enfrentar os desafios globais de mitigação.

Monitoramento e avaliação: É fundamental que haja sistemas de monitoramento robustos para avaliar o progresso na implementação de medidas de mitigação.

O Reino Unido propõe o uso de relatórios regulares e transparentes para rastrear o impacto das políticas e ajustar as estratégias conforme necessário.

Austrália (a)

Para o próximo diálogo global, o país propõe um ajuste de organização e formato para proporcionar mais tempo de discussão sob cada subtópico. Além disso, entende que permitir a consideração de oportunidades e barreiras juntas, em vez de em dias separados, evitaria duplicações e deixaria mais tempo para discussões aprofundadas.

A Austrália apoia o chamado para aumentar a participação de partes não estatais, incluindo especialistas relevantes, organizações internacionais, Povos Indígenas e Organizações Indígenas, e a expansão das oportunidades de participação virtual, conforme acordado pelas Partes na COP28. Deixar mais tempo para discussão sob cada subtópico aumentaria as oportunidades de participação para stakeholders não estatais e participantes virtuais. A utilização de salas de discussão virtuais exclusivas para participantes virtuais durante sessões que anteriormente exigiam presença física (por exemplo, sessões World Café) também melhoraria o envolvimento ativo dos participantes virtuais.

A Austrália vê valor na organização de diálogos complementares, apenas virtuais, entre especialistas em subtópicos específicos, aproveitando o poder de convocação do MWP para apoiar a troca técnica aprimorada de país para país. A nação é fortemente favorável a diálogos regionais, que estejam abertos a todos os participantes interessados, mas com foco em regiões específicas, permitindo discussões aprofundadas sobre diferentes questões e contextos regionais.

Canadá

O Canadá continua a enfatizar a importância de **fortalecer a participação presencial e virtual nos diálogos**, por meio de métodos como ampliação da inscrição (para ambos os meios, mas em números maiores para a participação virtual), alcance às *constituencies* de observadores da UNFCCC e engajamento com os Campeões de Alto Nível e suas redes. Garantir a inclusão de perspectivas e experiências diversificadas levará a uma melhor compreensão do cenário e dos caminhos a seguir para qualquer tema sob o

programa de trabalho, desde barreiras e desafios até soluções replicáveis e econômicas. **A participação nos diálogos deve ser aberta a titulares de direitos relevantes, incluindo Povos Indígenas**; todos os níveis de governo; e partes interessadas, como instituições financeiras, acadêmicos, indústria, organizações da sociedade civil, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais.

Noruega (b)

Semelhante a 2023, o tema escolhido para o MWP em 2024 se encaixa muito bem com o programa conjunto do Mecanismo de Tecnologia da UNFCCC, onde um fluxo de trabalho é promover práticas tecnológicas inovadoras e soluções relacionadas a edifícios sustentáveis e infraestrutura para fortalecer a resiliência e apoiar os países na implementação de suas NDCs. Nesse trabalho, o Comitê Executivo de Tecnologia (TEC) une forças com parceiros e partes interessadas relevantes para explorar o uso de materiais de baixo carbono em edifícios, códigos de construção verde e sistemas de zoneamento verde que promovem eficiência energética e resiliência. O MWP deve continuar a se beneficiar do trabalho relevante do TEC.

Bolívia (LMDC)

No que se refere a questões operacionais, a Bolívia sugere:

- Não realizar workshops em salas separadas. Os dois diálogos globais anteriores foram organizados em quatro workshops paralelos em quatro salas separadas. Notamos com pesar que a eficácia dos diálogos foi enfraquecida pelo fato de que os participantes em diferentes salas não podiam ouvir uns aos outros. Sugerimos não realizar workshops em salas separadas, para aumentar as oportunidades de discussões presenciais entre as Partes. Se for realmente necessário conduzir discussões em pequenos grupos, sugerimos reduzir o número de workshops paralelos.

- Garantir a inclusão e a ampla participação nos diálogos globais. Para garantir a inclusão dos diálogos globais, recomendamos aumentar o número de participantes online, para que mais especialistas online possam se envolver plenamente no processo e nas discussões relacionadas.

- Garantir o caráter "global" dos diálogos globais. Reiteramos que os arranjos do diálogo devem garantir que ele seja conduzido de maneira global, inclusiva, equilibrada e orientada pelas Partes, permitindo que todas as Partes participem de tópicos relevantes para todas as Partes. Portanto, não apoiamos qualquer abordagem regional e não inclusiva ao diálogo global, que crie representações desequilibradas e prejudique o caráter "global" dos diálogos.

Peru (AILAC) (b)

A AILAC sugere três áreas principais para o diálogo global de 2024: planejamento espacial e infraestrutura de baixo carbono, eletrificação e transição para recursos de emissões líquidas zero, e melhoria do armazenamento de carbono por meio de infraestrutura verde e azul. A submissão enfatiza a necessidade de promover cidades compactas e bem conectadas, aumentar a eletrificação de setores urbanos com fontes renováveis e integrar soluções baseadas na natureza, como florestas urbanas e zonas úmidas, para mitigar as mudanças climáticas. Além disso, a AILAC reforça a importância de integrar os resultados do Balanço Global e metas ambiciosas nas futuras NDCs.

Samoa (AOSIS) (b)

O grupo continua a destacar a importância de diálogos regionais e sub-regionais, ou modalidades semelhantes sob o MWP, para garantir que as vozes dos SIDS sejam ouvidas e que as soluções sejam adaptadas aos seus contextos específicos. Tais soluções são geralmente mais facilmente replicáveis do que aquelas criadas em escala maior.

Austrália (b)

A Austrália solicita que os co-presidentes do MWP e o Secretariado da UNFCCC garantam que o acompanhamento dos diálogos anteriores e o GST sejam totalmente integrados no próximo diálogo global e no evento focado em investimentos, por exemplo, por meio de sessões dedicadas, questões orientadoras e a incorporação de lições aprendidas nos diálogos anteriores.

TRANSIÇÃO JUSTA

Tema	Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos - visões relevantes aos temas dos diálogos.
Título	Visões das Partes, observadores e outros stakeholders não-Partes sobre oportunidades, melhores práticas, ações acionáveis e barreiras relevantes aos temas dos diálogos.
Mandato	FCCC/PA/CMA/2023/L.14, para. 8 "*Convida as Partes, observadores e outros stakeholders que não sejam Partes a submeterem, por meio do portal de submissão, suas opiniões sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes para os temas dos diálogos mencionados no parágrafo 7 acima, com antecedência mínima de quatro semanas antes de cada diálogo.*"
Prazo	Quatro semanas antes de cada diálogo
Nome da sessão	SB60

- Submissões apresentadas por Partes ou grupo de partes: 16
- Submissões apresentadas pelo Sistema ONU: 11
- Submissões apresentadas por organizações intergovernamentais: 1
- Submissões apresentadas por organizações observadoras: 24
- Submissões apresentadas por organizações não admitidas: 1

Foram consideradas nesta análise as submissões de:

1. Canadá – 03/05/2024;
2. Malawi (LDCs) (a) – 05/05/2024;
3. Bélgica (União Europeia) (a) - 07/05/2024;
4. Bolívia (LMDC) (a) - 07/05/2024;
5. Estados Unidos (a) – 07/05/2024;
6. Samoa (AOSIS) (a) – 20/05/2024;
7. Arábia Saudita (Grupo Árabe) – 22/05/2024;

8. Estados Unidos (b) – 28/05/2024;
9. Austrália – 19/08/2024;
10. Malawi (LDC) (b) – 02/09/2024;
11. Hungria (União Europeia) (b) – 04/09/2024;
12. Chile – 09/09/2024;
13. Samoa (AOSIS) (b) – 09/09/2024;
14. Bolívia (LMDC) (b)- 23/09/2024;
15. G77 + China - 02/10/2024;
16. Hungria (União Europeia) (c) - 16/10/2024;

Sobre o mandato do JTWP:

Decisão 1/CMA.4, para. 52:

"Decide estabelecer um programa de trabalho sobre transição justa para discussão de caminhos para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, conforme delineado no Artigo 2, parágrafo 1, no contexto do Artigo 2, parágrafo 2, e solicita ao Órgão Subsidiário de Implementação e ao Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica que recomendem um projeto de decisão sobre este assunto para consideração e adoção pela Conferência das Partes, servindo como a reunião das Partes do Acordo de Paris em sua quinta sessão, com o programa de trabalho sendo implementado de maneira que construa e complemente os fluxos de trabalho relevantes sob a Convenção e o Acordo de Paris, incluindo o programa de trabalho para aumentar urgentemente a ambição e implementação da mitigação."

QUADROS-RESUMO

Oportunidades para o JTWP

País/Grupo	Posição
Austrália	O país identifica como oportunidades: a requalificação dos trabalhadores e a realização de processo de consulta pública inclusivo e transparente, envolvendo toda a sociedade e incluindo povos indígenas, para garantir uma transição justa.
Estados Unidos	O país enxerga como oportunidade a inclusão da proteção social e direitos trabalhistas, garantindo a transição justa. No mais, explora a segurança institucional como forma de garantir financiamento privado, incluindo justiça social para as comunidades mais vulnerabilizadas.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Diversificação econômica e desenvolvimento de habilidades, além de apoio internacional, principalmente financeiro, tecnológico e de capacitação, são vistos como oportunidades essenciais para alcançar uma transição justa que seja integrada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Samoa (AOSIS) (a)	A criação de uma arquitetura financeira para apoiar a implementação de NDCs, NAPs e LT-LEDs e melhorar o acesso a recursos para os SIDS e reduzir os riscos de endividamento. Aceleração de inovação e tecnologias, a fim de promover parcerias público-privadas, para implementação de NDCs, NAPs e LT-LEDs.
Bolívia (LMDC) (a)	Priorizar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, incorporando justiça climática e proteção da Mãe Terra, para assegurar uma transição justa.

Bélgica (União Europeia) (a)	A transição verde, com políticas adequadas, pode gerar entre 1 e 2,5 milhões de novos empregos na União Europeia até 2030.
Malawi (LDCs) (a)	As energias renováveis podem gerar muitos empregos globalmente. Os países menos desenvolvidos (LDCs) priorizam a expansão de energias renováveis em suas NDCs, exigindo cooperação tecnológica e suporte.
Canadá	A criação de empregos decentes e de qualidade, promovendo direitos humanos, direitos trabalhistas e os direitos dos povos indígenas, sem deixar ninguém para trás.
Malawi (LDCs) (b)	Investir em jovens profissionais nacionais, criando empregos verdes sustentáveis e desenvolvendo sistemas educacionais para incluir currículos sobre clima e sustentabilidade para preparar as futuras gerações.
Hungria (União Europeia) (b)	A ação climática oferece oportunidades para criar novos empregos e assegurar os existentes através da adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
Chile	Melhorar as capacidades de adaptação nos setores econômico e laboral. A Parte enfatiza a criação de empregos de qualidade e a reconversão produtiva como oportunidades importantes.
Samoa (AOSIS) ((b)	A transição justa deve ser fundada em um diálogo social significativo e processos de tomada de decisão participativos.
Hungria (União Europeia) (c)	O JTWP oferece um espaço valioso para que as Partes, observadores e outras partes interessadas não Partes troquem percepções sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras em questões relacionadas à transição justa. Também pode servir como um espaço para promover e reforçar parcerias.

Bolívia (LMDC) (b)	Os diálogos devem concentrar-se na continuidade da troca de conhecimento e aprendizado colaborativo em relação a transições justas, como essencial para compartilhar melhores práticas e lições aprendidas. Além disso, o diálogo deve se concentrar em quantificar ações internacionais em direção a resultados de transições justas em vários setores e comunidades e seus meios de subsistência. Transferência de tecnologia, juntamente com financiamento e capacitação, deve estar no centro dos diálogos.
Uganda (G77+China)	O Programa de Trabalho de Transição Justa deve ampliar seu escopo para quantificar impactos além da força de trabalho. Muitos diálogos e estudos anteriores sobre a transição justa na força de trabalho já abordaram questões-chave e basear-se no conhecimento existente pode ajudar a criar estratégias mais eficazes. É necessário engajar todas as partes interessadas com uma abordagem diferenciada, incluindo trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas. Fortalecer a cooperação internacional pode ajudar a compartilhar melhores práticas e fornecer apoio a países com recursos limitados. Isso deve incluir todos os tipos de meios de implementação.

Melhores Práticas para o JTWP

País/Grupo	Posição
Austrália	A Austrália indica como melhores práticas o processo de consulta pública envolvendo várias partes interessadas e reunindo feedbacks para o Plano de Emissões Líquidas Zero do país. Além disso, destacou parcerias regionais, como a estabelecida com a Indonésia.
Estados Unidos	Os Estados Unidos destacam o Grupo de Trabalho Interagências, que apoia comunidades afetadas por fechamentos de minas de carvão e usinas de energia, ajudando na transição para empregos em

	energias limpas. No mais, ressalta a iniciativa "Justice40" que busca direcionar 40% dos benefícios de investimentos federais para comunidades marginalizadas.
Arábia (Grupo Árabe)	O Grupo Árabe ressalta planos de transição que incorporam desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, alinhados com as circunstâncias e prioridades nacionais e com uma abordagem flexível e adaptativa.
Samoa (AOSIS) (a)	A AOSIS não menciona especificamente melhores práticas ou quais estudos de caso sobre caminhos de transição justa foram descritos ou utilizados como melhores práticas.
Bolívia (LMDC) (a)	O LMDC não indicou melhores práticas, apenas ressaltou a obrigação dos países desenvolvidos com a crise climática, mencionando especificamente a responsabilidade histórica desses países e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
Bélgica (União Europeia) (a)	Adoção de pactos como o “Pacto para as Competências” e a utilização de planos territoriais de transição justa, como os da Itália e Espanha, que visam criar empregos verdes e promover a diversificação econômica.
Malawi (LDCs) (a)	REEEI: Iniciativa de Eficiência Energética e Energia Renovável para garantir acesso à energia moderna e acessível para todos os cidadãos das LDCs até 2030. LIFE-AR: Iniciativa das LDCs para uma adaptação e resiliência eficazes ao nível local, com 70% dos fluxos financeiros direcionados para ações no terreno até 2030. Consórcio de Universidades dos LDCs sobre Mudanças Climáticas (LUCCC): Apoia a capacitação e adaptação às mudanças climáticas.
Canadá	O Canadá sugere o estabelecimento de um Conselho de Parcerias para Trabalhos Sustentáveis, no mais menciona a Análise de Gênero e Diversidade (GBA Plus).

Malawi (b)	Para além dos instrumentos listados na submissão anterior – REEEI, LIFE-AR and LUCCC –, os LDCs adicionaram a importância de iniciativas como a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).
Hungria (União Europeia) (b)	Destacou as Parcerias de Transição Justa de Energia (JET-Ps) e a colaboração entre doadores públicos e governos nacionais para guiar os países em transição para uma economia de baixo carbono.
Chile	O Chile menciona a relevância de documentos como os publicados pelo KCI e pelo IPCC.
Samoa (AOSIS) (b)	Destacou a importância da Coalizão Presidencial sobre o Clima da África do Sul, o NDC de Antígua e Barbuda e a colaboração do UNDRR em Fiji.
Uganda (G77+China)	Integrar os princípios de transições justas na implementação de estruturas chave de mudanças climáticas (ou seja, a Convenção, Protocolo de Kyoto, Acordo de Paris, ODS 13 e IPCC) pode ajudar a garantir que a transição para um futuro sustentável seja justa e equitativa para todos.

Soluções Acionáveis para o JTWP

País/Grupo	Posição
Austrália	Destacou a Autoridade para a Economia de Emissões Zero, o Plano de Empregos da Indústria de Energia, a Estratégia Nacional de Força de Trabalho de Energia, o Fundo "Powering the Regions" - que apoia a requalificação de trabalhadores em setores expostos e cria novos empregos -, o Programa de Agricultura de Baixo Carbono e o engajamento em projetos de energia eólica.

Estados Unidos	Os Estados Unidos focam em força de trabalho, levando como soluções o Grupo de Trabalho Interagências e a iniciativa "Justice40".
Arábia (Grupo Árabe)	O Grupo Árabe propõe a mobilização de pelo menos USD 100 bilhões anuais em financiamento climático, como prometido, com ênfase em doações ao invés de empréstimos, para apoiar a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e Planos Nacionais de Adaptação (NAPs).
Samoa (AOSIS) (a)	Apoio e cooperação da UNFCCC para que os países desenvolvam políticas e planos de implementação de transição justa que complementem as metas climáticas e políticas em áreas como transição justa da força de trabalho, direitos humanos, segurança alimentar e hídrica, energia limpa, saúde e migração.
Bolívia (LMDC) (a)	O LMDC indicou como soluções acionáveis a implementação de medidas de adaptação e a construção de infraestrutura resiliente ao clima nos países em desenvolvimento. O fornecimento de financiamento concessional e público na forma de subsídios, ao invés de empréstimos, foi destacado como essencial para facilitar essas soluções.
Bélgica (União Europeia) (a)	Promoção de programas de requalificação para trabalhadores, políticas de suporte social - como a criação de mecanismos de apoio financeiro para as regiões mais afetadas - e o desenvolvimento de infraestrutura de energia renovável para reduzir a pobreza energética.
Malawi (LDCs) (a)	Cooperação internacional em iniciativas conjuntas para acelerar a transição justa, inclusão de transições justas na agricultura, cidades e setores informais, além da consideração de biomassa como parte importante da transição energética para muitas LDCs e o uso de minerais críticos para apoiar a transição energética, facilitando o acesso a crédito de longo prazo para as LDCs.

Canadá	O Canadá aponta a criação de um Conselho de Parcerias para Trabalhos Sustentáveis e o Plano Nacional de Adaptação como soluções acionáveis.
Malawi (b)	Investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adaptados às necessidades específicas dos LDCs; a criação de centros de transferência de tecnologia; e avaliações específicas por país sobre as necessidades e resultados da transição justa, incluindo a economia informal e PMEs.
Hungria (União Europeia) (b)	Medidas para proteger trabalhadores e comunidades afetadas pela transição, incluindo programas de diversificação econômica, requalificação e estímulos econômicos, que deve incluir a implementação de parcerias público-privadas e a mobilização de investimentos privados são soluções cruciais para apoiar a transição justa.
Chile	Políticas e programas públicos de longo prazo em vez de projetos específicos.
Samoa (AOSIS) (b)	Produzir um kit de ferramentas ou documento de síntese sobre melhores práticas e abordagens para engajar todos os atores na transição da força de trabalho; cooperação internacional; e compilar soluções já existentes, como redes de segurança social, suporte ao desemprego e políticas de licença parental.
Uganda (G77+China)	O Programa de Trabalho de Transição Justa deve ampliar seu escopo para quantificar impactos além da força de trabalho. Isso inclui considerar dimensões sociais, econômicas e ambientais no contexto de diversos modelos de desenvolvimento sustentável para garantir uma abordagem holística. Engajar todas as partes interessadas com uma abordagem diferenciada, incluindo trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas, no diálogo social é crucial.

Desafios para o JTWP

País/Grupo	Posição
Austráalia	A transição de trabalhadores de setores intensivos em emissões; para uma economia de zero emissões; a coordenação de políticas entre diferentes níveis de governo; a inclusão de diversos grupos, como comunidades indígenas e trabalhadores, no processo de transição; integração da igualdade de gênero e na descarbonização de setores de difícil abate.
Estados UnidosEUA	A falta de orientação da CMA sobre a questão das transições justas é apontada como um desafio. Identificar e apoiar as comunidades mais afetadas pela transição energética.
Arábia Saudita (Grupo Árabe)	Escassez de recursos financeiros e técnicos, além do acesso limitado a tecnologias inovadoras. Impactos econômicos e sociais negativos provenientes de políticas unilaterais, como barreiras comerciais e ajustes de fronteira de carbono.
Samoa (AOSIS) (a)	O aumento da população global; a falta de destaque para o papel central dos oceanos na compreensão das vulnerabilidades dos SIDS; os fluxos financeiros previsíveis para os SIDS; e a falta de consideração das circunstâncias especiais dos SIDS ao lidar com questões de acesso a financiamento.
Bolíivia (LMDC) (a)	O LMDC indicou como desafios a falta de ação equitativa por parte dos países desenvolvidos em relação às mudanças climáticas. No mais, apontou também as dificuldades frente à inação adequada e a contínua falta de ambição por parte dos países desenvolvidos.
Bélgica (União Europeia) (a)	O desafio de garantir que as políticas de transição justa sejam equitativas e inclusivas, para trabalhadores, considerando as disparidades de gênero e as necessidades de trabalhadores expostos a riscos climáticos.

Malawi (LDCs) (a)	A lacuna no apoio financeiro internacional, como o objetivo de mobilizar USD 100 bilhões por ano até 2020, que não foi alcançadooisendo alcançado em 2021. No mais, indicam a necessidade de mais apoio tecnológico, com transferência de tecnologias.
Canadá	As populações sub-representadas enfrentam barreiras sistêmicas e são desproporcionalmente afetadas pelos impactos climáticos.
Malawi (b)(nova submissão)	Financiamento internacional insuficiente e inadequado, com a maioria do apoio sendo concedido na forma de empréstimos, muitas vezes não concessionais. Além disso, ae implementação dos planos nacionais (NDCs, NAPs) é prejudicada devido à falta de apoio internacional.
Hungria União Europeia (b)(nova submissão)	Impactos negativos no mercado de trabalho, especialmente em setores como mineração e energia baseada em combustíveis fósseis, bem como nos trabalhadores mais vulneráveis às mudanças climáticas.
Chile	O Chile menciona os desafios como alto índice de informalidade e, baixa mobilidade social. Aponta, ainda, e a necessidade de uma abordagem baseada em direitos humanos e justiça ambiental e de evitar o aprofundamento das desigualdades, especialmente nas comunidades vulneráveis.
Samoa (AOSIS) (segundo diálogo)(b)	A AOSIS menciona a urgência e falta de urgência e tempo para implementar o Acordo de Paris, além da ausência de evidências e informações sobre como a transição da força de trabalho afetará os pequenos estados insulares, o que deixa essas nações dependentes de orientações fora de contexto.
Bolívia (LMDC) (b)	Aumento da frequência e intensidade de desastres naturais que afetam países em desenvolvimento, ampliando as desigualdades e lacunas de adaptação. A adaptação é essencial para alcançar os objetivos do Acordo de Paris. A falta de financiamento, tecnologia e capacitação em países em desenvolvimento impacta diretamente todos os setores, exigindo uma prontidão socioeconômica geral para a transição. Os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam devido à transição

	global injusta podem exacerbar desigualdades e dificultar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Fortalecer estruturas internacionais para facilitar a cooperação e promover o aprendizado compartilhado é essencial para permitir que as nações em desenvolvimento progridam sem comprometer seu direito ao desenvolvimento.
Uganda (G77+China)	A transição justa da força de trabalho possui defensores fortes, especialmente em países com sindicatos robustos. A maioria dos países em desenvolvimento está se esforçando para aumentar a participação da comunidade na identificação de seus caminhos de transição justa. Focar o diálogo exclusivamente na força de trabalho compromete outros grupos vulneráveis dentro dos países em desenvolvimento que carecem de sindicatos fortes e meios de implementação eficazes, como o setor informal e micro e pequenas empresas. A transição necessária exige uma transformação de toda a economia e sociedade para atender aos novos ou diferentes modelos de desenvolvimento. Os países desenvolvidos devem cumprir as metas de financiamento acordadas, promover mecanismos financeiros que não gerem ônus de dívida insustentável e estabelecer um mecanismo transparente e responsável para rastrear os fluxos de financiamento climático.

Barreiras para o JTWP

País/Grupo	Posição
Austrália	As barreiras são disparidades regionais, especialmente em áreas dependentes de indústrias de carbono, como carvão e gás; requalificar a força de trabalho desses setores; a coordenação de políticas entre diferentes níveis de governo e o setor privado é crucial; e a falta de infraestrutura e investimentos em certas regiões também impede a atração de novos projetos e empregos.
Estados Unidos	Falta de consenso social e político; falta de engajamento com o setor privado; marginalização de certas comunidades por décadas de falta de investimentos; e os altos níveis de poluição em algumas áreas.
Arábia (Grupo Árabe)	Baixo fluxo de financiamento climático global para países em desenvolvimento, com menos de 14% do total destinado a esses países e grande parte focada em mitigação, deixando a adaptação subfinanciada; acesso dificultado a fundos climáticos internacionais devido a procedimentos complexos de solicitação; e barreiras à transferência de tecnologia.
Samoa (AOSIS) (a)	Isolamento geográfico, com SIDS separados por vastos oceanos; restrições de capacidade; barreiras de propriedade intelectual e comerciais que impedem o desenvolvimento e a implantação de tecnologias de energia renovável.
Bolívia (LMDC) (a)	Medidas comerciais unilaterais que impactam negativamente os países em desenvolvimento, tais como o CBAM, as regulamentações de cadeias de fornecimento livres de desmatamento da União Europeia e Reino Unido, e os padrões europeus de relatórios de sustentabilidade (ESRS).
Bélgica (União Europeia) (a)	A falta de políticas de apoio adequadas pode levar à perda de empregos e à diminuição do PIB em alguns setores.

Malawi (LDCs) (a)	A falta de recursos financeiros e tecnológicos acessíveis e de qualidade; a falta de suporte internacional, especialmente no que diz respeito ao financiamento e à transferência de tecnologia; a falta de infraestrutura e treinamento.
Canadá	Barreiras incluem a marginalização de certos grupos em setores de crescimento verde e a necessidade de enfrentar desigualdades sistêmicas, incluindo discriminação de gênero e divisão entre áreas urbanas e rurais.
Malawi (b)	Adicionalmente ao que foi explanado na submissão anterior, os LDCs listaram desafios relacionados à dívida, que limitam a capacidade dos LDCs de agir de forma eficaz no combate às mudanças climáticas.
Hungria (União Europeia) (b)	Barreiras financeiras; falta de acesso a capital para ações climáticas; e desalinhamento de políticas públicas em relação aos fluxos financeiros que apoiam uma economia neutra em carbono.
Chile	O Chile menciona barreiras relacionadas à proteção social e à igualdade de gênero, incluindo em áreas de STEM.
Samoa (AOSIS) (b)	Acesso limitado a financiamento e altos níveis de endividamento são barreiras críticas enfrentadas pelos pequenos estados insulares. Direitos de propriedade intelectual e comércio também são citados.
Bolívia (LMDC (b)	Os esforços de transição justa devem abordar os impactos da economia de baixas emissões em todos os setores, evitando um foco restrito que não considere as necessidades abrangentes de todas as partes envolvidas. Medidas unilaterais com impactos negativos devem ser avaliadas para garantir que não impeçam a cooperação internacional.
Uganda (G77+China)	O reconhecimento da diversidade de modelos de desenvolvimento, fundamentado em critérios de justiça climática, como a distribuição justa do orçamento global de carbono, é essencial para uma transição justa global e para caminhos de transição justa nacionais. A transição na força de trabalho é

	um processo complexo com efeitos positivos e negativos. Requer gerenciamento cuidadoso e políticas que vão além das capacidades de muitos países para garantir que os benefícios sejam maximizados enquanto se mitigam os efeitos negativos. Em muitos países em desenvolvimento, os formuladores de políticas enfrentam escolhas difíceis ao alocar seus recursos limitados. Falta de recursos financeiros adequados, acessíveis e previsíveis para financiar os planos de transição dos países em desenvolvimento e apoio internacional insuficiente.

Objetivo e Escopo Indicados pelas Partes para o JTWP

País/Grupo	Posição (Melhores Práticas)
Austrália	Para a Austrália o JTWP (Plano de Trabalho de Transição Justa) deve auxiliar os trabalhadores, indústrias e comunidades a fazer a transição, focando em necessidades locais e com processos de oitiva. No mais enfatizam a necessidade de capacitar a força de trabalho, integrando igualdade de gênero.
Estados Unidos	O escopo do Just Transition Work Programme (JTWP), conforme submetido pelos Estados Unidos, deveria destacar a importância de integrar direitos trabalhistas e proteção social no planejamento climático, promovendo empregos e consenso social em prol da ação climática.
Arábia (Grupo Árabe)	Para o Grupo Árabe, o JTWP deveria privilegiar abordagens e transições inclusivas e holísticas voltadas para a erradicação da pobreza, considerando o princípio da equidade e as responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Já o escopo do JTWP deveria incluir o apoio necessário, tanto financeiro quanto tecnológico, para realizar a transição para trajetórias resilientes ao clima e de baixa emissão
Samoa (AOSIS) (a)	Segundo o documento, a AOSIS indica que o objetivo e escopo do JTWP devem ser alinhados com os objetivos do Acordo de Paris, especificamente com os Artigos 2.1 e 2.2. O foco principal deve respeitar o 1.5°C e garantir acesso aos recursos necessários para implementar o Acordo de Paris.

Bolívia (LMDC) (a)	Para os LMDC, o objetivo e o escopo do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) devem incluir o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, juntamente com a proteção da Mãe Terra e a promoção da justiça climática. Além disso, o JTWP deve considerar os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e as capacidades respectivas.
Bélgica (União Europeia) (a)	Os objetivos do Just Transition Work Programme (JTWP) para a União Europeia, conforme o documento fornecido, incluem: transição justa da força de trabalho e criação de empregos decentes e de qualidade; proteção social e acesso a serviços essenciais; e abordagem de toda a sociedade, engajamento amplo de stakeholders e diálogo social.
Malawi (LDCs) (a)	O JTWP deveria apoiar os países menos desenvolvidos (LDCs) na implementação de uma transição justa para energias renováveis, garantindo que essa mudança seja equitativa, sem comprometer a segurança energética, alimentar e o bem-estar social desses países. O escopo deveria incluir a justiça no uso de minerais críticos e a promoção de transições sustentáveis nos setores agrícola e urbano, com foco na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável.
Canadá	O JTWP deverá objetivar uma transição equitativa para uma economia resiliente ao clima e de emissões líquidas zero, promovendo justiça social, criando empregos de qualidade, e respeitando os direitos humanos, trabalhistas e dos povos indígenas. O escopo deve envolver participação inclusiva de diversas partes interessadas, diálogo social, valorização dos conhecimentos indígenas e o uso de uma abordagem interseccional para assegurar que todos os grupos possam se beneficiar da transição.
Malawi (b)	Adicionalmente à submissão anterior, os LDCs indicaram que o JTWP deve explorar a criação de empregos verdes, fortalecimento das capacidades locais e a facilitação de acesso a financiamento e tecnologia, focando em acordos bilaterais para a promoção da transição para os LDCs.
Hungria (União Europeia) (b)	Adicionalmente à submissão anterior, a União Euopeia indica a importância do foco na força de trabalho e criação de empregos verdes, da proteção social e abordagem inclusiva de toda a sociedade, de explorar condições domésticas que favoreçam a mobilização de investimentos públicos e privados para apoiar a

	transição justa, além de melhorar o acesso a financiamentos, incluindo o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) e o engajamento com o setor privado e outros investidores.
Chile	O Chile sugere que o escopo de trabalho do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) deve incluir as seguintes áreas: transição do mercado de trabalho; justiça ambiental e direitos humanos; e soluções de longo prazo. Essas políticas devem abordar não apenas a transição da força de trabalho, mas também a criação de condições adequadas para o empoderamento de grupos vulneráveis por meio do desenvolvimento de habilidades e da proteção social.
Samoa (AOSIS) (b)	Adicionalmente à submissão anterior, a AOSIS indica a importância do financiamento e apoio internacional e do respeito às especificidades das circunstâncias nacionais.
Hungria (União Europeia) (c)	A UE sugere que a decisão da CMA deve incluir os seguintes elementos: acompanhamento do resultados do GST; transição centrada nas pessoas; ampla participação das partes interessadas e abordagem de toda a sociedade para a transição justa; transição justa da força de trabalho; caminhos de transição energética; ambientes políticos e econômicos propícios; e cooperação e parcerias internacionais
Bolívia (LMDC) (b)	O JTWP deve incluir elementos do CBDR-RC e transições justas que considerem prioridades nacionais de desenvolvimento, desafios e barreiras relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. A equidade e a justiça climática devem estar no centro das discussões sobre transições justas, que são inseparáveis do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Uma abordagem centrada nas pessoas deve priorizar a vida e o bem-estar, não apenas a força de trabalho, e deve incluir as perspectivas dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais.
Uganda (G77+China)	O diálogo deve se concentrar na transição de toda a sociedade e economia, desvendando toda a gama de meios de implementação (finanças, tecnologia e capacitação) para caminhos de transição justa. Isso inclui explorar abordagens atuais, oportunidades e lacunas.

RELATO DETALHADO

Oportunidades para o JTWP

Austrália

Desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada: Há um foco na requalificação e aprimoramento dos trabalhadores em setores intensivos em emissões para que possam participar das indústrias de energia limpa emergentes.

Engajamento público transparente e inclusivo: A Austrália planeja um processo de consulta pública amplo e coordenado, envolvendo diversos setores da sociedade, incluindo povos indígenas, a fim de garantir que as transições sejam justas e equitativas.

Estratégia Nacional de Força de Trabalho de Energia: Essa estratégia visa assegurar uma reserva de trabalhadores altamente qualificados e diversificados para apoiar a transição energética limpa.

Estados Unidos

Integração da proteção social e direitos trabalhistas no planejamento climático nacional: A incorporação de medidas de proteção social, desenvolvimento da força de trabalho e diálogo social nos planos nacionais climáticos, incluindo NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), NAPs (Planos Nacionais de Adaptação) e LT-LEDS (Estratégias de Desenvolvimento de Longo Prazo com Baixas Emissões) é vista como uma oportunidade para fortalecer o ambiente doméstico, promover consenso social sobre a necessidade de ação climática e criar empregos na economia de energia limpa.

Envolvimento das partes interessadas: A oportunidade de engajar grupos, como organizações de trabalhadores, no planejamento climático é considerada essencial para identificar as necessidades futuras de habilidades e gerar apoio público para empregos na economia de energia limpa. Isso também ajuda a implementar soluções locais para a crise climática.

Ambiente propício para investimentos: A criação de ambientes internos robustos, com compromissos políticos e estratégias nacionais de alto nível pode facilitar o desbloqueio de financiamento do setor privado e promover oportunidades de investimento global. A coordenação entre governo e partes interessadas, incluindo o setor privado, sindicatos e governos locais, é vista como uma oportunidade para criar projetos viáveis que apoiem a implementação dos compromissos climáticos.

Justiça social nas políticas climáticas: A abordagem equitativa e inclusiva para a ação climática é outra oportunidade destacada. A iniciativa "Justice40" dos Estados Unidos visa garantir que 40% dos benefícios dos investimentos federais em clima, energia limpa, habitação acessível e sustentável fluam para comunidades desfavorecidas que enfrentam subinvestimento e estão sobrecarregadas pela poluição.

Cooperação internacional: A colaboração com instituições multilaterais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apoiam a transição justa, é vista como uma oportunidade para fortalecer as capacidades de transição justa globalmente. Esses esforços incluem o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências, ferramentas operacionais e programas de treinamento.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

Diversificação econômica e desenvolvimento de habilidades para mitigar os riscos da transição e criar um futuro sustentável.

Apoio internacional, principalmente financeiro, tecnológico e de capacitação, é visto como uma oportunidade essencial para alcançar uma transição justa que seja integrada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Samoa (AOSIS) (a)

Aumento das promessas financeiras para apoiar a implementação de NDCs, NAPs e LT-LEDs e melhorar o acesso a recursos para os SIDS.

Oportunidade de promover uma arquitetura financeira internacional que seja amigável para os SIDS, acessível e que aborde suas circunstâncias e prioridades especiais.

Caminhos de transição justa no contexto de NDCs, NAPs e LT-LEDs devem oferecer uma oportunidade para a arquitetura financeira internacional abordar plenamente as circunstâncias de desenvolvimento únicas dos SIDS e facilitar o acesso a financiamentos concessórios, reduzindo os riscos de endividamento e evitando a reversão dos ganhos de desenvolvimento.

Desenvolvimento de soluções inovadoras e colaboração internacional para enfrentar as limitações de energia renovável em ilhas pequenas.

Aceleração e implantação de tecnologias de energia renovável, levando em consideração as diferentes circunstâncias nacionais.

Proteção e conservação da biodiversidade em conformidade com os NDCs, NAPs e LT-LEDs.

Aumento dos esforços para proteger os oceanos.

Promoção de parcerias público-privadas para implementação de NDCs, NAPs e LT-LEDs.

Bolívia (LMDC) (a)

O LMDC indicou como oportunidades o reconhecimento de que os países em desenvolvimento estão em um ponto crítico, em que os impactos das mudanças climáticas se cruzam com a necessidade urgente de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, é necessário priorizar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Além disso, foi destacada a importância da proteção da Mãe Terra e a promoção da justiça climática como elementos essenciais para uma transição justa.

Bélgica (União Europeia) (a)

A transição para uma economia de emissões líquidas zero pode criar milhões de empregos, como indicado pelo ILO e pela Comissão Europeia. O foco está na criação de empregos de qualidade nos setores de energia renovável, construção e TIC, promovendo oportunidades de crescimento econômico.

A transição verde, com políticas adequadas, pode gerar entre 1 e 2.5 milhões de novos empregos na União Europeia até 2030.

Malawi (LDCs) (a)

As energias renováveis apresentam grande potencial para mitigar as mudanças climáticas, contribuir para o desenvolvimento social e econômico, garantir acesso à energia e reduzir os impactos negativos da produção de energia no meio ambiente e na saúde humana.

A produção descentralizada de energia renovável pode gerar um grande número de empregos globalmente.

As LDCs priorizam a expansão de fontes de energia renováveis em suas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), buscando tanto mitigação quanto adaptação às mudanças climáticas, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Tecnologias de mitigação acessíveis e de baixo custo já estão disponíveis em diversos setores para manter o aquecimento global abaixo de 1.5 °C, com a cooperação necessária em tecnologias e suporte.

Canadá

O Canadá destaca que a transição para uma economia global resiliente ao clima e de emissões líquidas zero oferece oportunidades significativas. Isso inclui a criação de empregos decentes e de qualidade, promovendo direitos humanos, direitos trabalhistas e os direitos dos povos indígenas. Também é mencionada a importância de alinhar os esforços com as metas do Acordo de Paris e garantir que todas as comunidades e trabalhadores possam se beneficiar das transformações verdes, sem deixar ninguém para trás.

Malawi (LDCs) (b)

Oportunidade de transição para uma economia verde sem o desafio de deslocar grande número de trabalhadores de indústrias de alto carbono, uma vez que essas indústrias são limitadas nos LDCs.

Investir em jovens profissionais nacionais e equipá-los com habilidades para empregos sustentáveis nos setores de energia renovável e agricultura sustentável.

Criação de empregos verdes sustentáveis e decentes como ferramenta para erradicação da pobreza e desenvolvimento socioeconômico.

Desenvolvimento de sistemas educacionais para incluir currículos sobre clima e sustentabilidade para preparar as futuras gerações.

Hungria (União Europeia) (b)

A transição verde pode criar de 1 a 2.5 milhões de empregos adicionais na UE até 2030, com setores como construção, TIC e energia renovável se beneficiando.

A ação climática oferece oportunidades para criar novos empregos e assegurar os existentes através da adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

Chile

O Chile indica que a transição justa oferece a oportunidade de desenvolver modelos sustentáveis que proporcionem resiliência e justiça para toda a sociedade, além de melhorar as capacidades de adaptação nos setores econômico e laboral. O país enfatiza a criação de empregos de qualidade e a reconversão produtiva como oportunidades importantes.

Samoa (AOSIS) (b)

A transição justa deve ser fundada em um diálogo social significativo e processos de tomada de decisão participativos.

A inclusão de organizações observadoras nos diálogos sobre transição justa oferece oportunidades para que diversos atores, além dos governos, compartilhem lições aprendidas e abordagens inclusivas para a implementação do Acordo de Paris.

A AOSIS destaca a relevância do trabalho existente, como o Comitê de Katowice e a OIT, em fornecer abordagens para transições da força de trabalho, o que pode ser aproveitado.

Bolívia (LMDC) (b)

Os diálogos devem se concentrar na continuidade da troca de conhecimento e aprendizado colaborativo em relação a transições justas, como essencial para compartilhar melhores práticas e lições aprendidas. Além disso, por meio da cooperação internacional, os países podem se beneficiar ao ajudar uns aos outros a entender e implementar caminhos de transição justa e ,por meio de iniciativas de capacitação, podem ajudar uns aos outros a navegar nas complexidades da transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e adequados à realidade de cada Parte.

Além disso, o diálogo deve se concentrar em quantificar ações internacionais em direção a resultados de transições justas em vários setores e comunidades e seus meios de subsistência, pois isso é vital para avaliar efetivamente a ação climática ao longo do tempo e identificar áreas potenciais para melhoria.

Transferência de tecnologia, juntamente com financiamento e capacitação, deve estar no centro dos diálogos. Integrar a consideração de transições justas na arquitetura financeira global e nas práticas comerciais, evitando medidas unilaterais com impactos negativos transfronteiriços, deve garantir a implementação dos caminhos de transição justa, incluindo por meio do fomento a mecanismos regionais e globais de transições justas que promovam a integração econômica e a criação de fundos para transições justas.

Uganda (G77+China)

Ampliar o Escopo das Avaliações: o Programa de Trabalho de Transição Justa deve ampliar seu escopo para quantificar impactos além da força de trabalho. Isso inclui considerar dimensões sociais, econômicas e ambientais no contexto de diversos modelos de desenvolvimento sustentável para garantir uma abordagem holística. Dado que a dimensão de mitigação da transição justa foi amplamente coberta, a adaptação precisa ser abordada.

Aproveitar Diálogos e Estudos Existentes: muitos diálogos e estudos anteriores sobre a transição justa na força de trabalho já abordaram

questões-chave. Basear-se nesse conhecimento existente pode ajudar a criar estratégias mais eficazes.

Promover o Diálogo Social: engajar todas as partes interessadas com uma abordagem diferenciada, incluindo trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas no diálogo social é crucial. Isso garante que a transição seja inclusiva e que as vozes de todas as partes afetadas sejam ouvidas.

Cooperação Internacional: fortalecer a cooperação internacional pode ajudar a compartilhar melhores práticas e fornecer apoio a países com recursos limitados. Isso deve incluir todos os tipos de meios de implementação—provisão de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação. As mudanças climáticas, sendo uma ameaça global, exigem uma ação global com a cooperação internacional no seu cerne.

Melhores Práticas

Austrália

Diálogo social inclusivo: A Austrália destaca a importância de garantir que trabalhadores, comunidades, governos e outros atores participem do processo de transição. O envolvimento desses grupos visa assegurar que suas contribuições sejam levadas em consideração no desenvolvimento de estratégias e políticas relacionadas à transição para uma economia de emissões líquidas zero.

Engajamento de povos indígenas: A Austrália estabeleceu mecanismos que permitem que grupos indígenas participem do desenvolvimento de projetos de energia renovável. Através da Estratégia de Energia Limpa das Primeiras Nações e do Programa de Extensão de Agricultura de Carbono, esses grupos oferecem informações e aconselhamento culturalmente adequados sobre o manejo de terras e a redução de emissões. Além disso, o envolvimento dos povos indígenas no setor de energia eólica offshore inclui consultas sobre planos de gestão e licenciamento, garantindo que suas perspectivas sejam integradas.

Consulta pública transparente: A Austrália adotou um processo de consulta pública que envolve múltiplas partes interessadas, como a indústria, comunidades locais, povos indígenas e governos. Esse processo inclui mesas-redondas, workshops e documentos de consulta específicos de setores, visando reunir feedbacks ao longo de 2023 e 2024. O objetivo é garantir que as opiniões das comunidades sejam levadas em conta no desenvolvimento do Plano de Emissões Líquidas Zero da Austrália e seus seis planos setoriais de descarbonização.

Parcerias regionais para promover transição justa: Em 2022, a Austrália lançou a Parceria de Infraestrutura Climática com a Indonésia, com um investimento de 200 milhões de dólares. A parceria inclui quatro frentes de trabalho, como o investimento em conhecimento e aprendizado e a construção de coalizões focadas em uma transição justa. Na Cúpula da ASEAN de 2023, a Austrália anunciou mais 100 milhões de dólares para apoiar a agenda de transição energética e finanças sustentáveis da Indonésia.

Capacitação da força de trabalho: A Austrália está implementando iniciativas para treinar e capacitar trabalhadores de setores altamente intensivos em carbono, como o setor de carvão e gás, para novas funções em indústrias de energia limpa. O Plano de Empregos da Indústria de Energia visa apoiar trabalhadores de usinas de carvão e gás que estão sendo desativadas, ajudando-os a fazer a transição para novos empregos. Além disso, os Planos de Transição da Força de Trabalho Regional oferecem suporte em termos de emprego e capacitação para trabalhadores e suas famílias nas regiões mais afetadas pela transição.

Estados Unidos

Engajamento de Partes Interessadas: A experiência dos Estados Unidos mostra que o engajamento com organizações de trabalhadores e outras partes interessadas é fundamental para enfrentar os riscos e maximizar os benefícios da transição, como evidenciado pelo Grupo de Trabalho Interagências sobre Comunidades Afetadas por Fechamentos de Minas de Carvão e Usinas de Energia, que apoia essas comunidades na transição para empregos em uma economia de energia limpa.

Ambientes Facilitadores Domésticos: Os Estados Unidos enfatizam a importância de ambientes facilitadores domésticos robustos, que incluem comprometimento político em alto nível, abordagens governamentais integradas, e a criação de sinais de mercado para investidores nacionais e estrangeiros, como exemplificado pela iniciativa "Justice40", que visa direcionar 40% dos benefícios de certos investimentos federais para comunidades marginalizadas.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

Planos de transição que incorporam desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, alinhados com as circunstâncias e prioridades nacionais, com uma abordagem flexível e adaptativa.

As estratégias de transição devem ser desenhadas para evitar sobrecargas desproporcionais e levar em consideração a equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Samoa (AOSIS) (a)

A AOSIS não menciona especificamente melhores práticas ou quais estudos de caso sobre caminhos de transição justa foram descritos ou utilizados como melhores práticas. Ela apenas menciona de forma geral a importância de estudos de caso sobre caminhos de transição justa em diferentes países e economias como uma categoria de melhores práticas. No entanto, não fornece detalhes adicionais ou exemplos específicos de tais estudos ou países que serviram de referência.

Bolívia (LMDC) (a)

O LMDC indicou como melhores práticas que os países desenvolvidos devem liderar no alcance de emissões líquidas zero até 2030 e de emissões negativas antes de 2050, devido ao seu consumo histórico excessivo do orçamento de carbono. Além disso, os países desenvolvidos devem cumprir suas obrigações sob o Acordo de Paris e aumentar urgentemente o fornecimento de meios de implementação, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação para os países em desenvolvimento. Outro ponto destacado é a importância do uso e adaptação dos conhecimentos e práticas das comunidades indígenas e locais.

Bélgica (União Europeia) (a)

Envolvimento em um diálogo social amplo com o apoio a transições justas em setores afetados, como o do carvão e o de energia.

Adoção de pactos como o "Pacto para as Competências", promovendo a requalificação de trabalhadores.

Utilização de planos territoriais de transição justa, como os da Itália e Espanha, que visam criar empregos verdes e promover a diversificação econômica.

Malawi (LDCs) (a)

As LDCs defendem ações ambiciosas de mitigação e adaptação climática e foram campeãs na adoção do limite de 1.5 °C no Acordo de Paris.

Exemplos de iniciativas incluem:

REEEI: Iniciativa de Eficiência Energética e Energia Renovável para garantir acesso à energia moderna e acessível para todos os cidadãos das LDCs até 2030.

LIFE-AR: Iniciativa das LDCs para uma adaptação e resiliência eficazes ao nível local, com 70% dos fluxos financeiros direcionados para ações no terreno até 2030.

Consórcio de Universidades dos LDCs sobre Mudanças Climáticas (LUCCC), que apoia a capacitação e adaptação às mudanças climáticas.

Canadá

Diálogo social: O Canadá sugere o estabelecimento de um Conselho de Parcerias para Trabalhos Sustentáveis, que reunirá governo, povos indígenas, empregadores e trabalhadores para fornecer orientações sobre uma transição justa.

Análise de Gênero e Diversidade (GBA Plus): O governo do Canadá utiliza essa ferramenta para desenvolver iniciativas responsivas e inclusivas, considerando a diversidade de fatores como idade, gênero, etnia, e outros, para identificar as necessidades e mitigar barreiras.

Conhecimento Indígena: Incorporar o conhecimento e a liderança climática dos povos indígenas nas políticas climáticas do país.

Malawi (LDCs) b)

Iniciativas lideradas pelos LDCs, como a Iniciativa de Energia Renovável e Eficiência Energética para o Desenvolvimento Sustentável (REEEI) e a Iniciativa para Adaptação e Resiliência Eficaz (LIFE-AR), são destacadas como práticas exemplares.

Consórcio de Universidades dos LDCs sobre Mudanças Climáticas (LUCCC) promovendo capacitação de longo prazo por meio de educação, treinamento, pesquisa e comunicação.

Inclusão de políticas e programas educacionais focados em educação sensível ao clima, com base na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Hungria (União Europeia) (b)

Diálogo social com sindicatos, empregadores e governos, bem como o engajamento robusto e precoce de partes interessadas, como comunidades locais e organizações da sociedade civil, para construir apoio público e desenvolver planos sustentáveis.

A experiência com as Parcerias de Transição Justa de Energia (JET-Ps) e a colaboração entre doadores públicos e governos nacionais para guiar os países em transição para uma economia de baixo carbono.

Chile

O Chile menciona a relevância de documentos como os publicados pelo KCI e pelo IPCC, que fornecem uma visão geral de iniciativas em países e regiões com diferentes trajetórias e estágios de desenvolvimento. Indicadores e métricas também foram desenvolvidos para avaliar o desempenho das iniciativas de transição justa.

Samoa (AOSIS) (b)

A transição justa deve ser baseada em diálogo social e tomada de decisão participativa, como exemplificado pela Coalizão Presidencial sobre o Clima da África do Sul e a NDC de Antígua e Barbuda.

A colaboração do UNDRR em Fiji, utilizando imagens de satélite e modelagem de risco para decisões de reassentamento, é mencionada como um exemplo de análise preditiva.

Uganda (G77+China)

Integração dos Princípios de Transições Justas em Estruturas Climáticas Chave: Integrar os princípios de transições justas na implementação de estruturas chave de mudanças climáticas (ou seja, a Convenção, Protocolo de Kyoto, Acordo de Paris, ODS 13 e IPCC) pode ajudar a garantir que a transição para um futuro sustentável seja justa e equitativa para todos.

Soluções Acionáveis

Austrália

Autoridade para a Economia de Emissões Zero: A Austrália está criando uma autoridade dedicada a promover uma transformação econômica associada à transição para zero emissões. Essa autoridade será responsável por coordenar e alinhar as políticas e programas governamentais, além de atuar como um catalisador para o desenvolvimento de grandes projetos, criação de empregos e investimentos privados e públicos. Seu objetivo é garantir que a transição seja ordenada e beneficie tanto os trabalhadores quanto as comunidades afetadas.

Plano de Empregos da Indústria de Energia: O governo australiano está desenvolvendo um plano para apoiar trabalhadores de usinas de carvão e gás que estão sendo desativadas, ajudando-os a fazer a transição para novos empregos. O plano também abrange o desenvolvimento de Planos de Transição da Força de Trabalho Regional, que proporcionarão suporte adicional em termos de emprego e habilidades para trabalhadores e comunidades impactados pela transição para zero emissões. Esses planos

serão elaborados em parceria com governos estaduais, empregadores, sindicatos e comunidades locais.

Estratégia Nacional de Força de Trabalho de Energia: A Austrália está colaborando com governos estaduais e territoriais para desenvolver uma estratégia que garanta uma força de trabalho altamente qualificada e diversificada para sustentar uma transição energética limpa. Essa estratégia fornecerá um quadro nacional para assegurar que o país tenha um fluxo contínuo de trabalhadores capacitados para atender às demandas crescentes do setor de energia limpa.

Fundo "Powering the Regions": Esse fundo tem como objetivo apoiar o desenvolvimento da força de trabalho necessária para a descarbonização e para as novas indústrias de energia limpa. Um dos focos do programa é a requalificação de trabalhadores em setores de difícil abate e expostos ao comércio. O programa apoia 11 projetos em todo o país, que têm como objetivo criar novos empregos e capacitar trabalhadores para o uso de novas tecnologias, combustíveis alternativos e processos mais eficientes.

Programa de Agricultura de Carbono: A Austrália promove o uso de práticas agrícolas que reduzam as emissões e armazenem carbono. No âmbito deste programa, grupos indígenas oferecem informações culturalmente adequadas para apoiar agricultores e gestores de terras na implementação dessas práticas.

Engajamento em Energia Eólica Offshore: No setor emergente de energia eólica offshore, a Austrália implementou um mecanismo que envolve grupos indígenas em declarações de áreas, planos de manejo e processos de licenciamento. Esse envolvimento visa garantir que os projetos de energia renovável sejam desenvolvidos com o consentimento e participação dessas comunidades.

Estados Unidos

Engajamento com organizações de trabalhadores: Os Estados Unidos destacam a importância de engajar as organizações de trabalhadores no planejamento climático como uma solução para entender como abordar os riscos e maximizar os benefícios de uma transição justa.

Grupo de Trabalho Interagências sobre Comunidades de Carvão e Usinas de Energia: A criação do grupo de trabalho identifica as comunidades mais afetadas pelo fechamento de minas de carvão e usinas de energia, buscando direcionar investimentos federais para apoiar essas comunidades na transição para empregos na economia de energia limpa.

"Justice40": Iniciativa que visa garantir que 40% dos benefícios gerais de certos investimentos federais em clima, energia limpa e habitação sustentável fluam para comunidades desfavorecidas.

Integração da proteção social adaptativa: A proteção social adaptativa é promovida como uma maneira de construir a resiliência de famílias pobres e vulneráveis, ajudando-as a se preparar e se adaptar aos choques climáticos.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

Mobilização de pelo menos USD 100 bilhões anuais em financiamento climático, com ênfase em doações ao invés de empréstimos, para apoiar a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e Planos Nacionais de Adaptação (NAPs).

Investimentos em infraestrutura de baixa emissão, sistemas de transporte e agricultura climática inteligente.

Transferência de tecnologia e construção de capacidades institucionais e humanas para planejar e implementar as estratégias de transição.

Samoa (AOSIS) (a)

Apoio para que os países desenvolvam políticas e planos de implementação de transição justa que complementem as metas climáticas e políticas, adaptados às circunstâncias nacionais, com foco em setores como turismo e transporte.

Colaboração e parcerias internacionais no âmbito da UNFCCC, em áreas como transição justa da força de trabalho, direitos humanos, segurança alimentar e hídrica, saúde e migração.

Investimento em sistemas de energia limpa e em redes regionais para facilitar a transição para o net-zero.

Bolívia (LMDC) (a)

O LMDC indicou como soluções acionáveis a implementação de medidas de adaptação e a construção de infraestrutura resiliente ao clima nos países em desenvolvimento. Essas medidas devem focar na redução da vulnerabilidade das populações, incluindo povos indígenas e comunidades locais, e atender aos déficits de desenvolvimento como primeiro passo para construir resiliência climática. Além disso, o fornecimento de financiamento concessional e público na forma de subsídios, ao invés de empréstimos, foi destacado como essencial para facilitar essas soluções.

Bélgica (União Europeia) (a)

Promoção de programas de requalificação para trabalhadores de setores em declínio, como o carvão, para novos empregos verdes.

Políticas de suporte social, como a criação de mecanismos de apoio financeiro para as regiões mais afetadas, e o desenvolvimento de infraestrutura de energia renovável para reduzir a pobreza energética.

Malawi (LDCs) (a)

Reconhecimento dos contextos nacionais das transições justas e suporte financeiro e tecnológico para NDCs, NAPs (Planos Nacionais de Adaptação) e LT-LEDs (Long-Term Low Emission Development Strategies).

Cooperação internacional em iniciativas conjuntas para acelerar a transição justa.

Inclusão de transições justas na agricultura, cidades e setores informais, além da consideração de biomassa como parte importante da transição energética para muitas LDCs.

Uso de minerais críticos para apoiar a transição energética, facilitando o acesso a crédito de longo prazo para as LDCs.

Canadá

Conselho de Parcerias para Trabalhos Sustentáveis: Um órgão permanente que fornecerá conselhos contínuos ao governo sobre como garantir uma transição justa.

Plano Nacional de Adaptação: Inclui um compromisso em garantir que os sistemas de conhecimento indígena sejam justamente investidos e que haja engajamento ético e equitativo na co-produção de conhecimento adaptativo.

Malawi (LDCs) (b)

Capacitação e desenvolvimento de habilidades para apoiar a transição para economias verdes emergentes, especialmente em nível local e regional.

Investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias resilientes ao clima adaptadas às necessidades específicas dos LDCs.

Criação de centros de transferência de tecnologia para disseminar inovações climáticas.

Avaliações específicas por país sobre as necessidades e resultados da transição justa, incluindo a economia informal e PMEs.

Hungria (União Europeia) (b)

Medidas para proteger trabalhadores e comunidades afetadas pela transição, incluindo programas de diversificação econômica, requalificação e estímulos econômicos.

A implementação de parcerias público-privadas e a mobilização de investimentos privados são soluções cruciais para apoiar a transição justa.

Chile

O Chile destaca que as soluções devem se concentrar em políticas e programas públicos de longo prazo em vez de projetos específicos. Sugere a discussão de políticas que melhorem o envolvimento e o empoderamento de grupos vulneráveis por meio do desenvolvimento de habilidades, proteção social e outras capacidades, além da dimensão da força de trabalho.

Samoa (AOSIS) (b)

Produzir um kit de ferramentas ou documento de síntese sobre melhores práticas e abordagens para engajar todos os atores na transição da força de trabalho.

Promover a cooperação internacional no design e implementação de políticas de transição justa, incluindo apoio a países na criação de planos de implementação abrangentes que complementem as metas climáticas.

Compilar trabalhos existentes sobre proteção social para os mais vulneráveis, como redes de segurança social, suporte ao desemprego e políticas de licença parental.

Uganda (G77+China)

O Programa de Trabalho de Transição Justa deve ampliar seu escopo para quantificar impactos além da força de trabalho. Isso inclui considerar dimensões sociais, econômicas e ambientais no contexto de diversos modelos de desenvolvimento sustentável para garantir uma abordagem holística. Engajar todas as partes interessadas com uma abordagem diferenciada, incluindo trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas, no diálogo social é crucial.

Aproveitar Diálogos e Estudos Existentes: muitos diálogos e estudos anteriores sobre a transição justa na força de trabalho já abordaram questões-chave. Basear-se nesse conhecimento existente pode ajudar a criar estratégias mais eficazes.

Promover o Diálogo Social: engajar todas as partes interessadas com uma abordagem diferenciada, incluindo trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas, no diálogo social é crucial. Isso garante que a transição seja inclusiva e que as vozes de todas as partes afetadas sejam ouvidas.

Cooperação Internacional: fortalecer a cooperação internacional pode ajudar a compartilhar melhores práticas e fornecer apoio a países com recursos limitados. Isso deve incluir todos os tipos de meios de implementação—provisão de financiamento, transferência de tecnologia e

capacitação. As mudanças climáticas, sendo uma ameaça global, exigem uma ação global com a cooperação internacional no seu cerne.

Os países desenvolvidos devem cumprir seus compromissos de fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento. Isso inclui cumprir a meta anual de US$ 100 bilhões que foi estabelecida até 2020 para financiamento climático e atender a nova meta coletiva quantificada de financiamento climático, garantindo que os fundos sejam acessíveis, previsíveis e adequados.

Estabelecer um mecanismo transparente e responsável para rastrear os fluxos de financiamento climático, garantindo que os fundos estejam efetivamente chegando aos países em desenvolvimento.

Promover mecanismos financeiros que não gerem ônus de dívida insustentável.

O NCQG representa uma abordagem mais ambiciosa e baseada nas necessidades para o financiamento climático, que é essencial para que os países em desenvolvimento combatam efetivamente as mudanças climáticas e alcancem os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas é crucial. Isso envolve fornecer assistência técnica, treinamento e recursos para construir capacidades institucionais e humanas. Isso contribuirá para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Programas de capacitação ambiciosos e abrangentes, que incluam a transformação do setor educacional, devem ser desenvolvidos para se concentrar no aprimoramento das habilidades técnicas, no desenvolvimento de políticas e nas capacidades de implementação nos países em desenvolvimento. A cooperação internacional deve desempenhar um papel importante para abordar as necessidades financeiras associadas dos países em desenvolvimento relacionadas à capacitação para as transições.

Desafios para o JTWP

Austrália

Transição de trabalhadores de indústrias intensivas em emissões: Um dos principais desafios mencionados é a necessidade de requalificar e realocar trabalhadores de setores intensivos em emissões, como o de carvão e gás, à medida que essas indústrias são progressivamente fechadas. Garantir que esses trabalhadores possam encontrar novas oportunidades em indústrias de energia limpa requer investimentos em capacitação e treinamento.

Impacto nas comunidades regionais: A transição para uma economia de zero emissões pode afetar significativamente as comunidades que dependem de indústrias intensivas em carbono. Essas regiões enfrentam o desafio de substituir empregos perdidos e de adaptar suas economias locais para se alinharem às novas indústrias emergentes. O suporte para essas comunidades precisa ser coordenado de forma eficaz para minimizar o impacto social e econômico.

Coordenação de políticas entre diferentes níveis de governo: A Austrália reconhece o desafio de garantir que as políticas de transição sejam coordenadas entre os governos federal, estaduais e locais. Essa coordenação é essencial para garantir que as iniciativas sejam eficazes, consistentes e capazes de promover uma transição justa em todas as regiões do país.

Inclusão de diversos grupos no processo de transição: Um desafio central é garantir que a transição seja inclusiva e que todas as partes interessadas, incluindo comunidades indígenas, trabalhadores e jovens, estejam devidamente envolvidas. A Austrália ressalta que a participação dessas comunidades em diálogos e processos de planejamento é fundamental, mas pode ser complexa devido à diversidade de necessidades e expectativas.

Integração de igualdade de gênero no planejamento e implementação: Outro desafio significativo é garantir que a transição seja sensível às questões de igualdade de gênero. A Austrália reconhece a importância de integrar a igualdade de gênero no planejamento da transição, de modo a assegurar que os benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa entre

homens e mulheres, o que requer uma atenção especial no desenvolvimento de políticas e programas.

Descarbonização de setores difíceis de abater: A Austrália também enfrenta o desafio de descarbonizar setores considerados difíceis de abater, que são altamente dependentes de combustíveis fósseis e altamente expostos ao comércio internacional. Isso inclui a necessidade de desenvolver tecnologias e processos mais eficientes para reduzir as emissões nesses setores, ao mesmo tempo em que se mantém a competitividade econômica.

Estados Unidos

Alinhamento de interesses e compromissos: A falta de orientação da CMA sobre a questão das transições justas é apontada como um desafio. Embora os Estados Unidos não considerem essa orientação necessária, reconhecem que a ausência de diretrizes pode dificultar a coordenação entre os países e a implementação de estratégias eficazes.

Garantir o suporte adequado para comunidades afetadas: Identificar e apoiar as comunidades mais afetadas pela transição energética é um desafio constante, principalmente aquelas dependentes de indústrias de energia fóssil, como as comunidades de mineração de carvão.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

Escassez de recursos financeiros e técnicos, além do acesso limitado a tecnologias inovadoras necessárias para a transição para uma economia resiliente e de baixa emissão.

Impactos econômicos e sociais negativos provenientes de políticas unilaterais, como barreiras comerciais e ajustes de fronteira de carbono.

Samoa (AOSIS) (a)

O aumento da população global, que adiciona estresse aos recursos globais já limitados, incluindo a energia, dificultando o cumprimento da meta de temperatura global.

A falta de destaque para o papel central dos oceanos na compreensão das vulnerabilidades dos SIDS.

Fluxos financeiros previsíveis para os SIDS.

Falta de consideração das circunstâncias especiais dos SIDS ao lidar com questões de acesso a financiamento.

Bolívia (LMDC) (a)

O LMDC indicou como desafios a falta de ação equitativa por parte dos países desenvolvidos em relação às mudanças climáticas, o que limita os caminhos disponíveis para os países em desenvolvimento atenderem às suas necessidades básicas e promoverem transições justas. A inação adequada e a contínua falta de ambição por parte dos países desenvolvidos são vistas como um obstáculo significativo. Além disso, a menor capacidade de adaptação dos países em desenvolvimento, devido aos impactos das mudanças climáticas, exige compensação sob os critérios de justiça climática.

Bélgica (União Europeia) (a)

Impacto desigual da transição sobre os trabalhadores, especialmente em setores como mineração e produção de energia baseada em combustíveis fósseis.

A necessidade de políticas de suporte para garantir que as populações mais vulneráveis não sejam deixadas para trás durante a transição.

O desafio de garantir que as políticas de transição justa sejam equitativas e inclusivas, considerando as disparidades de gênero e as necessidades de trabalhadores expostos a riscos climáticos.

Malawi (LDCs) (a)

Capacidades limitadas das LDCs para preparar e comunicar seus NDCs e a falta de ambição em muitas metas.

Os impactos das mudanças climáticas já são sentidos em todas as regiões, sendo os mais vulneráveis os que menos contribuíram para o problema.

A lacuna no apoio financeiro internacional, com o objetivo de mobilizar USD 100 bilhões por ano até 2020, meta que não foi alcançada em 2021.

Necessidade de mais apoio tecnológico, com transferência de tecnologias sendo um fator chave para viabilizar a transição justa.

Canadá

A transição justa enfrenta o desafio de garantir que todos os trabalhadores e comunidades se sintam empoderados para participar nas decisões que impactarão seu futuro. Além disso, populações sub-representadas enfrentam barreiras sistêmicas e são desproporcionalmente afetadas pelos impactos climáticos.

Malawi (LDCs) (b)

As ações de adaptação não conseguem acompanhar a natureza em rápida mudança do clima, o que resulta em perdas e danos contínuos.

Financiamento internacional insuficiente e inadequado, com a maioria do apoio sendo concedido na forma de empréstimos, muitas vezes não concessionais.

A implementação dos planos nacionais (NDCs, NAPs) é prejudicada devido à falta de apoio internacional suficiente.

Hungria (União Europeia) (b)

Riscos de desigualdade social, desconfiança dos trabalhadores e redução de competitividade em setores afetados pela transição, especialmente sem políticas adequadas.

Impactos negativos no mercado de trabalho, especialmente em setores como mineração e energia baseada em combustíveis fósseis, bem como nos trabalhadores mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Chile

Um dos desafios mencionados é a necessidade de uma abordagem baseada em direitos humanos e justiça ambiental para garantir que ninguém seja deixado para trás e evitar o aprofundamento das desigualdades, especialmente nas comunidades vulneráveis. Além disso, o alto nível de emprego informal e a baixa mobilidade social são barreiras que afetam a

eficácia das iniciativas em relação ao trabalho decente e à erradicação da pobreza.

Samoa (AOSIS) (b)

O tempo limitado para implementar o Acordo de Paris em conformidade com as metas baseadas em ciência representa um desafio significativo.

As transições variam conforme as circunstâncias nacionais, criando desafios para estruturar e coordenar discussões.

A AOSIS menciona a falta de evidências e informações sobre como a transição da força de trabalho afetará os pequenos estados insulares, o que deixa essas nações dependentes de orientações fora de contexto.

Bolívia (LMDC) (b)

Aumento da frequência e intensidade de desastres naturais que afetam países em desenvolvimento, ampliando as desigualdades e lacunas de adaptação. A adaptação é essencial para alcançar os objetivos do Acordo de Paris. A falta de financiamento, tecnologia e capacitação em países em desenvolvimento impacta diretamente todos os setores, exigindo uma prontidão socioeconômica geral para a transição. Os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam devido à transição global injusta podem exacerbar desigualdades e dificultar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Fortalecer estruturas internacionais para facilitar a cooperação e promover o aprendizado compartilhado é essencial para permitir que as nações em desenvolvimento progridam sem comprometer seu direito ao desenvolvimento.

Não é possível entregar caminhos de transição justa para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, se a adaptação não for considerada. Ao longo do JTWP, o LMDC gostaria de ter um diálogo focado na Adaptação e suas interconexões com os caminhos de transição justa, incluindo a interligação da necessária cooperação internacional.

Deve-se considerar que a insuficiência de financiamento, tecnologia e capacitação nos países em desenvolvimento impacta diretamente todos os setores de uma economia, incluindo a força de trabalho. Os impactos da

transição energética e da transição na força de trabalho requerem uma prontidão geral para a transição socioeconômica.

Uganda (G77+China)

A transição justa da força de trabalho possui defensores fortes, especialmente em países com sindicatos robustos. A maioria dos países em desenvolvimento está se esforçando para aumentar a participação da comunidade na identificação de seus caminhos de transição justa. Focar o diálogo exclusivamente na força de trabalho compromete outros grupos vulneráveis dentro dos países em desenvolvimento que carecem de sindicatos fortes e meios de implementação eficazes, como o setor informal e micro e pequenas empresas. A transição necessária exige uma transformação de toda a economia e sociedade para atender aos novos ou diferentes modelos de desenvolvimento. Os países desenvolvidos devem cumprir as metas de financiamento acordadas, promover mecanismos financeiros que não gerem ônus de dívida insustentável e estabelecer um mecanismo transparente e responsável para rastrear os fluxos de financiamento climático.

Barreiras para o JTWP

Austrália

Disparidades regionais na transição: Há uma barreira significativa relacionada à desigualdade de impactos da transição em diferentes regiões do país, especialmente nas comunidades que dependem de indústrias de carbono intensivo, como carvão e gás. Essas comunidades enfrentam dificuldades maiores para encontrar alternativas econômicas e de emprego, o que cria desafios adicionais para implementar a transição de maneira uniforme.

Complexidade na requalificação da força de trabalho: A Austrália menciona a dificuldade de requalificar trabalhadores de setores intensivos em emissões para empregos em indústrias de energia limpa. A transição requer esforços coordenados para treinar e realocar esses trabalhadores, e garantir

que eles adquiram as habilidades necessárias para os novos postos de trabalho, o que nem sempre é simples ou imediato.

Desafios na coordenação de políticas entre níveis de governo: Uma barreira importante é a necessidade de coordenar políticas e iniciativas entre o governo federal, os governos estaduais e locais, além do setor privado. A falta de alinhamento ou de coordenação entre esses diferentes atores pode dificultar a implementação eficaz de políticas de transição justa.

Engajamento de partes interessadas diversas: Outra barreira mencionada é o desafio de garantir um envolvimento significativo de todas as partes interessadas, incluindo trabalhadores, comunidades locais, povos indígenas, jovens e grupos marginalizados. Assegurar que todos esses grupos participem ativamente dos processos de transição pode ser difícil devido às diferentes necessidades, expectativas e capacidades de engajamento.

Falta de infraestrutura e investimento em certas regiões: Regiões altamente dependentes de indústrias de combustíveis fósseis muitas vezes carecem da infraestrutura necessária para atrair novos investimentos em setores de energia limpa. A ausência de investimentos públicos e privados em projetos que possam gerar empregos e crescimento nessas áreas é uma barreira significativa para uma transição equitativa.

Estados Unidos

Falta de consenso social e político: A ausência de apoio social e político em alto nível para a ação climática pode ser uma barreira para o progresso. Os Estados Unidos enfatizam que o engajamento com várias partes interessadas, incluindo governos locais, sindicatos e o setor privado, é crucial para garantir que as barreiras políticas e sociais sejam superadas.

Desigualdades sociais e econômicas: A marginalização de certas comunidades por décadas de falta de investimentos e os altos níveis de poluição em algumas áreas tornam mais difícil alcançar uma transição justa e equitativa.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

O baixo fluxo de financiamento climático global para países em desenvolvimento, com menos de 14% do total destinado a esses países e grande parte focada em mitigação, deixando a adaptação subfinanciada.

Acesso dificultado a fundos climáticos internacionais devido a procedimentos complexos de solicitação.

Barreiras à transferência de tecnologia, como direitos de propriedade intelectual, altos custos e falta de capacidade técnica local.

Samoa (AOSIS) (a)

Isolamento geográfico, com SIDS separadas por vastos oceanos.

Restrições de capacidade.

Barreiras de propriedade intelectual e comerciais que impedem o desenvolvimento e a implantação de tecnologias de energia renovável.

Bolívia (LMDC) (a)

O LMDC indicou como barreiras as medidas comerciais unilaterais que impactam negativamente os países em desenvolvimento. Entre essas medidas, destacam-se o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) da União Europeia, as regulamentações de cadeias de fornecimento livres de desmatamento da União Europeia e Reino Unido e os padrões europeus de relatórios de sustentabilidade (ESRS). Essas ações enfraquecem o multilateralismo, impõem obstáculos às transições justas e violam o Artigo 3.5 da UNFCCC.

Bélgica (União Europeia) (a)

A falta de políticas de apoio adequadas pode levar à perda de empregos e à diminuição do PIB em alguns setores.

Diferenças regionais e setoriais podem dificultar a implementação de estratégias uniformes de transição justa.

Necessidade de mais clareza nas estratégias dos Estados-membros para medir e abordar os impactos sociais e de emprego da transição.

Malawi (LDCs) (a)

A falta de recursos financeiros e tecnológicos acessíveis e de qualidade.

O suporte internacional insuficiente, especialmente no que diz respeito ao financiamento e à transferência de tecnologia.

A falta de infraestrutura e treinamento para lidar com novas tecnologias e adaptação a uma economia de baixo carbono.

Canadá

Barreiras incluem a marginalização de certos grupos em setores de crescimento verde e a necessidade de enfrentar desigualdades sistêmicas, incluindo discriminação de gênero e divisão entre áreas urbanas e rurais, que podem limitar a plena participação de todos nas oportunidades da transição justa.

Malawi (LDCs) (b)

Falta de financiamento adequado e previsível para apoiar a transição justa e o desenvolvimento de baixo carbono.

Dificuldade em acessar tecnologia apropriada e assistência técnica necessária para mitigar e adaptar às mudanças climáticas.

Desafios relacionados à dívida, que limitam a capacidade dos LDCs de agir de forma eficaz no combate às mudanças climáticas

Hungria (União Europeia) (b)

Barreiras financeiras, como a maior alocação de recursos para combustíveis fósseis em vez de mitigação climática e adaptação.

A falta de acesso a capital para ações climáticas e o desalinhamento de políticas públicas em relação aos fluxos financeiros que apoiam uma economia neutra em carbono.

Chile

O Chile menciona barreiras relacionadas à proteção social e à igualdade de gênero, exemplificadas pela baixa participação de mulheres no setor

energético, que é de apenas 22%, devido principalmente ao baixo nível de emprego feminino em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática

Samoa (AOSIS) (b)

A duplicação de esforços entre diferentes iniciativas sobre transição justa deve ser evitada, ao mesmo tempo em que é necessário produzir um resultado coeso que considere as circunstâncias nacionais variadas.

Acesso limitado a financiamento e altos níveis de endividamento são barreiras críticas enfrentadas pelos pequenos estados insulares na implementação de transições justas.

Barreiras relacionadas a direitos de propriedade intelectual e comércio também são citadas como desafios que impedem o desenvolvimento e a implantação de tecnologias de energia renovável nesses países.

Bolívia (LMDC) (b)

O aspecto do trabalho é relevante para a discussão, mas focar apenas em tal dimensão pode levar a uma perspectiva restrita dos caminhos de transição justa. Todos os atores e segmentos da sociedade devem ser considerados se entendermos que suas formas de vida completas dependem não apenas de melhorar planos, programas, regulamentos e diretrizes relacionados à força de trabalho, mas também de medidas eficazes de adaptação e mitigação sendo implementadas no terreno, que garantam a entrega da justiça climática. Sua implementação será viabilizada não apenas pela provisão de meios de implementação de acordo com os Artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris, mas também por meio de ações de mitigação em tempo hábil, de acordo com seu Artigo 4.4. Nesse sentido, a provisão de financiamento climático deve vir de fontes públicas de países desenvolvidos e ser baseada em subsídios.

Cada Parte está construindo sua transição com base em seus fundamentos históricos, que, no caso dos países em desenvolvimento, são afetados pela colonização e, portanto, seus prazos para alcançá-las serão diferentes. Também deve ser considerado que os países em desenvolvimento representam cerca de 84% da população mundial, mesmo com uma

arquitetura financeira internacional injusta e as obrigações e compromissos não cumpridos de fornecer meios de implementação pelos países desenvolvidos.

Até agora, os esforços de transição justa dos países em desenvolvimento se concentraram estreitamente em setores específicos (predominantemente energia) e partes interessadas (especificamente trabalhadores em indústrias predominantemente masculinas). No entanto, a experiência mostra que alcançar uma transição justa requer abordar os impactos da economia de baixas emissões (descarbonização) sobre consumidores, empregadores, comunidades e seus meios de subsistência, bem como orientar uma transformação de desenvolvimento bem-sucedida em todos os setores e indústrias. Além disso, mesmo no caso de se alcançar economias de baixas emissões de maneira bem-sucedida, ainda enfrentaremos os impactos das mudanças climáticas devido às emissões históricas, portanto, medidas de adaptação eficazes, ambientalmente adequadas e culturalmente adequadas, que incluam o conhecimento dos Povos Indígenas, ainda serão necessárias para todos os povos em diferentes setores, para os meios de subsistência dos quais dependem e para a Mãe Terra como um todo. O foco restrito dos diálogos sobre os caminhos de transição justa dificulta a capacidade de abordar essa transição necessária de toda a economia e sociedade. Medidas unilaterais com impactos negativos transfronteiriços, incluindo mecanismos de ajuste de carbono nas fronteiras e regulamentações de desmatamento em cadeias de suprimento, devem ser avaliadas de maneira abrangente para identificar os desafios que impõem à cooperação internacional e os esforços globais para alcançar uma transição justa e equitativa.

Uganda (G77+China)

O reconhecimento da diversidade de modelos de desenvolvimento, fundamentado em critérios de justiça climática, como a distribuição justa do orçamento global de carbono, é essencial para uma transição justa global e para caminhos de transição justa nacionais. A transição na força de trabalho é um processo complexo com efeitos positivos e negativos. Requer gerenciamento cuidadoso e políticas que vão além das capacidades de muitos países para garantir que os benefícios sejam maximizados enquanto

se mitigam os efeitos negativos. Em muitos países em desenvolvimento, os formuladores de políticas enfrentam escolhas difíceis ao alocar seus recursos limitados. Faltam recursos financeiros adequados, acessíveis e previsíveis para financiar os planos de transição dos países em desenvolvimento e o apoio internacional é insuficiente.

Os países em desenvolvimento enfrentam falta de apoio aprimorado para a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, barreiras ao acesso à tecnologia e cooperação internacional fragmentada - enfraquecendo a implantação de tecnologias ambientais e amigáveis ao clima -, além da falta de valorização de tecnologias baseadas no conhecimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

Além disso, os países em desenvolvimento enfrentam dificuldades para fornecer programas de treinamento e educação adequados para capacitar trabalhadores, incluindo aqueles não envolvidos na economia formal, com as habilidades necessárias para indústrias emergentes. A capacitação para atender às habilidades exigidas para uma transição de toda a economia e sociedade envolve uma ampla gama de transformações no setor educacional, que requer planos financeiros muito ambiciosos.

Em relação à cooperação internacional e parcerias, embora seja clara a ligação com abordagens centradas nas pessoas, isso é apenas um passo para identificar as áreas que precisariam de apoio, mas não é essencialmente a solução.

Objetivo e Escopo Indicados pelas Partes para o JTWP

Austrália

Coordenação de políticas para apoiar a transição justa: O JTWP deve ajudar os países a desenvolver compromissos, planos e estratégias que assegurem uma transição justa e equitativa. Isso inclui garantir que trabalhadores, indústrias e comunidades que historicamente sustentaram as economias continuem a se beneficiar durante a transição para um mundo resiliente ao clima e com emissões líquidas zero.

Foco em abordagens baseadas no lugar e engajamento das partes interessadas: O programa deve explorar como os países estão utilizando abordagens coordenadas de políticas centradas nas necessidades locais e com engajamento adequado de partes interessadas, como trabalhadores e comunidades afetadas pela transição.

Desenvolvimento de estratégias para requalificação e capacitação da força de trabalho: O escopo do JTWP deve incluir a criação de estratégias que garantam a requalificação e capacitação dos trabalhadores durante a transição. Isso é crucial para que os trabalhadores de setores de alta emissão possam migrar para empregos nas novas indústrias de energia limpa.

Integração da igualdade de gênero no planejamento da transição: A Austrália destaca a importância de o JTWP abordar a integração da igualdade de gênero no planejamento e implementação da transição, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa

Estados Unidos

De acordo com o documento submetido pelos Estados Unidos à UNFCCC, o escopo de trabalho do Just Transition Work Programme (JTWP) deveria focar nos seguintes pontos:

Integração de Direitos Trabalhistas e Proteção Social: O trabalho do JTWP deve incluir a integração de proteção social, direitos trabalhistas, desenvolvimento da força de trabalho e diálogo social no planejamento climático nacional (como os NDCs, NAPs e LT-LEDs). Isso contribui para um ambiente doméstico favorável, criando empregos na economia de energia limpa e promovendo consenso social para a ação climática.

Envolvimento das Partes Interessadas: O JTWP deve incentivar o engajamento de partes interessadas, especialmente organizações de trabalhadores, para entender melhor como mitigar os riscos e maximizar os benefícios de uma transição justa.

Ambiente Doméstico Facilitador: O programa deve apoiar os países na criação de ambientes domésticos facilitadores robustos, incluindo compromissos políticos de alto nível, coordenação entre diferentes setores

e uma abordagem governamental ampla para maximizar a eficácia da implementação de ações climáticas.

Foco em Comunidades Vulneráveis: O JTWP deve priorizar iniciativas como a "Justice40" nos Estados Unidos, que garantam que os benefícios dos investimentos climáticos e de energia limpa cheguem a comunidades marginalizadas e sobrecarregadas pela poluição.

Arábia Saudita (Grupo Árabe)

De acordo com o documento fornecido, o Grupo Árabe indicou que o objetivo e o escopo do Programa de Trabalho de Transição Justa (JTWP) devem ser os seguintes:

Objetivo: O JTWP deve apoiar o alcance das metas do Acordo de Paris por meio de trajetórias de transição justa que sejam inclusivas e holísticas, levando em consideração as circunstâncias nacionais, necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. O princípio da equidade e as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, devem ser respeitados. A transição justa também deve estar alinhada com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Escopo: O JTWP deve incluir estruturas de apoio equitativas, assegurando que os novos encargos não recaiam desproporcionalmente sobre os países em desenvolvimento. Além disso, deve mitigar quaisquer impactos socioeconômicos adversos resultantes de políticas climáticas. O programa deve garantir que as economias em desenvolvimento tenham o suporte necessário, tanto financeiro quanto tecnológico, para realizar a transição para trajetórias resilientes ao clima e de baixa emissão

Samoa (AOSIS) (a)

Segundo o documento, a AOSIS indica que o objetivo e escopo do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) devem ser alinhados com os objetivos do Acordo de Paris, especificamente com os Artigos 2.1 e 2.2. O foco principal deve ser:

Limitar o aumento da temperatura global a bem abaixo de 1.5°C, ao mesmo tempo em que se aumenta a capacidade de adaptação e a resiliência das Pequenas Ilhas em Desenvolvimento (SIDS).

Garantir que o acesso aos recursos para implementar o Acordo de Paris nas SIDS seja equitativo e justo, levando em consideração as circunstâncias especiais desses países.

O JTWP deve também assegurar a justiça nos processos de transição para alcançar as metas do Acordo de Paris, reconhecendo que não existe um caminho único para a transição justa, visto que cada país tem diferentes potenciais e desafios, especialmente as ilhas pequenas, que são desfavorecidas no que diz respeito à energia renovável.

Bolívia (LMDC) (a)

Para os LMDC, o objetivo e o escopo do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) devem incluir o reconhecimento das diferentes realidades e pontos de partida de cada país, em especial dos países em desenvolvimento. Eles enfatizam que a transição justa deve priorizar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, juntamente com a proteção da Mãe Terra e a promoção da justiça climática.

Além disso, o JTWP deve considerar os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e capacidades respectivas (CBDR&RC), com os países desenvolvidos assumindo a liderança na redução de emissões. Deve também garantir a provisão de meios de implementação — como financiamento, tecnologia e capacitação — para os países em desenvolvimento. Finalmente, o JTWP deve abordar barreiras comerciais unilaterais que afetam negativamente o comércio de países em desenvolvimento e ameaçam as transições justas

Bélgica (União Europeia) (a)

Os objetivos do Just Transition Work Programme (JTWP) para a União Europeia, conforme o documento fornecido, incluem:

Transição justa da força de trabalho e criação de empregos decentes e de qualidade: Este objetivo visa garantir que a transição para uma economia de baixo carbono crie novas oportunidades de emprego, promovendo a empregabilidade e altos níveis de emprego, enquanto assegura que os trabalhadores tenham direitos trabalhistas garantidos e altos padrões laborais.

Proteção social e acesso a serviços essenciais: O programa enfatiza a importância de fornecer proteção social adequada e garantir o acesso a serviços essenciais, especialmente para trabalhadores, pessoas e famílias em situações vulneráveis, que são mais afetadas pela transição e pelos riscos climáticos.

Abordagem de toda a sociedade, engajamento amplo de stakeholders e diálogo social: Este objetivo promove a inclusão de todos os segmentos da sociedade no processo de transição, incentivando o diálogo social, a participação dos parceiros sociais e o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo autoridades regionais e locais, para garantir que as políticas sejam justas e inclusivas.

Malawi (LDCs) (a)

No documento, os objetivos e o escopo do Just Transition Work Programme (JTWP) para os países menos desenvolvidos (LDCs) são descritos da seguinte forma:

Objetivos: O JTWP deve apoiar a implementação de uma transição justa para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, considerando as circunstâncias nacionais específicas dos LDCs.

Deve garantir que a transição para fontes de energia renováveis e de baixa emissão seja justa, equitativa e não crie um ônus excessivo sobre os LDCs, especialmente em termos de segurança energética e alimentar, acessibilidade econômica e impacto social.

Deve integrar os setores informais da economia e considerar as implicações para o setor agrícola, incluindo pecuária e pesca.

Deve promover a justiça nas transições agrícolas e urbanas, com foco nas cidades sustentáveis e vulneráveis ao clima nos países em desenvolvimento.

Escopo: O programa deve abordar a transição energética justa, priorizando a segurança energética e o acesso à energia, especialmente para os LDCs que dependem de fontes de energia como a biomassa.

Deve garantir a justiça no uso dos minerais críticos que são fundamentais para a expansão de energias renováveis e melhorias na eficiência energética,

assegurando que seu uso contribua para o desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e o acesso à energia nos LDCs, sem prejudicar o meio ambiente.

O JTWP também deve proteger os recursos minerais e incluir salvaguardas sociais, econômicas, laborais e ambientais associadas ao uso desses recursos.

Canadá

De acordo com o documento do Canadá, os objetivos e o escopo do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) deveriam ser os seguintes:

Objetivos: Garantir que a transição para uma economia global resiliente ao clima e de emissões líquidas zero seja equitativa, promovendo justiça social e assegurando que trabalhadores e comunidades se beneficiem das oportunidades geradas por essa transformação.

Apoiar a criação de empregos decentes e de qualidade, alinhados com os direitos humanos, trabalhistas e dos povos indígenas.

Contribuir para o cumprimento das metas do Acordo de Paris, incluindo a limitação do aquecimento global a 1.5°C acima dos níveis pré-industriais, e aumentar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Escopo:

Participação Inclusiva: O JTWP deve envolver uma ampla gama de partes interessadas, incluindo governos, povos indígenas, empregadores, trabalhadores e outras comunidades impactadas.

Diálogo Social e Consultas: Deve haver uma governança baseada em diálogo social, com a criação de um Conselho de Parcerias para Trabalhos Sustentáveis, que forneceria orientações contínuas para uma transição justa.

Reconhecimento e Promoção do Conhecimento Indígena: Incluir e valorizar os conhecimentos indígenas e garantir a autodeterminação dos povos indígenas nas estratégias climáticas.

GBA Plus e Abordagem Interseccional: O JTWP deve usar ferramentas como a Análise de Gênero e Diversidade (GBA Plus) para entender e abordar como diferentes grupos são afetados pela transição e garantir que todos tenham oportunidades de se beneficiar dela.

Malawi (LDCs) (b)

Segundo o documento submetido pelos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), o escopo do Just Transition Work Programme (JTWP) deveria incluir:

Um foco em soluções centradas nas pessoas e equitativas, com ênfase na abordagem de toda a sociedade e na força de trabalho, garantindo que a transição seja inclusiva e beneficie todas as partes da sociedade.

Deve abordar as necessidades específicas dos LDCs, considerando sua vulnerabilidade às mudanças climáticas e sua limitada contribuição para a crise climática global, garantindo que a transição para uma economia de baixo carbono ocorra sem agravar desigualdades existentes.

O escopo deveria englobar o aumento da resiliência climática e ações de adaptação para garantir que a transição justa não seja apenas sobre mitigação, mas também sobre a construção de resiliência contra os impactos já existentes das mudanças climáticas.

Deve explorar e promover oportunidades de criação de empregos verdes sustentáveis, investindo em educação e capacitação para equipar os trabalhadores com as habilidades necessárias para os novos mercados emergentes de energias renováveis e práticas agrícolas sustentáveis.

O fortalecimento das capacidades locais e a inclusão da economia informal, PMEs e pequenos agricultores também são aspectos críticos para garantir que todos os setores possam se beneficiar da transição.

Facilitação de acesso a financiamento e tecnologia, com um processo de financiamento climático mais acessível e menos burocrático, além de transferência de tecnologia adaptada às necessidades específicas dos LDCs, para apoiar tanto a mitigação quanto a adaptação.

O escopo do JTWP deveria também promover a cooperação internacional, focando em acordos bilaterais que incluam suporte financeiro e técnico para

garantir que os LDCs tenham o apoio necessário para atingir suas metas de transição.

Hungria (União Europeia) (b)

Para a União Europeia, o escopo de trabalho do Programa de Trabalho de Transição Justa (JTWP) deve abordar os seguintes subtemas:

Transição justa da força de trabalho e criação de empregos decentes e de qualidade:

Foco na proteção social e no acesso a serviços essenciais, especialmente para trabalhadores e populações vulneráveis mais afetadas pela transição e pelos riscos climáticos.

Abordagem inclusiva de toda a sociedade: Envolvimento amplo de partes interessadas, como comunidades locais, povos indígenas, organizações internacionais, academia e sociedade civil, promovendo o diálogo social para garantir a criação de políticas sustentáveis, específicas ao contexto e viáveis.

Condições capacitantes internas e ambientes de investimento: Explorar as condições domésticas que favoreçam a mobilização de investimentos públicos e privados para apoiar a transição justa, além de melhorar o acesso a financiamentos, incluindo o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) e o engajamento com o setor privado e outros investidores.

Cooperação internacional e parcerias para transições justas, centradas nas pessoas e equitativas:

Destacar, promover e ampliar o papel de parceiros internacionais e acordos institucionais existentes, além de explorar novas oportunidades de cooperação para apoiar a transição para sociedades neutras em carbono.

Chile

O Chile sugere que o escopo de trabalho do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) deve incluir as seguintes áreas:

Transição do mercado de trabalho: O JTWP deve explorar abordagens que promovam a reconversão produtiva e a criação de empregos de qualidade, com atenção especial a grupos vulneráveis, como mulheres e comunidades marginalizadas. Além disso, é importante abordar questões de proteção social e igualdade de gênero, uma vez que a participação de mulheres no setor energético ainda é baixa.

Justiça ambiental e direitos humanos: O Chile propõe que as transições justas se baseiem em princípios de justiça ambiental e direitos humanos. Isso inclui garantir que ninguém seja deixado para trás, evitando o aumento das desigualdades e os impactos desproporcionais das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis, incluindo povos indígenas e jovens.

Soluções de longo prazo: O foco do JTWP deve estar em políticas públicas de longo prazo, em vez de projetos pontuais. Essas políticas devem abordar não apenas a transição da força de trabalho, mas também a criação de condições adequadas para o empoderamento de grupos vulneráveis por meio do desenvolvimento de habilidades e da proteção social.

Desenvolvimento de indicadores e métricas: O escopo de trabalho deve incluir a criação de indicadores e métricas para avaliar a performance das iniciativas de transição justa, baseando-se em estudos e recomendações de instituições como o IPCC e o KCI

Samoa (AOSIS) (b)

Para a AOSIS, o escopo do plano de trabalho do Just Transition Work Programme (JTWP) deve focar nos seguintes pontos principais:

Alinhamento com as metas do Acordo de Paris: O JTWP deve ser ancorado na implementação das metas do Acordo de Paris, especialmente no que se refere ao limite do aumento da temperatura global a 1.5°C. Para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), a transição justa depende diretamente da limitação do aquecimento global a esse nível, para mitigar os impactos climáticos mais severos.

Apoio a uma transição justa e equitativa: O plano de trabalho deve aumentar a capacidade adaptativa e a resiliência das regiões SIDS, assegurando que essas nações possam lidar com os impactos das mudanças climáticas sem

comprometer o direito à sobrevivência. Quando os limites de adaptação são atingidos, o plano deve garantir que os SIDS recebam o financiamento climático adequado e o suporte necessário para lidar com perdas e danos.

Financiamento e apoio internacional: A AOSIS destaca que o acesso a recursos financeiros continua sendo um desafio significativo para os SIDS. Assim, o JTWP deve incluir mecanismos para melhorar o acesso ao financiamento, com especial atenção à concessão de apoio financeiro adequado para permitir uma transição justa nessas nações.

Especificidade das circunstâncias nacionais: A AOSIS reconhece que as trajetórias de transição justa variam de acordo com as circunstâncias nacionais. Portanto, o JTWP deve ser desenhado levando em conta essa complexidade, permitindo que os diálogos futuros sejam focados, compartilhem as experiências únicas de cada país e promovam a colaboração eficaz entre governos, organizações multilaterais, agências de financiamento, academia, sociedade civil e outros stakeholders.

Hungria (União Europeia) (c)

A UE sugere que a decisão da CMA deve incluir elementos essenciais para promover uma ação climática ambiciosa e justa, com foco em:

- Acompanhamento dos resultados do GST, reconhecendo a importância da transição justa para os objetivos do Acordo de Paris e enfatizando a necessidade de um espaço dedicado para discutir essa transição.
- Transição centrada nas pessoas, reforçando a importância de altos padrões sociais, respeito aos direitos humanos e inclusão de comunidades vulneráveis na elaboração de políticas climáticas.
- Ampla participação das partes interessadas, enfatizando a necessidade de uma abordagem inclusiva e colaborativa na formulação de políticas, garantindo diálogo entre governos, empregadores e trabalhadores.
- Transição justa da força de trabalho, reforçando a necessidade de desenvolvimento de habilidades e proteção social para trabalhadores,

respeitando os direitos laborais e promovendo condições de trabalho decentes.

- Caminhos de transição energética, reconhecimento do papel crucial do setor energético na transição, assegurando acesso e acessibilidade à energia, bem como a capacitação necessária para essa mudança.
- Ambientes propícios, considerando ações que alinhem fluxos financeiros com um caminho para emissões líquidas zero, incluindo condições e incentivos adequados para investimentos que facilitem a transição justa.
- Cooperação e parcerias internacionais, de modo que o JTWP seja um espaço para troca de melhores práticas e fortalecimento de parcerias internacionais, visando abordar os desafios da transição justa.

Bolívia (LMDC) (b)

O JTWP deve incluir elementos do CBDR-RC e transições justas que considerem prioridades nacionais de desenvolvimento, desafios e barreiras relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. A equidade e a justiça climática devem estar no centro das discussões sobre transições justas, que são inseparáveis do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Uma abordagem centrada nas pessoas deve priorizar a vida e o bem-estar, não apenas a força de trabalho, e deve incluir as perspectivas dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais.